

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

CAMPUS MARÍLIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Daniel Attianesi de Lima

Formar e Ferir: Masculinismos na forja da PMMS

**Marília
2025**

Daniel Attianesi de Lima

Formar e Ferir: Masculinismos na forja da PMMS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira

Coorientadora: Profa. Dra. Larissa Maués Pelúcio Silva

**Marília
2025**

A885f Attianesi, Daniel
 Formar e Ferir : Masculinismos na forja da PMMS /
 Daniel Attianesi. -- Marília, 2025
 293 p.

 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista
 (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
 Orientador: Paulo Teixeira
 Coorientadora: Larissa Pelúcio

 1. Masculinidade. 2. Identidade de gênero. 3. Polícia. 4.
 Violência. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados
fornecidos pelo autor(a).

Formar e Ferir: Masculinismos na forja da PMMS

Daniel Attianesi de Lima

Orientador: Paulo Eduardo Teixeira

Coorientadora: Larissa Maués Pelúcio Silva

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS, Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus de Marília da Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais

Aprovada por:

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira (Orientador)

UNESP – Câmpus de Marília

Prof. Dra. Larissa Pelúcio (Coorientadora)

UNESP – Câmpus de Marília

Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza

UNESP – Câmpus de Marília

Prof. Dra. Jacqueline de Oliveira Muniz

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Guilherme Rodrigues Passamani

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Esmael Alves de Oliveira

Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD)

Prof. Dr. Tiago Duque (Suplente)

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Marília, 28 de maio de 2025.

Dedico a minha mãe, meus dois pais, meus irmãos, amigos e afetos que me auxiliaram e apoiaram durante todo o processo de produção desta tese.

AGRADECIMENTOS

Esta tese não é apenas minha. Nenhum trabalho nasce no vácuo: cada página aqui escrita resultou do apoio de quem caminhou ao meu lado. Foram cinco anos de pesquisa, atravessados por uma pandemia, por perdas irreparáveis, por términos, mas também por recomeços, sonhos profissionais realizados e mudanças positivas e inesperadas. Apesar de tudo, aqui está ela: concluída.

Começo agradecendo à mulher mais importante da minha vida, minha mãe, Isabel. Sem você nada disso existiria. Seu cuidado, em todas as dimensões (afetiva, material, emocional e familiar) tornou este trabalho possível. Esta conquista é, antes de tudo, sua. Que ela te traga a alegria de ver reconhecido aquilo que você já é: uma mãe extraordinária. Mesmo sabendo que sem a tese, seu amor permaneceria o mesmo. Assim desejo apenas que ela te faça um pouco mais feliz e orgulhosa. Te amo.

Aos meus dois pais: Rogério, de quem herdei o afeto paterno e cuja presença ainda me acompanha, mesmo após tantos anos de sua partida. E ao Paulo, que iniciou esta jornada comigo e permaneceu em grande parte dela, oferecendo-me seu cuidado e uma masculinidade da qual tanto aprendi. Dói-me, Paulo, não podermos celebrá-la juntos. Todos os anos que compartilhamos parecem sempre insuficientes, esta conquista também é sua.

Aos meus irmãos, Thiago e Isabelle. Thiago, que, junto de nossos pais, me formou como homem e me instigou a buscar conhecimento e persistir nesse caminho. E a Isabelle, que, ao lado de nossa mãe, sempre mostrou que as mulheres jamais carregam qualquer inferioridade em relação aos homens.

For Lester, you arrived unexpectedly, halfway through my doctoral journey, yet you were vital to its completion. Without your support, I could not have done it. The affection and love you showed my mother during such difficult times were truly comforting, especially when I could not be there. Thank you for taking a leap of faith and choosing to live in Brazil with us.

Às minhas confidentes nesses cinco anos, que me ensinaram sobre masculinidades muito além do que qualquer homem poderia: carinho, afeto, amor e apoio tornaram possível terminar esta árdua jornada. Sempre acreditaram em mim, muitas vezes mais do que eu mesmo. Parte deste trabalho é de vocês, tanto as que estiveram desde o início (Brenda ‘B’, Carla, Tay, Karolayne), quanto quem chegou no meio (Rafa), e as que acompanharam o peso do fim. Sou profundamente grato. Agradeço, igualmente, aos poucos, porém essenciais amigos homens (Alberto, Higor, Junior) e demais colegas. Obrigado por partilharem

angústias, momentos de lazer e, sobretudo, por me ajudarem a aprender a expressar e compartilhar o afeto entre homens.

À minha orientadora, Larissa. Obrigado por acreditar em mim desde o primeiro dia, na escolha de meu projeto, até o último dia, nas lindas palavras de minha defesa. Se não foi fácil ser orientado à distância, imagino que também não tenha sido simples orientar. Mesmo num mundo pós-pandemia, em que redes encurtam distâncias, tua disponibilidade e confiança foram decisivas. Nós conseguimos.

Aos interlocutores da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul que me acolheram, agradeço. Vocês mostraram que, apesar das discordâncias, ainda é possível aproximar-se e deixar-se afetar pela humanidade do outro. Acredito na sinceridade do trabalho que realizam. Espero que esta tese possa ajudá-los a refletir e tornar o cotidiano da corporação melhor, para vocês e para quem de vocês necessite.

Agradeço, também, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo apoio material foi decisivo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Reconheço o esforço de todos os servidores que sustentam essa política pública e permitem a produção de conhecimento crítico no Brasil. Sem esse investimento, esta pesquisa não teria chegado ao fim.

Por fim, agradeço a cada colega, professor(a) e amigo(a) que, de alguma forma, atravessou meu caminho nesses longos anos, que não cabem nesses parágrafos. A todos vocês: meu afeto e minha gratidão.

Diante da Lei há um guarda. Um camponês se apresenta diante deste guarda, e solicita que lhe permita entrar na Lei. Mas o guarda responde que por enquanto não pode deixá-lo entrar. O homem reflete, e pergunta se mais tarde o deixarão entrar.

– É possível – disse o porteiro -, mas não agora.

A porta que dá para a Lei está aberta, como de costume; quando o guarda se põe de lado, o homem inclina-se para espiar. O guarda vê isso, ri-se e lhe diz:

– Se tão grande é teu desejo, experimenta entrar apesar de minha proibição. Mas lembra-te de que sou poderoso. E sou somente o último dos guardas. Entre salão e salão também existem guardas, cada qual mais poderoso que o outro.

Franz Kafka, *Diante da Lei*, 1925.

Essa era outra coisa desagradável de ser polícia: as pessoas quando não sentiam ódio, sentiam pena dele.

Rubem Fonseca, Agosto, 1990.

RESUMO

Esta tese investiga como violências e masculinidades são articuladas na formação de policiais militares da PMMS, com foco nas experiências no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP) e no Curso de Formação de Oficiais (CFO). O objeto central é a construção institucional das masculinidades durante o processo formativo. A abordagem teórica mobiliza os estudos de gênero, em especial o conceito de masculinidades (Connell, 2005), propondo a noção de *masculinismo institucional* como expressão da valorização viril, hierárquica e excludente do “homem ideal” na cultura policial. A metodologia combina revisão bibliográfica, análise documental e etnográfica, com atenção à inserção do pesquisador como civil percebido como intruso no ambiente militar. A partir do trabalho de campo, a tese analisa a *pedagogia do sofrimento*, a produção das categorias *paisano* e “militar”, e a disputa entre duas formas de masculinidade que, embora em tensão, reforçam o masculinismo vigente e marginalizam mulheres policiais, homossexuais e modelos não-punitivistas de policiamento. Os achados evidenciam a produção de um “nós” mais amplo, do qual a PMMS faz parte, forjado em oposição a um “eles” desumanizado, o que alimenta uma gramática bélica mesmo em tempos de paz. Esse “nós” coloca policiais militares, em tempos de paz, como “guardiões” de uma ordem social e participantes de uma guerra contra os “inimigos” dessa ordem. Esse enquadramento se produz nas relações políticas regionais, na elaboração de uma memória institucional heroica e na aproximação com grupos religiosos, destacando o Programa Universal nas Forças Policiais (UFP). Também se consideram os processos de produção de um suposto “eles” coerente para os PMs, nos quais parte desses sujeitos é desumanizada como forma de naturalização da violência. Esse processo se reflete em concepções mais amplas da *necropolítica* presente nas policiais brasileiras. Por fim, este trabalho discute os efeitos psíquicos desses processos sobre a saúde mental dos policiais militares. A pesquisa contribui para os debates sobre segurança pública e masculinidades, oferecendo uma leitura crítica das práticas formativas que sustentam as violências institucionais, o masculinismo e o autoritarismo policial no contexto sul-mato-grossense.

Palavras-chave: polícia militar; PMMS; masculinidades; formação policial; violências; masculinismo.

ABSTRACT

This dissertation examines how violence and masculinities are intertwined in the training of military police officers in the Mato Grosso do Sul Military Police (PMMS), with a particular focus on experiences at the Center for the Training and Improvement of Enlisted Personnel (CEFAP) and the Officers' Training Course (CFO). The central object of analysis is the institutional construction of masculinities throughout the formative process. The theoretical framework draws on gender studies, especially Connell's (2005) concept of masculinities, introducing the notion of *institutional masculinism* to describe the valorization of a virile, hierarchical, and exclusionary "ideal man" within police culture. The methodology combines bibliographic review, document analysis, and ethnographic fieldwork, with particular attention to the researcher's position as a civilian perceived as an intruder in the military environment. Based on fieldwork, the dissertation analyzes the *pedagogy of suffering*, the production of the categories *paisano* (civilian) and "military," and the tension between two models of masculinity that, despite their conflict, jointly reinforce prevailing masculinism and marginalize policewomen, homosexual officers, and non-punitive approaches to policing. The findings reveal the construction of a broad "we," of which the PMMS is part, forged in opposition to a dehumanized "they," a binary that fuels a warlike grammar even in times of peace. This collective "we" casts military police officers as peacetime "guardians" of social order engaged in a war against its "enemies." This framing is shaped by regional political dynamics, the production of a heroic institutional memory, and the institution's alignment with religious groups, most notably through the Universal Program in Police Forces (UFP). The thesis also explores the construction of a coherent "they" for the PMMS, in which certain groups are dehumanized to legitimize the normalization of violence. This process reflects broader conceptions of *necropolitics* as enacted in Brazilian policing. Finally, the work addresses the psychic toll of these dynamics on the mental health of military police officers. The research contributes to critical debates on public security and masculinities, offering a grounded analysis of how formative practices sustain institutional violence, masculinism, and police authoritarianism in the context of Mato Grosso do Sul.

Keywords: military police; PMMS; masculinities; police training; violence; institutional masculinism.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1.0 - Realizando o campo de pesquisa.....	018
Imagem 1.1 - Organograma PMMS.....	060
Imagem 1.2 - Comando de Policiamento Metropolitano de Campo Grande.....	061
Imagem 1.3 - Unidades da PMMS no Estado.....	062
Imagem 1.4 - Batalhão Exclusivamente Feminino em Campo Grande nos Anos 80.....	079
Imagem 1.5 - Policiamento especializado ROTAM da PMMS, décadas de 80-90.....	086
Imagem 1.6 - Lançamento da TORA em frente ao QCG da PMMS em 1992.....	087
Imagem 1.7 - Arthur Matheus Martins Rosa.....	096
Imagem 1.8 - Letreiro com slogan do CEFAP.....	098
Imagem 1.9 - Pelotão de alunos do CEFAP o <i>bichoforme</i> em formação.....	101
Imagem 2.0 - Postagem Coronel Neidy no “mês das mulheres”.....	135
Imagem 2.1 - PM após Capacitação e Atualização de Técnicas de Tiro Policial.....	165
Imagem 2.2 - Cel. Adib Massad (de terno) junto de integrantes da PMMS.....	182
Imagem 2.3 - Cel. Adib Massad e Bolsonaro na Entrega da Medalha Tiradentes.....	187
Imagem 2.4 - Líder da UFP MS e Comandante Geral.....	195

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1.0 - Comando Geral da PMMS em Campo Grande – MS.....	258
Anexo 1.1 - Brasão de Armas - Polícia Militar do Grosso do Sul (PMMS)	259
Anexo 1.2 - Requerimento de Pesquisa ao Comandante Geral da PMMS.....	260-261
Anexo 1.3 - Farda de Atividade Operacional - Social Completo - Social Simples - Administrativo Social.....	262-264
Anexo 1.4 - Diretrizes Estratégicas da PMMS.....	265
Anexo 1.5 - Rendimento dos PMs da PMMS e Cargos da Confiança.....	266-267
Anexo 1.6 - Divulgação de palestra sobre o “homem velho” no BOPE da PMMS.....	267
Anexo 1.7 - “Semana Zero” - Pfems se apoiando (Em campo) – PM em formação (CEFAP) - Mochilas numeradas dos alunos soldados (CEFAP).....	268-269
Anexo 1.8 - “Semana Zero” – Demanda Física e Emocional (Vídeo).....	269
Anexo 1.9 - Três tipos de Gorro com Pala.....	270
Anexo 2.0 - Ementa 37º CFSD – Carga Horária.....	271-273
Anexo 2.1 - Canção TFM – “Playstation por um Fuzil” (Áudio).....	274
Anexo 2.2 - Aluno do CFSD pulando no Tchof.....	274
Anexo 2.3 - Formatura Matinal sendo realizada na APM.....	274
Anexo 2.4 - Cinto de Guarnição e suas partes.....	275-276
Anexo 2.5 - Formatura do 37º CFSD (Vídeo).....	277
Anexo 2.6 - Canção Pfems - Dia das Mulheres - 8 de março 2024 (Vídeo e Áudio).....	277
Anexo 2.7 – Balanço Operacional.....	278-279
Anexo 2.8 - Fardamento do CHOQUE – Masculino e Feminino.....	280
Anexo 2.9 - Aula Magna com o Comandante da ROTA.....	280-281
Anexo 3.0 - Certificado de Instrutor pela disciplina de “Combate à Homofobia”.....	281
Anexo 3.1 - Ementa disciplina de “Combate à Homofobia”.....	282-283
Anexo 3.2 - Durante instrução de Tiro Policial.....	284
Anexo 3.3 - Tiradentes Esquartejado de Pedro Américo (1893)	285
Anexo 3.4 - Tiradentes ante o Carrasco por Rafael Falco (1951)	286
Anexo 3.5 - Moeda de cinco centavos de real.....	286
Anexo 3.6 - Mudança da Simbologia de Tiradentes PMMG.....	287
Anexo 3.7 - Medalha Tiradentes da PMMS.....	287
Anexo 3.8 - Tiradentes de Rodrigues Washt.....	288
Anexo 3.9 - Busto de Tiradentes em frente ao Comando Geral da PMMS.....	289
Anexo 4.0 - Cerimônia de Entrega do Espadim Tiradentes da PMMS.....	289
Anexo 4.1 - Cel. David – Ex-Comandante Geral da PMMS.....	290

Anexo 4.2 - Condecoração dos Heróis – Universal – Dia do Soldado.....	290
Anexo 4.3 - Modelo Brasileiro para ser Bordado em Fardamentos com o Símbolo do “Justiceiro”.....	291

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras
APM – Academia da Polícia Militar
BOPE – Batalhão de Operações Policiais Especiais
BPM – Batalhão de Polícia Militar
BPMCHOQUE – Batalhão de Operações do Choque
BPMGdaE – Batalhão de Guarda e Escolta
BPMRu – Batalhão de Polícia Militar Rural
BPMRv – Batalhão de Polícia Militar Rodoviária
CAD – Cadete
CAP – Capitão
CEFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CEL – Coronel
CFO – Curso de Formação de Oficiais
CFSd – Curso de Formação de Soldados
CIPM – Companhias Independentes de Polícia Militar
COORDMIL - Coordenadoria Militar
CPE – Comando de Policiamento Especializado
CUE – Companhias de Unidades Especializadas
CPM – Comando de Policiamento Metropolitano
EB - Exército Brasileiro
EIPMMont – Esquadrão Independente de Polícia Militar Montada
FAB – Forças Armadas Brasileiras
FBSP – Fórum de Brasileiro de Segurança Pública
FORC – Uso Diferenciado da Força
IMPO – Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo
IPCG – Instituto Penal de Campo Grande
MAJ – Major
MP – Ministério Público
OPM – Organização Policial Militar
ORCRIM – Organização Criminosa
PFem – Policial Militar Feminina
PM – Polícia Militar

PMBA – Polícia Militar da Bahia
PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal
PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais
PMMS – Polícia Militar do Mato Grosso do Sul
PMMT – Polícia Militar do Mato Grosso
PMPB – Polícia Militar da Paraíba
PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PRF – Polícia Rodoviária Militar
QCG – Quartel/Comando Geral em Campo Grande
QOPM – Quadro de Oficiais da Polícia Militar
QOS – Quadro de Oficiais da Saúde
QPPM – Quadro de Praças da Polícia Militar
ROTA – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar
ROTAC – Rondas Ostensivas Táticas e Ações de Choque
ROTAM – Rondas Táticas Metropolitanas
SEJUSP – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
TC – Tenente Coronel
TEN – Tenente
TFM – Treinamento Físico Militar
TPO – Técnicas de Polícia Ostensiva
UFP – Universal nas Forças Policiais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	02
1. EPISTEMOLOGIA DA FARDA: MASCULINISMO E O INCONVENIENTE ANTROPOLÓGICO.....	13
Saberes Localizados e Objetividade Corporificada.....	19
Herdeiros da Força: o poder masculinista da/na Polícia Militar.....	30
Intruso na tropa, autoantropologia e os limiares da formação policial.....	44
2. FORJANDO VALORES: MASCULINISMO, CORPOS E RESISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO DA PMMS.....	59
A Paradoxal Identidade Institucional da PMMS.....	59
A Cas(serna)a dos Homens.....	69
Expurgando os Paisanos.....	89
Hierarquias Generificadas e Masculinidades em Tensão.....	117
3. SOB A ÉGIDE DA GUERRA: LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DESUMANIZAÇÃO MASCULINISTA.....	153
Entre Mitos, Armas e Fé: A Construção e a Politização dos Heróis.....	162
Limpar o Cerrado do “eles”: necropolítica policial, luta de terra e o riso da violência.....	199
Efeitos “Colaterais” da Guerra: A PMMS não para?.....	226
CONCLUSÃO.....	236
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	240
ANEXOS.....	258

INTRODUÇÃO

Acredito que, nos últimos cinco anos, a temática de minha tese foi de particular interesse para mim. Constitui-se como um estudo das relações entre masculinidades e violências, cujo estudo havia iniciado no ano de 2017 com os detentos do Instituto Penal de Campo Grande (IPCG), os quais cumpriam pena pelo crime de homicídio. Nesse período, cresciam os estudos na área de gênero, particularmente sobre masculinidades, e, nesse mesmo ano, havíamos atingido a maior taxa de homicídio nos últimos 44 anos no país. A mudança dessa temática para o estudo com os Policiais Militares havia ocorrido pelo interesse despertado com a pesquisa na área de segurança pública e com os agentes penitenciários na época do mestrado, assim como pela busca em tentar entender o fenômeno das masculinidades e das violências por meio de uma ótica de Estado, legitimada e até mesmo vangloriada e justificada.

Desde 2019, quando iniciei essa marcha, muitas coisas mudaram. Estávamos no primeiro ano do governo mais autoritário, reacionário e masculinista que havíamos visto desde o início da Sexta República brasileira¹. E, ainda assim, pouco nos preparava para os anos seguintes. Uma pandemia², como o mundo não via há mais de quarenta anos, alterou profundamente o panorama das violências no país.

Paralelamente, assistimos à continuidade da ascensão de uma extrema-direita com matrizes fascistas e populistas ocorrendo ao redor do mundo e, enfaticamente, no Brasil. Fenômeno esse que tem sido tratado por alguns pesquisadores (Kalil, 2018; Vicentini e Silva, 2018; Feltran, 2021; Sorj, 2022) como um movimento de moldes reacionários, atravessado por particularidades da realidade brasileira.

No Brasil, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para presidente, tivemos no cargo de maior reconhecimento do Executivo brasileiro a constante promoção de uma retórica reacionária. Valores como o masculinismo³ de Estado, lógica e estruturas militares,

¹Anteriormente a ela, temos os períodos da Primeira República (1889-1930), o Governo Provisório e Constitucional de Vargas (1930-1937), o Estado Novo (1937-1945), a Quarta República (1945-1964) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

² Refiro-me aqui à pandemia de coronavírus (SARS-CoV-2) que se iniciou em 2019 na China, chegando ao Brasil em 26 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em: 05 jan. 2024.

³ Assim, uso-o com uma conotação negativa, deixando claro meu posicionamento. Ele se aproxima dos termos patriarcalismo e machismo, mas não utilizo patriarcalismo por estar associado a uma vertente estruturalista da qual não compartilho; já machismo é evitado pela forma como o conceito costuma ser empregado no senso comum, tendendo a uma lógica individualista de ações e quase sempre se relacionando apenas ao detrimento específico das mulheres. Uso ele também para diferenciar-se do termo “masculino”, que apenas descreveria

sentimentos nacionalistas, justificativas para a escalada do autoritarismo e a constante ameaça à quebra do pacto republicano. Pela primeira vez no país pós-1988⁴, tivemos um presidente que não só defendia a ditadura civil-militar, mas sim a exaltava, assim como suas figuras, como o coronel torturador Carlos Brilhante Ustra⁵. Nesse contexto, o que era inicialmente apenas um interesse em dar continuidade à minha trajetória de pesquisa acabou tomando outra proporção, diante dos efeitos que esse trabalho passou a ter na política nacional e regional.

As Forças Armadas Brasileiras (FAB), Polícia Militar (PM) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) dos diversos estados assumiram um papel crucial no apoio⁶ do então presidente; o qual, cabe ressaltar, cultivou durante todo o período da eleição uma estreita relação com as diversas forças de segurança no país, sobretudo as militarizadas, pelo seu histórico pessoal.

O discurso da “Lei e da Ordem” foi um ponto-chave em seu governo como sua base de apoio. Houve uma enfática militarização da administração pública como um todo, na qual os militares mais que dobraram a sua presença nos cargos, algo antes apenas visto durante o período de exceção de 1964⁷. A política havia novamente retornado às casernas. Dessa forma, as PMs começaram a galgar um espaço de destaque nos noticiários e cotidiano de nós, brasileiros, chegando até mesmo à acusação de parcialidade, com repressão violenta a movimentos e protestos contrários ao ex-presidente, enquanto agiam com leniência em manifestações pró-governo. Preocupações vistas apenas na Primeira República, sobre o uso político das forças policiais voltaram a surgir.

Além disso, o discurso do ex-presidente Bolsonaro rememorava outros pontos de minha pesquisa de mestrado sobre as masculinidades. Casado com os discursos militaristas vinha a retórica tradicionalmente associada ao *Strongman* (Homem Forte). Bolsonaro

características associadas às masculinidades, e de “masculinizado”, que se refere a algo que tenha incorporado essas características.

⁴ Após a ditadura civil-militar de 1964 e 1988, com a promulgação da constituição “cidadã”.

⁵ Coronel do Exército e chefe do infame Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército, em São Paulo (1970-74); responsabilizado por 40 mortes e centenas de casos de tortura, tornou-se, em 2008, o primeiro militar oficialmente declarado torturador pela Justiça brasileira.

⁶ Lima (2020) observou isso nos *partidos policiais*. Manchetes como “Presidente do STM: orientação era tolerar acampamento golpista” (2024), “General enviou carta golpista a chefe do Exército, e medo de Bolsonaro abafou punição” (2024), “General tinha “roteiro” para deputados bolsonaristas rebatem 8/1” (2024), “Plano do golpe vestia farda dos pés à cabeça” (2024) e “Teremos uma eleição muito diferente da de 2022”, diz diretor-geral da PRF”. Em denúncia instaurada recentemente, 2025, pela Procuradoria-Geral da República (PGR) também temos de forma detalhada o suporte de cada um desses grupos na tentativa de golpe, para permanência de Bolsonaro na presidência (Brasil, 2025).

⁷ Instaurado em 1964, o regime militar brasileiro caracterizou-se pela supressão de direitos e perseguição a opositores. Foi um período marcado pela presença de censura, torturas e prisões arbitrárias que definiram esse momento como uma repressão, vigente até 1985.

pretendia, durante todo seu governo, exalar essa imagem, fixada nas ciências políticas como a figura do líder político autoritário que busca exercer seu poder e controle por meio dos militares, focando em propostas populistas. São características que se alinhavam: autoritarismo, nacionalismo, militarismo e conservadorismo. O ex-presidente buscava se apresentar como o grande salvador dos “Valores Tradicionais da Nação Brasileira”. Assim, demonstra um desprezo pelos demais poderes (Legislativo e Judiciário), pelos *checks and balances* que poderiam limitar seus poderes. E defendia uma lógica anti-*establishment* (como se ele não tivesse sido em parte fruto da própria política tradicional brasileira). Esse *Strongman*, que assume uma postura paternal, procura salvar o “seu povo” por meio de uma retórica de viés messiânico. Molda-se a partir de um forte discurso masculinista, no qual, em sua visão, utiliza-se das pautas de ordem e de segurança como uma forma de evitar o “declínio”, atribuído supostamente a valores progressistas e à falta de autoridade; enfatiza a força física na sua própria resistência (visto em tempos de COVID) e na sua imagem de um protetor viril (o “imbrochável”) e autoritário.

Esses dois fatores, como diversos outros que fogem ao escopo desta tese, irão culminar em 8 de janeiro de 2023. Dia esse em que uma turba de apoiadores de Jair Bolsonaro caminhou pela cidade de Brasília, no Distrito Federal, até chegarem à Praça dos Três Poderes e atacarem simbólica e fisicamente o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, de forma nunca antes vista na história brasileira. Dia esse em que tanto a FAB quanto a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) tomaram posições de caráter duvidoso⁸, e até possivelmente ilegal, quanto à sua missão de assegurar “a garantia dos poderes constitucionais, e por iniciativa de qualquer destes, da lei e ordem” e “a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos”. Com a erosão na confiança das instituições democráticas, incluindo no processo eleitoral, e a sua relação com as forças de segurança, além da perda do mandato no ano anterior. O ex-presidente Bolsonaro junto de apoiadores, em sua grande maioria militares e servidores da segurança pública, conspiraram para uma tentativa desastrosa de golpe militar⁹.

Com isso, temos um breve contexto do momento histórico em que esta tese foi elaborada. Pontua-se ainda que o Centro-Oeste foi a segunda região territorial brasileira com

⁸ Alguns oficiais do alto comando da PMDF estão como réus por omissão no 8/01. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-aceita-denuncia-contr-ex-integrantes-da-cupula-da-pmdf-por-omissao-nos-atos-antidemocraticos-de-8-1/>. Acesso em: 14 dez. 2024.

⁹ Cf. “Golpe de Estado não ocorreu porque maioria do Alto Comando e chefes do Exército e da Aeronáutica não 'cederam a pressões', diz PF” (2024) e a “A Teia do Golpe” (2024).

maior apoio ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, na eleição de 2022, tendo o mesmo ganho na cidade de Campo Grande com uma porcentagem de 62,65% dos votos válidos no segundo turno dessa eleição. Cidade essa que, assim como muitas capitais brasileiras, mantém homenagens a figuras militares e autoritárias da história brasileira, por meio do nome das ruas. Nos dias de realização do campo, atravessava as grandes avenidas Costa e Silva, Senador Filinto Muller, Presidente Ernesto Geisel ou Presidente Castelo Branco. Essa realidade diária de fazer uma pesquisa com um dos grupos de suporte (os PMs), numa das regiões de maior apoio ao ex-presidente e a figuras militares, revelou características peculiares e desafiantes, as quais procuro mencionar ao longo desta tese.

Esta tese busca investigar os enunciados dos alunos e cadetes das escolas de formação de Policiais Militares do Mato Grosso do Sul (PMMS) acerca da relação entre masculinidades e violências, considerando suas múltiplas interações e convergências. Acredito que a violência policial, entendida em seu sentido mais amplo, possa ser melhor compreendida levando em conta o processo performático do gênero masculino no Brasil. Nesse sentido, dou continuidade ao percurso já desenvolvido em minha dissertação (Attianesi, 2019b), na qual procurei trabalhar essa relação a partir dos enunciados dos presos condenados por homicídio e dos então agentes penitenciários no Instituto Penal de Campo Grande (IPCG). Situo esta pesquisa no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade, com ênfase particular nas masculinidades.

Assim, é importante pontuar que não pretendo realizar uma pesquisa ‘da’ polícia. Como na dissertação, não realizei uma pesquisa ‘das’ prisões, mas sim ‘com’ a polícia. Isso não significa desconsiderar a ampla produção brasileira sobre estudos policiais (Muniz, Caruso e Freitas, 2018); entretanto, minha ênfase recai em compreender, nesse contexto específico, como se forjam discursos masculinistas que se articulam com diferentes formas de violência. A esse respeito, algumas considerações iniciais são importantes. Ao tratar de violência, é sempre importante refletir sobre de que violência se está falando. Essa reflexão é necessária devido à polissemia¹⁰ do conceito de violência. Nesta tese, entenderei o conceito de violência de três formas: a violência enquanto coerção física direta, a violência disciplina-institucional e a violência simbólica enquanto performance e legitimação das masculinidades. Na primeira acepção, entendemos a violência em seu sentido mais reconhecível, envolvendo o uso da força física, agressões, brutalidade ou intimidação para subjugar ou lesionar outros sujeitos e, em seu sentido de violência letal, na eliminação ou execução física dos sujeitos.

¹⁰ Podendo ela ser entendida como violência verbal, psicológica, moral, simbólica, física, financeira, etc.

Como meu campo foi em escolas de formação, a violência é observada sobretudo nas narrativas, nos discursos e nos enunciados que os PMs devem lidar no dia a dia, e de como devem agir, no terceiro capítulo dou um enfoque a ela. Na segunda acepção, entendo a violência em seu sentido *disciplinador* nos termos de Foucault, que procura moldar os corpos de uma forma específica dentro de um contexto militar, também aparece aqui no seu sentido simbólico, como práticas institucionais que subjagam ou desvalorizam determinados grupos de pessoas. No campo, essa violência também aparece com um caráter considerado “pedagógico” por parte dos interlocutores. Por último, procuro observar a violência como um recurso performativo do “fazer-se homem” dos alunos e cadetes da PMMS; aqui, ela funciona como marcador que válida ou invalida a virilidade dos sujeitos.

Ressalto ainda que os interlocutores da PMMS não são sujeitos passivos ou simples reflexos genéricos das PMs brasileiras. Ao contrário, eles se constituem como agentes ativos de um masculinismo particular, simultaneamente influenciado por partes da cultura brasileira mais amplas e também capazes de exercerem influência nas concepções e possibilidades de ‘ser homem’ dessa cultura. Nesse sentido, penso nos PMs da instituição como operadores ativos de um regime de gênero específico e territorializado no MS. Nesse processo, há pontos de convergência com visões hegemônicas de masculinidade presentes na sociedade brasileira, mas também afastamentos gerados pela existência particular dessa categoria profissional dentro da realidade sul-mato-grossense. Não se impõe assim um modelo masculinista que vai do centro-periferia para a região de fronteira¹¹, mas sim uma articulação entre discursos masculinistas entre as esferas locais, regionais e nacionais.

A pesquisa desta tese, como um todo, foi elaborada como pesquisa de campo realizada nas Organizações Policiais Militares (OPMs), com enfoque nos centros formativos da Academia de Polícia Militar (APM) e no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP). Nessas OPMs acompanhei os cadetes do 3º Curso de Formação de Oficiais (CFO) e a 37ª turma do Curso de Formação dos Soldados (CFSD). Oportunamente acompanhei eventos comemorativos e formativos, no comando geral da PMMS, entre eles o aniversário da instituição, cerimônias de entrega de medalhas, aberturas e encerramentos de cursos

¹¹ Tal aspecto é tratado por um autor sul-mato-grossense ao se referir a jornalistas dos grandes centros cobrindo os crimes de fronteira, ao dizer “migração de marginais dos grandes centros (São Paulo e Rio) – que VOCÊS não tiveram condições de prender nem de denunciar, pois não tem colhões para subir os morros e visitar favelas (...) Por favor, se não nos ajudam (a fronteira) não nos atrapalhem, pois se há um lugar onde o patriotismo, a coragem para trabalhar e superar crises existem, é em nossa fronteira (...) Acontecendo que nossos policiais apesar de humildes, simples são cidadãos, pais de família e procuram cumprir com suas obrigações. Se assim não fosse, meu Deus, seríamos uma São Paulo em miniatura.” (Rocha, 2015, p.56-57, grifos meus).

especializados, formaturas, além de outros feriados nacionais em que a PMMS se fazia presente, como participante do policiamento ostensivo ou como participante ativo.

Além daqueles eventos, realizei visitas guiadas no próprio comando geral, na corregedoria, no arquivo institucional¹² e em alguns batalhões. Todas essas visitas foram realizadas na capital do Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande. Esse fato limita¹³ em parte o escopo de uma compreensão mais ampla da instituição. Sobretudo pelo foco da PMMS se concentrar nos crimes de fronteira, por fazer parte da chamada “rota caipira” (Abreu, 2017) do tráfico internacional de drogas. Como forma de expandir certa compreensão das particularidades da PMMS, tive a possibilidade de visitar outras PMs do país. Foi realizada a ida aos comandos gerais da PMMG, PMSC e PMSP, assim como o Museu dos Militares Mineiros, o Museu e arquivo da PMSP e o 1º Batalhão de Choque, ou Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) na cidade de São Paulo.

Devido às limitações impostas durante o percurso da pesquisa junto à PMMS, questão que aprofundo ao longo da tese, tentei ir além dessas idas à instituição. Como forma de expandir minhas percepções, assim como ter maior acesso à instituição, realizei o acompanhamento¹⁴ das redes sociais ligadas à PMMS de forma oficial, assim como as produções jornalísticas a respeito da instituição e seus agentes. Nesse sentido, foram acompanhados os canais de YouTube da PMMS e do Departamento de Operações de Fronteiras (DOF), assim como as contas de Instagram da Coordenadora Geral de Policiamento Aéreo (cgpa.ms), do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares (cncgoficial)¹⁵, do Comandante Geral da PMMS (comandantegeraldapmms), perfil da Subcomandante-geral da PMMS na figura da Coronel Neidy (coronelneidy), do Programa Mulher Segura da PMMS (promusepmms), do DOF (dofpmms), do 1º Batalhão de Polícia Militar do MS (pmms.1bppmcs), da Academia de Polícia Militar (pmms.apm), do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (cefap.pmms), do Batalhão de Operações Policiais Especiais (pmms.bope), do Batalhão de Polícia de Choque (pmms.choque) e da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul (pmmsoficial). As redes sociais e as interações ali

¹² Esse local parecia conter uma riqueza de dados históricos sobre a instituição, apesar de não estar em condições ideais, que vai além do escopo desta tese.

¹³ Ainda assim, segundo os dados da própria instituição, a cidade de Campo Grande possui cerca de 45% do efetivo da PMMS, principalmente por sediar os batalhões especiais e os setores administrativos, aprofundado no capítulo II.

¹⁴ Ênfase aqui que não busquei realizar uma etnografia digital de forma propriamente dita em seu sentido metodológico, mas sim utilizar tais redes como produção de dados complementares ao campo etnográfico nas escolas formativas.

¹⁵ O conselho tem como vice-presidente o comandante geral atual da PMMS, demonstrando o interesse da instituição em se destacar no cenário nacional das PMs.

produzidas permitem observar como a PMMS, enquanto instituição, procura construir uma imagem de si mesma e apresentá-la à sociedade. Aqui, levo em consideração que perfis oficiais, administrados por assessorias de comunicação, guardam uma dimensão bastante propagandística.

A pesquisa de campo, em sentido amplo, ocorreu entre julho de 2023 e novembro de 2024, concentrando-se em sua vertente mais etnográfica, isto é, no acompanhamento do cotidiano das escolas de formação, entre janeiro e novembro de 2024. Neste contexto, pontuo que a pesquisa como um todo foi produzida partindo de um acompanhamento de disciplinas específicas do CFO e CFSD, em que o foco se dava em acompanhar esse processo formativo em busca de enunciados que relacionem os temas da pesquisa. Apesar da interação com muitos alunos e cadetes, até mesmo alguns momentos de conversas mais extensas, não foi possível a realização de entrevistas longas com os sujeitos. Parte dessa questão foi adequada com a utilização de dados produzidos por outra pesquisa concomitantemente à minha, a respeito da percepção de PMMS, da violência doméstica e familiar. A pesquisa de Eliciel Salles (2023), devido à sua posição como 3º Sargento da PMMS, teve a possibilidade de realizar entrevistas com alguns PMs da instituição. O pertencimento à instituição facilitou assim a possibilidade de ele entrevistar seis PMs (três mulheres e três homens), tanto dentro do OPM em que trabalhava, quanto em sua própria casa (Salles, 2023, p. 25). As entrevistas realizadas por ele trazem uma perspectiva para se compreender o masculinismo relacionado às violências dentro da PMMS.

A escolha das escolas de formação partiu da possibilidade de acesso que me foi concedida pela instituição. Reconheço que tanto a Academia de Polícia Militar (APM) quanto o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP) constituem um microcosmo particular dentro da dimensão da PMMS como um todo. Essas duas escolas são responsáveis pela formação, respectivamente, de futuros oficiais e *praças*, de modo que o caráter pedagógico e formativo influencia nas conclusões apresentadas. Afinal, muitos de meus interlocutores se encontravam em pleno processo de “PMzização”, um ‘tornar-se PM’, o que os situa em uma posição distinta dos policiais que já atuam na rua por um período de tempo considerável (Muniz, 1999; Silva, 2011). Ainda assim, a maioria dos instrutores e demais policiais lotados nessas OPMs já vivenciaram (e enfatizavam com frequência) a experiência do policiamento ostensivo em rua.

Por esse motivo, defendo que observar as duas OPMs formativas oferece um ângulo singular acerca de como se constrói o “deve-ser” da PMMS, seja no aspecto pedagógico das

masculinidades viris, seja no que diz respeito às concepções de violências. A estrutura desta tese reflete tanto a experiência *in loco* quanto as dificuldades encontradas no campo. Ainda assim, procuro articular permanentemente as temáticas centrais, tais como: masculinidades, violências e polícia militar, adotando o recorte específico das OPMs de formação da PMMS na cidade de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul.

Quanto ao primeiro capítulo da tese, intitulado “Formar e Ferir: Masculinismos na forja da PMMS”, tem enfoque na discussão metodológica e teórica dos objetos da pesquisa. Partindo de recortes da etnografia realizada nos cursos formativos da PMMS, trago questões que vão além de meu campo, inserindo a tese em debates maiores. Início com uma breve descrição da entrada no campo e minhas primeiras impressões do Comando Geral da PMMS. Desse modo, mostro as relações que vão sendo estabelecidas e que permitiram o andar da pesquisa. Coloco-me no campo enquanto sujeito-pesquisador de forma que o leitor tenha a possibilidade de me posicionar em relação ao campo e aos demais marcadores sociais. No primeiro tópico desse capítulo, aprofundo a discussão epistemológica a respeito do conhecimento produzido nas ciências sociais, e as críticas a partir da epistemologia feminista. Também procuro trazer a fundamentação metodológica da análise dos discursos em seu sentido foucaultiano para a forma que irei tentar compreender os enunciados, e os discursos formados por eles, dos interlocutores.

No segundo momento deste capítulo, trago a concepção do conceito de *masculinismo do Estado*. Expandindo o estudo geral de sujeitos corporificados e generificados, aqui se pensa nos aspectos masculinistas presentes no próprio dispositivo do Estado moderno. A ideia é iniciar uma concepção do *masculinismo institucional* na/da PMMS. Continuo essa parte trazendo as percepções de pesquisas anteriores, que vão pensar a relação entre as PMs brasileiras com as masculinidades e as violências. E como o masculinismo nesse tipo de instituição vem sendo trabalhado de forma pontual e indireta desde os anos 90. Como parte final desse primeiro capítulo, trago a discussão metodológica a respeito da etnografia com policiais militares, sobretudo pensando nos embates e desafios encontrados durante a realização da pesquisa etnográfica nas escolas de formação. Penso no choque de valores entre o *eu* enquanto pesquisador e os interlocutores da PM, também pensando a partir das questões éticas de ter realizado pesquisa com os PMs e outros grupos de valores contrastantes.

No segundo capítulo da tese, intitulado “Forjando Valores: O ensino da Masculinidade Violenta nos Praças e Oficiais”, adentramos a PMMS e seu processo institucional de formação de seus PMs, valendo-se de pesquisa de viés etnográfico, realizada majoritariamente

na Academia de Polícia Militar (APM) e no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP). Mas também no Comando Geral da PMMS e em diversos cerimoniais e eventos realizados pela PMMS, como confraternizações, passagens de comando, formaturas, inícios de cursos, assim como reforço os dados produzidos no campo também com o acompanhamento das diversas redes sociais oficiais da instituição.

Início o segundo capítulo apresentando, de forma panorâmica, a instituição da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul. Nele, faço uma breve apresentação da estrutura da PMMS como um todo, levando em consideração suas divisões e organização das áreas de atuação dos contingentes dessa PM. Também procuro pensar a respeito de uma produção de identidade que particulariza ou não a polícia militar do Mato Grosso do Sul, em relação a outras polícias militares pelo país.

Continuo essa parte trazendo uma análise de dados quantitativos produzidos pela própria instituição em relação aos sujeitos que pertencem a ela, os utilizo para inferir a respeito dos marcadores sociais da diferença e do posicionamento desses sujeitos na instituição. Nesse sentido, partindo das noções de Brah a respeito da diferença como relação social, penso a instituição a partir de quatro marcadores sociais da diferença: Gênero, Raça, Escolaridade e Geração. Valendo-se deles, tento reconstruir alguns aspectos históricos da instituição, assim como procuro pensar os marcadores sociais dos PMs numa relação de poder institucional.

Na segunda parte do capítulo, exploro a formação atual dos sujeitos que ingressaram na PM do estado. Início pensando sobre os processos ocorridos na seleção para o 3º CFO e 37º CFSD, penso em como os próprios editais já começam a demarcar quem será o futuro PM da instituição, com aspectos já do *masculinismo institucional*. Trago também um momento marcante deste processo seletivo, que impactou no decorrer da tese e nos processos violentos de formação dos PMs. Procuro também, nesse tópico, pensar no processo da “forja dos guerreiros” que a instituição pretende produzir, assim como o estabelecimento da demarcação de fronteiras entre os que são *paisanos* e os PMs. Recorro, para tanto, à noção de *pedagogia do sofrimento*, um método em que o sofrimento visceral (físico e emocional) não é acidente nem abuso isolado, mas parte central do currículo formativo. Penso nos momentos marcantes durante a formação dos cadetes e alunos, enquanto demonstro como as noções de *paisano* e militar se formam como categorias de caráter oposicional e valorativo.

Na terceira parte do capítulo, volto meu foco para as masculinidades institucionais estabelecidas dentro da lógica masculinista. Com base na história política recente e na

trajetória da polícia militar brasileira, analiso a produção de distintas configurações de masculinidade que moldam a própria noção do que significa tornar-se policial militar e das formas de policiamento instituídas na PMMS. A partir desse recorte, desenvolvo as particularidades da cultura policial, destacando as distinções entre prática e teoria nos contextos formativos do CFSD e do CFO. Assim como em lógicas diferentes que vão se estabelecendo entre a função e a identidade dos *praças* e dos oficiais. Minha atenção se volta para o *masculinismo institucional*, e mesmo ele sendo estabelecido com diferentes concepções de masculinidade, ele ainda se mostra resistente a mudanças mais amplas nas lógicas tradicionais de policiamento. Partindo do processo formativo, procuro pensar em como a inserção das Policiais Militares Femininas (Pfems) e a chegada do policiamento comunitário na PMMS vão criar atritos e disputas institucionais. Os dois sendo pensados enquanto formas de feminização do trabalho policial militar. Encerro esse capítulo, pensando o *masculinismo institucional*, só que agora com ênfase na oportunidade que tive de ministrar uma disciplina na APM. Realizando a instrução da disciplina de “Combate à Homofobia” com os cadetes, pude observar como um dos aspectos do masculinismo aparece por meio da exclusão contínua dos homossexuais e de processos e situações na instituição que demarcam seu heterossexismo.

Por fim, no terceiro e último capítulo da tese, de título “Guardiões da Ordem: Entre o Dever e o Poder”, procuro observar a partir do campo a relação entre masculinismo e violências na formação do PMMS. Início com um caso que me marcou durante a escrita da tese, como forma de pensar nos processos de humanização e desumanização que tanto as vítimas quanto os perpetradores das violências passam. Procuro também articular aspectos do contexto político em que a tese foi produzida, com a ascensão do reacionarismo e o fortalecimento do bolsonarismo no país.

No primeiro tópico, penso no estabelecimento identitário de um suposto “Nós” que a PMMS constantemente inculca no processo formativo de seus alunos e cadetes. Iniciando pela normalização dos armamentos e da sua utilização na produção da violência letal, com a relação que se estabelece entre ser PM e ser violento. Continuo pensando nos aspectos da política institucional que foram observados durante o campo e como eles se articulam com as cerimônias tradicionais na instituição. Cerimônias essas que também estabelecem um conjunto de valores masculinistas e do *ethos guerreiro* para serem apropriados pelos cadetes da APM. A identidade do “Nós” vai ser reforçada para além das organizações policiais militares (OPMs) formativas, e da própria PMMS, com ex-integrantes da instituição que

começam a ocupar cargos na política regional. Esses sujeitos são fundamentais para estabelecer alianças com grupos civis mais amplos, expandindo o “Nós”. Grupos esses que possuem preceitos, valores e visões de sociedade que os aproximam das concepções do alto oficialato da PMMS. Continuo a pensar nessas relações a partir de uma figura com status mítico na PMMS, que tem uma ligação direta com a violência letal na história regional. Essa figura do Cel. Adib Massad articula essa história na PMMS com os aspectos políticos contemporâneos reacionários, assim concebe-se um passado e um futuro em uma consonância de valores. Termino esse primeiro tópico conectando um último grupo de sujeitos ao “Nós”, do qual a PMMS faz parte, sendo eles representados pelo movimento neopentecostal. Parto de uma proximidade institucional em relação à Igreja Universal do Reino de Deus e o seu Programa Universal nas Forças Policiais (UFP), assim como as apropriações de valores e noções dentro dessa teologia.

No segundo ponto do capítulo, abordo o outro lado do “Nós”: o “Eles”. Analiso essa relação sob a perspectiva do *ethos guerreiro*, caracterizada pelo combate contra um “Eles”. Esse grupo inimigo, simultaneamente real e imaginário, é constantemente concebido e desumanizado durante a formação do CFO e do CFSD. Investigo a construção desses sujeitos como inimigos da PMMS, configurados como um “Eles” externo a ser derrotado. Parte desse “Eles” inclui a figura do criminoso, como os integrantes do *mundo do crime*, mas estabeleço uma noção mais ampla articulando marcadores sociais da diferença para conceber outras categorias utilizadas pelos PMMS durante a formação. Também analiso os processos de naturalização da violência por parte dos instrutores, que integram o currículo de formação dos alunos e cadetes da instituição. Concluo esse ponto abordando as particularidades de Mato Grosso do Sul, para enfatizar as articulações que ocorrem dentro do “Nós” em relação ao “Eles”, especialmente a partir da violência policial que atinge os indígenas do Sul do estado.

No último tópico da tese, examino o que os PMMS poderiam entender como “efeitos colaterais” dessa guerra concebida entre o “Nós” e o “Eles”. A ênfase recai sobre os efeitos das violências sofridas e produzidas pelos futuros integrantes da corporação, que se acumulam nesses sujeitos de forma a degradar sua saúde mental e, por vezes, culminando na prática de “autoextermínio” de muitos PMs. Assim, os aspectos da saúde mental dos PMMS são analisados junto às lógicas de produtivismo e à constante exigência de potência de ação masculina institucional, expressa em slogans como “A PMMS não para!”. Analiso também como a própria instituição aborda a questão da saúde mental dos seus integrantes, frequentemente desresponsabilizando os seus próprios processos formativos e a realidade

diária do PMMS, usando para isso concepções religiosas de como o neopentecostalismo trabalha o bem-estar psicológico.

1. EPISTEMOLOGIA DA FARDA: MASCULINISMO E O INCONVENIENTE ANTROPOLÓGICO

Lá estava eu, em meu segundo dia de 'visitação', no Comando-Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, oficialmente chamado de Palácio Tiradentes. Tendo conhecido o seu homônimo no Rio de Janeiro, o prédio em Campo Grande- MS não parecia muito próximo a um ideal de palácio em nossos imaginários. Enquanto, na versão carioca, fora construído na década de 20 do século passado, com a demolição da 'Cadeia Velha'¹⁶, com um estilo arquitetônico eclético, mas que busca se aproximar de influências magnânimas de inspiração grega. O prédio na capital sul-mato-grossense tem um estilo nada impactante, baseado na arquitetura modernista da década de 80 no Brasil. Logo, trata-se de um prédio de tijolos e concreto armado, material esse que, na época, era considerado símbolo de modernidade e progresso, em formas geométricas simples (um grande retângulo), com poucas janelas de vidro e os aparelhos de ar-condicionado expostos, típico de uma repartição pública brasileira da época. Enquanto Comando-Geral da PMMS, a instituição claramente tentou dar alguns tons mais classicistas com a colocação de um busto¹⁷ em frente, um mastro com as bandeiras, respectivamente, do Brasil, do Mato Grosso do Sul e do próprio comando-geral e, em sua entrada, além dos inscritos 'Polícia Militar' e 'Comando-Geral', tem-se acima um brasão da instituição (Anexo 1.0).

Apesar dessa apresentação não intimidatória da construção e da facilidade com que tive acesso ao apenas entrar com o carro e estacionar, diferente do resto de meu campo, minhas duas primeiras idas em busca de uma autorização para realização da pesquisa de campo não tinham sido bem sucedidas. Como não haviam sido realizadas outras pesquisas na PMMS, havia um misto de dúvidas sobre quem deveria me receber dentro da hierarquia institucional. Nessa terceira ida, estava um pouco mais ansioso e um pouco intimidado, pois havia mais PMs que de costume. Não pela estrutura em si, mas pelos sujeitos que lá estavam.

¹⁶ Tinha esse nome, pois nos tempos coloniais era o local onde eram enviados os criminosos, que se rebelavam contra a coroa portuguesa. Lugar que abrigou a primeira Assembleia Geral Constituinte brasileira (1823) e foi sede da câmara até 1914. Sendo demolida em 1922, para dar lugar ao homônimo “palácio Tiradentes” na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁷ O busto referido é de Tiradentes no período anterior à sua prisão, ainda com a estética militar portuguesa anterior aos quadros que o tornaram mártir. Trabalharei mais a frente essa questão. Com uma placa com os dizeres “Joaquim José da Silva Xavier ‘Tiradentes’ Patrono das Polícias Militares”, penso a respeito da simbologia dele no capítulo III.

Desde a entrada, já começamos a ver os PMs, com suas fardas militares e a postura ereta, mostrando um disciplinamento dos seus corpos. Ao entrar no prédio, já me senti desconfortável, primeiro pelas minhas características pessoais¹⁸ e segundo por claramente não ser um 'nativo' pela falta de farda, e talvez até pudesse ser lido como um 'desleixo' de *paisano*¹⁹.

Sem alguém na entrada para me auxiliar, logo adentrei e fui subindo para o segundo andar, procurando por alguém que pudesse possibilitar a pesquisa; no caminho, apenas passava por algumas *praças*, em sua grande maioria homens, que me olhavam com estranhamento. Andei um pouco; toda a organização interna se parecia muito com uma das muitas repartições públicas brasileiras em que já havia estado durante minha vida. Com uma estrutura base de concreto, canaletas de fios expostas, piso de cores claras e rasas, e com as costureiras divisórias de plástico.

Algo que me deixou intrigado foi a quantidade de placas de diretorias com muitas siglas diferentes; um tempo depois, já no campo, pude entender, como apenas pelas siglas os PMs buscam ter uma comunicação “eficiente, clara e racional”, o que explica seu uso constante. Em certo sentido também se nota essa utilização como forma de comunicação dos próprios ‘nativos’ contribuindo para um sentimento de pertencimento ao grupo. Apesar de naquele momento não saber, no Comando Geral (QCG), ficam 10 diretorias e as salas do comandante e subcomandante-geral, os dois Grandes Comandos, o Estado-Maior com 5 seções e dois outros setores²⁰.

Logo me encontrei na frente do que parecia ser uma recepção da secretaria do Comandante do Subcomandante da PMMS. Foi lá que primeiro me apresentei como pesquisador. Uma policial militar feminina (Pfem) praça²¹ me atendeu com simpatia e logo foi à procura de algum oficial que pudesse me auxiliar, apesar de ela não parecer saber muito quem seria essa pessoa, pois essa não era uma situação comum ali como mencionado. Fiquei no aguardo na sala de espera.

Como pesquisador, percebi ali uma boa oportunidade para dar início à observação do campo. A sala de espera era minúscula, com uma janela apenas e poucas poltronas. Na

¹⁸ Homem, branco, jovem, de altura de 1,75, de porte magro, com cabelo “bagunçado” e grande, com brincos e alargador, minha fala marcada em sotaques de Fortaleza, e um pouco do Rio de Janeiro, cidades em que morei.

¹⁹ Conceito êmico, usado pelos PMs para se referir aos civis de forma pejorativa, será trabalhado no segundo capítulo.

²⁰ Ajudância Geral (AJD) e Coordenadoria Militar (COORDMIL).

²¹ Separação hierárquica que existe entre militares que os separam entre Oficiais e Praças, para uma explicação mais ampla ver no capítulo II, ponto 2.1.

parede, chamava atenção um grande quadro com o brasão da instituição, cujos símbolos tentei identificar. Naquele brasão de armas (Anexo 1.1), temos muitos dos símbolos que se ligam à história da PMMS. De forma a representar a lógica militar, temos duas pistolas Harper's cruzadas, símbolo que foi apropriado pelos policiais da cidade de São Paulo que serviram na Segunda Guerra com soldados dos Estados Unidos da América (EUA). Em seu centro, em maior destaque, temos o braço que procura simbolizar os bandeirantes ligando a história da região com conquista e "civilização" trazidas por esses homens desbravadores. O braço segura um machado com uma bandeira tendo o símbolo da cruz de malta, representando a influência dos guerreiros cristãos da Ordem de Malta. Em cima do escudo do brasão temos uma onça pintada em posição de ataque, para além de representar a fauna local, ela simboliza a valentia e a força que os PMs devem ter. O escudo é cercado ao redor por dois ramos de folhas, um de café, simbolizando as conexões do estado com a imigração de cafeicultores do interior paulista para a região. E o segundo de erva-mate que marca a importância histórica que ela teve como um dos principais produtos econômicos e culturais²² da região.

Após esperar por alguns minutos, um tenente chega para me cumprimentar. Levanto para cumprimentá-lo e me apresentar. O tenente parece escutar minha explicação de forma atenta e se interessar sobretudo pelo fato de ser uma pesquisa de doutoramento e por eu estar vindo de São Paulo. Posicionar-me enquanto pesquisador de São Paulo acaba por ter caráter estratégico, pois a PMMS valoriza e se espelha na Polícia Militar de São Paulo (PMSP). Mas ainda assim, ele não parecia entender muito bem o que deveria fazer com essa requisição de pesquisa ou para quem deveria entregá-la.

A conversa foi interrompida com a chegada do coronel Amaral. Naquele momento, eu ainda não compreendia com clareza as hierarquias entre as diferentes patentes, mas a continência imediata de todos os presentes, somada aos detalhes dourados nos ombros de sua farda, deixava evidente sua posição de autoridade. Homem mais velho, o coronel encarnava o peso simbólico do poder na estrutura militar. O coronel comentava sobre a ausência²³ do Comandante-Geral e de algumas questões da 1ª Confraternização Junina da PMMS que ele

²² A erva-mate é usada para produzir a bebida típica, o Tererê, como chimarrão para os sulistas, ela possui enorme importância na história cultural local e ainda é uma bebida bastante consumida no estado. Servido frio, ele é constantemente consumido pelos PMs, durante as instruções, pelos cadetes e alunos, e até mesmo nas viagens é possível encontrar os kits de preparo.

²³ Nos períodos de primeiro contato com a instituição, e de autorização da pesquisa. O Coronel Comandante da PMMS, se encontrava afastado de suas funções. Comandante da PMMS volta às atividades após três meses de acidente com viatura na MS-040. Disponível em: < [> https://midiamax.uol.com.br/policia/2023/tres-meses-apos-acidente-comandante-da-pmms-retorna-a-policia/#:~:text=O%20Comandante%20Geral%20da%20PMMS,segunda%20feira%20\(21\) > Acesso em: 10 jul. 2024.](https://midiamax.uol.com.br/policia/2023/tres-meses-apos-acidente-comandante-da-pmms-retorna-a-policia/#:~:text=O%20Comandante%20Geral%20da%20PMMS,segunda%20feira%20(21))

estava organizando. Ao terminar de falar com o tenente, vira para mim e o tenente me apresenta, explicando um pouco a pesquisa. O Cel. se mostrou interessado e disse também ter pesquisado na época de um mestrado que fez.

O Coronel Amaral me pareceu ser uma pessoa bem afetuosa, me cumprimentava com educação e fez perguntas com legítima curiosidade. Senti uma proximidade, que pareceu ser marcada por ele também ter um pouco de sotaque carioca, havia feito o curso de formação de oficiais (CFO) na PMERJ, e por interesses acadêmicos que ele possuía, que compunham sua formação. Em pouco tempo, prontificou-se a me ajudar e me explicou como deveria escrever o requerimento, em nome de quem deveria enviá-lo, e também aproveitou para me convidar para a festa junina que estava organizando.

Naquele momento, já tinha uma intuição, que depois veio a se confirmar, de que, nos termos geertzianos²⁴, estava com um interlocutor-chave. O Coronel Amaral apresentava muitos dos critérios do autor, possuindo um conhecimento profundo da instituição pelo tempo nela, tinha uma facilidade em comunicação e sua patente de coronel indicava o mais alto nível de posicionamento hierárquico. Mas seguindo esses posicionamentos hierárquicos, não seria ele que poderia autorizar o início de minha pesquisa, cabia ao ‘comando’ da PMMS, isso se deu através das figuras do Comandante-Geral e Subcomandante.

O requerimento (Anexo 1.2) para realização da pesquisa foi redigido para o Cel. Renato dos Anjos Garnes, em junho de 2023. O coronel Garnes havia assumido o comando da PMMS naquele ano no final de janeiro, mas, para minha surpresa, o coronel não estava mais no comando. Como mencionado, ele havia sofrido um acidente em maio daquele ano e estava afastado da corporação, cabendo assim o cargo de Comandante-geral da instituição ao subcomandante. A então primeira mulher comandante geral em exercício era a Cel. Neidy Nunes Barbosa Centurião. Lá estava eu num momento particularmente histórico da instituição buscando realizar uma pesquisa tratando de questões de gênero na instituição.

Tive a oportunidade de conhecer a Cel. Neidy na confraternização junina que o Cel. Amaral estava organizando. Nela fui apresentado pessoalmente à Cel. Neidy, que diferente de muitas policiais militares femininas (Pfems) que tinha contado, parecia uma mulher bastante afetuosa sempre dando abraços calorosos nas pessoas que conhecia, no sentido mais tradicional do feminino e longe do padrão masculinizado dos demais PMs. Mais à frente no decorrer da pesquisa, soube que a Cel. Neidy tinha uma liberdade maior para se comportar dessa forma, tanto por possuir um grande capital social nos anos de corporação, quanto pela

²⁴ O antropólogo Clifford Geertz utiliza esse conceito no sentido de interlocutores fundamentais no campo etnográfico.

sua posição hierárquica de comando. Tratando das relações de gênero no alto comando da PMMG, Ribeiro e Garcia (2015) comentam a questão da autoridade hierárquica das PMs servir como estratégia de articulação e resistência das feminilidades nas Pfems. As outras Pfems assim se diferenciavam enormemente na construção de feminilidades PMs da Cel. Neidy.

Após o envio da requisição, recebi autorização para realizar a pesquisa em agosto de 2023, com indicações para iniciar no ano de 2024. Pois, nesse ano, estaria iniciando o 3º e o 4º Curso de Formação de Oficiais (CFO), e também a 37ª turma do Curso de Formação dos Soldados (CFSD).

Conceber meu campo de pesquisa muito se deu no fascínio que já tinha nas cargas de leituras, mas nesse início de realização do campo se tornou claro. Em minha concepção, várias das questões que procurava pensar acerca das masculinidades em relação às violências na PMMS já pareciam dar sinais. O próprio prédio despertava as associações entre o modernismo, com suas noções de funcionalidade e racionalidade, junto com valores típicos de uma masculinidade 'civilizada', masculinidade essa que observaria estar em disputa na instituição.

Os sujeitos de quem fui me aproximando durante esses primeiros dias pareciam se apresentar como as claras alusões dos textos teóricos dos valores militarizados. Primeiro no valor da disciplina, que se produzia a partir de seus corpos, nas suas formas de andar, conversar, sentar-se, no momento da continência quando um oficial superior entrava, ou até mesmo ficar de pé a postos. Já a ordem e seus aspectos apareciam na burocracia, em seus termos weberianos²⁵, das diversas diretorias e setores no CG, assim como a linguagem pró-siglas. E a hierarquia e a divisão criadas por ela podiam ser vistas não apenas no respeito com que todos batiam continência ao coronel, mas em como ele possuía mais informações e poder institucional que as demais patentes. As violências, essas ficaram mais difíceis de serem observadas, como era de se esperar tanto com o ambiente administrativo que havia frequentando com suas fardas não operacionais (Anexo 1.3) quanto pelos padrões 'civilizados' que se espera de uma instituição do Estado moderno europeu nos termos de Elias (1993). A esse respeito, houve uma concentração do monopólio legítimo da força nas mãos do Estado, uma internalização de controles de comportamento (autocontenção, boas maneiras e regras de etiqueta, e um afastamento da violência aberta da vida cotidiana, relegando-a a

²⁵ No sentido de a ordem militar manifestar traços comuns com a noção de burocracia moderna e da dominação racional-legal apresentada por Max Weber, em que existem regras impessoais e formalizadas, hierarquia de cargos, competência técnica, rotina documental e carreira meritocrática.

espaços regulados como os da Polícia Militar). Apesar disso, ela aparecia indiretamente na presença de uns poucos PMs que possuíam uma pistola Beretta no coldre da cintura ou da perna esquerda, dois carregadores do lado direito, assim como um par de algemas com seu brilho característico. Ainda assim, tinha a compreensão de que seria necessário um aprofundamento maior no dia a dia da formação da PMMS para conceber mais claramente o papel da violência.

Início essa primeira parte do capítulo, quebrando um pouco a tradição acadêmica, trazendo uma foto minha realizada em campo. Na foto abaixo estava realizando o campo e sendo apresentado ao comandante de uma das organizações policiais militares (OPM)²⁶.

Imagem 1.1 – Realizando o campo de pesquisa



Fonte: Acervo Pessoal, 29 de agosto de 2024.

Geralmente nas produções acadêmicas, sobretudo numa dissertação ou numa tese, tenho a impressão que passamos por certo processo de apagamento do autor. Acabamos por ser apenas um nome completo presente nas capas. Na imagem acima, sou eu (meio encoberto) posando para uma foto com um tenente-coronel e um coronel. O convite partiu

²⁶ Opto por não especificar procurando manter o anonimato.

deles, como é de praxe em ocasiões institucionais que envolvem figuras de autoridade e o cenário emblemático das três bandeiras ao fundo. Essas imagens são um dos componentes que DaMatta (2011) chama de “festas da ordem”, rituais que reafirmam hierarquias e pertencimentos. Eu, no entanto, me sentia deslocado. Não apenas pela formalidade da situação, mas pelo que ela performava. Ainda assim, ali já se insinuava uma tentativa minha de “camuflagem”: vestia roupas em tons semelhantes aos dos PMs e calçava um coturno, como quem ensaia, com o corpo, alguma forma de pertencimento que nunca será plena. Era o corpo do pesquisador buscando modos de passar, ou, ao menos, não destoar tanto, em um campo onde o “fora do lugar” se faz sentir desde o primeiro olhar.

Neste primeiro capítulo esse é o enfoque. Procuro, a partir das reflexões teóricas e metodológicas, assim como algumas experiências no campo, trazer uma discussão que me posicione em relação aos sujeitos de meu campo. Assim como posicione o campo nos aspectos relacionados ao masculinismo e às violências. Também tento demonstrar de que forma meu corpo nesse campo produziu certos empecilhos éticos e práticos no decorrer da pesquisa. Por fim, busco apontar que mesmo com os bloqueios ou entraves de uma pesquisa numa instituição Policial Militar, é possível produzirmos dados que auxiliem demais pesquisadores a adentrar nesse campo.

Saberes Localizados e Objetividade Corporificada

Contra o positivismo, que fica no fenômeno “só há fatos”, eu diria: não, justamente não há fatos, só interpretações. Não podemos verificar nenhum fato “em si”: talvez seja um absurdo querer uma tal coisa.

Friedrich Nietzsche, A Vontade de Saber.

Com isso posto, é necessário frisar de forma mais clara as bases metodológicas desta pesquisa. Conceber as esferas metodológica e epistemológica de uma pesquisa de doutoramento me faz pensar na fundamentação da própria ciência social enquanto um campo legitimamente científico e de produção de saber em humanidades. Essa busca por legitimidade e por um suposto estatuto de “verdade” científica é uma marca histórica das ciências sociais — especialmente da sociologia — e segue sendo objeto de disputa até hoje. Assim como ocorre na PMMS, esse campo também se constituiu a partir de lógicas masculinistas, produzindo um saber situado, embora frequentemente apresentado como universal, forjado nas universidades modernas europeias e ocidentais.

Desde a infância da sociologia, com o fundador Émile Durkheim, já se tinha em *As regras do método sociológico* (1968 [1895]) uma estipulação dos primeiros passos nesse percurso, que continua até hoje. Concebendo a noção de fato social, Durkheim (1968) pretendia estabelecer um objeto para a ciência que estava surgindo, tal qual nas ciências ditas naturais, que se constituía enquanto uma “coisa” passível de análise e teorização do cientista social.

Esse “fato social” se encontra a partir de um isolamento estatístico aritmético dos fenômenos sociais individuais (1968, p. 392), instaurando-se como coletivo a partir de seu caráter quantitativo de presença na maior parte da sociedade (1968, p. 392). Tal forma de conceber um objeto a partir de uma média aritmética, que busca estabelecer uma concepção do “socialmente normal”, vai ser criticada pelo epistemólogo Georges Canguilhem (2009 [1966]). Em seu livro *Normal e Patológico*, ele trata majoritariamente das questões da patologia²⁷ para as ciências biológicas, mas também se aplica para pensar epistemes sobre as ciências sociais. Na referida obra, Canguilhem (2009) chama atenção para o fato de que a média, longe de ser apenas uma descrição neutra de padrões recorrentes nas sociedades humanas, tende a operar como um instrumento de normatização quando descontextualizada. Em vez de apenas registrar a frequência de certos fenômenos, ela participa da construção de uma norma. É nesse sentido que ele afirma: “identificar, em sua noção de média verdadeira, as noções de frequência estatística e de norma, pois uma média que determina desvios tanto mais raros quanto mais amplos forem é, na verdade, uma norma” (2009, p. 61). Assim, o que Durkheim concebe como “fato social”, ao invés de apontar para uma objetividade empírica, acaba por funcionar como dispositivo de produção discursiva de comportamentos socialmente esperados.

Na antropologia, algo semelhante também ocorre na constituição dos critérios de autoridade científica. Como aponta James Clifford (2002), especialmente ao analisar *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), Malinowski constrói a figura do “novo antropólogo” (p. 26), atribuindo-lhe legitimidade científica por meio da observação participante. A autoridade do etnógrafo passa então a residir no que Clifford chama de “validade científica da observação participante” (p. 26), deslocando o critério da estatística para o “poder de observação” do pesquisador em campo (p. 29). Esse movimento, embora

²⁷ Isso não está muito longe da própria concepção de Durkheim que também utiliza do conceito de patologia ao tratar da sociedade, quando diz que ela “confina duas ordens de fatos bastante diferentes: aqueles que são os que devem ser e aqueles que deveriam ser diferentes daquilo que são, os fenômenos normais e patológicos” (1968, p.110).

diferente do uso da média nas ciências sociais positivistas, também produz uma norma metodológica: o observador-participante torna-se um modelo de pesquisa hegemônico. Clifford, contudo, é incisivo ao apontar os limites dessa normatividade, especialmente quando ela se ancora exclusivamente na experiência do antropólogo isolado no campo, uma forma de autoridade que ele qualifica como “ingênua”, por confiar de modo acrítico na empiria como fundamento de verdade (p. 39).

O interesse em trazer Durkheim e Malinowski está em demonstrar a constância dessa busca de legitimidade e autoridade metodológica das ciências sociais, desde seu nascimento que tentava produzir uma epistemologia “sólida” e legítima por meio do empirismo das ciências duras. Esta tese procura se afastar dessa busca de legitimação científica moderna e ocidental por meio apenas de critérios de racionalidade, objetividade e neutralidades de um funcionalismo durkheimiano ou ênfase na autoridade-experiencial de Malinowski.

Compreendo esses aspectos como partes do paradigma²⁸. E no caso²⁹ de Durkheim, até mesmo questionável contemporaneamente por meio da teoria compreensiva alemã weberiana. Em *A ciência como vocação*, Max Weber (1982 [1917]) aciona a sua compreensão do caráter científico das ciências sociais, já destoando da concepção de Durkheim. Reconheço uma diferença paradigmática em sua noção de ciência mais crítica e artesanal, por meio da qual entende que nela até mesmo a inspiração não teria um papel menor que teria nas artes (1982, p. 162). Weber também se mostra menos otimista com as concepções progressistas³⁰ de ciência, criticando o que via como um processo de “desencantamento do mundo” por meio da exacerbada racionalização instrumental de sua época.

Tal mudança de ótica sobre a ciência e seu papel é inspirada nas “críticas devastadoras” expostas por Nietzsche, principalmente em *Para além do bem e do mal*, de 1886, e em *A Gaia Ciência*, de 1882. Entretanto, Weber ainda parece demonstrar uma ingenuidade própria, que, assim como Durkheim e Malinowski, acreditava que com uma

²⁸ Aqui é entendido nos moldes proposto por Thomas Kuhn em que “Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.” (2011 [1962]). O “universalmente reconhecido” possui um caráter debatível em sua definição, que apresenta contrastes claros das ciências naturais para as ciências humanas, ainda assim opto por usá-lo.

²⁹ No caso de Malinowski, houve também críticas contemporâneas, sobretudo à perspectiva de Franz Boas.

³⁰ Essas concepções de progresso são comumente associadas ao positivismo Comtiano e a lei dos três estados, não está presente apenas ao se pensar num progresso da filosofia positivista. Foi observado também por Josep Fontana (2004 [2000]) tratando sobre essa concepção de progresso presentes na historiografia liberal e economia britânica, tal concepção busca situar “todos os povos e todas as civilizações dentro de um esquema único de progresso, justificando, com isso, o domínio imperialista dos europeus e de seus descendentes transatlânticos sobre o resto da espécie humana e apresentando a exploração colonial como uma missão humanitária de educação: “o fardo do homem branco”. (2004, p.170).

“disciplina rigorosa... se podem afastar as noções prévias” (1968, p. 404). Weber concebia o conceito de “neutralidade axiológica”. Como já mencionado anteriormente, enfatizo que me parece improvável de ser alcançado de forma plena, afinal somos “demasiadamente humanos” e nos constituímos em (e constituímos) uma sociedade extremamente estratificada pelos mais diversos marcadores sociais, entre eles, pelos vieses fundantes de gênero, classe, raça, geração, etc.

Desta forma, nesta tese, proponho me distanciar desses fundadores e tomar um posicionamento a partir dos paradigmas advindos das teorias de Foucault e da epistemologia feminista. Tomando essa posição, viro-me para a produção desse autor, um herdeiro tardio de muitas das posições de Nietzsche, que, nas palavras de Sérgio Adorno, se mostra como um autor que apresenta a “possibilidade de pensar diferentemente”. “Está na origem das profundas perturbações que o pensamento de Foucault apontou para o domínio das ciências sociais e das humanidades” (2017, p. 36). Dessas “profundas perturbações” fundantes de um pós-estruturalismo que Foucault (2012, p. 16) traz

...pesquisas de psicanálise, da linguística, da etnologia, descentraram o sujeito em relação às leis de seu desejo, às formas de sua linguagem, às regras de sua ação, ou aos jogos de seus discursos míticos ou fabulosos, quando ficou claro que o próprio homem, interrogado sobre o que era, não podia explicar sua sexualidade e seu inconsciente, as formas sistemáticas de sua língua ou a regularidade de suas ficções. .

Ao dar ênfase ao descentramento que algumas pesquisas fazem das “formas sistemáticas da língua, às regras de sua ação”, o autor se enquadra como parte de uma ruptura paradigmática, inicialmente filosófica, pertencente à “virada linguística”. Os simpatizantes desse paradigma, entre os quais se encontra Foucault, começam a perceber o poder que a linguagem tem na produção das “ficções” humanas. A linguagem não mais tem uma relação mecânica e direta com a realidade, como se o que falássemos tivesse direta conexão com o mundo externo. Esses pensadores enfatizam a potência que ela tem para produzir o mundo em si, classificá-lo, catalogá-lo ou explicá-lo. Os aspectos do sonho iluminista de ciência natural passam antes por esse filtro linguístico, ao qual, antes da “virada”, não se havia dado atenção, sobremaneira à sua importância epistêmica.

É a partir dessa perspectiva que Foucault irá elaborar suas obras: *As Palavras e as Coisas* (1966) e *A Ordem do Discurso* (1970), tendo como base suas pesquisas anteriores sobre a psicologia, o nascimento da clínica psi, e a ‘invenção’ da loucura. Essas experiências dão sustentação ao método foucaultiano, que pretende escavar as condições que possibilitam a

produção de discursos de saber de determinadas épocas. Mais do que uma “história” das ideias ou do pensamento, que Foucault criticou (2012, p. 6-7), o autor procura pelas regras que dão estruturação aos discursos. Nesta tese, trabalho com enunciados que perpassam os sujeitos da PMMS, assujeitando-os ao mesmo tempo em que são produzidos por eles numa série de discursos.

Para além de uma análise meramente gramatical (morfossintática, sintática ou semântica), ou de uma descrição de proposições comuns na lógica filosófica, ou até mesmo dos atos de fala comuns nas análises pragmáticas de discursos políticos, partindo da negação dessas três possíveis análises que poderiam se confundir com o enunciado, o que Foucault vai propor é uma definição ‘não definidora’, ao dizer que

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos [...] ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdo concretos, no tempo e no espaço (Foucault, 2012. p. 105).

É através dessa “função de existência” que se fazem os enunciados, que possibilitam a emergência de acordos junto das regras que formam os discursos e em correlação com outros enunciados. Então, ao mesmo tempo em que são linguísticos em certo sentido, também são materiais em outro. Por meio desta função dos enunciados, os discursos se constituem como normativos e reguladores, que colocam em funcionamento mecanismos que buscam organizar o “real” a partir da produção de diversos saberes e de estratégias de poder. Nesse sentido, na PMMS, observo discursos que vão produzir e organizar os corpos, as generificações, e o “fazer-se PM” de formas particulares. Ao formar esses discursos, temos a produção de objetos da “realidade”, que longe de uma descrição metafísica ou ontológica do saber, Foucault nos demonstra que essas produções discursivas estabelecem uma relação com os jogos de verdade.

Além da análise discursiva dele, penso também a partir de outra fase de Foucault, presentes em obras como *Vigiar e Punir* (1975) e *História da Sexualidade Vol. I* (1976), na qual o autor apresenta a concepção do método genealógico, de inspiração nietzschiana. Nesse outro aspecto, como Foucault, pretendo dar atenção às relações de poder e às práticas, que se constituem enquanto discursos e enunciados dos PMs. Na genealogia, temos o enfoque no poder, sobretudo em sua noção produtiva mais do que repressiva; assim, os enunciados se dão

em formas de práticas, nas relações microfísicas entre sujeitos. Aqui, temos os efeitos sobre os corpos dos PMs, particularmente dos alunos e cadetes, como algo de particular interesse metodológico.

Um ponto importante de se trazer, como mencionado na introdução, são as mídias sociais da PMMS ou relacionadas, pois também trouxeram dados interessantes para a compreensão do discurso masculinista da instituição. Apesar de elas não serem o objeto central, tive uma dedicação exclusiva para a produção dos dados da pesquisa, elas ajudaram na imersão no campo e compreender de forma mais clara como a própria instituição propagandeava um discurso de gênero a respeito de si. Nesse sentido, o conteúdo produzido para as redes sociais da PMMS configura um conjunto ampliado de enunciados que, como afirma Rial (2004, p. 27), dialoga com as concepções foucaultianas de discurso, nas quais se reconhece o “poder da mídia em desencadear fenômenos sociais, estabelecer ou modificar estereótipos”.

Pretendo, assim, procurar pelos enunciados, sobretudo nas instruções que acompanhei nas OPMs formativas e nas mídias, pois compõem discursos dentro das relações de poder, nas sujeições a respeito das masculinidades e violências. Assim, tanto os enunciados quanto os efeitos de poder sobre os corpos buscam ser entendidos no contexto da PMMS, com seus processos de assujeitamento e disciplinamento particulares na amplitude das instituições policiais militares pelo Brasil.

No segundo posicionamento paradigmático desta tese, penso com base em epistemologias feministas, levando em consideração que o feminismo contemporâneo há muito deixou de ser “apenas” um movimento político em seu sentido reducionista, que busca a expansão dentro da narrativa dos direitos ao Estado. Os efeitos do feminismo se fizeram sentir nas diversas áreas do saber, na produção filosófica, antropológica, histórica, entre outras. Mais do que reconhecer as desigualdades que afligem o gênero/sexo feminino nas sociedades ocidentais, desde a segunda onda do movimento (mais proeminente na terceira onda pós-anos 80), tem-se feito uma produção propositiva para pensar as diversas categorias que costumamos trabalhar nas ciências humanas.

Autoras tão diversas, e por vezes em desacordo entre si, como Eleni Varikas, Avtar Brah, Judith Butler, Luce Irigaray, Joan Scott e Geneviève Fraisse têm mobilizado a potência da teoria feminista como ferramenta crítica para interrogar uma ampla gama de objetos e discursos acadêmicos. Nesta tese, detenho-me especialmente em duas dessas pensadoras: Donna Haraway e Wendy Brown. A partir de suas obras, proponho uma crítica à

epistemologia tradicional defendida pelos autores clássicos discutidos anteriormente. No próximo tópico deste capítulo, aprofundo a concepção de um *masculinismo de Estado*, articulando os aportes da teoria feminista à análise do meu campo empírico, a PMMS, enquanto expressão de um aparato estatal contemporâneo que opera segundo lógicas generificadas e hierarquizantes.

Como vimos acima, a epistemologia tradicional, tanto presente em Durkheim, Malinowski quanto em Weber, possuía uma ênfase no cientista que tem um caráter individualista e exclusivista a respeito da produção científica. O sujeito enunciator do conhecimento era concebido como neutro e invisível, mas associado apenas ao homem, branco, ocidental, heterossexual que por esses marcadores se apresentava como ser racional e capaz de objetividade. Um indivíduo que empiricamente observa os fenômenos no mundo, os analisa e os estuda de forma neutra em vias de ter maior apreensão de uma definição de “realidade” totalizadora. A objetividade, assim, se centrava nessa capacidade de o homem afastar suas pré-noções, valores e vieses, algo conquistado com muito treino nos anos formativos nas universidades masculinistas, para ter capacidade de entender e explicar os fenômenos em sua plenitude, por meio de sua racionalidade instrumental.

Esses conceitos de “objetividade” e “racionalidade” foram produzidos nesse contexto masculinista e branco da modernidade europeia (Lloyd, 1984). Tal contexto produziu inúmeros vieses nos enunciados científicos dentro das relações de poder no período. Atualmente, tornou-se mais claro que, naquele momento, a “objetividade” e a “racionalidade” eram produzidas como propriedades apenas de homens, brancos e europeus, sendo outros grupos incapazes de alcançar essa posição de cientista objetivo e racional.

Diversos foram os efeitos desses vieses, ficando apenas nas ciências, podemos observar suas influências em todos os campos do saber, indo desde as ciências naturais com as concepções racistas da biologia (Rutledge, 1995), nas ciências sociais, como na antropologia como ferramenta do imperialismo (Sharani, 2017), no evolucionismo justificado na sociologia (presentes principalmente nas obras de Auguste Comte e Herbert Spencer), e nas concepções de Estado eurocêntricas das ciências políticas (Chandra, 2013).

Esse cientista se pressupunha como o sujeito descartiano produzido nesse contexto a partir da concepção de um sujeito descorporificado (Longino, 2012), que se instaura no binarismo, constantemente reforçado no campo epistemológico. Partindo da divisão descartiana mente/corpo, depois caminhando para as concepções de racionalidade/emoção,

objetividade/subjetividade e até os binômios, público/privado e homem/mulher.³¹ Assim, os aspectos da mente, da “racionalidade” e da “objetividade” estariam na natureza conceitual do próprio homem e da masculinidade, colocando a mulher como o “outro lado”, nos reinos do corpo³², da emoção e da subjetividade (Lloyd, 1984; Rooney, 1991). Características que deveríamos, segundo os clássicos, afastar para uma produção de autoridade nos enunciados científicos, tornando-os “verdadeiros e objetivos”.

Esse binômio, que nos termos foucaultianos se faz como dispositivo de sexualidade/gênero, vai ser tratado no artigo “Saberes Localizados” de Donna Haraway. Nele, a autora traz uma proposta de epistemologia feminista para repensar algumas noções que me são interessantes nesta tese. Tem-se em mente, aqui, as influentes pesquisas de Bruno Latour³³ a respeito do forte caráter social e ideológico da produção científica, que deixam claro que os enunciados “sobre a objetividade e o método científico são péssimos guias, particularmente no que diz respeito a como o conhecimento científico é realmente fabricado” (1995, p. 9).

Partindo da aceitação dessa crítica de Latour a respeito da produção das “verdades” científicas, Haraway enfatiza que um grupo com interesses políticos, como as feministas, não deveria ficar apenas na crítica e no reconhecimento do masculinismo na ciência, mas sim ir além deles em vias de tomar uma atitude propositiva. Assim, ela concebe que

...a ciência - o jogo real, aquele que devemos jogar - é retórica, é a convicção de atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo. Tais convicções devem levar em conta a estrutura dos fatos e artefatos, tanto quanto os atores mediados pela linguagem no jogo do conhecimento. Aqui, artefatos e fatos são partes da poderosa arte da retórica (Haraway, 1995. p.10).

Utilizando essa compreensão do saber científico, a autora enfatiza que seu foco se dá sobre como a utilização da ciência tem sido uma ameaça a “nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões 'corporificadas' da verdade” (1995,

³¹ Em *A Dominação Masculina* (2012), Bourdieu apresenta um esquema sinóptico dessas oposições numa estruturalista de concebê-las (p. 19).

³² No meu campo em específico numa das masculinidades hegemônicas em disputas na PMMS, o corpo aparece enquanto um artefato de gênero masculino, representando a potência e a virilidade dos PMs operacionais. Adentro essa discussão no capítulo II.

³³ Enquanto, um antropólogo e sociólogo da ciência que virou seus olhos para produção científica em laboratórios, Latour tem sido um grande questionador dos discursos de cunho neopositivista da produção científica. Tal concepção é presente em seus livros, principalmente na etnografia em “A vida de laboratório”, e em “A esperança de Pandora”.

p. 13). Assim, ela entende que a epistemologia feminista pode ser uma ferramenta para reformular o paradigma da epistemologia tradicional, mas a autora deixa claro que não há um interesse em destruir a ciência anterior ou a desqualificar em sua totalidade.

Referenciando Sandra Harding³⁴, Haraway acredita que uma epistemologia feminista deve possuir uma compreensão de ciência que continue “a insistir nos significados legítimos da objetividade e mantém a suspeita sobre um construcionismo radical conjugado com a semiologia e a narratologia” (1995, p. 15). Nesta pesquisa, sigo esse caminho; apesar de ter um tom crítico a diversas características da história da ciência e até a algumas posições dos que a instrumentalizam na contemporaneidade, reconheço sua capacidade propositiva e legitimadora como grandes potências. Potências essas que não devem ser negadas e, apesar dos seus vieses, podem se tornar uma ferramenta de grande utilidade na produção de novos saberes e de melhoria de vidas de uma forma mais democrática e igualitária. Haraway (1995, p. 16-17) pontua esse objetivo, que temos em comum, ao dizer que

Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro. As ciências naturais, sociais e humanas sempre estiveram implicadas em esperanças como essas. A ciência sempre teve a ver com a busca de tradução, convertibilidade, mobilidade de significados e universalidade - o que chamo de reducionismo quando uma linguagem (adivinha de quem) é imposta como parâmetro para todas as traduções e conversões. O que o dinheiro faz no âmbito das trocas do capitalismo, o reducionismo faz nos poderosos âmbitos mentais das ciências globais: finalmente há apenas uma equação. [...] Imortalidade e onipotência não são nossos objetivos. Mas poderíamos fazer uso de algumas explicações confiáveis, aplicáveis, sobre as coisas, que não fossem redutíveis a lances de poder e a jogos de retórica de alto coturno, agonísticos, ou à arrogância cientificista, positivista.

Com esses objetivos e esclarecimentos expostos, Haraway então parte para a forma de entendimento do que a epistemologia feminista pode trazer para uma nova concepção de ciência. A base dessa concepção está na ideia de “saberes localizados”, em oposição à produção científica descorporificada³⁵ das posições “não marcadas de Homem e Branco” (1995, p. 18). Propõe-se uma nova objetividade, em que a posicionalidade dos sujeitos produtores do saber científico é colocada em jogo. Assim, ela coloca que “a objetividade se revela como algo que diz respeito à corporificação específica e particular [...] apenas a

³⁴ Em seu livro *The Science Question in Feminism* [A Questão Científica no Feminismo] (1986), a autora elabora de que forma o masculinismo (a autora usa o termo androcentrismo) se encontra presente nas ciências sociais, e também nas ciências naturais que são tidas como mais objetivas e com menos vieses.

³⁵ Um processo similar aparece na PMMS, mostra-se no “mito da igualdade” (Cappelle et al, 2002, p.266-267) em que o masculinismo das organizações burocráticas se mascarou por meio de um discurso de uma igualdade descorporificada entre os sujeitos da instituição. Trago essa discussão no capítulo II.

perspectiva parcial promete visão objetiva” (1995, p. 21), tentando assim se afastar da transcendência universalista característica da epistemologia científica tradicional. A autora enfatiza também que, apesar de essa posicionalidade para uma nova objetividade ser potente para sujeitos antes subalternizados, são costumeiramente deixados de lado da produção científica. Ainda assim, é importante compreender que essa marcação de identidade não possui em si uma validação da produção científica e que ela ainda deve passar pelos processos de “reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação” (1995, p. 23), partindo da comunidade acadêmica, dos pares e da sociedade de forma mais ampla.

Outro ponto de atenção refere-se ao risco do relativismo, frequentemente associado à ênfase na identidade local de onde o saber é produzido. A ideia de que toda produção seria relativa a sujeitos particulares pode levar a uma paralisia epistemológica. Haraway, no entanto, recusa tanto a objetividade desincorporada quanto a extrema relativização. Para ela, a alternativa está na construção de saberes parciais, situados e críticos, ancorados em redes de conexão, na solidariedade política e em conversas epistemologicamente compartilhadas (1995, p. 23). Isso porque, em sua perspectiva, tanto o relativismo quanto as pretensões totalizantes operam como formas de universalização que alimentam a fantasia de uma “visão total e de nenhum lugar”, posição associada ao discurso científico tradicional, da qual Haraway busca explicitamente se distanciar.

Partindo, então, para a apresentação dos marcadores sociais desse sujeito produtor do novo saber científico, a autora pontua que é preciso se afastar de concepções essencialistas de identidade; assim, as posições das mulheres, dos negros, dos indígenas ou até mesmo dos homens, dos brancos, não podem ser entendidas como essências imutáveis e restritas a apenas uma localidade do saber. Assim, para a concepção de objetividade que ela está elaborando, é preciso que

Um conhecedor científico não procur[e] a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial. Não há maneira de "estar" simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e classe. E esta é uma lista resumida das posições críticas. A procura por uma tal posição "inteira" e total é a procura pelo objeto perfeito, fetichizado, da história oposicional, que às vezes aparece na teoria feminista como a essencializada ‘Mulher do Terceiro Mundo’. Sujeição não é base para uma ontologia; pode ser uma pista visual. não há visão imediata desde os pontos de vista do subjugado. Identidade, incluindo autoidentidade, não produz ciência; posicionamento crítico produz, isto é, objetividade (Haraway, 1995. p. 26-27).

É neste sentido que, nesta tese, trago a minha posicionalidade no início deste primeiro capítulo. Meus marcadores sociais trazem questões pertinentes durante toda a produção de meus dados etnográficos e em minha própria recepção dos enunciados tratando tanto das masculinidades quanto das violências³⁶ no campo com os policiais militares. A minha posição, assim como a dos sujeitos em campo com quem interajo, tem que ser vista a partir do ponto de vista posicional, mas crítica na interação dessas posicionalidades.

Esse “eu”, enquanto “conhecedor científico”, precisa ser relativizado no sentido de não se constituir como uma essência constante no tempo e no espaço, pois os próprios dados produzidos e vividos no campo alteram esse “eu” que iniciou essa pesquisa em 2020. O “ser afetado” no campo é uma das características clássicas das etnografias, como menciona Favret-Saada (2005). Haraway pontua que essa é a visão interessante da objetividade que propõe que se tenha uma “visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo” (1995, p. 30).

Por fim, isso se aplica não só ao sujeito pesquisador, mas também aos chamados, pelas ciências tradicionais, de “objetos” de pesquisa. Tradicionalmente, nas ciências, o objeto é visto como algo fixo e determinado que o pesquisador encontra no mundo. Isso vale para meu campo, onde nem a PM, nem as masculinidades e as violências, estão predeterminadas, mas sim se apresentam como múltiplas, complexas e em conflitos internos. Muito disso se dá pela separação binária já mencionada. Há ainda que se levar em conta as concepções do sistema econômico-político, que tendem a ver os ‘objetos’ da ciência apenas como mais uma matéria-prima, à espera de análise e pesquisa científica, para serem usufruídos segundo uma lógica de mercado ou de produtivismo acadêmico. Na visão de Haraway, isso deve ser modificado para uma compreensão dos fenômenos e objetos como “um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso” (1995, p. 36), para assim nos afastarmos da lógica de “descobertas” e controle para uma de relação social da própria ciência com o mundo ao seu redor, uma espécie de “conversa”, que entendemos como carregada de poder em sua relação (1995, p. 37). Isso teve destaque no meu campo com os PMs, pois minhas compreensões foram influenciadas pelas imagens e impressões que formava sobre a instituição (trago essa questão no encerramento desse primeiro capítulo). Com o interesse então de me posicionar e dialogar com meu campo, a seguir, trato da ‘generificação’, que acredito ser mais propício ser pensado como *masculinismo institucional* das polícias militares.

³⁶ No terceiro capítulo desta tese tem um destaque essa questão, pela minha trajetória de vida e marcadores, terem uma compreensão diferente das violências.

Herdeiros da Força: o poder masculinista da/na Polícia Militar

*Every man I meet wants to protect me. Can't figure out what from.*³⁷

Mae West

Como já mencionado, esta tese tem a proposta de unir, conectar, relacionar enunciados e valores. Nela, as masculinidades irão fundamentar os dois outros focos, a Polícia Militar e as Violências. Mas para compreender a noção generificada da instituição PMMS, é necessário desenvolver o conceito de *masculinismo do Estado*. Parto aqui da compreensão que tanto as masculinidades quanto as feminilidades são atributos não essenciais e relacionais (Connell, 2005). Aqui, não ignoro a materialidade dos corpos³⁸ e seus efeitos no mundo, mas enfatizo as constituições culturais, sociais e históricas desses corpos em determinado contexto.

Neste ponto, privilegio os trabalhos de Wendy Brown, cientista política e feminista. Entendo que suas análises evidenciam o masculinismo presente nos aparatos e discursos políticos que sustentam a noção de Estado no Ocidente. Nas ciências políticas, os chamados “grandes objetos”, como o Estado, a Democracia, a Política e o Parlamento, são marcados por uma forma masculinista de existência, ou seja, por aquilo que denomino masculinismo de Estado. Com ênfase na noção de Estado, sigo os passos de Wendy Brown (1995) ao identificar o masculinismo como um dos alicerces da construção moderna do Estado na história ocidental.

A instituição da Polícia Militar aqui é entendida como parte do aparato de segurança do Estado brasileiro. De certo modo, a atuação ostensiva da PM, em contato direto com o território e sua população, revela uma das formas mais evidentes do domínio estatal e representa o poder masculinista. Para Brown, a questão recai sobre os modos de poder masculinistas presentes na formação e práticas do Estado, o que ela entende como:

O masculinismo do Estado refere-se àquelas características do Estado que significam, implementam, sustentam e representam o poder masculino como uma forma de dominação. Essa dominação se expressa como o poder de descrever e governar o mundo e o poder de acesso às mulheres; implica tanto uma reivindicação geral de território quanto reivindicações para, sobre e contra "outros" específicos (Brown, 1995. p. 167)³⁹.

³⁷ “Todo homem que encontro quer me proteger. Não consigo entender de quê.”

³⁸ Corpo tem um viés explicativo potencializador, sobretudo ao tratarmos de instituições militarizadas, vide Foucault (1999).

³⁹ “The masculinism of the state refers to those features of the state that signify, enact, sustain, and represent masculine power as a form of dominance. This dominance expresses itself as the power to describe and run the

A concepção generificada com que a autora compreende o Estado moderno, em seu sentido foucaultiano, aparece como um dispositivo⁴⁰ de poder que consiste em inúmeras tecnologias, discursos, instituições, procedimentos e táticas que exercem de forma multissituada o poder, tendo como alvo os *outros*⁴¹ e tendo como sua razão de ser a definição de política. Partindo do aparelho estatal estadunidense de sua época, Brown destaca alguns dos possíveis contornos presentes nesse dispositivo de poder masculinista. Sua premissa básica é entender o poder do Estado como um “produto histórico e expressão da predominância masculina na vida pública e da dominação masculina em geral, o poder do Estado é certamente e de forma problemática marcado pelo gênero” (1995, p.173-174)⁴². E, de forma foucaultiana, ao comentar que,

Apesar da tendência quase inevitável de falar do Estado como um "ele", o domínio que chamamos de Estado não é uma coisa, sistema ou sujeito, mas **um terreno significativamente ilimitado de poderes e técnicas, um conjunto de discursos, regras e práticas**, coabitando em relações limitadas, tensas e muitas vezes contraditórias entre si (Brown, 1995. p.174, ênfase minha)⁴³.

Assim, com essa definição de Estado, parte também da concepção de poder foucaultiana⁴⁴. Com isso, a autora divide em quatro modalidades distintas as formas pelas quais o poder masculino opera nos Estados ocidentais. .

A primeira dimensão estaria na parte “juridical-legislative or liberal”, responsável pela concepção formal e constitucional do Estado, e também como a forma que Marx entendia “nos seus primeiros escritos, criticando a burguesia”⁴⁵.

world and the power of access to women; it entails both a general claim to territory and claims to, about, and against specific ‘others’”

⁴⁰ Para uma compreensão mais ampla de como Foucault concebe o Estado, ver a aula de 22 de março de 1978 em “Segurança, Território, População” (2008).

⁴¹ No texto se refere aos grupos não hegemônicos que fogem do padrão do homem, masculino, branco, cristão, ocidentais e adultos. O que não nos afasta que esses próprios sujeitos também constituam o dispositivo.

⁴² “Historical product and expression of male predominance in public life and male dominance generally, state power itself is surely and problematically gendered”

⁴³ “Despite the almost unavoidable tendency to speak of the state as an “it,” the domain we call the state is not a thing, system, or subject, but a significantly unbounded terrain of powers and techniques, an ensemble of discourses, rules, and practices, cohabiting in limited, tension-ridden, often contradictory relation with one another.”

⁴⁴ Quando ele diz que “...se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (2017, p.100).

⁴⁵ “In his Early writings, criticized as bourgeois”

A segunda parte se dá na sua concepção também liberal, mas focada na questão econômica, entendida como a “capitalist dimension of the state”, preocupada com as questões produtivas, distributivas, de consumo e de legitimação da figura do Estado numa sociedade de mercado.

Na terceira dimensão, temos a “prerogative”, ou dimensão prerrogativa. Ela se insere na definição clássica de Estado em seu sentido weberiano, entendido como o “monopólio legítimo da força”. Trata-se, portanto, da dimensão que delimita e legitima o monopólio estatal sobre o uso da violência, seja ela interna (no caso da polícia), seja externa (como no exército e demais forças armadas).

Na quarta e última, temos a “bureaucratic dimension of the state”, presente por meio das instituições nas figuras dos ministérios, secretarias, autarquias e demais instâncias, em se encontrariam, de forma mais clara, os processos de racionalização e burocratização em seus sentidos weberianos⁴⁶ e, por que não, kafkianos. Com culto à neutralidade estatal dos especialistas que produzem os saberes e disciplinas do Estado. Essas seriam as quatro dimensões que Wendy Brown sistematiza como forma de compreender o masculinismo no Estado.

O que me interessa, aqui, é conceber o *masculinismo institucional* como um regime de gênero composto por práticas, valores e dispositivos que, no interior da PMMS, erigem à condição de norma a figura do homem viril, hierárquico e que se baseia na exclusão. Ao longo da tese, desenvolvo esse conceito a partir de dois eixos centrais: a prerrogativa de violência e “proteção” e a gramática interna da virilidade. E mostro como ele se articula em três dimensões interdependentes: simbólica, organizacional e corporal-emocional. Na dimensão simbólica, o *masculinismo institucional* constrói discursivamente a lógica da guerra e o *ethos* guerreiro, instaurando a oposição “nós” versus “eles”. Na organizacional, manifesta-se nos rituais de formação, nas divisões internas de trabalho e nas alianças político-religiosas que os sustentam. E, por fim, na corporal-emocional, revela-se na *pedagogia do sofrimento*, em testes constantes de resistência e virilidade, bem como na homofobia, no sexismo e na vigilância permanente de traços considerados feminilizantes.

Em síntese, o *masculinismo institucional* opera como dimensão da prerrogativa estatal de violência, tal como formulada por Brown. Entre as quatro dimensões, essa seria a única que não teria sua origem e formação na modernidade europeia tardia; apesar da concepção de Estado como teoria ser algo mais recente, essa dimensão do uso da força física e violência

⁴⁶ Brown, também trabalha com a questão de masculinidades e as teorias sociológicas de Weber, como os pontos da racionalidade política e das instituições políticas, em seu livro *Manhood and Politics* (1988).

como controle social é algo presente em outros contextos históricos e algumas sociedades para além do Ocidente⁴⁷.

Essa dimensão, a da “prerogative”, ou do monopólio estatal da violência, é talvez a mais criticada pela tradição política do liberalismo europeu, por representar justamente o aspecto não liberal do Estado. Trata-se de uma faceta que tende a ser enfraquecida ou minimizada nas narrativas liberais, que preferem valorizar as dimensões procedimental e representativa do Estado (Brown, 1995, p. 186). Em contraste, essa dimensão encontra respaldo na teoria política de Thomas Hobbes, cuja concepção de Estado nasce da tentativa de superar a anarquia do estado de natureza, um cenário em que todos os homens teriam prerrogativas ilimitadas uns sobre os outros, levando a uma guerra de todos contra todos (*bellum omnium contra omnes*). O Estado, para Hobbes, surge como a autoridade soberana capaz de concentrar e regular o uso da força, retirando dos indivíduos essa prerrogativa em troca da segurança e da ordem, ainda que ao custo da liberdade individual.

Durante o trabalho de campo, Hobbes foi recorrentemente citado, direta ou indiretamente, pelos policiais militares com quem conversei. Suas ideias parecem fornecer uma gramática política legitimadora para a compreensão que esses agentes têm de sua função social, isto é, como representantes da contenção da barbárie, autorizados a exercer a violência estatal em nome da ordem. A leitura hobbesiana da sociedade, que enxerga o corpo social como naturalmente ameaçador e carente de controle, orienta, em grande medida, o modo como esses sujeitos se reconhecem como operadores da prerrogativa estatal da força.

Em Brown, temos uma apresentação diferente dos contratualistas. Ao concebermos a origem do Estado liberal, em que, ao invés de abolir completamente o poder concentrado e arbitrário dos reis pós-revoluções burguesas, temos na realidade uma substituição e reposicionamento desse poder das esferas de guerra para a esfera da economia (1995, p. 187). Assim, ela concebe que a violência do suposto estado de natureza “não é superada, mas reorganizado e ressituada, por um lado, no próprio Estado como a polícia e o exército” (1995, p. 187)⁴⁸. Enfatiza-se isso no contexto das PMs brasileiras, pelas particularidades de uma polícia que é ao mesmo tempo Policial e Militar, o que possibilita desvendar as relações entre os dois âmbitos e de que outras formas os aspectos masculinistas se fazem presentes na violência física. Também é importante pontuar que tal aspecto (do reposicionamento do poder

⁴⁷ Em algumas sociedades “primitivas” a relação com o poder (da força física e violência) não estaria em algum aparato que seria para além da sociedade, como é o caso do Estado, ela se faria presente no próprio agrupamento social (Clastres, 2015).

⁴⁸ “is not overcome but reorganized and resituated in, on the one hand, the state itself as the police and the military”

nas esferas da guerra e economia) se mostra com mais nuances nas sociedades pós-coloniais, como o caso do Brasil, que passaram por processos escravistas (Mbembe, 2018, p. 30 e 31), sobretudo com as noções de guerra às drogas, e a figura do inimigo no ‘traficante’.

Partindo dessa noção, Brown pensa as concepções de origem do Estado na esteira do pensamento weberiano. Na teoria desse autor, existiriam duas formas distintas de como o Estado teria surgido. Na primeira, temos que as instituições políticas teriam sido formadas a partir de grupos de homens saqueadores, conhecidos como “ligas de homens” (1995, p. 187). Na segunda concepção, teríamos que a autoridade política já estaria posta na formação da esfera familiar, que atualmente denominamos doméstica, em que o homem teria sua autoridade “patrimonial”⁴⁹ e sua capacidade de defender sua casa contra as ligas de pilhadores guerreiros (1995, p. 187).

Nas duas concepções, encontramos características masculinistas; na primeira, temos comportamentos predatórios, violentos e territorialistas, dos queque caçam, partem de grupos fraternos por recursos (que incluiriam as mulheres), por controle do território e pela morte de outros grupos de homens. Na segunda, também teríamos o masculinismo, por meio da figura do *patri* (pai), responsável pelo uso da violência como forma de proteger suas propriedades, sejam elas materiais ou sujeitos nas figuras das mulheres, crianças e idosos, tratados como “indefesos”. As duas são concebidas também como parte de um regime normativo que organiza as relações de poder a partir de uma centralidade da virilidade, da autoridade masculina e da naturalização dessa violência sobre corpos e territórios.

Assim, referenciando a concepção de Weber, Brown busca demonstrar como a autoridade masculina do homem adulto não derivaria de uma suposta divisão de trabalho, como supõem os marxistas, mas sim de sua capacidade física para dominar e defender sua casa de outros homens; temos então a base da autoridade estatal como provida por masculinismo violento cristalizado na cultura europeia (Brown, 1995, p. 188). Tais padrões se reiteram na realidade brasileira, de formas particulares, mas as noções que hoje são consideradas conservadoras ou reacionárias.

No decorrer desse processo histórico de formação do Estado ocidental, temos a constante expulsão das mulheres das áreas públicas, como da política institucional, para o espaço privado e doméstico. O Estado é instituído enquanto uma organização dos homens, de forma a garantir e legitimar o poder que eles têm sobre suas próprias casas, mulheres e filhos

⁴⁹ Aqui temos uma base linguística no português ligada a essa concepção originária do masculinismo do poder. Onde o prefixo “patri” advindo do latim de *pater*, definido como “pai”. Se mostra presente nas noções de Patrimônio, *patrimonium*, compreendido como “bens do pai” e Pátria, *pater*, enquanto a “terra do pai”.

que supostamente fazem parte de suas propriedades. “Propriedade”, aqui, é um conceito fundamental, pois também é base da formação e, até certo ponto, o sentido da existência do Estado liberal na obra contratualista de John Locke (1994 [1689]). A figura do Estado busca proteger as propriedades (casa, mulheres e filhos) dos demais homens que podem tentar conquistar ou roubá-los para si. A casa como espaço privado e de domínio próprio do homem que a “conquistou com o suor de seu trabalho” (dentro da ética protestante), naquele local nem mesmo o poder público na figura do Estado teria o poder ali, pois ele surge exatamente para proteger essa autoridade masculina.

Na contemporaneidade, em nossa Constituição liberal de 88, observamos resquícios desse aspecto no inciso XI do artigo 5º, que dispõe “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador” (Brasil, 1988). Esse inciso foi criticado durante as instruções dos PMs a respeito do limite de seus poderes de polícia⁵⁰. Aqui, teríamos o que Brown, citando Weber, sugere como o último *power purpose* de todas as organizações políticas, a saber, as noções de Segurança, Proteção e Bem-Estar (1995, p. 189) do Homem e suas Propriedades. Assim, teríamos, na contemporaneidade, um legado dessas duas formas de conceber o surgimento do Estado liberal moderno. Podemos conceber então que a PMMS possui essa dimensão prerrogativa realizada por meio do domínio territorial, junto do monopólio da violência⁵¹, resultando na autoridade legítima sobre a sociedade do Estado do Mato Grosso do Sul.

Com vias de concluir a discussão da dimensão prerrogativa, Brown (1995. p.190-191) enfatiza que

Construções convencionais da sexualidade masculina (em oposição à racionalidade, interesses ou privilégios masculinos) são fortemente destacadas neste domínio porque essa dimensão do poder estatal é mais imediatamente visceral e corpórea [...] O masculinismo do poder prerrogativo do Estado reside tanto em suas características violentas quanto transcendentais (isto é, acima da vida), assim como em sua relação: as mulheres são o 'outro' desses dois momentos do poder prerrogativo, bem como o canal entre eles. No entanto, porque o poder prerrogativo aparece aos seus sujeitos não apenas como o poder de violar, **mas também como o**

⁵⁰ “Poder de Polícia”, é entendido pelos PMs por meio do art. 78 da Lei Nº 5.172 do código tributário nacional, onde diz “Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes (...).”

⁵¹ Aqui se enfatiza o teor teórico dessa afirmação, pois na realidade empírica brasileira não se mostra enquanto monopólio (Misse, 2006; Barcellos e Zaluar, 2014; Feltran, 2020; Muniz e Cecchetto, 2021).

poder de proteger—essencialmente o poder da polícia—é bastante difícil desafiá-lo de uma perspectiva feminista⁵².

Ao longo da tese, muitas partes dessa citação serão aprofundadas. Com forte destaque para as “construções convencionais da sexualidade masculina” e como elas aparecem na formação dos PMMS, com ênfase constante nas práticas físicas e de combate. Aspectos que juntos trazem ‘a visceralidade e a corporalidade’, assim como a “dificuldade em desafiá-lo”, partindo da perspectiva das mulheres policiais militares, a qual veremos com as próprias interlocutoras durante o campo.

Acredito que, para compreender o masculinismo na Polícia Militar de Mato Grosso do Sul (PMMS) como uma dimensão prerrogativa do Estado, nos termos propostos por Wendy Brown, é preciso ir além de uma perspectiva teórica apriorística, ancorada exclusivamente em experiências estadunidenses. Trata-se de buscar, nos estudos empíricos que analisaram as dinâmicas desse masculinismo nas Polícias Militares brasileiras, elementos que permitam formular um conceito situado e crítico.

A pesquisa que ora apresento pretende se somar ao conjunto de trabalhos que têm se debruçado sobre a relação entre masculinidades, violências e instituições policiais no Brasil, com uma contribuição particular: atenção especial à formação dos praças e oficiais da PMMS. Para tanto, elaboro um estado da arte das investigações que observaram as inter-relações entre as Polícias Militares, as masculinidades e os discursos de violência.

Deliberadamente, neste momento, não incluo os estudos que têm como foco principal as mulheres nas instituições policiais, embora reconheça a importância desses trabalhos para a compreensão das relações de gênero nas PMs. Destaco, nesse sentido, pesquisas fundamentais como as de Musumeci e Soares (2005), Schactae (2011), Souza (2014), e Santos e França (2023), que abordam dimensões centrais desta tese, ainda que com ênfase nas Pfems. Compreendo, entretanto, que refletir sobre as feminilidades é também uma forma de pensar as masculinidades, e vice-versa, razão pela qual esses estudos serão retomados ao longo da tese, especialmente por sua contribuição ao evidenciar a lógica do *masculinismo institucional*.

⁵² “Conventional constructions of masculine sexuality (as opposed to masculine rationality, interests, or privileges) are heavily featured in this domain because this dimension of state power is more immediately visceral and corporeal [...] The masculinism of state prerogative power inheres in both its violent and its transcendent (i.e., above life) features, as well as in their relation: women are the “other” of both these moments of prerogative power as well as the conduit between them. Yet because prerogative power appears to its subjects as not just the power to violate but also the power to protect—quintessentially the power of the police—it is quite difficult to challenge from a feminist perspective.”

Aqui, porém, o foco recai sobre a produção das masculinidades e as relações de violências no interior das polícias militares brasileiras e sobre o que já foi analisado a esse respeito em pesquisa.

Os estudos das masculinidades começam a se produzir no Brasil partindo do cenário do início da década de 90 (Carrara e Heilborn, 1998) a partir de influências internacionais. Naquele momento, a área de estudo ainda estava em processo de consolidação e buscava construir certa autonomia em relação ao campo mais amplo dos *Women's Studies*, bem como aos estudos e grupos de mulheres no Brasil. Esse movimento daria origem à área, hoje consolidada, dos estudos de gênero e sexualidades. .

Naquela década já tínhamos também a primeira percepção das relações entre as masculinidades e os policiais militares. Aqui, penso em observar a partir do conceito de Brown do *masculinismo de Estado* que vimos anteriormente, uma noção de aspectos do *masculinismo institucional* presentes nas polícias militares brasileiras. Estabelece essa noção a partir das características dela observadas antes de sua elaboração conceitual. Com o trabalho pioneiro com os PMERJ, a autora Jacqueline Muniz (1999) procura trabalhar em sua tese o universo cultural e institucional desta PM buscando compreender o ‘fazer ostensivo da polícia’. De forma lateral em sua tese, a autora traz na parte II – Capítulo 4 aspectos do masculinismo na instituição da PM.

Nesta parte, a autora já inicia observando como o *ethos* masculinista da instituição facilita a entrada de um pesquisador homem no “duro meio policial”. Como forma de “averiguar” os status da *masculinidade hegemônica* do pesquisador, ele é “testado” e provocado pelos PMs. Eles, no caso, procuram traços de uma masculinidade hegemônica, um “sujeito homem”⁵³. Tanto a disputa de masculinidade (Connell, 2005), quanto o sexismo⁵⁴, são bases do masculinismo, sendo uma forma de controle, acesso e elaboração de fronteiras entre os dois gêneros (Bourdieu, ([1998] 2012) e Welzer-Lang (2001). Esse masculinismo aparecer é, para Muniz (1999), um traço cultural expressivo das instituições policiais. No Brasil, acredito que isso seja potencializado pela estrutura e lógica militares, sobretudo no exército nacional, algo que se observa com o *ethos guerreiro* e a lógica da guerra que observarei mais à frente. Assim como nos processos de disciplinarização dos corpos, que

⁵³ Essa figura na cultura nacional, tem uma grande relevância para as masculinidades. Ao mesmo tempo em que ela intersecciona os marcadores sociais do gênero com o da geração. O seu contraponto seria a masculinidade subalterna do “sujeito moleque”.

⁵⁴ Muniz observa isso também com as Pfems na instituição ao dizer que “a sutil discriminação nos expedientes de recrutamento, promoção e lotação, ainda constitui uma realidade que se reflete no pequeno efetivo feminino e que só contribui para reforçar o sexismo da cultura policial.” (1999, p.243).

historicamente foram pensados para os corpos “biologicamente” masculinos, e a relação de autoritária estabelecida pela hierarquia.

Dois outros pontos interessantes ainda aparecem na pesquisa de Muniz. O primeiro diz respeito à clivagem interinstitucional das masculinidades, entre os PMs que são considerados *operacionais*, dos demais PMs que se encontram na parte administrativa e burocrática da instituição⁵⁵. Como a autora menciona, os policiais tendem a ter uma visão “idealizad[a] pelos PMs da ponta da linha como espécie de ‘terra de machos’” (Muniz, 1999, p.244). Os PMs que estão nessa linha de frente do “combate ao crime” e que estariam “arriscando suas vidas” tenderiam a se compreender como mais masculinos que os demais PMs, por essa virilidade física exacerbada, os desconfortos do trabalho de rua, e a ausência de medo face ao perigo. Isso é realçado nos homens dos batalhões especiais, como o CHOQUE e o BOPE, que são considerados a quintessência do masculino na instituição. Por esse prestígio masculino, eles têm nomes específicos, sendo os *choqueanos* e os *caveiras*. No lado dos PMs que se encontram fora das ruas, outros aspectos de masculinidade serão enfatizados, como a racionalidade, o conhecimento técnico e o comando sobre outros homens. Observei na PMMS essa constante disputa, e seus atritos, pela busca por ocupar o espaço de uma *masculinidade hegemônica* nos termos de Connell (2005). Como um segundo ponto de interesse que a autora traz, podemos observar quando ela menciona

[...] como também a gramática da criminalidade e violência urbanas, possui uma explícita clivagem de gênero cuja ênfase é eminentemente masculina. A virilidade e os valores que a ela atribuímos foram e ainda têm sido uma característica cultural predominante na autoimagem dos organismos policiais e, por sua vez, na sua forma de “estar no mundo”. (Muniz, 1999, p. 242).

Apesar de não ser a temática de minha tese, a *masculinidade criminosa* aparece como um aspecto que gera repercussões na produção masculina dos PMs. Durante minha pesquisa no IPCG, elaborei essa categoria como forma de compreender em que sentido um tipo de masculinidade aparecia no *mundo do crime*⁵⁶:

⁵⁵ Tal clivagem se adapta a divisão entre os praças e os oficiais. Criando interseccionalidades interessantes do decorrer da história institucional do sujeito. Pois por um lado, temos os oficiais que são considerados cargos mais valiosos, onde se tem o maior, respeito, prestígio e salários. Ao mesmo tempo, eles são cargos que cada vez mais se afastam da virilidade das ruas, e são preenchidos por homens em processo de envelhecimento. Correndo o risco de um questionamento de suas masculinidades (autoridade) ou até mesmo um “contágio de uma feminilização”.

⁵⁶ É entendido enquanto um conjunto de categorias, códigos e práticas que estruturam a vida coletiva dos presos, a ‘massa do crime’, e que operam como um sistema de solidariedade e disciplina paralelo ao do sistema judicial, nos termos de Ramalho (2008), é compreendido como uma “ordem pelo avesso”.

Na prisão, a masculinidade *criminosa* se produz a partir de homens que devem ser fortes, resistentes, leais aos companheiros. Devem reprimir suas emoções, esconder suas vulnerabilidades e franquezas (das emoções como indecisão, medo, receio, tristeza) [...] No universo do crime, os homens têm que “ter disposição para matar”, o que é visto como um sinal de coragem. Matheus comenta que o lema da *bandidagem* é *roubar, matar e destruir*⁵⁴. Ele diz também que o que mais estava trazendo prestígio ao mundo do crime eram *crimes que têm mais orgulho lá é quem mata policial. É um prestígio isso* (Attianesi, 2019, p. 134-135).

Isso foi percebido também em outras pesquisas, tratando das *hipermasculinidades* (Zaluar e Gripp, 2017) interseccionadas à juventude no tráfico e aos excessos da masculinidade violenta no centro ou na periferia (Zaluar, 2004, p. 365). Assim, compreende-se o que Zaluar chama de *ethos guerreiro* masculinista que valoriza demonstrações de virilidades associadas com violência física e a capacidade e disposição para matar o ‘inimigo’. Esse traço parece ser compartilhado entre os PMMS, especialmente entre os *operacionais* e os sujeitos do *mundo do crime*. Dentro desse universo, é possível observar como o *ethos guerreiro* masculinista se produz nos dois lados da suposta “guerra” contra o crime. Volto a essa questão no capítulo três, ao pensar nas articulações observadas entre as lógicas da “guerra”, dos “inimigos” e da naturalização da violência nas OPMs formativas da PMMS.

A partir de 2010, observa-se uma produção acadêmica mais fértil, tanto de pesquisadoras e pesquisadores nacionais quanto internacionais, dedicada à análise das masculinidades nas polícias militares brasileiras. Temos os trabalhos de Fábio França com a Polícia Militar da Paraíba (PMPB)⁵⁷, que observa como o masculinismo utiliza da homofobia e seus efeitos nos alunos homoafetivos da PMPB (2016) e também na elaboração de uma *pedagogia do sofrimento*⁵⁸, que esse próprio masculinismo incentiva nos cursos de aperfeiçoamento (2015). Essa pedagogia integra os métodos de socialização que sustentam o *ethos guerreiro* da instituição. Para os PMs, ela é concebida como a única forma de formar profissionais “fortes” e “corajosos”. Também temos os trabalhos de Zaluar e Gripp (2017) e Amy Jaffa (2014) procurando observar o masculinismo dos PMERJ ostensivos com uma

⁵⁷ Em relação às masculinidades violentas e a PM, o trabalho de França é o único que sai das pesquisas realizadas com PMERJ. Sendo parte dos objetivos de meu trabalho, utilizando dessas fontes, observar também as semelhanças e diferenças que a PMMS pode ter em relação a essa polícia comum a quase todos os estudos anteriores.

⁵⁸ Uma pedagogia que tem o sofrimento como uma das bases do aprendizado, desenvolvo esse conceito no decorrer da tese.

ênfase particular na asserção deles dentro do contexto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)⁵⁹ nas periferias do Rio de Janeiro.

Todos os trabalhos anteriores me ajudam a compreender de forma mais clara o masculinismo dentro da PMMS, levando em conta as diferenças contextuais locais e temporais que separam nossas pesquisas. Mas particularmente dou atenção ao trabalho de Jonas Oliveira (2010, 2011 e 2016). O autor realizou um trabalho fundante para se pensar meu campo, aprofundando e tratando das particularidades que procuro tratar, como nenhum dos trabalhos que referencio. Sua tese de doutorado tratou também de masculinidades, violência e a PMERJ, partindo de entrevistas com 24 policiais operacionais, praças de dois batalhões na cidade do Rio de Janeiro. Somo à minha própria experiência de mestrado, a pesquisa de Oliveira. O autor evidencia uma questão metodológica relevante que impactou diretamente o desenvolvimento desta investigação. Ao pesquisar sobre masculinidades, é comum que abordagens baseadas em questionamentos diretos, como os realizados em entrevistas, não sejam as mais eficazes. Em muitos casos, tais perguntas podem gerar uma postura defensiva por parte do interlocutor, que entende que apenas tocar nesse tema já representa uma ameaça ao seu status masculino, como observa Oliveira (2011, p. 12). Durante o mestrado, ao trabalhar no IPCG, percebi essa dinâmica com clareza nas entrevistas realizadas com os internos da instituição, o que reforça a necessidade de estratégias metodológicas mais indiretas e sensíveis às normatividades de gênero que estruturam esses contextos.

Duas questões ainda ampliam esse ponto, e me fizeram optar por um caminho metodológico diferente. Elas dizem respeito ao trabalho com sujeitos em ambientes e meios cotidianamente violentos (como o presídio ou a caserna da PM), questões de masculinidades além de gerar posição defensiva, também possibilitam hostilidade, que pode interromper ou impossibilitar as entrevistas. Um segundo aspecto diz respeito ao contexto atual em que minha pesquisa foi produzida, onde, diferente da pesquisa de Oliveira, podemos observar uma ‘cruzada contra as discussões e questões de gênero’ (César e Duarte, 2017). Desde o início de meu campo observava resistências aos conceitos ligados às teorias de gênero e sexualidade. Nesse sentido, buscando uma forma estratégica de realizar o campo, optei (como em meu mestrado) por trabalhar num sentido lateralizado nos enunciados e práticas das

⁵⁹ Foi um projeto de segurança pública implementado no Rio de Janeiro a partir de 2008, durante o governo de Sérgio Cabral, com o objetivo de “retomar o controle estatal sobre favelas dominadas pelo tráfico de drogas”. Apesar de ainda existirem algumas UPPs, o projeto não teve sucesso em seus objetivos. Aqui existe uma discussão mais ampla da aplicação do policiamento comunitário no Brasil (Muniz et al, 1997; Neves e Passos, 2007; Albernaz, Caruso e Patrício, 2007; França, 2019)

masculinidades, focando mais em seus aspectos comumente associados a ela na cultura brasileira.

Ainda assim, Oliveira, como Muniz já havia observado, nos traz pontos interessantes que utilizo ao longo da tese. A respeito dos efeitos da atividade de patrulhamento em relação às masculinidades, trazendo as suas relações com a lógica e a estrutura militar, o sexismo em relação às Pfems, a importância do corpo físico, além da perspectiva que os PMs têm de si próprios e de suas masculinidades.

Por mais fundamental que seja o trabalho de Oliveira, acredito que algumas lacunas foram deixadas por ele, as quais pretendo preencher nesta pesquisa. Entre elas, acredito que pelo contexto temporal de sua pesquisa ser entre 2008 e 2010, além da realidade local com a PMERJ, muitas perspectivas e até mesmo alguns paradigmas dos estudos de gênero se modificaram, algo que dá uma nova visão a esses objetos de pesquisa em comum que trabalhamos. Um dos pontos que já adianto, é a forma como procuro trabalhar o masculinismo na PMMS como parte da própria instituição e do seu processo formativo com os oficiais e praças. Essa forma de exaltação de características masculinas, que como veremos, por vezes até de forma contraditória, se mostram intrinsecamente ligadas ao fazer-se PM no Mato Grosso do Sul. E não como resultado de um sexismo mais amplo da sociedade que adentra a instituição policial.

Nos anos finais da década de 2020, destacam-se os trabalhos de pesquisadores estrangeiros que se voltam à PMERJ e articulam categorias analíticas formuladas por precursoras e precursores desse campo específico de estudos. É o caso de Sørbøe (2020), que retoma a noção de *ethos* guerreiro, proposta por Alba Zaluar, para analisar a permanência de uma lógica masculinista na atuação policial em uma favela do Rio de Janeiro. A partir da instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), frequentemente percebida pelos próprios policiais como uma intervenção de caráter feminilizante⁶⁰, os PMs da instituição passam a reproduzir traços do *ethos* guerreiro, por meio de comportamentos como agressividade, assertividade, coragem e disposição para o risco. Como também observei em minha dissertação, Sørbøe aponta que esse *ethos*, anteriormente associado aos traficantes que controlavam o território, é apropriado e ressignificado pelos policiais que passam a ocupar o lugar de poder na comunidade. Por fim, temos as pesquisas contemporâneas de Tomás Salem

⁶⁰ Esse processo é observado também pelos PMMS, como se afastando das formas de policiamento do “tradicional” ostensivo de abordagem e patrulhamento agressivos. Formas consideradas mais “humanizadas”, como a polícia comunitária, tendem a ser vistas com maus olhos por alguns PMs que a consideram como um ataque ao *masculinismo institucional*. No capítulo II aprofundo essa argumentação.

(2024) e Tomas Salem e Erika Larkins (2021), novamente com a PMERJ, temos um trabalho em que a realidade temporal e o contexto político brasileiro se aproximam de meu campo. Nesse sentido, os autores já percebem os impactos do Bolsonarismo e a ascensão de uma extrema direita no país, em sua relação direta com os policiais militares. O autor pontua que

Semelhante à forma como as formações de masculinidade se espalharam pelos exércitos das Américas durante a Guerra Fria, as atuais noções religiosas e conservadoras de masculinidade fazem parte de um movimento cultural transnacional ligado ao surgimento da extrema-direita. (Salem, 2024, p. 171).⁶¹

Tal movimento tem um forte apoio nas PMs brasileiras. Na PMMS, já existe uma relação direta a partir da proximidade com o programa Universal nas Forças Policiais (UFP) do MS, no terceiro capítulo apresento essa relação.

Também em Salem (2024) temos uma breve parte de sua pesquisa a respeito das masculinidades dos PMs que acompanhou em campo na favela da Babilônia. O autor traz, por exemplo, como as masculinidades dos PMs podem ser conectadas com as doutrinas de contrainsurgência e guerra irregular, presentes durante a ditadura brasileira. O modelo, que compõe o *ethos guerreiro*, se estabelece a partir da figura “guerreiro espartano: uma máquina de matar fisicamente, mentalmente e moralmente aperfeiçoada” (2024, p. 163)⁶². Tal simbologia é reproduzida na insígnia com um capacete espartano de muitos dos batalhões de CHOQUE pelas PMs brasileiras, inclusive na PMMS.

Mas é no artigo “Violent Masculinities Gendered dynamics of policing in Rio de Janeiro” (2021) que trazem a concepção de masculinidades violentas a partir das dinâmicas de gênero na PMERJ. Os autores procuram pensar a forma com que as dinâmicas do Estado podem conter e direcionar a violência masculina (2021, p. 67), aproximando-se mais das noções de Wendy Brown. Compreendo que as relações violentas e as masculinidades possuem laços estreitos na sociedade brasileira mais ampla, ou como Zaluar e Gripp (2017) tratando da *socialização violenta*, que a autora enfatiza ser comum nas periferias brasileiras, veremos que essa dinâmica também compõe o processo formativo da PMMS.

Concordando com Salem e Larkins (2021), que mencionam como tal perspectiva pode reforçar estereótipos por “traçar as origens da violência masculina para as favelas, reforçando

⁶¹ "The model was the Spartan warrior: A physically, mentally, and morally perfectioned killing machine who would rather sacrifice his life than let his fellow soldiers down."

⁶² "Similar to the way masculine formations traveled across Americas militaries during the Cold War, today's religious and conservative notions of manhood are part of a transnational cultural movement connected to the emergence of the far-right."

rótulo colonial da selvageria negra” (p. 66)⁶³, assim como também uma noção de intrínseca relação entre a pobreza e a violência. Aqui, pensa-se a partir da formação violenta e para violência dos praças e oficiais na PMMS, realizada pela própria instituição estatal. Os autores também elaboram duas performances de masculinidades, que na PMMS aparecem tanto como em oposição entre masculinidades hegemônicas em alguns momentos quanto uma masculinidade subordinada à outra. Elas são a *wild masculinity* e a *composed masculinity*⁶⁴. A primeira se define:

Historicamente, a “masculinidade selvagem” no Brasil tem sido representada na figura patriarcal do senhor de engenho, do “coronel” local e dos grupos armados estatais e de vigilantes da época da ditadura militar (1964–85). Todos os três contribuíram para moldar a masculinidade violenta contemporânea na Polícia Militar (Salem e Larkins, 2021, p. 171)⁶⁵.

Na realidade sul-mato-grossense, a figura do “coronel” local e sua necessidade como forma de ordem nas fronteiras têm aspectos fundantes para a PMMS. Nela, uma das figuras mais referenciadas é a polêmica figura do Coronel Adib Massad e sua história do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), trabalho isso no terceiro capítulo. Essa *wild masculinity* reforça as noções de violência física, aniquilação dos inimigos, exaltação da honra viril, por meio dos músculos e da potência do armamento.

Para a *composed masculinity*⁶⁶, os autores não dão uma definição clara. Mas, durante meu campo, observei que ela parece ser o lado oposto dos PMs que se consideram *operacionais*. Trata-se assim de uma masculinidade geralmente esperada e performada pelos Oficiais, com ênfase na racionalidade, nas técnicas e no poder de comando sobre outros homens. Essa masculinidade se conceberia como mais profissional, escolarizada e menos bruta que a *wild masculinity*. Contudo, como veremos mais à frente, em alguns aspectos associados à violência policial, acredito que podemos observar muitos momentos de *esprit de corps* (espírito de corpo) entre essas masculinidades.

Acredito que essa revisão teórica possibilitará a minha compreensão da noção de *masculinismo de Estado* a partir da teoria de Wendy Brown. Assim como a perspectiva

⁶³“Traces the origins of male violence to the favelas, reinforcing colonial tropes of Black savagery”

⁶⁴ A primeira poderia ser traduzida enquanto “Masculinidade Selvagem”, já a segunda não se teria uma tradução literal, mas que poderia ser entendida quando Masculinidade Postural, de comportada ou segura.

⁶⁵“Historically, wild masculinity in Brazil has been embodied in the patriarchal figure of the plantation owner, the local strongman, and the armed state and vigilante groups of the military dictatorship era (1964–85). All three helped shape contemporary violent masculinity in the Military Police.”

⁶⁶ Brown (2007, p.193) produz uma noção que parece ao trazer o conceito de “*Smart Macho*” que poderia ser traduzido como masculinidade inteligente.

empírica das pesquisas que tratam de temas similares, desde os anos 90. Esses dois movimentos foram fundamentais para que possamos compreender o masculinismo dentro da formação dos oficiais e praças na PMMS. De maneira que posicione minha tese dentro de um campo mais amplo de estudos, assim como tentarei preencher as lacunas e trazer novas perspectivas para a compreensão dos estudos de masculinidades, junto dos PMs e das violências, trazendo assim uma contribuição significativa. Tendo realizado isso, parto, na próxima seção, para minha posição como pesquisador no CEFAP e na APM, evidenciando desafios tanto para meus interlocutores quanto para mim enquanto um *outro* naquele local.

Intruso na tropa, autoantropologia e os limiares da formação policial

“Homem armado não ameaça. Não existe isso. Nós não vamos ficar aqui ameaçando.”

Carlos Almeida Baptista Junior, Comandante da Força Aérea Brasileira (FAB), O Globo, 09 de julho de 2021

A etnografia é tida como o método base da antropologia social, sua origem⁶⁷ remete aos tempos da pesquisa de campo em lugares distantes, isolados e “exóticos” de antropólogos brancos europeus pesquisando as diversas culturas diferentes. Ela se identifica como uma forma de pesquisa social, em que se busca mergulhar dentro de uma respectiva cultura ou agrupamento social, para assim junto dos seus interlocutores ter uma compreensão mais próxima e prática dos fenômenos estudados. Tratando-se de um método clássico vindo de um saber produzido em discursos de tradição europeia, a etnografia passou/passa por diversas críticas em muitos dos seus aspectos, que consistem em questionamentos de sua cientificidade e/ou “objetividade” e, muitas vezes, é comparada de forma pejorativa com literatura, pela forma de escrita (Aunger, 1995), das influências e exotismos produzidos por discursos europeus com concepções imperialistas e de progresso civilizacional (Netto, 2015), e também por vieses racistas e colonialistas de muitos antropólogos pesquisando o sul global (Gordon, 1990; Soares, 2019). Apesar das simpatias por algumas dessas críticas e posições, elas fogem do escopo desta tese. Aqui, trago as questões que dizem respeito às particularidades de se fazer uma etnografia em sociedades ‘modernas’, ‘complexas’ e ocidentais, e as particularidades de se pesquisar com policiais militares.

Início trazendo as contribuições do antropólogo Gilberto Velho (1981), que nos sugere um caminho, no seu livro *Individualismo e cultura*, buscando se afastar das pesquisas

⁶⁷ Que como vimos remete a obra de Bronislaw Malinowski, “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” (1922).

tradicionais da etnografia clássica em terras distantes e culturas ‘exóticas’, partindo de sua experiência no campo da antropologia urbana. O autor sugere que devemos relativizar a concepção de culturas distantes, em vias de se “observar o familiar”. Ao realizar uma etnografia em nossa própria sociedade tem que se ter em mente “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido” (Velho, 1981, p. 126). O autor dá ênfase a essa capacidade de o pesquisador em relativizar a sua própria posição, ao se realizar uma etnografia na sociedade em que vive. Nas sociedades ‘complexas’, os discursos produzidos pelo antropólogo a respeito de determinado grupo social, como os policiais militares, apresentam uma maior possibilidade de encontrar com diversos outros discursos de variados outros saberes das humanidades, sejam eles de sociólogos, cientistas políticos, historiadores, psicólogos, etc. Esses discursos dão uma polifonia que entra em choque com o saber antropológico e o discurso etnográfico, tudo isso numa mesma sociedade, possibilitando um maior embate e questionamento da *autoridade etnográfica* que poucos outros etnógrafos teriam ao se pesquisar grupos distantes e ‘exóticos’, que andam se reduzindo em números⁶⁸. Assim se deve levar em conta que atualmente nas pesquisas antropológicas

o familiar, com todas essas necessárias relativizações é cada vez mais objeto relevante de investigação para uma antropologia preocupada em perceber a mudança social não apenas ao nível das grandes transformações históricas, mas com o resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas (Velho, 1981. p.132).

Ainda algumas questões e limites sobre essa antropologia de “nós mesmos” aparecem na obra de Strathern (2014). A autora instaura a questão da autoantropologia, ou antropologia em casa, trazendo a dúvida do que em “si” determinaria uma etnografia com essa classificação. É preciso pensar que o simples fato de o pesquisador “ser um ‘membro’ da cultura ou sociedade abrangente em questão não garante que o(a) antropólogo(a) adotará os gêneros culturais locais adequados” (2014, p. 136). Ou seja, os gêneros culturais adotados pelos policiais militares em formação estariam em consonâncias com os do pesquisador? A resposta para essa pergunta surgiu no trabalho de campo, ressoando de forma inequívoca: não. Em diversos momentos, os PMs buscam desqualificar o conceito dos “supostos especialistas” (Caderno de Campo), com um constante detrimento das teorias em favor das práticas (Muniz,

⁶⁸ Importante pontuar que esse movimento não é algo que acontece de forma intencional ou espontânea, mas sim vem acompanhado de um processo de globalização dos mercados capitalistas e cultura eurocêntrica que reduzem de forma até violenta outras formas de existências possíveis.

1999, p.154), com um aspecto generificado, assim como um viés anti-intelectualista presente nos discursos reacionários⁶⁹. Generificado no sentido de que o homem considerado intelectual, em parte, é visto como uma masculinidade subordinada (Jablonka, 2021, p. 213). Não apenas no sentido generalizado, mas até mesmo particularizado com meu fazer acadêmico. A esse respeito, dois momentos foram marcantes no campo.

A questão da fiscalização de instituições policiais possui esse caráter de constante justificação e proteção institucional (Muniz, 1999; Reiner, 2000; Brand, 2014). Isso parece ser ainda mais destacado na polícia militar, devido à sua posição e “missão” policial. Retornando ao clássico questionamento “Quem vigia os vigilantes?”, eu tentava me posicionar de forma não fiscalizadora. Deixava claro, no campo, que, por mais que estivessem certos de que sim, eu os observava, e sim, era um sujeito externo, mas não estava lá como órgão fiscalizador interno ou externo. Ainda assim, o receio não parecia ser em relação a isso, a uma instância interna de seus pares que poderia, e realmente os fiscaliza, como a corregedoria da PM, ou algum outro órgão externo como o Ministério Público (MP) ou juízes civis. E sim com a própria imagem institucional da PMMS como um todo e como ela seria vista externamente pela sociedade de forma mais ampla.

O primeiro episódio ocorreu logo numa das primeiras instruções práticas na APM, durante uma digressão do instrutor da disciplina. Já o segundo episódio veio de uma instrução teórica da área de humanas. Não especifico as disciplinas como forma de manter o anonimato dos instrutores. No primeiro, produziu-se uma narrativa de uma suposta “superação” de um passado negativado. O instrutor diz:

Eu por exemplo, fiz história na UFMS (...) Claro que tive **alteração de psicológico** (...), mas nunca fumei um, só que no bloco 6 tinha a fumaça né (...) história, filosofia, sociologia, são **por essência questionadores, curiosos [Em tom depreciativo]** (...) Tive essas fraquezas na vida, cabelo longo, toca violão, **só não fumei maconha e dei a bunda** (Risos) (...), Mas, graças a deus, estou bem. E tenho uma família agora. (Cadernos de Campo, grifos meus)⁷⁰.

No segundo relato, o contexto era de um instrutor que já havia feito disciplinas de humanas anteriormente, ao dizer que:

⁶⁹ Essas duas questões vão ser trabalhadas no decorrer da tese, capítulos II e III, respectivamente.

⁷⁰ Esse discurso do instrutor apresenta diversas camadas, como em seu aspecto de humor homofóbico, irei voltar a ele mais à frente.

história, sociologia, **daqui a pouco vão pensar o que de mim?!** (Risos)
Daqui a pouco vou até dar filosofia [em tom depreciativo] (Cadernos de Campo, grifos meus).

Os dois relatos apresentam quase uma repulsa das áreas de estudos das humanidades. No primeiro episódio, o policial militar apresenta seu percurso como se fosse o testemunho de um ex-viciado: confessa que cursou uma graduação em humanidades na universidade federal e revela o desconforto que isso provoca num meio marcado pela estrutura militar, pouco afeito à “essência questionadora” ou mesmo à simples “curiosidade”. Nesse gesto, ele ativa o binômio força/fraqueza: aproxima o estereótipo do estudante de humanas (“cabelo comprido, violão, maconha”) da figura do homossexual, mas apenas no papel passivo, sugerindo que o papel ativo ainda preservaria a virilidade. O relato ainda costura moralidade e heteronormatividade: “estou bem...tenho uma família agora”. No segundo episódio, o instrutor se inquieta com o juízo que seus pares, PMs, farão dele por ser justamente quem ministra as disciplinas de humanidades. No sentido strathernano, podemos dizer que os gêneros culturais não só não estão em consonância, como são na verdade repulsivos. Os estereótipos usados pelos PMs a respeito de minha própria área de atuação e da minha corporalidade naquele espaço trouxeram problemáticas dos dois lados do campo.

Do lado dos PMs, muitas vezes durante o campo, passava-se um sentimento de desconfiança e suspeição⁷¹ a respeito de mim ou minhas intenções nos locais, refletindo um sentimento comum de pesquisadores sociais, sobretudo em ambientes hostis a eles, que em alguns casos são vistos como “espiões” ou “infiltrados” (Zenobi, 2010; Oliveira, 2011), nesse sentido, pode ser compreendido como um “agente externo com objetivos ocultos” (Scheper-Hughes, 1992. p. 25). Algo semelhante foi observado por Leirner (2006) com o binômio amigo/inimigo das FAs no Brasil. Também com Muniz (1999, p. 237) pesquisando com os policiais militares cariocas. O meu corpo de *paisano* e pesquisador naquele local era desconfortável para eles, causando assim uma “resistência corporativa ao trabalho de pesquisa” (Muniz, Caruso e Freitas, 2018, p. 165). Isso é algo que repercutiu na pesquisa como um todo, tornando-a mais desafiadora.

Em algumas instruções que eu havia combinado de acompanhar, cheguei a ser retirado da sala. (“Instrução do Capitão ----- do Choque, Ten. ----- falou que alguns instrutores ficam desconfortáveis com minha presença”), fui ‘convidado’ a mudar de sala de instrução remota para uma com o instrutor presencial (Sgt comenta 'Ah fica melhor na outra sala, para

⁷¹Esse sentimento de desconfiança é algo comum, é entendido enquanto um dos componentes da cultura policial (Bretas e Poncioni, 1999; Reiner 2000).

mentir na frente dele (risos)'), ou após um evento onde deveria sair das premissas ("Subcomandante -----, me 'convida' a me retirar pois terá uma fala do Comandante-Geral que seria apenas para os soldados"). Nesses trechos vemos como existiu uma exclusão direta de certos espaços ou de momentos que eram considerados 'sensíveis' pelos PMs. Era exercida uma constante vigilância sobre minha produção etnográfica⁷², ao mesmo tempo em que os PMs também usavam do humor e da ironia para marcar minha diferença naquele local. Depois que já havia finalizado o campo, alguns interlocutores mencionaram, sem o medo da represália, que era comum no CEFAP que os oficiais avisassem, já no início do dia, que o "pesquisador" viria de determinada hora em determinada hora, "então vamos se comportar" (Cadernos de Campo). Ou em um momento de instrução em que o instrutor ainda não havia me visto, foi informado por algum dos PMs e então me mencionou: "Pesquisador?! Caralho! Daonde?! Tá de sacanagem!!! Mas Ok" (Cadernos de Campo). Alguns deles comentaram que "era até bom quando tu ia lá, que eles pegavam mais leve (risos) então quando você estava por lá meio que mudavam o comportamento" (Cadernos de Campo). Com isso, precisava estar atento ao lugar que eu ocupava no campo "e, a partir daí, saber as trocas que são possíveis e as que não são." (Leiner, 2009, p. 43).

Mas não apenas do lado dos policiais, do meu lado também surgiram problemáticas. Strathern problematiza como a autoantropologia pode levar tanto a um maior entendimento quanto à mistificação desnecessária do grupo estudado. Para a autora, o etnógrafo deve ser entendido como escritor de uma análise especializada que pretende "fornecer uma nova visão, que engloba e atropela as explicações originais, e de fato as suplanta com novas versões" (2014, p. 148). Nesse sentido, a própria PM possui uma "mistificação desnecessária" que é repleta de estereótipos, vindo de dentro dos meios acadêmicos ou círculos progressistas. De acordo com a autora, os antropólogos que trabalham em "casa" têm condições de "transform[ar] seus achados em artefatos de um tipo particular, entre os quais o mais notável é o próprio conceito de 'cultura' ou 'sociedade'" (2014, p. 151). No sentido wagneriano⁷³, a autoantropologia possibilita trazer essas questões sobre o próprio conceito de "sociedade", que precisa ser entendida de forma mais ampla como um conjunto de partes "inter-relacionadas". Assim, ao tentar entender os enunciados de masculinidades em relação a violências com os policiais militares, procura-se ter uma compreensão mais ampla de como

⁷²Castro e Leirner, observam algo similar com o exército ao dizer "trata fundamentalmente de um grupo que prescreve ao máximo seu cotidiano, tentando controlar inclusive etnógrafos que por acaso (ou convicção) resolvam pesquisá-los." (2009, p.31).

⁷³Aqui eu, como Strathern, fomos influenciados pela concepção de pensar esses conceitos clássicos do saber antropológico no sentido apresentado pela obra "A invenção da Cultura" (2017 [1975]) de Roy Wagner.

elas se associam “dentro da sociedade” brasileira, numa perspectiva de produção de autoconhecimento, ou seja, etnógrafo tentando entender sua própria “sociedade”.

Sobre a antropologia, a autora procura enfatizar que conceitos como “cultura” e “sociedade” não são conceitos êmicos⁷⁴, utilizados geralmente pelos interlocutores, são conceitos elaborados dentro de um discurso no saber antropológico como forma de classificação científica para explicação dos fenômenos observados. Tendo isso em mente, o saber antropológico é produzido a partir das etnografias que a criaram:

O objetivo é descobrir regras fundamentais, moldes, códigos e estruturas que são dispositivos transmissores de informação. O conceito de cultura demarca, pois, a distintividade do tipo de informação necessária para que alguém seja membro de um grupo, enclave ou instituição em particular. Elucidar a cultura deste ou daquele punhado de pessoas é elucidar informações desse tipo (Strathern, 2014. p. 155).

Nesse sentido, podemos observar uma cultura policial particular na PMMS. Assim, acredito que esta tese se enquadra na definição de Strathern sobre a autoantropologia, na qual, a “relação entre suas técnicas de organização do conhecimento [a utilização das categorias sociedade e cultura como explicação dos fenômenos sociais] e a forma como as pessoas organizam o conhecimento sobre elas mesmas [forma que os policiais militares se entendem no campo]” (2014, p.157).

Com isso posto, também se pensa aqui partindo de Durão (2006) que observa a instituição policial portuguesa como conceito de cultura, unindo os estudos etnográficos (autoetnográfico) com os estudos organizacionais, já realizados por outras áreas do saber. De forma geral, é possível observar como, na questão das masculinidades, as organizações burocráticas modernas, como boa parte da PMMS, se estruturam ao lado e do trabalho policial militar ostensivo. Constituem-se, como Guzmán e Cerna (2011) observaram, de forma que “as organizações se constroem e se reproduzem sob a lógica do produtivo, da racionalidade, da neutralidade e da eficiência, características derivadas da condição sociocultural exigida aos homens” (p. 126)⁷⁵. Tais aspectos são constantemente repetidos nas mídias sociais da PMMS, como a lógica da eficiência com seu slogan de “PMMS NÃO PARA!”, assim como o

⁷⁴ No caso particular da PM, o conceito de “sociedade” é sim êmico ao campo, com uma importância na produção “dentro x fora”, e da relação entre os *paisanos* e militares.

⁷⁵ “Las organizaciones se construyen y reproducen bajo la lógica de lo productivo, la racionalidad, la neutralidad y la eficiencia, características derivadas de la condición sociocultural exigida a los varones.” (2011, p.126).

produtivismo e o reconhecimento com a divulgação de premiações referentes à gestão organizacional.⁷⁶

O encontro desses dois estudos, organizacionais e etnográficos, possibilitou sair da separação tradicional que utilizava a perspectiva weberiana, do modelo burocrático de organização racional, que teria uma relevância para determinadas organizações. Mas que deveria ser generalizado e entendido como a única forma de compreendê-las, em que se colocava a cultura apenas no “contexto externo às organizações ou na organização informal” (2006, p. 42). Isso é algo ainda mais comum numa instituição policial, que possui uma cultura masculinista (Muniz, 1999, p. 17). Diversas abordagens surgiram desse encontro, a que interessa essa tese diz respeito a como as organizações são capazes de produzir uma cultura particularizada, como cultura policial⁷⁷. Com ela, acredito que observamos

(...) os processos de produção e negociação de sentidos desenvolvidos por pessoas, nos seus quotidianos e rotinas de trabalho. O interesse está em perceber que aspectos simbólicos mobilizam a atividade nas organizações – incluindo a construção de fronteiras (Durão, 2006, p. 44).

As questões das fronteiras da organização se mostraram importantes para os policiais militares em processos formativos. No segundo capítulo desta tese, procuro pensar em como as fronteiras criadas pelos PMs em relação aos sujeitos de fora da organização policial são fundamentais para sua identidade profissional, algo que parece ser realçado pelo caráter militar dessa instituição policial brasileira. Como estou à procura dos dispositivos no sentido foucaultiano, acredito que a perspectiva cultural simbólica compreende os “sistemas com sentidos partilhados, interpreta temas de cultura que orientam e estimulam a atividade social, padrões e simbólicas discursivas” (Durão, 2006, p.44) nas escolas formativas da PMMS. Aqui, converge-se com a perspectiva discursiva de Foucault trazida anteriormente:

A cultura, enquanto processo, dá ênfase à linguagem e ao poder, mostrando como os termos dos discursos são construídos e contestados, por que isso acontece e quais são seus resultados. Os discursos raramente se tornam autoritativos dentro de uma única organização; em vez disso, são proferidos e contestados em vários contextos simultaneamente. Tratar a cultura como um processo político oferece uma abordagem teórica (...) [que] evita conceber as organizações como unidades isoladas e lida com o problema do contexto ao situar os ambientes organizacionais em sistemas de relações

⁷⁶Segundo <https://aparecidams.com.br/noticia/17482/pmms-recebe-premio-lprimeiros-passos-para-a-excelenciar-e-reforca-compromisso-com-a-gestao-eficiente> Acesso em: 15 jan. 2025. E os programas realizados por ela, em <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/programas-da-seguranca-publica-de-ms-conquistam-tres-premiacoes-pelo-consorcio-brasil-central/> Acesso em: 15 jan. 2025.

⁷⁷ “*Cop Culture*”, apresento as características dessa cultura em relação ao meu campo no segundo capítulo.

nacionais e internacionais que são tanto ideológicos quanto materiais (Wright, 1994, p.26 *apud* Durão, 2006. p.46)⁷⁸.

Assim, os enunciados assumem um papel particular dentro de uma organização como a PMMS, onde as posições hierárquicas produzem relações de poder entre os grupos de PMs gerando essas contestações que a autora menciona. Na compreensão da organização em seu sentido cultural, Durão pontua o cuidado que se tem que ter, mesmo nas instituições “fardadas” como as polícias, para que não se busque fechar a compreensão das organizações como “entidades fechadas ou ilhas culturais, onde os sujeitos são passivos reprodutores de ordens instituídas” (2006, p. 49). Apesar da atenção que darei às escolas formativas da PMMS, seria equivocado não observar como as questões das masculinidades vão além da virilidade militar instituída e contestada na própria instituição, assim elas extrapolam o âmbito institucional e, ao mesmo tempo, influenciam e são influenciadas por contextos externos mais amplos.

Outro aspecto que acredito ser importante trazer diz respeito à questão ético-moral e de posicionamento como cientistas sociais, sobretudo na antropologia⁷⁹. Nessas áreas é costumeira certa simpatia e concordância política em relação ao grupo estudado, que vai além do interesse no “objeto” de estudo.

Isso foi algo que reconheço em meu mestrado, esse sentimento ao entrevistar os detentos e agentes penitenciários do IPCG, por mais que não compactuava com os seus valores ou das violências alegadamente produzidas por eles. Ainda assim, era possível criar certa simpatia, e até mesmo empatia, pela condição em que se encontravam; na situação de sujeitos dentro do sistema penitenciário brasileiro, que é reconhecidamente falho em prover a sua própria legislação tanto na Lei de Execução Penal (LEP) quanto de forma mais ampla dos direitos constitucionais.

Naquela pesquisa, encontrava-me ainda no que Piero Leirner e Ciméa Bevilaqua (2000) dizem a respeito do interesse particular que a grande área de estudo das ciências sociais tem pelas “minorias despossuídas e dominadas de todos os tipos, em detrimento do estudo dos grupos ou classes politicamente dominantes e atuantes”. Nessa tese, faço o

⁷⁸ “Culture as process places is emphasis on language and power, showing how the terms of discourses are constructed and contested and why, with what outcomes. Discourses are rarely made authoritative within one organization but are uttered and contested in several settings simultaneously. Treating culture as political process provides a theoretical approach (...) [that] avoid conceptualizing organizations as bounded units, and deals with the problem of context by placing organizational settings in national and international systems of relations which are ideological, as well as material”

⁷⁹Enfatizo a antropologia sobretudo por seus aspectos metodológicos, com a realização de uma proximidade maior em relação aos sujeitos no campo etnográfico.

caminho inverso de forma bastante concreta, indo de um dos grupos mais subalternizados de nossa sociedade, sendo os internos do IPCG, a sujeitos legitimados e, em grande parte, incentivados e apoiados, sobretudo pela sociedade campo-grandense.

No caso dos estudos com PMs, temos tanto a questão de estudo de grupos de poderes, quanto o estudo de um grupo que perpetua o acúmulo da violência em partes da sociedade brasileira (Misse, 2008). Aqui, trago questões da ética e da minha posicionalidade como pesquisador. Na antropologia, os processos de *otherness* são reconhecidos como uma das questões na área. O processo de separação dos *outros* foi evocado durante a história da disciplina, trazendo sobretudo a questão da alteridade. Seguindo os caminhos de Harding (1991), procuro pensar as questões que são trazidas ao se estudar o *outro cultural repugnante*.

Muitos dos valores e discursos apresentados pelos PMs durante a realização do meu campo se tornam transparentes, algo não surpreendente para uma instituição que tradicionalmente defende o *status quo* e o quadro ideológico conservador hegemônico. Trata-se de um dos traços da cultura policial, pelo caráter particular de seu trabalho segundo Reiner (2000). Aqui, utilizo a noção de conservadorismo⁸⁰ definida por Heywood (2010), que se define como o “desejo de conservar e preservar a sociedade”. Com as seguintes concepções e valores: Tradição, Imperfeição Humana; Sociedade Orgânica; Hierarquia e Autoridade.

A defesa da tradição, no contexto dos valores masculinistas e heterossexistas, é histórico na sociedade brasileira, manifestando-se como um saudosismo de um suposto passado idealizado e ordenado, em que havia respeito e devoção às figuras de autoridade tradicionais. Esses valores estão presentes na PMMS como uma exaltação da própria história que é ressignificada constantemente em suas cerimônias e na memória institucional (Pollak, 1992) dos “homens notáveis” que a fizeram. As figuras dos coronéis vêm à mente; na tese, trago outras como os *antigões* ou os PMMS da antiga Tropa Ostensiva de Repressão Armada (TORA) em Campo Grande.

Numa concepção de imperfeição humana, os instrutores da PMMS demonstram repetidamente uma visão hobbesiana da sociedade como um todo, sendo o filósofo referenciado diversas vezes nas instruções, tal concepção seria parte da cultura policial, no que diz respeito aos aspectos de cinismo e pessimismo (Reiner, 2000). Essa noção se junta à

⁸⁰ Esse conservadorismo é a definição tradicional, sem levar em conta os acontecimentos contemporâneos. A ascensão do Bolsonarismo e a extrema direita, já estariam mais próximos de um movimento reacionário. Enquanto os conservadores estariam em defesa da estabilidade e de um *status quo*, os reacionários idealizam e trabalham para um retorno a um passado “glorioso”. Estando eles mais próximos de um radicalismo conservador (Lynch, 2023), uma ‘revolução’ conservadora (Cunha, 2020) ou até mesmo de um fascismo aberto e contemporâneo (Uchôa e Filho, 2023).

distinção “nós x eles”, pois após a forja na instituição, muitas das imperfeições seriam retiradas no processo de militarização. Sendo assim, a visão se mostra mais pessimista se se refere à ‘sociedade’ como algo externo aos PMs, mas a luta contra o crime ainda estaria no “nós” deles.

Nesse sentido, os *paisanos* teriam tendência a serem voláteis, não-confiáveis, impulsivos, desorganizados e indisciplinados. O *peba*⁸¹ representando o pior tipo deles, que dominaria criando um caos e uma desordem social se não fosse o papel da própria PMMS. Heywood nos mostra que, numa sociedade hobbesiana, os PMs tendem a entender que “o papel da lei não é garantir a liberdade, mas preservar a ordem” (2010, p. 81). Uma concepção de sociedade orgânica, na qual temos uma junção das tradições com a imperfeição humana.

Para muitos dos PMs, a sociedade tem uma estrutura orgânica em que cada sujeito tem sua posição, criando-se um todo ordenado, assim como a hierarquização na caserna. No contexto brasileiro, a base da sociedade, a família, é sempre heterossexual, branca e cristã. Ao desestabilizar essa base, causar-se-iam efeitos terríveis na estrutura social. Aqui, temos a explicação para o crime, ótica segunda a qual os sujeitos que vão contra o seu lugar social teriam de ser “afastados de suas famílias”, indo para a “vida fácil, no crime” (Caderno de Campo). Por fim, a defesa da hierarquia e da autoridade. Não é de se surpreender que essas duas, além da disciplina, serem as bases da estrutura militar. Tanto que elas seriam as justificativas de os PMs serem em certo sentido “melhores” que os *paisanos*, dando assim um orgulho da farda e um *esprit de corps* entre eles. Mas muitos deles possuíam essa visão mais ampla, de que a hierarquia e a autoridade são naturais e rejeitam a artificialidade de uma suposta igualdade social. Existe então uma defesa da autoridade posta “de cima” para “baixo”, que se estrutura na própria família, na autoridade do Pai. Esses quatro valores são compartilhados por muitos PMs e apareciam constantemente nas instruções, sendo eles a base do conservadorismo. Nos capítulos II e III veremos como esses valores voltam em muitos momentos da formação (CFSD e CFO), dos marcadores sociais e suas posições hierárquicas dentro da PMMS e a exacerbação do reacionarismo violento no contexto da extrema direita e do bolsonarismo na PM.

Voltando à questão, enquanto indivíduo pesquisador e antropólogo, encontro-me distante e até mesmo em oposição a muitos desses valores espelhados pelos PMs. Nesse sentido, como pesquisador estudando PMs, encontro-me como Machado e Scalco (2021),

⁸¹ No capítulo III trabalho com essa categoria enquanto parte de um “eles” inimigos dos PMs a serem combatidos.

percebendo “o desafio de estudar ‘o inimigo’: as pessoas que nós tendemos a não gostar”⁸² (p. 329). Aqui, procuro pensar em algumas questões que essa posição ética e a pesquisa com os PMs trouxeram em minha tese.

Uma das questões é que num campo como o meu, toda a pesquisa e o acesso a ela se davam a partir da permissão de poucos sujeitos institucionais, dos quais tive a impressão de que caso se sentissem atacados ou contrariados, poderiam facilmente arrumar motivos para impactar ou até mesmo inviabilizar a pesquisa como um todo. Algo que se mostrou verdadeiro ao longo do campo. Além das situações que já mencionei acima dos atritos que parecia causar com minha presença no campo. Mesmo após dar início à pesquisa, nas duas escolas formativas (CEFAP e APM), existiam diferentes formas de impossibilitar o campo. Minha experiência muitas vezes foi bastante similar à de João Pinto et al (2006), quando ele diz

Observou-se uma certa “dificuldade” – para não sermos deselegantes – na comunicação com as polícias militares. (...) com nítido desconforto da maioria dos entrevistados. “Mas isso não é comigo” pode ser a frase emblema. (...) Talvez o medo do estranho, ou seja, do não-fardado, explique o medo às críticas. Fica a desconfortável impressão de que a fala é uma fala-padrão, um discurso “concedido”, previamente estudado e destinado àquele que não pertença aos quadros militares, ou, em outros termos, um discurso para civil ouvir (Pinto *et al*, 2006, p. 15).

No CEFAP, após a apresentação da autorização recebida pelo comando geral fui indicado ao comandante da OPM e apresentado ao Ten. -----, durante esse momento expliquei como geralmente ocorria uma etnografia. Ele seria o responsável por organizar minha pesquisa com o 37 CFSD. Desde o início, o Ten. ----- parecia não estar de acordo com a realização da pesquisa. Assim, ele foi extremamente restritivo ao campo, apenas autorizando minha ida após a confirmação do instrutor da disciplina e com a condição de não estar em horários maiores de 3 horas na OPM. Em certa ida ao campo, ainda no início, cheguei ao CEFAP e pedi autorização para outra Tenente, que se prontificou e autorizou minha entrada. Mas após esse dia um enorme atrito foi gerado, pois, segundo o Ten. -----, eu havia quebrado um dos combinados expressos que apenas poderia conseguir com a autorização dele, onde até mesmo o praça que me recebeu foi punido pela autorização de entrada sem ele estar na OPM. Depois de uma conversa, e entrar em contato com o comandante do CEFAP, que retornou as idas nas condições determinadas pelo Ten. -----.

⁸² “(...) challenge of studying the ‘the enemy’: the people we tend not to like”.

Na APM, o processo se deu de forma mais amena. Tanto o comandante da instituição quanto o subcomandante se mostraram interessados pela pesquisa, ainda que com uma pequena desconfiança do tema que abordaria. Porém, lá não havia muito bem um PM encarregado de me auxiliar na entrada⁸³ da OPM, que, com o tempo, se tornou uma Ten. -----
- do setor de educação. Lá, tive uma liberdade um pouco maior, sem restrição muito grande de tempo. Mas ainda assim eram permitidas apenas acompanhar as instruções, que os instrutores permitiam e nada além disso. Contudo, o campo se mostrou desafiador e bastante limitado em alguns aspectos, algo que tentei manejar durante a produção desta tese, mas que tiveram efeitos nos dados produzidos e resultados.

Dessa forma, eram necessárias constantes negociações de minha presença no campo. Sendo assim, procurei estabelecer algumas pequenas técnicas e discursos que utilizava como forma de estabelecimento de meu corpo no campo de pesquisa. Buscando uma aproximação, até mesmo uma camuflagem de minha presença lá, comecei a utilizar roupas de cores semelhantes aos alunos e cadetes. Isso parecia acontecer de forma racional, estratégica. Mas em certo sentido, talvez mais inconsciente, existisse uma pressão para disciplinar meu próprio corpo aos moldes dos PMs. Apesar de não ter sentido a necessidade de cortar os cabelos, bem maiores que os permitidos, ou até mesmo tirar piercings ou brincos, ambos proibidos, optei por estar sempre com barba totalmente feita e, em certo momento inicial do campo, por comprar um coturno de estilo militar para usar no campo. Esse até foi reconhecido por um dos oficiais, com misto de surpresa e felicidade, em tom que pareceu exitosa “tentativa de cooptação” (Leirner, 2009, p.35) do *esprit de corps* da PM, podendo nesse sentido ser visto como um “Amigo da PM”⁸⁴.

Outra forma de se aproximar e evitar de ser visto como um possível inimigo se dava por meio da linguagem. Evitei termos que, para os sujeitos daquele campo, são mal vistos, tais como: “pesquisador de humanas”, “humanas”, “gênero”, “sociólogo” ou até “ciências sociais”. Esses termos, entre outros, são carregados de estereótipos pelos PMs. Preferia assim me posicionar num sentido menos estereotipado, por meio do qual a minha posição como

⁸³ As escolas de formação mantêm um controle de entradas e saídas muito mais rígido do que outras OPMs, onde a circulação de civis é maior. Nessas unidades, eu era abordada logo na portaria: precisava explicar o motivo da visita e fornecer meus dados de identidade. Com o tempo, esse protocolo se abrandou, à medida que os praças responsáveis passaram a me reconhecer.

⁸⁴ Essa categoria foi percebida nas pesquisas com militares das FAs por Leirner (1997) e reforçada por Castro e Leirner (2009), sendo entendido enquanto amigo da instituição teria o sentido de “compromisso com a instituição” (2009, p.85). Seria o final do processo de cooptação, que na PMMS seria os sujeitos que apoiam a instituição publicamente, formando parte de “Nós”. Volto a essa discussão no capítulo III pensando essa categoria junto da noção do “nós”.

pesquisador “procurava realizar um estudo em ciências políticas sobre a formação da identidade dos PMMS”.

Outra questão que surgiu se deu em relação ao contexto político brasileiro durante a escrita desta tese. Sempre importante tentar evitar ou desconversar questionamentos sobre posicionamentos políticos, questões jurídico-políticas que estavam na mídia, apoio ou crítica a respectivos candidatos e posições políticas nas últimas eleições. Apesar de algumas vezes não conseguir esconder o desconforto ou discordâncias em relação aos interlocutores. Essas diversas pequenas estratégias visavam possibilitar a continuidade do campo.

Tentei trabalhar levando em conta as perspectivas recentes de campos com desafios semelhantes (Pasioka, 2017, 2019; Machado e Scalco, 2021; Ungor, 2023). Acredito que seja importante pontuar que não se tratava de falsear minha identidade ou assumir uma postura relativista ou niilista. Mas sim de uma defesa da alteridade antropológica, expandida para sujeitos controversos no meu meio social. No meu campo anterior, ao pesquisar com “sujeitos abjetos” acusados de homicídio, era preciso levar em conta os aspectos sociais e culturais que os posicionaram. Não como uma justificativa para seus comportamentos, mas sim para uma compreensão mais ampla. Processo semelhante ocorreu com os perpetradores da violência policial, tão comum nas cidades brasileiras. Nesse sentido, compactuo com a noção de que “a responsabilidade antropológica para com o público continua ser de desnaturalizar atributos essenciais presos a vários grupos humanos” (Machado e Scalco, 2021, p.331). Ainda assim, foi um desafio navegar entre minhas próprias concepções políticas e a alteridade que o fazer antropológico demandava.

Com essa perspectiva em vista, uma das coisas que aprendi com o campo foi que mesmo sendo uma instituição dos moldes das instituições totais de Goffman e com a ênfase que os PMs dão à uniformidade militarista, a PMMS apresenta uma diversidade de posições, opiniões e valores entre seus sujeitos. Algo que seria interesse ser aprofundado neste momento, já que esse não era o foco desta tese, confirmando as compreensões foucaultianas do micropoder, até mesmo numa instituição como essa sempre apresenta resistências e vestígios diferenciais nas relações de poder hegemônico. No campo, isso era visto com os discursos de instrutores, alunos e cadetes, que se contrapunham com as visões hegemônicas de um conservadorismo punitivista da PMMS.

Na diversidade existente nas interlocuções com os PMs, tanto as interações negativas quanto as positivas, produziram relações e afetos. Realizar uma pesquisa durante mais de um

ano numa instituição torna propícia a formação de vínculos entre quem pesquisa e os sujeitos que colaboram, não sempre de forma intencional, com a pesquisa.

Leva-nos a um dos objetivos da pesquisa: compreender a percepção dos próprios policiais militares partindo da proximidade com eles, escutá-los, vê-los, conviver com suas realidades diárias para compreender esse processo da formação identitária masculinista dos PMMS. Retirando minhas próprias percepções e as obras bibliográficas, grande parte dessa pesquisa consistiu dos próprios PMs, conversando, explicando, apresentando, expondo, transmitindo etc., sua compreensão da realidade social na PMMS. Nesse sentido, foram produzidos afetos e sentimentos, às vezes positivos como de orgulho, companheirismo, momentos divertidos e descontraídos durante as instruções. Como também os negativos, de receios e desconfortos, momentos de apreensão e até de medo.

Uma das oportunidades que tive durante a pesquisa, e irei trabalhar melhor no segundo capítulo, demonstrou de forma clara isso. Foi quando fui convidado para lecionar uma disciplina de 20 horas para os alunos do 3º CFO, intitulada “Combate à Homofobia”, podendo contribuir de forma positiva para a formação dos próprios sujeitos da pesquisa. Apesar de alguns questionamentos sobre a realização desse empreendimento, depois de conversar com minha orientadora, aceitei esse compromisso. Isso possibilitou novas questões enquanto professor e pesquisador dos cadetes. Agora penso que essa disciplina foi fundamental para uma compreensão mais ampla de como os PMs entendem as questões de gênero e sexualidade, que já buscava em minha pesquisa, além de atenuar os afetos e sentimentos em relação ao campo.

Tento compreender que, como toda a instituição policial, a PMMS não se mostrou uma instituição homogênea sem atravessamentos amplos, possuindo uma diversidade de realidades dentro das suas diferentes divisões nos múltiplos locais de atuação pelo estado do MS (seja nas grandes cidades ou nos “rincões do estado”), nas diferentes funções exercidas pelos PMs (seja no patrulhamento de rua, nas rondas escolares, no patrulhamento ambiental, ou nos trabalhos burocráticos e formativos), além da divisão dos círculos hierárquicos típicos da estrutura militar. Todas as diferenças ainda perpassadas por uma múltipla gama de marcadores sociais que posicionam cada um dos PMs como sujeitos que são racializados, generificados, como pertencentes a diferentes classes e gerações. Concebê-la também como não imune às mudanças sociais mais amplas e estanques no tempo, mas sim como uma instituição de constantes disputas, cisões e diferentes concepções a respeito do devir do policial militar sul-mato-grossense, assim como da instituição PMMS com um todo.

Com isso posto, o objetivo central desta tese é compreender socialmente os processos formativos generificados da PMMS. Não se trata de buscar culpados, impulso comum em nossa matriz cultural católica, sempre desejosa de um vilão a quem impor penitências. Interessa, antes, desvendar como as masculinidades e as violências se entrelaçam nesses processos formativos. Tampouco procuro condenar (lugar cômodo, sustentado pela soberba de quem julga) comportamentos ou discursos que, por vezes, são assumidos de modo consciente, mas que muitas vezes se manifestam de forma inconsciente e quase imperceptível aos próprios sujeitos. Como veremos ao longo da tese, em certo sentido, eles mesmos acabam por se tornar “vítimas” da produção discursiva e das violências que atravessam suas formações.

2. FORJANDO VALORES: MASCULINISMO, CORPOS E RESISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO DA PMMS

A Paradoxal Identidade Institucional da PMMS

E desse modo ele ia levando a vida, metade na repartição, sem ser compreendido, e a outra metade em casa, também sem ser compreendido (...)” “Ah! Meu Deus! Quando poderei ir à Europa!” O major não se conteve: levantou o olhar, concertou o pince-nez e falou fraternal e persuasivo: “Ingrato! Tens uma terra tão bela, tão rica, e queres visitar a dos outros! Eu, se algum dia puder, hei de percorrer a minha de princípio ao fim!”

Lima Barreto, Triste fim de Policarpo Quaresma.

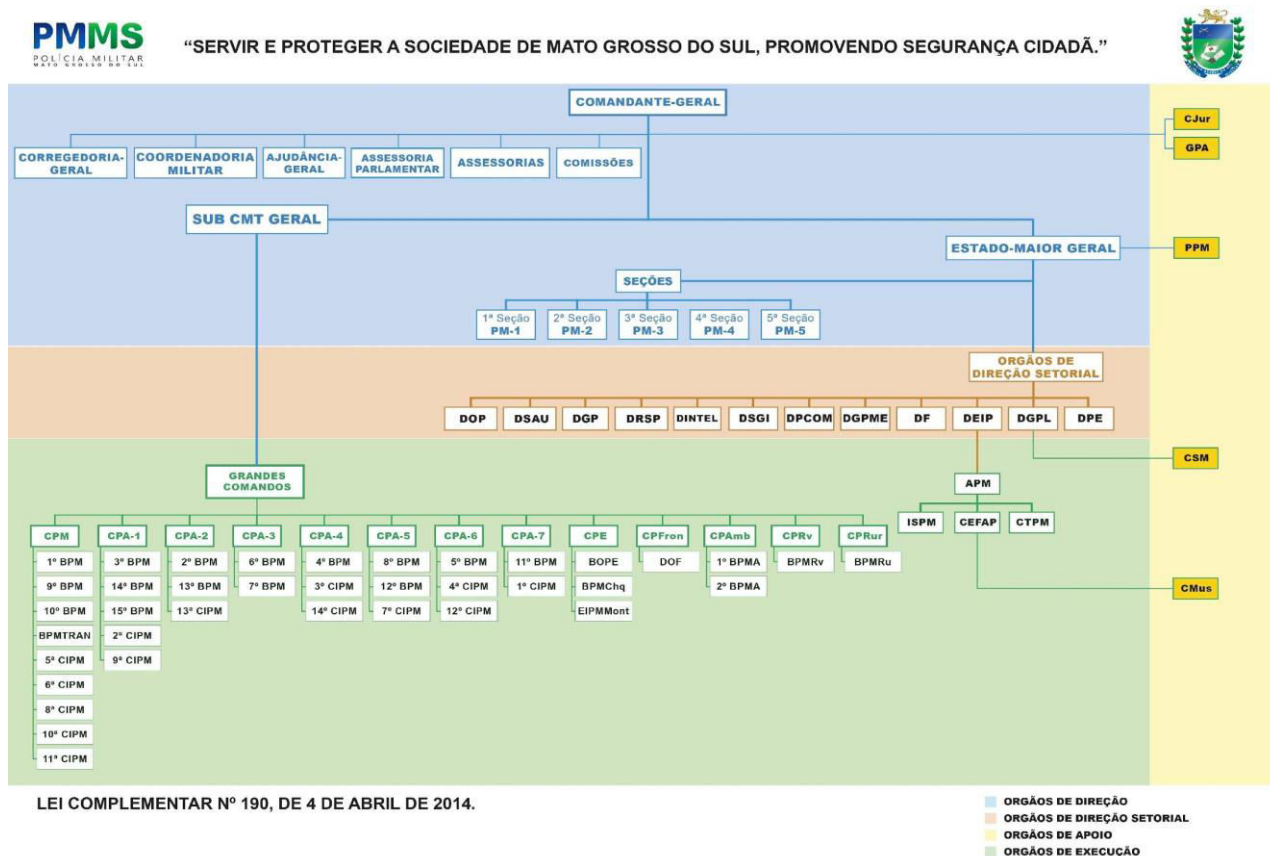
A Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, como instituição do aparato de segurança do Estado, tem sua ênfase no policiamento ostensivo⁸⁵, apesar dos processos de especialização e de burocratização que a divide em diversas unidades. Criada com a divisão dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, em 1979, tendo assim 45 anos de instituição autônoma, responsável pelo policiamento ostensivo do novo estado que estava se consolidando. A PMMS não reconhece essa data como a fundação da instituição, usando na sua linguagem oficial e eventos realizados por ela a data de 5 de setembro de 1835. Data essa de fundação da Corporação dos Homens do Mato, na então província do Mato Grosso. No campo esse aspecto me pareceu uma forma de legitimação histórica da instituição, compreensível do ponto de vista da importância que o sul do Mato Grosso teve. E como o aparato de segurança do estado esteve presente nessa região desde os tempos coloniais (Jesus, 2007; Balieiro, 2009; Mello, 2010), desde as questões de fronteiras com o império espanhol à guerra do Paraguai (Doratioto, 2002; Galetti, 2012). Outras PMs mais recentes no Brasil, como as Polícia Militar de Roraima (PMRR) e a Polícia Militar do Estado de Rondônia (PMRO) que utilizam os 49 anos, ou até mesmo a Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTTO) com seus 36 anos de existência.

Aqui, procuro trazer uma descrição de cunho mais panorâmico e institucionalizado, que posiciona essa autonomia da PMMS no estado do Mato do Grosso do Sul. A estrutura que apresento se baseia na lei complementar Nº 190, de 4 de abril de 2014, que reestruturou a instituição. No Quartel do Comando (QG), local onde iniciei minha incursão como

⁸⁵ Segundo a constituição estadual de 5 de outubro de 1989, temos “Art. 47. À Polícia Militar incumbem, além de outras atribuições que a lei estabelecer I - policiamento ostensivo e preventivo de segurança; II - policiamento preventivo e ostensivo para a defesa do meio ambiente;”. Ostensivo é geralmente entendido pelos interlocutores como o policiamento com presença visível, uniformizada, de patrulhamento e resposta imediata.

mencionado no primeiro capítulo, temos o Comando Geral, o Estado-Maior, os Grandes Comandos (Comando de Policiamento Metropolitano (CPM) e o Comando de Policiamento Especializado (CPE), as Diretorias⁸⁶, a Ajudância Geral (AJD) e a Coordenadoria Militar (COORDMIL). Quanto ao organograma institucional, apresenta a seguinte estrutura institucional:

Imagem 1.1 – Organograma PMMS



Fonte: PMMS, 16 de abril de 2024.

Nas unidades formativas da capital, temos as unidades escolares, como a Academia de Polícia Militar (APM) e o Centro de Ensino, Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP), o campo etnográfico se concentrou sobretudo nelas, na formação dos PMMS. Além delas, temos as unidades operacionais⁸⁷, com os batalhões que ficam a cargo do CPE, que abrangem o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), o Batalhão de Choque (BPMChoque)

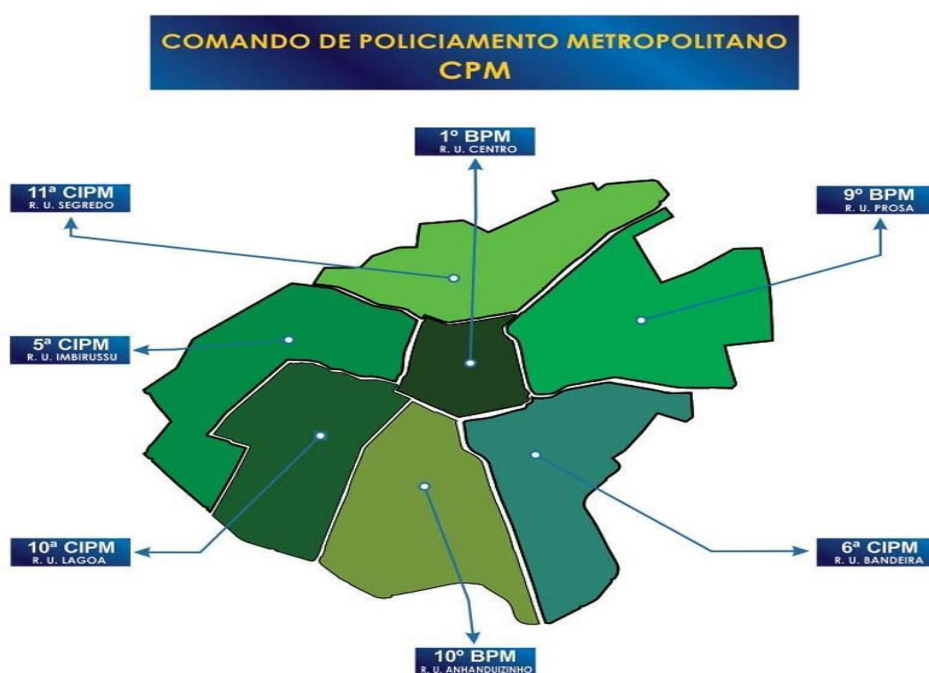
⁸⁶ Sendo elas Ensino, Instrução e Pesquisa (DEIP), Finanças (DF), Gestão de Pessoal (DGP), Gestão de Patrimônio e Logística (DGPL), Gestão do Presídio Militar Estadual (DGPME), Inteligência (DINTEL), Polícia Comunitária e Direitos Humanos (DPCOM), Planejamento Estratégico (DPE), Recrutamento, Seleção e Promoções (DRSP) e Gestão de Sistemas e Informação (DSGI)

⁸⁷ São as OPMs que segundo os PMs “Os lugares onde se focam na execução da atividade fim da polícia militar, na rua e em operações.” (Cadernos de campo).

e o Esquadrão Independente de Polícia Militar Montada (EIPMMont). Além deles, temos o Comando de Policiamento de Fronteira (CPfron), o Batalhão de Policiamento Rural (BPMru), o Batalhão da Polícia Militar Ambiental (BPMA), e o Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPMRv), todos esses se encontram na capital do estado na cidade de Campo Grande.

Também nela, temos as unidades operacionais metropolitanas, sobre responsabilidade do CPM⁸⁸, que realizam o trabalho não especializado da PMMS na região metropolitana da capital, incluindo os Batalhões de Polícia Militar 1º BPM, 9º BPM, 10º BPM e as Companhias Independentes de Polícia Militar: 5ª CIPM, 6ª CIPM, 10ª CIPM e 11ª CIPM. O mapa abaixo na imagem 1.2, demonstrar a área de atuação de cada uma das unidades na cidade de Campo Grande.

Imagem 1.2 – Comando de Policiamento Metropolitano de Campo Grande



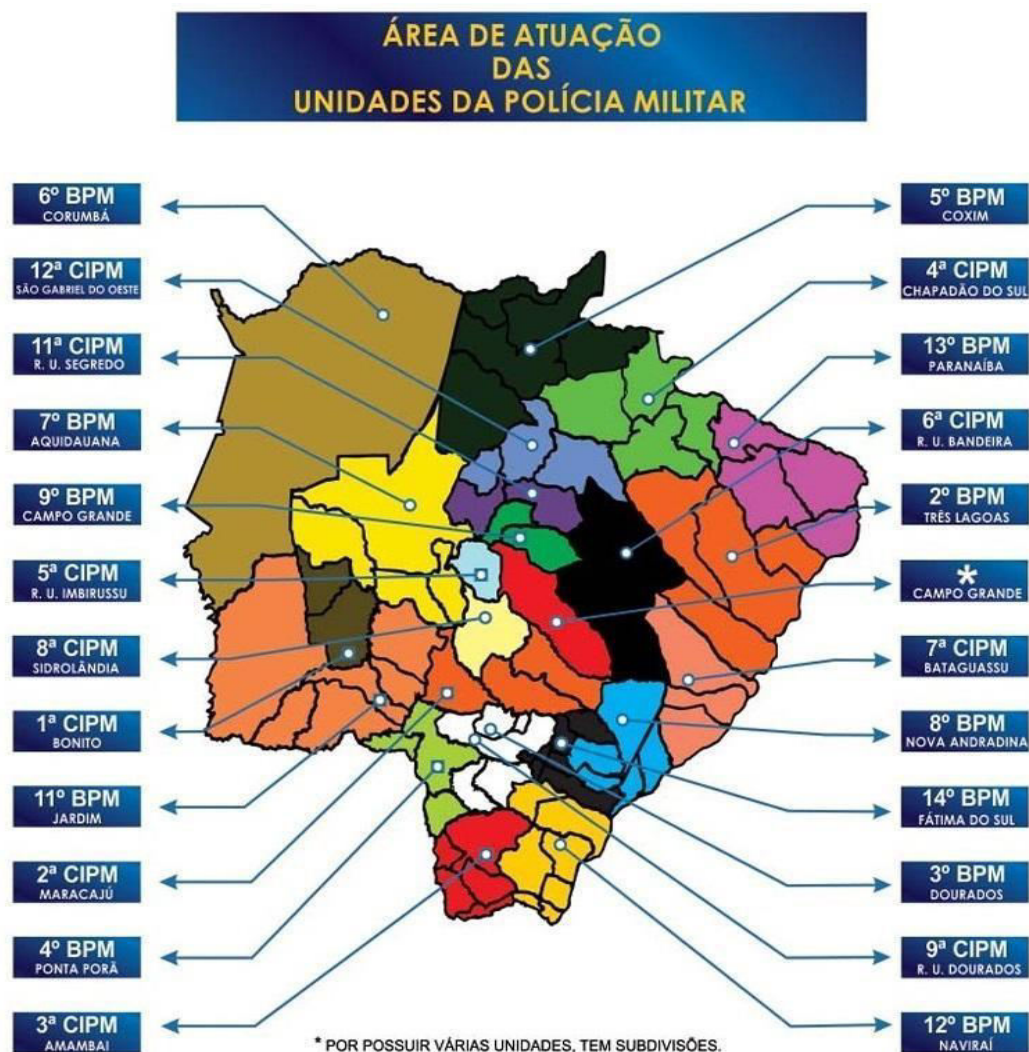
Fonte: Diário Oficial, 16 de abril de 2018.

Voltando à PMMS, em sua atuação interiorana, temos as unidades que buscam cobrir o resto do território sul mato-grossense, onde encontramos os batalhões de Polícia Militar, 2º BPM (Três Lagoas) 3º BPM (Dourados), 4º BPM (Ponta Porã), 5º BPM (Coxim), 6º BPM (Corumbá), 7º BPM (Aquidauana), 8º BPM (Nova Andradina), 11º BPM (Jardim) e o 12º BPM (Naviraí), assim como as Companhias Independentes de Polícia Militar 1ª CIPM (Bonito), 2ª CIPM (Maracaju), 3ª CIPM (Amambai), 4ª CIPM (Chapadão do Sul), 7ª CIPM

⁸⁸ Aproximadamente todos os alunos soldados que acompanhei no CFSD vão ser alocados nas unidades dessa região, tendo sido realizado um novo concurso do CFSD para a formação de soldados para o interior do estado.

(Bataguassu), 8ª CIPM (Sidrolândia), 9ª CIPM (Dourados) e pôr fim a 12ª CIPM (São Gabriel do Oeste). Abaixo na imagem 1.3, podemos observar pelas cores a área de responsabilidade e atuação de cada uma das unidades.

Imagem 1.3 – Unidades da PMMS no Estado



Fonte: Diário Oficial, 16 de abril de 2018.

Já nas divisões internas da instituição, temos a divisão dos PMMS numa escala hierárquica⁸⁹, definida segundo o Decreto N° 10.767 de 9 de maio de 2002, sendo ela composta pela divisão entre praças e oficiais. São divididos entre:

- Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM): composto pelas posições de Coronel, Tenente-coronel, Major, Capitão, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente, Aspirante a

⁸⁹ Segundo Leirner (1997), a hierarquia militar consiste na divisão em graus de ordem ascendente numa cadeia de comando-obediência, sendo ela a base da conduta militar.

Oficial (Cadete), Cadete 2º Ano, Cadete 1º Ano e Aluno Oficial do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO).

- Quadro de Oficiais Auxiliares Policiais Militares (QAOPM): possui as posições de Major, Capitão, Primeiro-Tenente e Segundo-Tenente.
- Quadro de Oficiais Especialistas (QOEPM): composto pelos Músicos (QOEPM-Mus) e o Capelão (QOEPM-Cpl).
- Quadro de Oficiais de Saúde (QOSPM).
- Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM): composto pelas posições de Subtenente, Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento, Terceiro-Sargento, Cabo, Soldado, Aluno Sargento, Aluno Cabo e Aluno Soldado.
- Quadro de Praças Policiais Militares Músicos (QPPM-Mus).

Numa relação da cadeia de comando, temos no topo da hierarquia da PM: Coronéis, Tenentes-coronéis e Majores. Eles fazem parte dos oficiais superiores e geralmente são responsáveis pelos comandos e subcomandos das OPMs, sendo que, em alguns cargos de comando, é exigida a patente mais alta⁹⁰ da instituição de Coronel. Em seguida, temos os Capitães como oficiais intermediários. E os primeiros e segundo tenentes como oficiais subalternos. Enfim, como praças especiais, temos os Cadetes aspirantes a oficiais, de primeiro e segundo ano. Iniciando o QPPM, que compõem a maioria das PMs, temos em ordem as patentes de Subtenente, Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento, Terceiro-Sargento, Cabo, Soldado e o Aluno-Soldado.

Todos os PMs se encontram assim numa relação de comando-obediência durante sua posição enquanto efetivo ativo da instituição. Além dessa ordem, outros critérios definidores da hierarquia são o cargo de comando e, em seguida, a antiguidade na instituição. Tais divisões hierárquicas são fundamentais dentro da instituição e, no campo, era constante a relação mais próxima dos sujeitos nos círculos hierárquicos em que estavam inseridos, particularmente entre os Tenentes Coronéis e Coronéis.

No início do campo, já estava familiarizado com as fardas dos PMs da “atividade operacional” (Anexo 1.3), na sua cor “azul-petróleo”⁹¹, que é comumente visto nas viaturas de

⁹⁰ Diferentemente das FAs a PMMS não possuem patentes para além de Coronel, como General (Exército), Almirante (Marinha), Brigadeiro (Marinha). Como vimos no primeiro capítulo em grande parte da história da instituição, membros, sobretudo do Exército, ocupavam o comando da instituição policial. E de se pontuar também, que enquanto forças auxiliares, os PMMS estão na mesma escala hierárquica dos militares das forças.

⁹¹ Durante um campo fiquei um tanto surpreso, que em determinado momento a PMMS chegou a realizar uma pesquisa de opinião da população do MS sobre como deveriam ser os fardamentos e até mesmo sua cor. Algo

PMs que fazem o patrulhamento ostensivo no estado como um todo. A cor do fardamento, no caso da PMMS, o azul-petróleo, adquire um prestígio simbólico particular, como ocorre em muitas instituições militares. Em uma das solenidades que acompanhei, uma aluna declarou, em tom cerimonial: “aqui, envergando com orgulho essa farda azul-petróleo, perante a bandeira do Brasil” (Cadernos de Campo). Na mesma ocasião, o próprio governador do estado fez referência à cor ao afirmar que os formandos “serão guardiões dos valores de quem veste essa farda azul-petróleo” (Cadernos de Campo). A centralidade simbólica desse uniforme será aprofundada mais adiante, ao longo do capítulo.

Com o tempo observando as diversas fardas, acabei aprendendo a visualizar e decodificar as informações contidas nos distintivos e insígnias das fardas. Como visto no Anexo 1.3, algumas informações que eram de interesse durante a realização do campo eram: o “nome de guerra” na manga direita, os distintivos de cursos de qualificação, já na manga esquerda, o distintivo da OPM em que o PM se encontrava alocado. E, ao lado esquerdo, na gola, temos o símbolo do círculo hierárquico ao qual pertence.

Ponto aqui o “nome de guerra”, pois ele se estrutura dentro de uma lógica generificada na instituição, onde geralmente é utilizado para os homens o sobrenome, enquanto para as mulheres o primeiro nome. Apesar disso, durante o campo, buscando evitar homônimos, tive contato com Pfems com o sobrenome estampado. Até mesmo essa questão se mostrou como parte do *masculinismo institucional*, sendo que em algumas PMs, a possibilidade de usar o sobrenome foi sendo permitida após alguns anos (Moreira, 2016, p. 70). Outra forma de favorecer o masculinismo me foi confidenciado no campo, por meio dessa diferenciação: os PMs conseguem observar documentos ou a escala de serviço, isto é, identificarem as Pfems. Com isso, alguns PMs optam, ativamente, por não trabalhar com elas. Há resistência no ato de as Pfems começaram a ter liberdade maior na escolha dos nomes, elas evitavam usar os nomes que identificassem o seu gênero, usando mais o sobrenome, como forma de contornar isso.

Essas informações e o local onde se encontravam é como em todas as demais fardas operacionais, sendo ou não das especializadas⁹². Para um cientista social, tal informação visual era de grande importância para compreender as relações, posicionalidades e

que pareceu demonstrar um certo distanciamento do autoritarismo e fechamento tradicionais dos militares. Acesso em: <<https://correiodoestado.com.br/cidades/pm-faz-pesquisa-para-saber-br-opinio-da-populacao-sobre-farda/315639/>> Acessado em: 25 de outubro de 2024.

⁹² São OPMs com funções especializadas dentro do policiamento ostensivo, como os batalhões do BOPE, CHOQUE, Rural, de Trânsito e etc.

simbolismos da cultura institucional da PMMS como um todo. Apesar dessas informações, a farda operacional também tinha um grande efeito homogeneizador nos PMs, tal qual o corpo de uma massa disciplinada, particularmente os símbolos que posicionam o círculo hierárquico do PM são de difícil visibilidade ocupando apenas um pequeno adereço de borracha próximo ao pescoço. No campo até causava um estranhamento quando via o comandante geral ou oficiais superiores utilizando, pois realmente pareciam camuflar o seu posicionamento hierárquico institucional.

Segundo interlocutores, a farda seria: “ah é algo bom que aproxima todos nós, quando você vê de longe já sabe que é um de nós” (Cadernos de Campo). O ato de homogeneizar parecia causar um sentimento positivo de uma suposta isonomia entre os PMs da PMMS, assim como um senso de pertencimento institucional mais amplo. Tais fardas têm um importante efeito simbólico e a mudança de fardas é um importante ritual de passagem para os alunos do CFSD e CFO, até mesmo para oficiais mais antigos que afirmavam que “para ser policial mesmo tem que passar num azulão antes” (Cadernos de Campo), dando um peso ao trabalho realizado na rua.

Mas, durante o campo e, sobretudo, nas idas ao campo, já dentro da “caserna” da PMMS, não era a farda o que mais aparecia, mas sim as fardas de “cerimônia, representação e passeio” (Anexo 1.3). O social completo tendia a apenas ser visto em cerimônias, enquanto administrativo social/passeio são o que se encontram em todas as OPMs no dia-a-dia⁹³ do trabalho administrativo, ocupando outro lado simbólico da farda dos PMs *operacionais*. Nesse sentido, de forma oposta ao fardamento do *operacional*, que tende à homogeneização, a farda social se mostrou como um grande marcador de diferenças e distinções na PMMS. Nesse sentido, a posição generificada dos sujeitos assim como sua posição na escala hierárquica são destacadas.

No uniforme das Pfems, o uso da saia, geralmente com comprimento acima dos joelhos, é acompanhado da obrigatoriedade do salto alto. Quando optam pela saia, muitas utilizam meia-calça em tom natural; já no caso da calça (cujo uso é permitido, embora pouco comum), exige-se o uso de uma “meia fina feminina”, conforme determina o regulamento.

⁹³ Segundo as normas da instituição “em trânsito, apresentações individuais e coletivas, solenidades, reuniões correntes, atividades internas e externas, em passeio, em solenidades e atos sociais em que seja permitido traje esporte aos civis e, ainda, quando determinado;” (BCG N° 148 – 10 de agosto de 2022).

Na cobertura⁹⁴, além delas, também ocorre uma diferenciação do quepe masculino, com uma mudança de formato mais arredondado. Outra particularidade das Pfems é a da farda para gestantes, sendo permitidos sapatos ou sandálias, apenas pretos, sem saltos.

As fardas são mais que uniformes, como estou procurando mostrar. Organizam hierarquias e, assim, as relações, bem como funcionam como artefatos de gênero. Pois, ao mesmo tempo em que demarcam o local das mulheres, elas também produzem (Butler, 2003) um sentido de ser mulher na PMMS. Essa própria diferenciação pode ser utilizada no uniforme administrativo e não no *operacional*, para além do sentido prático, também demonstrar o lugar que as Pfems foram historicamente obrigadas a ocupar na instituição.

Embora o recorte burocrático-institucional e a divisão territorial da PMMS forneçam apenas dados pontuais, especialmente para quem não conhece o Mato Grosso do Sul ou não está familiarizado com a estrutura militar, ele também tende a impessoalizar a instituição e a dificultar uma compreensão de suas dinâmicas internas. Tal concepção de gestão e caráter burocrático na PMMS faz parte de movimentos mais amplos das polícias nacionais e internacionais para o domínio da técnica e “policiamento inteligente” (Cowan, 2014; Brown, 2017; Lasintec, 2025). Ao analisar aspectos relacionados a organização, burocracia e estrutura legal da corporação, percebe-se que a PMMS adota um modelo institucional bastante semelhante ao das demais polícias militares brasileiras. De certo modo, ela busca reproduzir esse modelo de forma quase literal. Isso se explica, em parte, pelo fato de ter sido criada mais recentemente (com a divisão do estado, em 1979) em comparação com outras PMs mais antigas do país. Minha impressão de campo foi a de que seu arcabouço burocrático é, em larga medida, uma cópia das estruturas anteriores. Com o tempo, tornou-se evidente como essa reprodução dificulta a consolidação de uma identidade institucional própria, questão que emergiu com maior nitidez ao longo da pesquisa.

Como meu trabalho de campo foi realizado exclusivamente na cidade de Campo Grande, acompanhando os processos formativos nas OPMs escolares, o que observei esteve majoritariamente ancorado em um modelo idealizado, aquele que se manifesta nos decretos, leis, regulamentos⁹⁵ e boletins institucionais, muitas vezes distante da prática cotidiana do policial sul-mato-grossense. Ainda assim, essa distância entre norma e prática, essa espécie de “não-identidade”, revela algo mais profundo: o modo como instituições burocráticas,

⁹⁴ Termo utilizado pelos PMs para adereço de cabeça, que devem sempre ser retirados em lugares fechados. Entre eles temos os quepes masculinos e femininos, boina, gorro com pala, além dos capacetes antitumulto, do motociclistas e de equitação.

⁹⁵ Regulamento Disciplinar da PMMS (RDP) que foi estabelecido no Decreto N. 1260 de 2 de outubro de 1981.

sobretudo as de perfil tradicional, continuam a se reproduzir com notável similaridade na contemporaneidade. Reconhecer esse traço é fundamental para compreender os limites e possibilidades dos dados empíricos acessíveis na produção desta tese.

Para demonstrar esse modelo e essa reprodução, trago como exemplo alguns trechos do “Plano Estratégico da PMMS”⁹⁶, publicado em 2023, referente aos anos de 2023 a 2026, os quais podem ser vistos de forma resumida também nas “diretrizes estratégicas” (Anexo 1.4). Observa-se que esses planos e diretrizes estratégicas, dentro da parte de governança da PMMS, trariam algo da realidade *in loco* do Mato Grosso do Sul, mas tirando apenas uma menção sobre o “controle das fronteiras e divisas do estado de Mato Grosso do Sul”, que não parece alterar em nada as estratégias, não existem outras menções. Aqui, compreendo, a partir de minha experiência profissional com órgãos públicos, que possivelmente tais produções da PMMS apenas buscam preencher alguma obrigação de planejamento e transparência esperados pelo governo atual do estado, nas quais os próprios PMs não parecem muito interessados, algo que observamos no decorrer da tese.

Uma das partes do plano parece evidenciar essa minha compreensão. Ela procura descrever a identidade da PMMS enquanto instituição, dividindo-se em missão, propósito, visão e valores. As palavras “missão e propósito” apareceram mais à frente durante as falas dos interlocutores que parecem revelar outros aspectos do publicado no plano⁹⁷. Na seção dedicada aos valores, especificamente a chamada “Identidade Organizacional da PMMS”, destacam-se os conceitos de “hierarquia e disciplina”, diretamente referenciados nas diretrizes gerais de um Boletim de Comando Geral (BCG) da PMERJ. Em seguida, elencam-se valores como “profissionalismo, honestidade, honra, comprometimento, lealdade, respeito aos direitos humanos, dignidade humana, coragem e responsabilidade”. Trata-se de um conjunto que, embora pretenda expressar uma ética institucional, está fortemente ancorado em um discurso normativo idealizado, muitas vezes distante das práticas observadas no cotidiano da corporação.

Na formação de uma identidade de um “nós” a ser protegido e concebido pelos PMs da PMMS, termos como “respeito aos direitos humanos e dignidade humana” são tratados como negativos, como veremos no terceiro capítulo. Nas seções específicas dedicadas a “Honra”, “Coragem” e “Lealdade”, ainda que essas categorias sejam genéricas e presentes em diversas

⁹⁶ Presentes no site oficial da PMMS em <https://www.pm.ms.gov.br/plano-estrategico/#t34>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁹⁷ No plano temos apenas de forma genérica, a missão da PMMS como “Servir e proteger a sociedade de Mato Grosso do Sul promovendo a segurança cidadã”, e em propósito temos de “Proteger vidas, patrimônio e o meio ambiente”. Garantir direitos, preservar a ordem pública, combater o crime e fazer cumprir a lei.

polícias militares do país, é possível identificar a maneira como o *masculinismo institucional* se articula, por meio de documentos oficiais, como o analisado aqui. Os substantivos entre aspas reforçam traços historicamente associados à masculinidade hegemônica, enfatizando virtudes como bravura, resistência e sacrifício.

Na seção “Honra”, por exemplo, há uma valorização explícita do “sacrifício da própria vida”, elemento recorrente nos juramentos de ingresso nas PMs brasileiras. No entanto, tais formulações pouco contribuem para a construção de uma identidade institucional própria da PMMS, e tampouco ajudam a compreender de forma mais situada o processo formativo de seus cadetes e alunos.

Essa questão evidenciou um desafio recorrente: o de particularizar as relações observadas nas escolas de formação da própria PMMS, distinguindo-as das dinâmicas presentes em outras polícias militares do país. Alguns elementos que permitem essa diferenciação extrapolam a lógica burocrática e normativa da instituição, estando mais diretamente ligados à história local e ao contexto geopolítico em que a PMMS está inserida.

Entre essas particularidades, destaca-se o papel estratégico desempenhado pelo Mato Grosso do Sul em razão de suas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, além da proximidade com a região Sudeste do Brasil. Essa configuração geopolítica insere o estado na chamada “rota caipira” (Abreu, 2017), responsável pela circulação de aproximadamente 70% das drogas e de uma parcela significativa das armas que entram no país (Vaz, 2023). Esse cenário contribuiu para a constituição de um aparato de segurança pública específico no MS, representado, sobretudo, pela criação do Departamento de Operações de Fronteira (DOF). Embora não esteja subordinado diretamente à PMMS, o DOF integra a estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP)⁹⁸, configurando-se como um órgão central nas estratégias de controle e policiamento na região.

Ainda que conte com integrantes oriundos da Polícia Civil, o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) mantém uma cultura fortemente militarizada, refletida, entre outros aspectos, no fato de que tanto seu diretor quanto o vice-diretor costumam ser oficiais da PM, geralmente com patentes de coronel ou tenente-coronel. Sua função principal, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 12.752, de 12 de maio de 2009, é “manter o policiamento ostensivo, preventivo e itinerante em toda a área legal de fronteira de Mato

⁹⁸ A ligação com a PMMS aparece por meio da lei complementar Nº 190, de 4 de abril de 2014, Cap IV Art. 37 IV, onde temos “o Comando de Policiamento de Fronteira (CPFron), com atribuições junto ao Departamento de Operações de Fronteira (DOF)”.

Grosso do Sul, com as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia, para prevenir os crimes peculiares da região”.

Entre esses crimes, destacam-se o tráfico de drogas e de armas, cujas ações contam com o apoio do Batalhão de Polícia Militar de Choque (BPMChoque), do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPMRv) e do Batalhão de Polícia Militar Rural (BPMRu) formando um aparato repressivo articulado para o controle da fronteira. Esse grupo também tem uma relação importante com homens mitificados na história da PMMS. Assim como o prestígio que o CHOQUE e o BOPE⁹⁹, exercem sobre os alunos e cadetes das demais PMs brasileiras, o DOF produz um efeito similar na PMMS.

Uma segunda particularidade na região do MS, diz respeito à questão fundiária. O estado do Mato Grosso do Sul está entre um dos estados com a maior concentração de terra¹⁰⁰, um estado marcadamente latifundiário. Além disso, possui a maior concentração de terras particulares do país¹⁰¹, com 92% do seu território sendo áreas privadas. Com essa realidade socioeconômica do estado, a realidade do conflito violento entre diferentes grupos é constante no interior do estado, na relação especialmente do agronegócio (latifundiários e fazendeiros) contra indígenas nativos da região desde os tempos coloniais, e o Movimento Sem Terra (MST). A PMMS se mostra nessa disputa como um agente ativo, apesar de os interlocutores se considerarem passivos, “apenas aplicadores da lei e da ordem” (Cadernos de Campo). Tomando a posição do Estado e seu aparelhamento pelas elites locais, assim como do agronegócio representados pelos cidadãos de bem que estão lá para apoiá-los. Volto a essa discussão no terceiro capítulo, no qual trato da violência perpetrada pela PMMS na produção de uma identidade do “nós” contra um suposto “eles”.

A Cas(serna)a dos Homens

Os governos passam, as sociedades morrem, a polícia é eterna.

Honoré de Balzac

No início de meu campo, pouco depois de me ser dada a autorização por via da então Comandante Geral, Cel. Neidy, realizei uma incursão no QG da PMMS. Ainda sem conhecer

⁹⁹O atual diretor do DOF, foi também comandante do BOPE, e do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPMRv).

¹⁰⁰ Disponível em: <https://plenamata.eco/2021/09/17/mato-grosso-do-sul-tem-a-segunda-maior-concentracao-de-terras-do-pais>. Acesso em: 24 out. 2024.

¹⁰¹ Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/04/11/com-92-territorio-privado-ms-tem-maior-concentracao-de-terras-particulares-pais/>. Acesso em: 24 out. 2024.

muito o local, fui indicado à procura da sala da Diretoria de Gestão de Sistemas e Informação (DSGI). Ao adentrar a sala, encontrei apenas um PM praça que estava em um computador e não parecia acostumado com a entrada de não militares no ambiente. Era uma sala pequena com dois computadores e as respectivas mesas, além de uma porta reforçada para a área que depois soube serem os servidores de dados da instituição. Fui convidado a me sentar à sua frente e, educadamente, ele me perguntou o que eu desejava por lá. Expliquei quem eu era e sobre a pesquisa que estava realizando, e que gostaria dos dados dos policiais militares da instituição. Ele pediu o documento de autorização que havia recebido e, após lê-lo, concordou em compartilhar os dados. Ainda com certa hesitação, perguntou que tipos de dados eu gostaria. Logo respondi que dados gerais, focando em quantos PMs tinham, talvez as gradações, e se possível dados sociais (marcadores sociais).

Com o tempo no campo observei que essa hesitação era comum a todos os PMs com os quais eu interagia, fossem oficiais ou praças. Esse titubeio geralmente vinha no início e no momento de autorizar algo em relação à pesquisa. Notei, primeiramente, uma surpresa diante de um fato que parecia nunca ter acontecido ali (alguém realizando uma pesquisa acadêmica), e depois um leve desconforto com a responsabilidade que o PM parecia estar assumindo ao me fornecerem informações. Tais sentimentos, especialmente o de responsabilização, tendiam a se dissipar quando eu apresentava a autorização formal do então Comandante-Geral. Nesse momento, tornava-se evidente o impacto de uma estrutura institucional fortemente hierarquizada. Um policial lotado no DSGI me explicou que os dados solicitados estavam, em sua maioria, disponíveis no próprio sistema da corporação, mas que apenas PMs com determinadas permissões podiam acessá-los diretamente. Ainda assim, ele se dispôs a extrair um arquivo em Excel contendo as informações às quais tinha acesso.

Após isso ele realizou o procedimento para pegar os dados, apenas abriu no Excel e me mostrou se eram esses que queria. Não consegui observar muito bem quais dados estariam ali, mas demonstrei que quaisquer dados poderiam auxiliar na pesquisa. Com isso ele apenas abriu o arquivo, falou que tiraria os nomes de identificação por questões de privacidade, fez a retirada e me pediu o meu e-mail para logo enviar o arquivo.

Apenas um tempo depois, já realizando o campo etnográfico nas escolas de formação, tive a oportunidade de observar mais atentamente os dados. E para meu espanto, o arquivo continham as informações sobre todos os policiais militares da instituição até o presente momento em que havia coletado os dados, ou seja, agosto de 2023. Infelizmente os dados não continham ainda os interlocutores cadetes e alunos da escola de formação. Ainda assim os

dados demonstram o tamanho controle que as burocracias possuem dos corpos institucionalizados que por ela passam.

Segundo os dados obtidos, a PMMS possuía 5.176 PMs na ativa. Colocando em perspectiva com a realidade observada pelo Fórum de Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) o estado do MS está em 22º na quantidade de PMs em relação aos demais estados, sendo o estado com menos PMs da região centro-oeste do país. A partir desses dados, com um efetivo desse pequeno porte, observa-se a proporção de tamanho do estado à sua população¹⁰².

Levando-se em consideração o tamanho do estado, temos no MS a quantidade de um PM para cada 69 km². Como referência temos na PMMG (um PM para cada 13 km²), na PMSP (um PM para cada 3 km²) e na PMERJ (um PM para cada 1 km²). É preciso levar em consideração a dimensão das propriedades rurais do estado, assim como a concentração urbana sul-mato-grossense¹⁰³, e a o fato de ser uma região de fronteira internacional com Bolívia e Paraguai, como já mencionado. Esses dados têm reflexo nos processos formativos que acompanhei mais à frente.

Como mencionei anteriormente, o controle exercido pelas burocracias sobre os corpos não se expressava tanto pela contagem de efetivos, mas pela minuciosidade dos dados coletados. O sistema reunia tanto informações institucionais, como cargo (patente), quadro (geralmente dividido entre oficiais e praças), data de inclusão (entrada na PMMS), unidade e localidade (OPM de lotação), município, atribuição (função exercida), publicação de inclusão (referência ao Boletim do Comando Geral em que a incorporação foi oficializada) e comportamento, quanto dados que denomino aqui como marcadores sociais. Estes incluíam sexo (limitado às opções M e F), unidade federativa e cidade de nascimento, estado civil (casado, separado, divorciado, união estável ou solteiro), escolaridade, peso, altura, cor da cutis (amarela, branca, indígena, morena, negra ou parda) e até mesmo orientação motora (ambidestro, destro ou canhoto)¹⁰⁴.

Com a riqueza desses dados da instituição como um todo, é possível trazer um panorama identitário da PMMS e conceber aspectos claros e até mesmo os mais intrínsecos à instituição. Assim se concebe o plano de fundo que está formando os praças e oficiais que

¹⁰² Segundo o IBGE, o estado do Mato Grosso do Sul estava com uma população de 2.901.895 no ano de 2023. Assim temos uma média de 1 PM para cada 560 habitantes.

¹⁰³ Apesar de densidade demográfica ser de 7,8 habitantes por km², quase metade da população (49%) se encontra em distritos urbanos de quatro cidades (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá).

¹⁰⁴ Chama atenção, entretanto, a recorrente ausência de preenchimento em algumas dessas categorias: os campos “atribuição” (29%), “peso” (21%) e “orientação motora” (14%) apresentaram índices significativos de lacunas.

acompanhei no campo durante o CFSD e o CFO. A análise que pretendo se enquadra nas perspectivas de Avtar Brah (2006) e Marcio Zamboni (2014).

De Zamboni, observo como os “marcadores sociais da diferença são sistemas de classificação que organizam a experiência, identificam certos indivíduos com determinadas categorias sociais” (p.13, 2014), nesse sentido a instituição utiliza de categorias sociais identitárias (Gênero, Raça, Escolaridade) enquanto marcadores objetivos e estáveis dos corpos que adentram a instituição. Aqui se assume isso enquanto uma ficção burocrática que pretende simplificar e classificar a realidade social, assim como regular e controlar os corpos dos sujeitos na instituição.

Já em Brah (2006), pensamos nessas categorias que estabelecem a diferença entre os corpos. Sua divisão conceitua a diferença em quatro perspectivas: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade.¹⁰⁵ Nesse momento, se trabalhando com uma metodologia quantitativa, procuro trabalhar a diferença dos marcadores sociais, enquanto relação social. Então penso na diferença constituída em relações sistemáticas dentro das práticas institucionais na PMMS (p.362).

Logo, o que pretendo nesse momento é estabelecer relações entre os marcadores sociais, junto das diferenças estabelecidas pela instituição. Os dados possibilitaram observar uma estrutura de desigualdade institucional estabelecida na PMMS que muito se espelham na sociedade brasileira mais amplamente, apesar do constante discurso dos PMs de se verem enquanto de externos a sociedade mais ampla¹⁰⁶. Aqui já assumo o caráter limitado de inferências quantitativas que irei fazer, sendo elas um tanto superficiais em relação a complexidade, contradições e disputas de uma instituição desse porte possui na realidade do dia-a-dia institucional.

Início trazendo a diferenciação militarizada instituída no efetivo da PMMS. Nesses dados que tive acesso, não estão inclusos os sujeitos que ainda seriam matriculados no processo formativo no ano de 2024, e com os quais realizei o campo etnográfico. Esse grupo será trabalhado mais a frente, mas compõem um universo de 24 cadetes do 3º CFO, e os 14 Pelotões que totalizaram 511 alunos e alunas do 37º CFSD. se apresenta no quadro 1.1 abaixo:

¹⁰⁵ A diferença como experiência, subjetividade e identidade, se fazem bastante presente durante o processo formativo dos PMs sobretudo no estabelecimento de contraposição aos *paisanos*, que trabalho mais à frente.

¹⁰⁶ Ao mesmo tempo que eles fazem um movimento se diferenciarem, sobretudo na formação onde vão demarcar por meio do disciplinamento dos corpos, também fazem um movimento de aproximação, num *mea culpa*, para os preconceitos e atos desviantes na instituição.

Quadro 1.1 – Efetivo Total PMMS – agosto de 2023 (Total: 5.176)

Quadro	Posição Hierárquica	Patente e Insignia (Círculo hierárquico)	Sujeitos
Oficiais (531)	Oficiais Superiores (182)	Coronel 	52
		Tenente-Coronel 	80
		Major 	50
	Oficiais Intermediários (73)	Capitão 	73
	Oficiais Subalternos (222)	Primeiro-Tenente 	62
		Segundo-Tenente 	160
	Praças Especiais (54)	Aspirante a Oficial (Cadete)   	54
Praças (4.645)	Praças (4.645)	Subtenente 	343

		Primeiro-Sargento 	414
		Segundo-Sargento 	594
		Terceiro-Sargento 	1.264
		Cabo 	1.423
		Soldado 	605
		Aluno-Soldado 	1

Essa estrutura hierárquica reflete uma organização militar tradicional, de forma que existe uma pequena minoria de oficiais no comando, e uma maioria de praças como comandados. Esse contingente, ainda que não completamente estruturado pela própria PMMS dentro de seu quadro de efetivos, pode ser parcialmente acessado por meio de informações disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) de Mato Grosso do Sul. Nesses dados constam tanto o efetivo previsto quanto o efetivo existente, além das porcentagens de ocupação dos quadros de oficiais (QOPM) e de praças (QPPM). Como exemplo, observa-se que há atualmente 27 coronéis na ativa na PMMS, embora apenas 25 cargos estejam oficialmente previstos, o que resulta em um excedente de 108%. Essa situação, no entanto, configura uma exceção. Na maior parte das patentes, o que se verifica é um déficit: cargos como o de major e capitão apresentam, respectivamente, apenas 53% e 54% das posições ocupadas.

Segundo os dados obtidos, a PMMS possui um efetivo previsto de 9.622 vagas ativas, mas conta atualmente com apenas 4.681 policiais militares na ativa, o que corresponde a 43% da força projetada. Em comparação com a média nacional das PMs, em que 69% dos cargos

previstos estão preenchidos (FBSP, 2024), o quadro é ainda mais expressivo do ponto de vista do déficit. Essa defasagem se inscreve em disputas mais amplas por recursos dentro do estado, atravessando decisões políticas sobre prioridades de investimento do governo em exercício. É nesse contexto que a PMMS, enquanto categoria profissional organizada, busca estabelecer formas de representação e apoio nas arenas políticas estaduais, uma dinâmica que será aprofundada no terceiro capítulo.

Um dado que penso ser importante trazer e que não consta nos dados da própria PMMS, mas é informação pública, diz respeito às diferenças salariais dentro dos graus hierárquicos da instituição. Acredito que essa informação oferecerá uma percepção mais ampla da PMMS como um todo, e em relação a outras PMs e outras categorias profissionais no Brasil.

O salário bruto se inicia com os valores pagos aos alunos do CEFAP, com aluno-soldado recebendo durante CFSD o valor de R\$2.252, e após o curso enquanto soldado da PM no valor de R\$5.005. No CFO temos para os cadetes no primeiro ano de curso o valor de R\$4.826, e durante o segundo ano de R\$5.430. Ao se tornarem aspirantes à oficial sua renda sobe para o valor de R\$9.050. Com o salário máximo¹⁰⁷ de um coronel chegando ao valor de R\$34.436. Como um todo a PMMS se encontra acima da média de salário líquido das PMs no país (R\$5.748), com o valor de R\$7.471. Apesar considerando a região centro-oeste¹⁰⁸ ela é a que possui o menor salário.

Em campo, quase não se mencionava o salário. Numa instrução que acompanhei, o tema aparece apenas como sinal de fraqueza: “Ah, se o cara tá muito preocupado com a grana, é porque bom policial não é, né?” (Cadernos de Campo). Entre os PMs, o risco “da própria vida” e o *ethos guerreiro* afastaram a profissão do universo civil. Assim, falar em remuneração parece diminuir o ideal de “honra e dever” que se espera do policial militar. Em conversa entre oficiais do CEFAP, comentava-se sobre alunos que largaram o CFSD após passarem em concursos mais bem pagos. Ouviu-se então: “Esses têm que sair mesmo, ser PM tem que tá no sangue” (Cadernos de Campo). Ao celebrar o sangue em detrimento do soldo, desvaloriza-se¹⁰⁹ a categoria profissional e se reforçam valores masculinistas (honra, coragem, lealdade) que sustentam a ideia de “missão” dos policiais e a lógica de “defender a pátria com

¹⁰⁷ Esse não é o máximo bruto possível, tendo que ser levado em consideração o valor da ajuda de custo, e dos cargos de confiança. Esses valores como o restante da instituição estão em anexo 1.5.

¹⁰⁸ Os das outras PMs, sendo, PMDF (R\$10.211), PMGO (R\$8.197) e a PMMT (R\$10.577) (FBSP, 2024).

¹⁰⁹ Aspecto similar é observado na carreira docente por Sichineli e Loureiro (2024), ao abordar a noção de 'professor por amor'. Nesse sentido, pode-se perceber a desvalorização de profissões que desempenham funções essenciais na sociedade, mas que frequentemente são tratadas com uma visão romântica ou mítica, o que resulta em condições precárias e falta de apoio institucional e social para os trabalhadores dessas áreas.

o próprio sangue” dos militares, fundamento histórico da conscrição obrigatória em tempos de guerra.

Um momento marcante no campo, que evidenciou como os interlocutores experienciam a rigidez dos graus hierárquicos, ocorreu no início do Curso de Formação de Oficiais (CFO). Em uma das visitas à Academia de Polícia Militar (APM), eu conversava com o subcomandante da instituição, acertando detalhes logísticos sobre minha presença ali, quando um cadete se aproximou. Com postura formal e tom respeitoso, pediu licença para fazer uma pergunta. A reação do subcomandante, no entanto, foi imediata e ríspida: interrompeu a interação com uma resposta seca, afirmando estar ocupado e orientando o cadete a procurar um tenente para esclarecer sua dúvida. A tensão do momento evidenciava não apenas a rigidez da cadeia de comando, mas também os limites impostos à iniciativa dos cadetes diante das figuras de maior autoridade. Soube depois que o cadete havia levado “um *mijão*”¹¹⁰ na frente dos outros cadetes do segundo-tenente e uma anotação¹¹¹. Segundo outros cadetes, ele havia recebido isso, pois quebrou a cadeia de comando. Um cadete (patente mais baixa dos oficiais) nunca deveria se dirigir ao oficial superior, visto que não é o seu local, devendo ele se dirigir às questões, dúvidas e pedidos ao oficial subalterno. Tal situação foi agravada ainda por ele ter interrompido a conversa comigo e pelo fato de estar com o subcomandante da unidade-escola.

Em campo, a divisão entre o Oficialato e os Praças produzia expectativas e subjetivações que traziam diferentes tipos de masculinidades na PMMS, trabalharei isso mais à frente. Neste momento procuro relacionar esses dados coletados com algumas categorias identitárias (Gênero, Raça, Escolaridade, Geração) em intersecção com as masculinidades, podendo extrair da PMMS um reflexo mais amplo do que nas desigualdades sociais presentes historicamente na sociedade brasileira como um todo, mas que na instituição da PMMS trazem suas particularidades.

Iniciando pela categoria de gênero, a PMMS é constituída, sobretudo, por homens (88,9%). Com isso, temos um contingente de Pfems de 11,1%. Como caráter de comparação das possíveis influências, enquanto temos 11,1% de Pfems na instituição, temos 21,7% de PMs que vieram de outros estados para além do MS. Apesar disso, esses dados não são uma novidade ou algo inesperado, pela atribuição histórica masculinista nas instituições militares,

¹¹⁰ Expressão usada quando algum PM recebe uma repreensão de um superior hierárquico. A expressão vem da noção de um homem mijar em outro como forma de humilhação e demonstração de poder masculino.

¹¹¹ Uma advertência, punição escrita por transgressão do Regulamento Disciplinar da PMMS (RDP) que foi estabelecido no Decreto N. 1260 de 2 de outubro de 1981.

mas classifica a instituição como um lugar “monossexuado” nos termos de Welzer-Lang (2001). Ou seja, temos um local com uma hegemonia masculina, onde a maioria das interações e discursos refletem a performance, em termos butlerianos, do “ser homem”. Assim, nesse lugar majoritariamente homossocial fazendo parte do masculinismo histórico no ocidente (Corbin, Courtine e Vigarello, 2013, 2013b e 2013c), a valorização da força, virilidade, honra, assim como aspectos de dominação e poder, sobre masculinidades subalternas e as mulheres. Tais aspectos da performance masculina se intensificam com atributos típicos da estrutura militar, sendo eles autoritarismo, disciplinamento dos corpos, hierarquia, resistência e vigor corporal, contenção emocional, objetividade e pragmatismo.

Ao pensarmos na questão de gênero, devemos levar em conta que a presença das mulheres na instituição se inicia apenas com a Lei N. 254 de 21 de agosto de 1981, com a criação de um pelotão exclusivamente das Pfems. Considerando-se o nascimento da PMMS em 1979, a instituição demonstra uma resistência à incorporação das mulheres em sua fileira. Ou seja, estamos falando de uma inclusão de 39 anos de mulheres na instituição, levando em conta que a fundação administrativa da PMMS é de 45 anos atrás, de uma instituição que teve apenas seis anos de existência institucional restrita a homens. Ainda assim, nesta lei, podemos observar o caráter sexista e reforçador da performance das mulheres, quando atribui as “missões” de “policiamento ostensivo de costumes, de menores e de trânsito”, aqui colocando elas na esfera do cuidado e longe do confronto considerado masculino, num sentido que podemos observar que

As atividades que historicamente foram destinadas às policiais mulheres são construções discursivas definidoras de identidades de gênero. A identificação do policial com o homem viril, forte e corajoso foi mantida com a designação das policiais para atividades culturalmente relacionadas ao feminino, que são o cuidado e a proteção. A violência e as armas, que são constituídas como identificadoras de masculinidade, compõem as atividades masculinas atribuídas aos homens (Schactae, 2011. p. 168).

Essa questão foi reconhecida explicitamente pelos próprios interlocutores durante uma instrução dentro da área de humanidades¹¹². O instrutor, em tom jocoso e ostensivamente masculinista, comentou: “Só mandavam elas para o trânsito”; e, reforçando o estigma, acrescentou: “O curso não tinha instrução, né, só faxina e apanhar (risos)” (Cadernos de

¹¹² Nessa área teríamos as disciplinas de Criminologia; Sociologia da Violência; Direitos Humanos, ética e Cidadania, História da PMMS, Diversidade Étnico-sociocultural, Relações de Gênero e Combate à Homofobia e a Discriminação Racial; entre outras dentro desses aspectos, opto por essa generalização como forma de manter o anonimato dos interlocutores, e a ligação de instrutores a disciplinas específicas.

Campo). Apesar do tom depreciativo, as afirmações do instrutor apontam para um dado empírico consistente: a inserção das mulheres na PMMS esteve historicamente circunscrita a funções estereotipadas, associadas ao cuidado, à passividade e à subalternidade (Moreira, 2011, p. 57). Comentários como esse revelam não apenas a persistência de uma lógica de gênero excludente, mas também atualizam dispositivos disciplinares que associam feminilidade à fragilidade e à inadequação ao *ethos guerreiro* da corporação.

Mais do que simples manifestações de sexismo, esses discursos operam como mecanismos de defesa de um regime de homossociabilidade (Gutmann, 1999), no qual a caserna é concebida como um espaço legitimamente masculino, destinado à produção de vínculos entre homens, sejam eles de camaradagem, lealdade ou competição. A presença das Pfems, nesse contexto, aparece como uma fissura na ordem simbólica da instituição, provocando reações que vão desde a desqualificação jocosa até a resistência aberta à sua presença em determinados espaços e funções.

Essa tentativa de manter a PM enquanto bastião da virilidade institucional, portanto, não se dá apenas por meio de práticas concretas de segregação ocupacional, mas também através da reprodução de discursos que operam como tecnologias de subjetivação e exclusão. Trata-se de um regime discursivo que performa o gênero como fronteira organizacional, isto é, como critério de pertencimento legítimo à lógica de autoridade e força que estrutura a identidade militar. A construção simbólica da caserna como espaço masculinista busca defender um *status quo* da instituição da PM enquanto um espaço que deveria ser apenas das homossociabilidades. Nos sentidos apresentados por (Gutmann, 1999)¹¹³, a caserna historicamente seria o local de produção vínculos intragênero dos homens. A existência das Pfems, assim como a sua recepção (geralmente) combativa dos homens nas casernas, tem sido observada recentemente nas demais PMs brasileiras como na PMPR (Schactae, 2011; Souza, 2016), na PMMG (Ribeiro e Garcia, 2015; Cotta, 2019) e na PMSP (Souza, 2014), como alguns exemplos.

Imagem 1.4 - Batalhão Exclusivamente Feminino em Campo Grande nos Anos 80.

¹¹³ Anteriormente o conceito foi elaborado por Sedgwick (1993) para tratar desses espaços masculinistas, o termo é propositalmente próximo do “homossexual”, reconhecendo a intensa homofobia, além de medo e raiva pela homossexualidade masculina.



Fonte: Livro – Polícia Militar de Mato Grosso do Sul – Uma História de Serviços Prestados à Sociedade (2012, p. 69).

A formação policial ainda se organiza a partir de contrastes normativos entre o masculino e o feminino, como aponta Connell (2005, p. 68), sendo o ingresso e a permanência das mulheres constantemente mediados por essa lógica binária. Embora os dados oficiais analisados não contemplem diretamente essa dimensão, o acompanhamento do 37º Curso de Formação de Soldados (CFSD), realizado no CEFAP durante o ano de 2024, revelou um marco significativo: tratava-se da maior turma de policiais femininas da história da PMMS. Em sua fala durante a cerimônia de formatura, a oradora da turma, uma Pfem, destacou: “Isso é um fato que muito nos enche de orgulho, afinal a sociedade sul-mato-grossense evoluiu, e é claro que a gloriosa Polícia Militar acompanhou essa evolução” (Cadernos de Campo).

Outra informação que os dados nos trazem diz respeito à sub-representação da Pfems nos postos superiores. Oliveira (2012), tratando da PMBA, observa esse teto de vidro que impede a ascensão das mulheres na instituição. Entre os oficiais superiores (Coronel, Tenente-Coronel, Major) temos a porcentagem ínfima de apenas 2,79% de mulheres, com uma pequena melhora nos oficiais subalternos (Primeiro e Segundo Tenentes) com 5,40% de Pfems. Ainda conseguimos ver uma disparidade interessante ao colocarmos esses dados em relação à “Escaridade”, entre os Oficiais superiores e subalternos temos uma porcentagem maior de Pfems com pós-graduação (51%) em relação aos homens (33%) do mesmo grupo. Assim os dados disponíveis revelam a persistente sub-representação das Pfems nos postos superior da hierarquia, o que indica que a ampliação do acesso não se traduz, necessariamente, em igualdade de trajetórias ou reconhecimento institucional. A tensão entre

a celebração da inclusão e a manutenção de estruturas desiguais explicita a ambivalência da presença feminina na PMMS. Sua ampliação quantitativa não altera, por si só, as lógicas simbólicas e estruturais que continuam a ancorar a instituição em valores profundamente masculinistas.

Aqui, é possível observar o que Musumeci e Soares (2005) observaram nas demais PMs brasileiras, supondo essa diferença como uma estratégia de compensação das Pfems para se resistir ao sexismo institucional. Observa-se assim que na PMMS existe uma configuração de gênero nas promoções que culmina numa desigualdade interna a partir dos sistemas de controle (Connell, 2005, p. 73). Durante uma das instruções que mencionava aspectos história institucional, ao comentar sobre a realidade das mulheres no início, chegou a comentar com os demais cadetes “se hoje aqui já está difícil, imagine como era no tempo delas aí” (Cadernos de Campo), desabafando sobre o masculinismo ainda bem presente na instituição. Apesar de não observar uma diferença relevante na categoria de “Comportamento”, sendo muito próximas entre as Pfems e os homens nas três categorias (excepcional, ótimo, bom). Ainda assim fica-se claro que a presença feminina diminui conforme se avança na hierarquia, se supondo evidências de barreiras que as Pfems enfrentam para ascender a cargos de comando e tomada de decisão dentro da instituição. Volto a pensar a partir da relação institucional com as Pfems no final deste capítulo.

Outro ponto que gostaria de trazer é o marcador racial. Durante o campo nas escolas de formação, a questão racial interinstitucional não foi algo que consegui observar de forma relevante para produzir dados a respeito. A questão das masculinidades negras também não serão trabalhadas nesta tese, apesar de sua importância na realidade social brasileira, acredito que é preciso uma atenção particular para o fenômeno dentro das instituições policiais militares.¹¹⁴ As questões raciais (negras ou indígenas) apareciam enquanto relacionadas aos sujeitos de fora da instituição durante as disciplinas como “estudos étnico-raciais”, nesse sentido houveram instâncias de racismo, como irei trabalhar na segunda parte do capítulo III.

Sendo assim aqui, foco apenas nos dados quantitativos com os quais tive acesso. Apesar dos limites e as questões do colorismo¹¹⁵ de acordo com o último censo do IBGE de 2022, apenas 6,5% da população do Mato Grosso do Sul se considerava negra. Sendo ele o quarto estado brasileiro com a menor porcentagem. Já na população indígena, o estado tem

¹¹⁴ Indico aqui os trabalhos de Flávia Medeiros (2019), antropóloga negra que trabalha com masculinidades e racismo na Polícia Civil carioca. E Gilson Junior (2019) que trabalha a produção antropológica a partir da masculinidade negra.

¹¹⁵ Movimentos negros questionam a classificação de parda utilizada pelo IBGE.

3,48% da população se considerando indígena, sendo o quarto maior estado com essa população. Nesses dados não estão os alunos do CFO e do CFSD, que acompanhei, no primeiro temos 20 vagas (15 ampla Concorrência, 4 cotistas Negros e 1 cotista indígena). Já no segundo eram 500 vagas (385 ampla concorrência, 100 para cotistas negros e 15 para cotistas indígenas). Esses dados dão um panorama para uma compreensão da realidade racial na PMMS, tratada em seus ados enquanto “cor de cútis”¹¹⁶. Na divisão realizada pela própria PMMS, a grande maioria da instituição seria branca (45%), mas bem próximos da soma de pardos e morenos (44%) sendo o resto negros (8%), amarelos e indígenas menos de 1% cada um.

Nessas desigualdades raciais a PMMS espelha sociedade brasileira de forma mais ampla. Sendo os PMs brancos sobrerrepresentados nos cargos de oficiais superiores (61%), já os Pardos (42%), Morenos (13%) e negros (3%), subrepresentados. Apenas entre os oficiais intermediários que os Pardos e Morenos superam proporcionalmente os brancos. Outros dados que demarcam questões, são a sobrerrepresentação dos “amarelos” no oficiais superiores com um índice de representatividade¹¹⁷ de 3,35 entre eles. E apesar da grande população indígena no estado a PMMS, existem apenas 11 indígenas, tendo apenas um oficial indígena na patente de Segundo-Tenente. De forma geral então é possível compreender a composição da PMMS, no Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM), apenas na patente de Capitão há uma maioria não-branca, enquanto nas outras posições a maioria é branca. No caso do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM), o padrão se inverte, com uma maioria de não-brancos (54%). A partir dos dados de meu campo na PMMS, é possível cogitar a presença de um racismo institucional por parte da definição de Almeida (2019) existindo dinâmicas na PMMS que conferem desvantagens e privilégios de base racial para ascensão dentro dos quadros de comando, sobretudo do alto oficialato na instituição.

¹¹⁶ Nos editais de seleção para PMMS, as cotas são consideradas e avaliadas pelos seguintes critérios. Cota para negros enquanto “Considera-se fenótipo o conjunto de características física visíveis do indivíduo, que permitem sua identificação, no curso das relações sociais regulares, como negro, abrangendo-se os pretos e os pardos. Serão analisadas as seguintes características predominantes, as quais, combinadas, permitirão à Comissão Especial validar ou não a autodeclaração firmada pelo candidato:

- a) cor da pele (preta ou parda);
- b) textura dos cabelos (crespo ou enrolado);
- c) formato do rosto (nariz largo e lábios grossos e amarronzados).”

E para os indígenas a partir dos seguintes documentos: Registro Administrativo de Nascimento de Índio (RANI); Registro Administrativo de Casamento de Índio (RACI); Certidão de Registro Civil de Nascimento com identificação étnica; Carteira de Identidade (RG) com identificação étnica; Declaração de Pertencimento Étnico, assinada por três lideranças indígenas reconhecidas.

¹¹⁷ Cálculo que procura mostrar a proporção entre a presença de um grupo em determinado nível hierárquico comparada com sua presença na população total da instituição.

Apesar de não ter observado a questão racial interinstitucional durante meu campo, acredito que a mesma poderia ter sido tratada como a de gênero a partir do “mito da igualdade” (Cappelle et al, 2002, p. 266-267). Esse discurso está sendo usado para demonstrar a suposta isonomia na instituição da PMMS. Nesse sentido que também nos fala Brah (2006, p.355) a respeito da ideologia do ‘aberto para todas’ ser um fato que legitima as diversas exclusões *de facto*. Tal questão foi observada por Ramos e Musumeci (2005, p.83-84) que, como mencionei anteriormente, enfatizam a questão da uniformidade do fardamento pela expressão “Policial não tem cor, tem farda”, e o constrangimento e bloqueio dos debates sobre a questão racial dentro da instituição.

Utilizo os mesmos dados para analisar o marcador de escolaridade dentro da PMMS. Como vimos, existe uma diferença generificada em relação ao grau de escolaridade. Mas essa questão também traz algumas observações a respeito das diferentes masculinidades dentro da instituição. Ao observarmos os anos de inclusão, a escolaridade e as patentes podemos observar como a PMMS com o passar dos anos pós-redemocratização começa a passar por um processo de profissionalização de seus quadros. Aqui parece se observar um processo similar, mas não exatamente, de uma mudança das doutrinas do “militarismo” para o “bacharelismo” pela qual as PMs têm passado no país (Muniz, 2001)¹¹⁸. Os dados demonstram uma transformação no perfil escolar da PMMS, entre os anos iniciais da instituição entre (1977-1989) a grande maioria dos ingressantes possuíam apenas o ensino médio completo. Contudo, a partir da década de 90, e mais pronunciadamente nos anos 2000.

É possível observar uma inflexão significativa de ingressantes com formação superior completa. Particularmente no ano de 2008, como um exemplo, dos 860 ingressantes, já haviam 408 com ensino superior completo. Em certo sentido seria compreensível observar que a estratificação hierárquica tem consonância com a estratificação escolar. Ou seja, sendo mais alta a patente, maior a escolaridade. Mas na realidade trazida pelos dados quantitativos, se mostra mais complexo. Por exemplo, os oficiais superiores e intermediários (Coronéis, Tenentes-coronéis e Majores) realmente apresentam proporcionalmente a maior concentração de mestres e doutores, o que pode refletir uma valorização institucional da formação acadêmica avançada nos postos decisórios.

Mas podemos observar como os únicos doutores da instituição se encontram como 3º Sargento e Subtenente. Nas patentes de Subtenentes e Sargentos (3º, 2º, 1º) encontramos

¹¹⁸ Em seu artigo Muniz trabalha esses conceitos como doutrinas específicas. E ela entende o “bacharelismo” como um “apego acrítico à perspectiva criminal do direito”. Aqui tento pensar em seu sentido etimológico, onde se tem um processo aumento no reconhecimento e espaço político para os PMs com ensino superior.

uma concentração expressiva de PMs com pós-graduações. Levando em consideração as promoções apenas por tempo de serviço, observamos os muitos dos praças ingressantes de 2008, chegando nessas patentes na instituição. No campo isso aparece enquanto mudança de perfil institucional com as novas gerações.

A turma que acompanhei do 37º CFSD foi a primeira da PMMS com o requisito de ensino superior para a inscrição. Durante as cerimônias, sobretudo com convidados e autoridades civis, isso se mostrou como algo a ser celebrado, pois estava se mostrando que a PMMS “atingiria um novo patamar de profissionalização” (Cadernos de Campo), e que as formações em áreas específicas “contribuiriam para ajudar a PMMS por dentro” (Cadernos de Campo), e com a fala do governador do estado “primeira turma formada, com pessoas com curso superior. Numa nova modelagem que a segurança pública tem avançando” (Cadernos de Campo). Vendo isso como algo bastante positivo, que o governo do estado, determinou por meio da Lei Complementar de nº 296, de 7 de junho de 2022, um prazo de até 10 anos para os/as praças com escolaridade de nível médio obterem titulação de nível superior.

No cotidiano etnográfico no CEFAP, foi possível observar que instrutores das disciplinas e membros do Corpo de Alunos (CA)¹¹⁹, especialmente aqueles que performavam um perfil mais alinhado à masculinidade militar hegemônica, tendiam a reagir com desconfiança ou reprovação diante de uma característica específica das turmas mais recentes: a elevação da idade média dos ingressantes, consequência direta da exigência de curso superior para ingresso. Essa mudança geracional parecia desestabilizar expectativas corporais e subjetivas sobre o que seria o “perfil ideal” do soldado em formação, jovem, moldável, fisicamente potente e disciplinável. Para esses PMs isso “atrapalhava o adestramento, eles vem com mais vícios né, bom é quando tá novinho, facilita o trabalho” (Cadernos de Campo). comentário veio dos instrutores responsáveis pelas disciplinas da área de estudos de “Estética Policial-Militar”, com a prática de ordem unida¹²⁰. Em outro comentário, um dos PMs do CA, mencionou em relação aos novos alunos terem ensino superior “Ah quando já vem formado, eles vem com mais vícios do mundo civil, se tornam mais indisciplinados” (Cadernos de Campo). Aqui compactuo com a compreensão de Pinto et al (2006), tratando do fenômeno da mais escolarização que ela provavelmente “incrementou o nível da capacidade crítica da

¹¹⁹ São os PMs, em sua maioria oficiais, que mais têm contato com os alunos e cadetes dos cursos de formação, são responsáveis por “aplicar, executar e controlar as medidas educativas e disciplinares impostas aos discentes”. (BCG N° 024 – SUP. III) das OPMs escolas.

¹²⁰ Se mostra a disciplina com maior pressão direta no disciplinamento dos corpos de alunos e cadetes, sendo ela “A ordem unida se caracteriza por uma disposição individual e consciente altamente motivada para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar.”

comunidade subalterna, permitindo-lhe construir, nas raias extraoficiais, um discurso de refutação contra práticas autoritárias” (2006, p. 42). Assim como na questão dos alunos ou cadetes com os salários que acabam tratando o trabalho policial, como qualquer outra categoria profissional como vimos. A obrigação do ensino superior para os novos praças, parece gerar uma relação de potencial conflituoso com as expectativas militares dos PMs já na instituição. Isso fica mais claro com os PMs mais velhos, que tiveram uma experiência bem diferente ao adentrar na instituição nas décadas anteriores, aqui nos para pensarmos o marcador social da geração dentro da PMMS.

Encerrando a análise dos dados quantitativos, introduzo aqui o marcador geracional como dimensão relevante para compreender a constituição das masculinidades no interior da PMMS. As masculinidades se articulam de forma específica com a geração dos sujeitos, uma vez que os atributos associados à virilidade, como força, vigor e assertividade, não são fixos, mas se transformam ao longo da vida e ganham sentidos distintos conforme os contextos institucionais e relacionais (Connell, 2005). No caso dos policiais militares, essas variações ganham contornos particulares: juventude e vigor físico são frequentemente associados à legitimidade do policial considerado *operacional*, ou seja, aquele apto ao enfrentamento direto, ao patrulhamento ostensivo e à prontidão corporal. Nesse contexto, o envelhecimento não é apenas um processo biológico, mas torna-se também uma questão institucional, especialmente em batalhões como o CHOQUE e o BOPE (Anexo 1.6), onde o culto à performance física é central. Isso afeta inclusive os critérios de ingresso na corporação. Tanto no Curso de Formação de Soldados (CFSD) quanto no Curso de Formação de Oficiais (CFO), os candidatos devem ter no mínimo 18 e no máximo 30 anos de idade¹²¹. Além disso, outros dois requisitos, a exigência de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e a conclusão do ensino superior¹²², tendem a elevar a idade média dos ingressantes, tensionando as expectativas institucionais em torno do “perfil ideal” do policial.

A geração, portanto, não é apenas um dado demográfico, mas uma dimensão que atravessa a produção das masculinidades policiais. Ela define quem é visto como apto, quem ocupa os lugares de prestígio e quem, progressivamente, se torna descartável dentro de uma lógica institucional que valoriza a juventude como atributo de potência, autoridade e virilidade.

¹²¹ Segundo o edital, “A imposição de requisito de idade mínima e máxima tem sua razão de ser na peculiaridade e excepcionalidade da funcional do militar”

¹²² No CFO já existia a necessidade de se ter a formação no curso de direito, mas no CFSD a necessidade de curso superior era a primeira vez que estava sendo requisitada.

Levando em conta os dados obtidos, a média geral de idade na PMMS, foi de aproximadamente 42 anos. Média essa maior que a brasileira (35 anos) ou a sul mato-grossense (33 anos). O que se mostrou como uma surpresa foi a pequena diferença na média de idade entre os oficiais (45 anos) e os praças (41 anos). Nesse contexto no campo surgiu a figura do *Antigão*, em sua grande maioria homens¹²³, que durante em campo era mencionado pelos instrutores como um jeito que iriam encontrar ao saírem das OPMs formativas. Essa figura foi observada também na PMGO por Silva (2002), que o trata enquanto um papel social goffmiano, intitulado “praça velho” (p.21-22), que tem sua importância nos praças pois antiguidade tem uma demarcação às vezes maior que as patentes.

Essa classificação dos homens mais velhos na PMMS vem com algumas características e não seria um termo pejorativo por si. Eles são compreendidos como homens de “um tempo diferente” (Cadernos de Campo) e, por isso, carregam uma espécie de sabedoria adquirida na experiência cotidiana de “ser PM”. O que aqui era considerado um ponto positivo para os alunos do CFSD, pois traziam “bizus dos antigão” (Cadernos de Campo), esses seriam saberes específicos dessa prática policial da rua que, segundo os PMs, não teria como ser ensinado nas OPMs de formação (Muniz, 1999; Viana, 2018). Ainda assim, principalmente as Pfems indicavam os aspectos extremamente masculinistas dessa figura e alertavam os alunos para tomarem cuidado, sobretudo, nas situações consideradas delicadas (casos de estupro ou violência sexual e infantil). Nesse sentido os *antigões* se mostravam como figuras “sem noção” no sentido em que não reconhecem ou aceitam, as “mudanças dos tempos” e as relações transformadas entre os gêneros numa perspectiva mais igualitária.

A figura do *antigão* me pareceu poder ser compreendida como a representação de um paradigma ou uma cultura policial específica. E que em relação a alguns cadetes e alunos, ocorre um choque de culturas policiais ou disputa entre diferentes paradigmas. Observamos ainda neste capítulo também as diferentes masculinidades que são produzidas em relação ao contexto histórico na PMMS.

Imagem 1.5 – Policiamento especializado ROTAM da PMMS, décadas de 80-90

¹²³As Pfems de um efetivo total de 11,1%, quando observamos a faixa de 45 anos ou mais, já caem para 4,5%.



Fonte: Livro – Polícia Militar de Mato Grosso do Sul – Uma História de Serviços Prestados à Sociedade (2012, p.55).

Durante o campo, os *antigões* foram simbolizados como parte da história da instituição como um todo, representando PMs que ou já aposentaram ou faleceram. Nesse sentido eles demarcam uma memória idealizada (Pollak, 1992) da sociedade sul-mato-grossense em relação com a PMMS. Majoritariamente¹²⁴, os instrutores relembram de forma positiva. Uma época onde a “bandidagem não tinha vez, não tinham dó de ninguém. Foi violência contra violência e a PMMS ganhou, opa... a sociedade ganhou (risos)” (Cadernos de Campo). Eles demarcam sobretudo a Tropa Ostensiva de Repressão Armada (TORA)¹²⁵, que era considerada extremamente violenta, mas por isso mesmo eficiente no “combate ao crime”. A população campo-grandense teria medo desse grupo de PMs, “não ficava um na rua quando passava a viatura... atropelavam cachorro na rua e o escambau” (Cadernos de Campo). Ouvindo esses relatos, às vezes fica confuso, pois ao mesmo tempo que falam de forma impressionada. A TORA parecia exercer um fascínio de potência masculinista pela forma que atuava com extrema violência. Mas existia um misto, e uma das falas a respeito dela um instrutor: “Hoje é inadmissível um PM agir assim, era outra realidade, teve efeito colateral,

¹²⁴ Os que viam de forma negativa momentos do passado da história das PMs tendiam a aparecer nas disciplinas de direitos humanos ou ética. Apesar de reconhecerem eventos como o “Massacre do Choque em Carajás, no Pará, contra os assentados”, classificando-o como uma “catástrofe e extrapolação”, ainda pensam de forma que “não se buscava [direitos humanos] isso naquele tempo, contexto e momentos diferentes” (Cadernos de Campo).

¹²⁵ Esse grupo era formado por integrantes de batalhões dos interiores, para que não houvesse qualquer tipo de relacionamento entre os policiais e os moradores da capital onde ela atuava. Apesar de ter uma grande memória dela, a mesma existiu apenas durante 2 anos, de 1992-1994. Ainda assim é chamada de “Pai do Choque e do Bope” (Cadernos de Campo).

teve abuso? Teve. Mas não dá para julgar” (Cadernos de Campo). Essa perspectiva do “não dá para julgar, era outra realidade” é constantemente usada para justificar ações ilegais e violentas por partes dos *antigões*, isso levando em consideração que a TORA se estava dentro da mesma constituição que a que temos atualmente. Em outro momento era claro o saudosismo que os instrutores tinham em relação a essa memória pela a oportunidade da garantia de impunidade e da permissividade institucional, neste sentido que diziam “Naquela época, não tinham celulares (risos)...Não tinham direitos humanos (risos)” (Cadernos de Campo).

Imagem 1.6 – Lançamento da TORA em frente ao QCG da PMMS em 1992



Fonte: Livro – Polícia Militar de Mato Grosso do Sul – Uma História de Serviços Prestados à Sociedade (2012, p. 59).

No CFO, a questão dos *antigões* era tratada com algumas particularidades, pois os oficiais, muitas vezes, ocupavam posições de comando com, no máximo, 30 anos de idade. O que frequentemente ocorria, então, era um choque entre as masculinidades dos oficiais recém-formados e dos praças *antigões*. A disputa que se instaurava nesse contexto articulava as posições hierárquicas na PMMS ao masculinismo institucional e aos marcadores de geração e escolaridade. Nesses casos, a posição hierárquica acabava assumindo um valor secundário. Uma situação exemplar foi relatada por um interlocutor: quando um cadete recém-ingresso chega a um batalhão, normalmente se depara com a figura do *antigão*, geralmente um sargento ou cabo com 15, 20 ou até 30 anos de serviço na Polícia Militar, ainda que esse militar ocupe um posto inferior na hierarquia formal. Quando o cara é muito mais velho tem

um respeito pela idade e o tempo de serviço. Tanto que geralmente quando tem um tenente novinho que chega lá e alopra com um antigão, um sargentão lá. Ou esses cabos antigão que tão 20 poucos anos, e não consegue promoção de tanta gente matou. Ai se eles alopram demais os praças bate de frente mesmo, quebra o pau mesmo, discute. Só que ele não toma punição. Até pode tomar mais vai ser bem branda. Porque chega lá na SJD [Sessão de Justiça e Disciplina]. Ai o capitão sempre ameniza, e dão bala no oficial também. Vão falar assim para o oficial “chegou aqui agora novinho!”, aí se vê os cadetes não metem o louco lá (Cadernos de Campo).

Nessa situação, percebe-se como a questão geracional exerce um peso significativo, mesmo dentro da lógica hierárquica da instituição. Com o tempo, observei a formação de um espectro entre duas masculinidades que se pretendem hegemônicas na corporação. Em suas extremidades, estariam, de um lado, os PMs operacionais — praças, jovens, lotados em OPMs especializadas como o Choque ou o Bope — e, de outro, os oficiais superiores — coronéis, tenentes-coronéis e maiores —, profissionais seniores, atuando como comandantes ou subcomandantes de diretorias no QCG.

Essa leitura dialoga com as masculinidades abordadas no primeiro capítulo, com base em Salem e Larkins (2021), especialmente os conceitos de *wild masculinity* e *composed masculinity*. Em certa medida, todos os sujeitos da PMMS, inclusive as PFEMs, podem ser compreendidos dentro desse espectro de masculinidades hegemônicas. Apesar das variações, ambas contribuem para o masculinismo institucional, caracterizado pela hipervalorização das performances masculinas em detrimento das mulheres e das pessoas homossexuais.

Assim, a partir dos dados produzidos pela própria PMMS e de seus integrantes, a instituição revela-se, em termos quantitativos, como um ambiente predominantemente masculino — uma verdadeira “cas(erna)a” dos homens. Nota-se a hegemonia de homens brancos, seniores e com escolarização elevada, embora essa hegemonia se interseccione com outros marcadores sociais, evidenciando diferenças em relação a esse grupo central.

Os alunos e cadetes das unidades-escola da PMMS ingressam na corporação já com determinadas masculinidades consolidadas. Durante o processo de formação, conduzido por instrutores e instrutoras, constroem sua identidade como PMs, seja alinhando-se à lógica masculinista, seja resistindo a ela. É esse processo que passo a analisar a seguir.

Expurgando os Paisanos

Tempos difíceis forjam homens fortes, homens fortes fazem tempos fáceis, tempos fáceis fazem homens fracos e homens fracos fazem tempos difíceis.

Proverbio Oriental

Antes de realizar a entrada em campo por meio da autorização formal requerida ao Comando-Geral da PM, cogitei ingressar na instituição e realizar a etnografia da mesma forma que meus interlocutores: prestando concurso para a PMMS. Ao analisar os editais, tanto do CFO quanto do CFSD, percebi que apenas cumpria os requisitos para este último, pois não possuía formação em Direito. No entanto, devido a questões externas à produção da tese, essa forma de acesso não foi adiante.

Neste tópico, mais do que apresentar uma descrição minuciosa de todo o processo de formação dos cadetes do CFO ou dos alunos do CFSD, proponho destacar momentos de campo que evidenciem as relações entre masculinidades, violências e o processo de tornar-se policial militar. Inicialmente, volto-me para os editais e o processo seletivo da PMMS, como forma de compreender melhor a seleção dos futuros integrantes da corporação.

A seleção para ambos os concursos segue as mesmas cinco fases. Grande parte dos cadetes inscritos no CFO também participou das provas do CFSD. As fases, em ordem, são: prova escrita objetiva, exame de aptidão mental (perfil psicológico), exame de saúde, teste de aptidão física (TAF) e investigação social.

Analiso o edital a partir da compreensão de Santiago e Grisoski (2024), como parte de um artefato no sentido foucaultiano — um mecanismo que busca estabelecer modos de ser e viver uma masculinidade que componha a instituição policial militar (2024, p. 49). Como já discuti anteriormente, parto da teoria foucaultiana e compreendo o edital como parte de uma relação entre saber e poder, que produz discursos por meio de enunciados de sujeição e humanidade, em um contexto social e histórico específico.

Nesse sentido, o discurso psicológico (ou "discurso psi") também se insere, ao estabelecer a relação entre o normal e o patológico (Canguilhem, 2009), mobilizando, inclusive, a noção de mediana que abordei no primeiro capítulo. Isso se observa, por exemplo, no exame de aptidão, que busca estabelecer “parâmetros” para as características dos candidatos, classificando-as como elevadas (acima dos níveis medianos), adequadas (dentro dos níveis medianos) ou diminuídas (abaixo dos níveis medianos). Entendo que esse processo seletivo parte de pressupostos masculinistas que definem o perfil desejado de um "bom PM".

É importante ressaltar que a socialização de muitos futuros policiais militares parece iniciar-se antes mesmo dos cursos de formação ou da própria seleção. Assim como ocorre com alunos de cursos universitários como Direito ou Medicina — que, ao passarem no vestibular, já passam a ser vistos como os “advogados” ou “médicos” da família —, algo semelhante acontece com a figura do policial militar. Mesmo antes de serem aprovados nas provas e etapas dos concursos de admissão à PMMS, os candidatos já são reconhecidos como “PMs em potencial”, como nos relata Júnior:

Os candidatos a um cargo ocupacional começam a antecipar as demandas e expectativas para sua futura ocupação e passam a se enxergar como ocupantes desse papel. O impulso para isso vem do(s) grupo(s) de referência do indivíduo, cuja perspectiva constitui uma estrutura de referência, um filtro por meio do qual o indivíduo organiza e explica, de forma significativa, a experiência. (Junior, 2007, p.111-112 apud Bennett, 1984, p.48)¹²⁶.

Assim, a partir dos grupos de referência — como amigos, familiares e até mesmo conhecidos já inseridos na cultura policial —, os sujeitos que se inscrevem na seleção, tanto do CFO quanto do CFSD, já carregam uma concepção de ser policial militar. Essa concepção está presente no imaginário social e em representações midiáticas que idealizam a função, especialmente sob uma perspectiva masculinista, que enfatiza o *ethos* guerreiro, a adrenalina constante, o armamentismo e a figura do policial como detentor de poder e autoridade. Esse processo já posiciona os candidatos do concurso em um “primeiro estágio de socialização do [futuro] policial”, de forma que a educação formal na academia de polícia constitui, portanto, um segundo estágio (Junior, 2007, p. 112).

Nessa perspectiva, já se observa uma consonância inicial entre os candidatos e o perfil de sujeitos que a PMMS deseja em suas fileiras. O masculinismo institucional já esteve presente em editais anteriores da corporação, como também ocorreu em outras polícias militares brasileiras. Por exemplo, o edital de 1996 para o CFO da PMMS permitia a inscrição apenas de candidatos do sexo masculino. Uma mulher interessada precisou recorrer ao Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJ-MS) para conseguir realizar sua inscrição. Já em 2018, um edital do CFSD previa 614 vagas, das quais apenas 91 poderiam ser ocupadas por mulheres. Essa limitação de acesso feminino só foi retirada após o Ministério Público

¹²⁶ “Applicants for an occupational role begin to anticipate demands and expectations for their future occupation and begin to view themselves as role incumbents. The impetus for this is the individual’s reference group(s) whose perspective constitutes a frame for reference, a filter through which the individual meaningfully organizes and explains experience.”

Estadual de Mato Grosso do Sul (MP-MS) ajuizar uma ação civil pública contra o edital, alegando violação ao princípio da isonomia.

Esses exemplos ilustram a persistência em manter uma esmagadora maioria de homens na corporação. Nesse sentido, os editais de seleção funcionam como ferramentas de controle do acesso feminino à instituição, reforçando a hegemonia masculinista. Apesar de alguns avanços nos editais mais recentes, ainda se observam brechas que possibilitam práticas masculinizantes, agora legitimadas pelo poder-saber do discurso psicológico, responsável por determinar as características desejadas pela instituição.

No edital de 2022, por exemplo, o exame de aptidão mental estabelece que os candidatos devem apresentar “características intelectivas, motivacionais e de personalidade compatíveis com a multiplicidade, periculosidade e sociabilidade inerentes às atribuições das diversas funções institucionais desempenhadas pela Polícia Militar de Mato Grosso do Sul” (Edital n. 1/2022). Ao analisar a tabela dos critérios avaliados, procurei identificar traços que se aproximem de uma perspectiva generificada.

Pensando nas masculinidades, observamos que, entre as características que devem estar *acima da média*, estão: controle emocional, persistência, resistência à frustração, assertividade e maturidade. A “agressividade”, por sua vez, é considerada adequada quando dentro da média; níveis abaixo disso são tidos como desinteressantes. Sem entrar aqui nos limites e críticas aos testes psicométricos — como sua pretensa neutralidade na avaliação de características que, na prática, estão imersas em marcadores sociais —, é importante destacar que, ao se tratar de um concurso público, os candidatos tendem a se autodisciplinar para corresponder às expectativas institucionais.

Nesse processo, algumas características tradicionalmente associadas às masculinidades tornam-se, além de desejáveis, esperadas como pré-requisitos para garantir o status de homem. Tais atributos, quando expressos por homens, são geralmente vistos como positivos; no entanto, podem ser interpretados de forma negativa quando manifestados por mulheres. Por exemplo, o “controle emocional” é socialmente exigido dos homens, sobretudo no que diz respeito a emoções consideradas frágeis, como dor ou tristeza. Já nas mulheres, esse mesmo controle pode ser lido como frieza ou insensibilidade.

No caso do edital da PMMS, é possível observar, de maneira sutil e hipotética, como determinadas características são concebidas como mais pertencentes às masculinidades.

Um exemplo ainda mais explícito aparece no edital de 2019 para o CFO da Polícia Militar do Paraná (PMPR). Nele, uma das características consideradas favoráveis no teste

psicométrico era, literalmente, a “masculinidade”. O termo foi definido como “capacidade do indivíduo de não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não se emocionar facilmente, tampouco demonstrar interesse em histórias românticas e de amor” (Governo do Estado do Paraná, 2019).

Essa definição explícita como a característica de “controle emocional” pode ser concebida como inerentemente masculina no imaginário das polícias militares. Ao afirmar que os sujeitos “tampouco demonstram interesse em histórias românticas e de amor”, o edital revela uma concepção estreita e normativa de masculinidade, ancorada em uma lógica de distanciamento emocional, dureza afetiva e negação da vulnerabilidade — traços que compõem o modelo de masculinidade hegemônica (Connell, 1995).

Tal estereotipação não apenas reduz a complexidade dos modos de ser homem, como também desconsidera a dimensão afetiva da prática policial, como se o trabalho do policial militar fosse isento de dilemas relacionais, vínculos emocionais ou moralidades situadas — o que não condiz com a realidade vivida no exercício da função (Muniz, 1999; Barros, 2005). Além disso, essa representação reforça um ideal de virilidade funcional, em que o PM é imaginado como racional, autossuficiente e imune a experiências subjetivas. Trata-se de uma idealização que encobre as contradições e os atravessamentos afetivos presentes nas rotinas policiais, especialmente em contextos de risco ou tensão.

Do ponto de vista relacional, como o gênero se constitui, esse tipo de expectativa revela como determinados interesses — como os afetivos — são classificados como femininos de forma depreciativa quando atribuídos a mulheres, e como são reduzidos e estereotipados no caso dos homens.

As autoras Santiago e Grisoski, ao analisarem esse edital, observam

Como os candidatos homens vivenciariam este ideal normativo? Para alguns, o discurso talvez fortalecesse o único modo de ser que conheçam e faça sentido, mas para outros, a masculinidade descrita no edital também seria um discurso persuasivo e ameaçador, em que qualquer outra existência seria deslegitimada e, assim, precisaria ser apagada. (...) O importante é, em certa medida, contraditório papel do perito se evidencia quando vemos que a própria instituição PM, que edifica e faz circular todas as relações e estratégias, responsabiliza publicamente o profissional pela elaboração dos discursos que norteiam o concurso. O papel assumido pelo profissional, provavelmente representante de uma psicologia ainda binária e oposicionalmente generificada, mostra toda sua dualidade: ele é perito das normas, ganhando visibilidade, mas também é vítima de assujeitamentos (Santiago e Grisoski, 2024, p. 61-62).

Demonstram como esse ideal normativo se relaciona com os próprios homens, produzindo assim um ideal performativo que vai estabelecer, ao mesmo tempo, uma

masculinidade hegemônica e outra subalterna. Fica claro para as autoras também como os discursos psicologizantes foram utilizados como legitimadores do masculinismo já defendido pela própria PM. Após grande visibilidade midiática e críticas, o edital foi modificado, em que se alteraram o termo “Masculinidade” para “Enfrentamento”, classificado agora como “capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades e de não emocionar-se facilmente” (Santiago e Grisoski, 2024, p. 58). Penso que essa mudança torna mais perceptível como o masculinismo pode ser inserido nos editais das PMs por meio de características e valores associadas ao masculino, sem referenciá-lo.

Um segundo ponto que gostaria de trazer a respeito do próprio processo de seleção pelo qual os futuros alunos e cadetes da PMMS vão passar diz respeito ao teste de aptidão física (TAF). Para muitos dos alunos e cadetes, o TAF era considerado uma das partes mais difíceis do concurso pela tamanha exigência física que se exige dos sujeitos, assim como do quanto criterioso é a forma de avaliá-la¹²⁷. Assim como exame de saúde, em sua parte antropométrica¹²⁸, nele existe uma diferenciação do esperado sexo/gênero dos sujeitos. Em um dos testes, enquanto os homens devem realizar uma flexão e extensão de membros superiores na barra fixa, das mulheres é esperada uma flexão de braços no solo (exercícios de quatro apoios). Nos enunciados dos alunos e cadetes, essa diferenciação assume discussões e justificativas para o tratamento sexista dado às mulheres na instituição. Assim como de uma suposta desigualdade que beneficiaria apenas as mulheres. Apesar de no campo uma das Tenentes mencionar que “o terror de grande maioria das mulheres, que é quatro apoios sem joelho no chão” (Cadernos de Campo). Nesse sentido, aqui vemos como o corpo físico é solicitado como legitimação do *masculinismo institucional*. Para Moreira (2011, p. 324), esse corpo militar vai se relacionar com

Pela leitura sexual dimórfica e biologicista, a capacidade de suportar e infligir violência, necessária ao combate, encontra-se encarcerada no corpo de homens. Corpo esse biologicamente pensado como detentor de força física e também força moral de proteger os demais corpos carentes de virilidade: os corpos infantis, os corpos das mulheres e os corpos envelhecidos.

¹²⁷ Os candidatos têm apenas uma única tentativa para a execução de 3 testes, com bastante rigor que podem ser encontrados nos pontos 12.4, 12.5, 12.6 e 12.7 do edital em questão.

¹²⁸ Para os homens se exige uma altura mínima de 1,65m e Índice de Massa Corpórea (IMC) entre 20 a 28, assim como uma “capacidade vital, força e pressão” nos limites mínimos de 35kg (Mão Dominante) e 30 kg (Mão Não dominante). Enquanto que para as mulheres temos altura mínima de 1,60m, um IMC de 20 a 26, e os limites mínimos de 25kg e 20kg.

Sob esse ponto de vista, para meus interlocutores, a associação entre os PMs e o trabalho de “combate” que realizam está intrinsecamente ligada a uma leitura sexual dimórfica e biologicista da violência — tanto no ato de infligi-la quanto na resistência à dor que ela provoca —, características entendidas como parte da masculinidade valorizada pela instituição. Procuro, assim, refletir sobre como esses corpos já precisam se submeter a processos de disciplinamento antes mesmo de ingressarem nos cursos de formação do CFO e do CFSD. A própria instituição, nesse contexto, se mostra violenta em suas exigências, que supostamente comprovariam a “força” e a capacidade física para servir à PM — exigências que, em certas circunstâncias, podem ter consequências desastrosas.

Para pensar esses processos, aciono a perspectiva da disciplinarização apresentada por Michel Foucault (2012) em *Vigiar e Punir* (1975). Para o autor, a disciplina é um processo histórico que emerge na Europa moderna, caracterizado pela aplicação de técnicas de poder centradas nos corpos individuais. Essas técnicas não se restringem aos quartéis ou à esfera militar: elas atravessam diversas instituições sociais em ascensão, como escolas, hospitais, igrejas e fábricas. No entanto, é no interior da estrutura militar — no corpo dos soldados, como diria Foucault — que a disciplina se mostra de forma exemplar: utilizada como instrumento para aumentar a força útil dos sujeitos, por meio de treinamentos e exercícios constantes, com o objetivo de produzir corpos dóceis e eficientes, aptos a servir às necessidades de segurança do Estado.

Parte fundamental dessa produção disciplinar se realiza por meio da vigilância, elemento fortemente presente no Teste de Aptidão Física (TAF), cuja função é avaliar e classificar os candidatos como aptos ou inaptos à carreira na Polícia Militar do Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, é possível acionar a noção de pedagogia do sofrimento (França, 2013; Gomes e França, 2015), compreendida como um dos pilares do aparato disciplinador das PMs, no qual os corpos devem ser submetidos a experiências de dor e sofrimento para, só então, serem considerados merecedores da função. A dor — física e psicológica — é concebida como parte fundamental do processo de formação, produzindo uma ideia de que ela fortalece e prepara os futuros policiais.

Essa lógica esteve presente nos TAFs do CFO e do CFSD que acompanhei. As exigências físicas são extenuantes: incluem a realização de flexões, abdominais e uma corrida de 12 minutos, em que os homens devem percorrer 2,4 km e as mulheres, 2 km. O teste ocorre após a etapa de exame de saúde, o que pressupõe que todos os candidatos que chegam até essa fase foram considerados aptos pela avaliação médica da PMMS. Ainda assim, as exigências

impostas no TAF colocam esses corpos à prova, revelando, desde o início do processo seletivo, uma lógica que associa resistência, dor e masculinidade ao ideal de policial militar.

No concurso de 2023, o TAF foi realizado nos dias 31/07, 01-03/08 na cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Ele era realizado por ordem de chegada, com os candidatos chegando de madrugada para os portões que se abriam às 06h30 e iriam ocorrer durante todo o dia até as 16 horas. Dentro da lógica *pedagogia do sofrimento* era até mesmo interessante o horário em que a temperatura estivesse mais quente, para que forçasse os candidatos ao maior esforço possível, para que apenas os melhores fossem considerados aptos ao ser PM. Aqui já estava em ação a sujeição à disciplina militar que possibilita a instrumentalização do corpo, o corpo-máquina, o corpo-arma (Moreira, 2010, p. 323). O pior possível aconteceu, durante os quatro dias de teste, 20 candidatos passaram mal e precisaram de atendimento médico, entre eles estava Arthur Matheus Martins Rosa, 25 anos¹²⁹. Mesmo depois de ser levado ao hospital Arthur não resistiu ao tamanho estresse ao seu corpo físico e faleceu no dia 4 de agosto de 2023.

Segundo a família¹³⁰, Arthur “sonhava em ser policial”. Como mencionado, ele já havia passado não só por uma socialização ao aparato de segurança anterior, mas até mesmo dentro dele. Ele trabalhou por mais de dois anos como agente penitenciário (Imagem 1.7), com seu corpo já moldado dentro de uma lógica dos aparatos de segurança brasileiros, e estava realizando concurso para as PMs da Bahia, Distrito Federal e do Mato Grosso do Sul. Mesmo havendo água disponível para todos os candidatos, após iniciada a corrida, ele não poderia parar o tempo cronometrado sem ser desclassificado e considerado inapto. Morreu por uma parada cardíaca dentro do quadro de desidratação profunda. Muitos dos candidatos realizaram a prova naquele dia entre o horário de 13 horas e 16 horas com uma temperatura na cidade de 33°C e uma umidade relativa do ar em 21%. Nessas condições, não é indicada a prática de atividades físicas durante esse horário, podendo ocorrer complicações graves¹³¹.

Imagem 1.7 – Arthur Matheus Martins Rosa

¹²⁹ Em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/08/04/alem-do-jovem-de-25-anos-que-morreu-apos-teste-de-aptidao-para-concurso-da-pm-outros-20-candidatos-passaram-mal.ghtml>> Acesso em: 15 de novembro de 2024.

¹³⁰ Em: <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/08/06/amoroso-e-sonhava-em-ser-policial-veja-quem-era-o-jovem-que-morreu-durante-teste-fisico-em-concurso-da-pm.ghtml>> Acesso em: 15 de novembro de 2024.

¹³¹ Em: <<https://www.saude.ms.gov.br/com-calor-intenso-e-baixa-umidade-do-ar-cuidados-sao-essenciais-para-manter-saude-em-dia/>> Acesso em: 15 de novembro de 2024.



Fonte: Imagem publicada em site de notícias.

Como mencionado no primeiro capítulo, estar no campo etnográfico é “ser afetado” (Favret-Saada, 2005). Mas não acredito que algo em minha formação tenha me preparado para lidar com a morte da forma que ocorreu com Arthur. Antes mesmo de pisar num OPM da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, já sentia os impactos do que estou pensando aqui enquanto uma lógica perniciosa do masculinismo. Durante o mestrado, trabalhando no IPCG, já havia entrado em contato com a morte de interlocutores, algo que, num sentido realista, é esperado num campo dentro da segurança pública. E algo que esperaria acontecer quando escolhi pesquisar com a PMMS. Mas não dessa forma. A morte de Arthur naquele momento em nada parecia estar ligada à lógica do *ethos guerreiro* masculinista da guerra e do combate. Não foi em “confronto com os inimigos”, não foi em “defesa da sociedade sul-mato-grossense”. Mas tentei mostrar neste momento, que ela estava sim, em relação a tudo isso. As expectativas, as demandas, as exigências que se cobram dos corpos dos homens como forma de legitimar a sua masculinidade produz esses efeitos. Ainda mais exacerbadas quando estamos falando dos policiais militares. Arthur não foi o único no meu campo. No último tópico do terceiro capítulo procuro pensar sobre o sofrimento e a vitimização dos PMs que fazem parte da PMMS.

Após esse momento, a seleção dos candidatos prosseguiu dentro da “normalidade”. Sendo aprovados em todas as etapas, foram convocados 500 candidatos que passariam à condição de alunos-soldados do 37º CFSD, além de 20 candidatos que se tornaram cadetes aspirantes a oficiais da PMMS.

Já nos primeiros dias, tanto os alunos quanto os cadetes devem se apresentar seguindo os padrões estéticos e comportamentais estabelecidos pela instituição militar. Os homens devem estar com as barbas completamente feitas, cabeça raspada e sem utilizar qualquer adereço. As mulheres, com os cabelos presos, sem maquiagem, unhas pintadas ou longas, também sem adornos. O corpo dos futuros PMs começa, assim, a passar por um processo de limpeza simbólica e apagamento da identidade paisana, sinalizando a transição para um novo espaço social e institucional.

Neste início, ocorre o que os militares chamam de “semana zero”, também conhecida como semana de adaptação. Trata-se de um momento emblemático dentro do processo mais amplo de separação simbólica entre o universo da polícia militar e a sociedade civil — ou o mundo dos paisanos.

Segundo o comandante-geral da PMMS: “Ali é onde tudo se inicia, onde se separa o joio do trigo. Onde se separam homens e mulheres que realmente querem ser policiais militares. Por isso que é semana zero, não conta.” (*Cadernos de Campo*)

Como vimos, esse processo de “separar o joio do trigo” já vinha ocorrendo desde a fase de seleção, frequentemente de forma violenta e excludente. Durante a “semana zero”, já sob o comando direto dos instrutores e inseridos na lógica da hierarquia e da disciplina institucional, os alunos e cadetes passam por uma série de “testes” físicos extremos, com início às cinco horas da manhã, tanto no CEFAP quanto na APM.

O objetivo declarado é “quebrar” os civis que não teriam o perfil adequado para a PMMS. Como vimos, até mesmo o nível de escolaridade dos candidatos pode ser um elemento que tensiona esse processo de adaptação. Durante toda a semana, os alunos chegam com mochilas completamente cheias, contendo uma garrafa de refrigerante com água, calça jeans, sapatos pretos e blusa branca. Todos os objetos — garrafas, mochilas, blusas — são identificados apenas por um número (cf. Anexo 1.7).

Essa “perda” temporária do nome próprio impacta profundamente um dos elementos mais caros à subjetividade: a identidade individual. Desde o início, os alunos e cadetes são chamados apenas por seus números. Aqui, o que se busca é a intensificação da “mortificação do eu”, no sentido proposto por Erving Goffman (1987 [1961]), como parte do processo de desconstrução das identidades civis prévias.

Em seguida, o número é substituído pelo chamado “nome de guerra”, que, como discutido anteriormente, segue regras específicas, inclusive diferentes para as PFEMs, e será usado ao longo de toda a trajetória profissional. Esses rituais iniciais funcionam como formas

de mutilação da subjetividade anterior, constituída no mundo externo à instituição, e marcam o início da elaboração de um novo sujeito policial.

Durante essa semana, os alunos começam a executar os primeiros gestos e posturas militares: marchar em formação, permanecer imóveis em posição de sentido, responder às figuras de autoridade, bater continência. Segundo um instrutor:

“É uma lambança, muito feio de ver. Só os caras que já têm treino, tu vê algo militar.”
(*Cadernos de Campo*)

Nesse estágio, os alunos e cadetes são percebidos pelos instrutores como matéria-prima bruta, à espera de transformação. É nesse sentido que a noção de “forjar-se” entra em campo, como um processo ativo de conformação de corpos, condutas e subjetividades ao ideal institucional de ser policial militar.

Imagem 1.8 – Letreiro com slogan do CEFAP



Fonte: Instagram @cefap.pmms

Esse slogan, “Forja Altiva de Grandes Heróis”, se encontra dentro do CEFAP, em seu pátio principal em cima do palco onde acontecem todos os dias as formaturas ou, em dias particulares, as cerimônias. Essa concepção de *forjar* era utilizada constantemente durante meu campo pelos instrutores e demais PMs das OPMs escola. Apesar de estranhar no começo do campo, assim como a utilização do termo “adestrar”, com o tempo, eles foram se tornando bastante pertinentes ao processo de se fazer PM, o qual Muniz observa estar em atrito com os aspectos policiais da instituição, ao dizer que essa priorização do adestramento e condicionamento para constituição, do que entendo como *ethos guerreiro*, entre em choque com o horizonte de polícia com ênfase no uso da força comedida (Muniz, 2001, p.186). Assim, na concepção militarista, os alunos e cadetes não estão sendo instruídos, formados, educados, capacitados, orientados e menos ainda esclarecidos. Mas sim *forjados*. Como um pedaço disforme de aço, que precisa passar destruição do fogo da forja, para depois em seu estado aquecido e quase líquido ser endurecido e modelado por meio da força brutas das marteladas, para ir pegando nova forma, e continuar o processo com uma refinação do acabamento e a afiação, pois geralmente se é associado produção de espadas.

Assim parece ser a forma como a PMMS concebe seus alunos e cadetes: inicialmente como paisanos desleixados e desorganizados, que precisam ser “quebrados” violentamente por meio de uma pedagogia do sofrimento. A partir dessa ruptura, esses sujeitos passam a ser moldados no corpo-PM, incorporando gradualmente os aspectos militarizados e policiais que a instituição valoriza. Ao fim do processo, são refinados para o uso legítimo (e esperado) da força física e da violência armada, tornando-se, enfim, policiais militares.

Ao refletir sobre a imagem da espada, da “ponta da lança” (como alguns praças se referem a si mesmos nos *Cadernos de Campo*), não posso ignorar a lógica repressiva e violenta que parece atravessar a formação desses sujeitos. Afinal, forja-se uma arma.

É também significativo pensar que tanto a “espada” quanto a “lança” são símbolos historicamente associados à masculinidade viril. Não parece ser uma coincidência que ambos sejam instrumentos fálicos, projetados para penetrar o corpo do inimigo — inimigo este representado, muitas vezes, como frágil, desarmado e emasculado pela própria penetração. Essa lógica é profundamente entrelaçada com o ethos guerreiro que atravessa a cultura policial militar.

Mas talvez eu esteja divagando. O ponto central aqui é compreender esse processo como algo racional, sistemático e meticulosamente planejado, no qual a disciplinarização dos corpos ocorre com precisão — como Foucault descreve em *Vigiar e Punir* (2012 [1975]) — no intuito de transformar sujeitos em instrumentos eficazes do poder de Estado, dotados de força útil e prontos para agir conforme as demandas da instituição:

o soldado se tornou algo que se fabrica; de numa massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas: lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, assenhoreia-se dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo foi ‘expulso o camponês’ e lhe foi dada a ‘fisionomia de soldado’ (Foucault, 2012, p.131).

Assim, o corpo-peça do aluno ou cadete vai se moldando ao passo em que “expulsa” o corpo do paisano — entendido como indisciplinado, despreparado e alienado das funções e deveres que um policial militar acredita ter para com a sociedade. É essencial observar como começam a se erguer os muros simbólicos que delimitam as fronteiras entre o civil e o militar, não apenas como uma separação física (presentes nos batalhões, centros de formação, companhias independentes ou outras unidades da PMMS), mas marcadas no próprio corpo e na subjetividade dos sujeitos que aspiram a se tornar policiais militares.

A formação dos PMs, como argumenta França (2013) a partir de Van Gennep, deve ser compreendida como um rito de passagem, estruturado em três fases: separação, margem e agregação. A primeira semana, extremamente desgastante física e emocionalmente para alunos e cadetes, busca familiarizá-los com as exigências da rotina militar, desde o controle dos horários para dormir, acordar e se alimentar, até o domínio do próprio corpo — andar, sentar, marchar e se posicionar diante das figuras de autoridade, sejam instrutores civis ou militares, ou mesmo visitantes externos.

Enquanto pesquisador, não me foi permitido acompanhar a “semana zero” em campo, apenas encontrando os alunos e cadetes em momentos posteriores no CEFAP ou na APM. Segundo um cadete:

“Eles [os oficiais da PMMS] não vão deixar você na semana zero. É muito intensa. Vocês [civis] não iriam entender. Não dá para escrever um artigo falando. Nunca vão entender.” (*Cadernos de Campo*)

De certo modo, compreendo sua percepção. Mesmo se tivesse acesso, talvez não fosse possível, como observador externo, captar a vivência corporal e sensorial do processo violento que compõe essa etapa. No entanto, como defendo ao longo do trabalho, uma ciência social crítica — distante de um cientificismo universalista, como problematizado no primeiro capítulo — reconhece seus limites de apreensão empírica, mas ainda assim é capaz de propor modelos analíticos potentes para desvelar os mecanismos que articulam masculinidade, violência e disciplinarização na formação policial.

Após a “semana zero”, as fronteiras identitárias continuam sendo forjadas por meio de processos institucionais contínuos de “inclusão e exclusão”. A identidade diferenciada do policial militar se consolida como algo superior — percepção que também é observável em outros setores da segurança pública. No caso dos agentes penitenciários (hoje policiais penais), observei algo semelhante (Attianesi, 2019b, p. 50), ainda que com menor intensidade, dada a ausência das especificidades militares e da atuação ostensiva. Esse processo inicial, inclusive, remete a uma lógica quase teológica: o batismo, o sacrifício e a marcação do “povo escolhido”, como na teologia protestante.

A “semana zero” e o sofrimento contínuo impostos tanto no CEFAP quanto na APM funcionam como ritos de passagem destinados a expurgar o paisano e iniciar a consolidação da nova subjetividade policial (França, 2013, 2016). As dores, tristezas, cansaços e medos — ou seja, as violências físicas, simbólicas e psicológicas vividas — passam a constituir marcadores de pertencimento a um grupo seletivo, onde apenas “os fortes sobrevivem”.

A seguir, os alunos e cadetes recebem seu primeiro uniforme de formação, composto por tênis preto, calça jeans azul, camiseta azul com o logotipo da PMMS no lado esquerdo, e, no lado direito, sua posição hierárquica, nome de guerra e tipo sanguíneo. Completando o traje, o gorro com pala — que já tratamos anteriormente. Este ainda não é o uniforme oficial da PM, mas um “uniforme de adaptação”, algo próximo ao que Brand (2014) observou na PMSC e nomeou como “bicho-forme” — nomenclatura também usada na PMMS. Como explicou um instrutor:

“Primeiro sonho do policial é tirar o bicho-forme e usar a farda.” (*Cadernos de Campo*)

O “bicho-forme” é o uniforme do aluno e do cadete, que ainda não os distingue claramente, exceto por pequenos bordados com as siglas “AL SD” (aluno-soldado) e “AL OF” (aluno-oficial). Ele representa, simbolicamente, o estado liminar desses sujeitos — ainda não completamente PMs, mas já apartados do mundo civil, em plena transição identitária e institucional.

Imagem 1.9 – Pelotão de alunos do CEFAP com o *bichoforme* em formação



Fonte: Instagram @cefap.pmms

Esse processo não é muito diferente dos diversos ritos de passagem utilizados para demarcação de gênero em muitas lutas sociedades. É compreendido como um processo parecido com o crescimento da adolescência para a fase adulta, num paralelo entre geração e masculinidade (Segato, 2003; Sirimarco, 2004). Os *paisanos* que ingressam no curso, considerados frágeis e desorganizados, saem dali forjados como verdadeiros policiais

militares — homens fortes, viris e alinhados com os valores de uma masculinidade institucionalizada e valorizada pela corporação.

Uma frase famosa e repetida pelos alunos e cadetes da PMMS diz: “Aqui é onde o filho chora e a mãe não vê” (Cadernos de Campo). Essa expressão simboliza o caráter eminentemente masculinista do ambiente de formação. Ela é usada para descrever situações extremamente difíceis, duras ou perigosas, em que não há uma figura feminina de proteção por perto para amparar, proteger ou consolar. Esse enunciado maternalista (Moreira, 2011), que essencializa as mulheres como figuras exclusivas do cuidado e do carinho, evidencia que naquele espaço da instituição policial militar escola — a OPM — não há espaço para esse tipo de proteção, e que, ao superarem a formação, os alunos e cadetes não necessitarão mais dela.

Da mesma forma, a figura do “filho” e do “choro” remete diretamente à figura do “menino” — uma categoria central no imaginário masculinista brasileiro, que carrega a concepção de “moleque” como alguém que precisa “virar homem”. No discurso e nas práticas institucionais, “moleque” funciona como um insulto à masculinidade, pois remete à infância e, sobretudo, à fragilidade, características consideradas desmasculinizantes. O “choro”, por sua vez, representa a emoção retida — esperada dos homens — sinalizando que demonstrar sentimentos é desnecessário e invisibilizado nesse contexto.

Esses aspectos também se manifestam durante o processo de formação, sobretudo por meio das canções entoadas nos Treinamentos Físicos Militares (TFM). O TFM, uma das disciplinas com maior carga horária para os policiais militares (Anexo 2.0), consiste em caminhadas, corridas e exercícios físicos constantes, necessários para manter os futuros policiais em forma para a profissão. Durante esses momentos, um comandante de pelotão (chamado xerife) puxa as canções com voz de comando, cadenciada e firme, enquanto o pelotão repete versos rimados, motivando o exercício e fortalecendo o *esprit de corps*, como será analisado adiante.

A voz de comando é considerada inequivocamente masculina — durante o campo, instrutores ressaltavam que ela deveria ser “grossa, com timbre baixo, masculina” (Cadernos de Campo). Em minha experiência enquanto aluna soldado na PMPB, recordo que as “FEMs” (policiais femininas) eram frequentemente ridicularizadas pelos alunos masculinos e até por instrutores durante a execução dos exercícios de ordem unida, principalmente pela voz de comando, que naturalmente soava mais aguda (França e Carla, 2023, p.15).

Esses momentos evidenciam o incômodo que corpos femininos — ou corpos que destoam do padrão masculinizado esperado — causam no ambiente da OPM, especialmente

diante das letras das canções, que possuem caráter desumanizante, violento e repressivo. Muitas vezes, ao me aproximar, soldados e cadetes interrompiam a cantoria, o que parece ter sido uma orientação da corporação para preservar uma certa “imagem”.

Durante a pesquisa, analisei algumas das letras dessas canções (Anexo 2.1), nas quais a figura do “moleque” aparece de forma indireta, demonstrando a presença contínua desse imaginário na construção da identidade policial militar.

Troquei meu Playstation por um fuzil
A minha Coca-Cola é água quente do cantil
Bota o fuzil pra cantar pa-pum!
Bota pra cantar pa-pum!
(Cadernos de campo)

Na letra podemos observar também um processo de mudança, que se aproxima do geracional comentando acima. No campo o “Playstation e a Coca-Cola” seriam associados à vida fácil¹³² dos *paisanos*, e no caso masculino associado com a ideia de “moleque”. Então, a passagem para PM ocorre quando eles trocam pelo “Fuzil e a água quente do cantil”, que para os interlocutores simboliza tanto a força das armas policiais, no sentido repressor, quanto a passagem pelo desconforto dentro do que vimos ser a *pedagogia do sofrimento* em que ele e o desconforto são exaltados e celebrados como conquistas após serem ultrapassados.

Outro ponto que observei durante as formações e estranhava, era a movimentação, dos alunos em processo formativos sempre andavam sempre em pares para qualquer lugar que fossem. Um interlocutor comentou comigo que no geral os pares eram estabelecidos pelos próprios alunos e cadetes por afinidade, mas no geral procurava se estabelecer pares de homens, e de mulheres de forma separada (Cadernos de Campo). Era constante também como os alunos deviam prestar continência, mesmo se movimento de um local para outro, em relação ao superior. O que no caso do aluno soldado eram quase todos os PMs no CEFAP. Podemos entender esse “prestar continência” em seu sentido simbólico, como o ato de se conter, controlar e dominar presente na estrutura militar *disciplinarizante*. Com isso França continua dizendo que

¹³² No dia 1 de dezembro de 2024 a marinha brasileira, postou um vídeo retratando civis como privilegiados. Apesar de não ser estritamente relacionados as PMs, é simbólico em demonstrar uma visão comum que os militares tendem a ter dos civis. A marinha chegou a retirar o vídeo do ar posterior a reação negativa. <<https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2024/12/perfil-da-marinha-nas-redes-sociais-apaga-video-que-ironiza-privilegios.ghml>> Acesso em: 12 de janeiro de 2025.

Com base nesses regulamentos, a disciplina está em todos os lugares do quartel. Devem ser controlados gestos, atitudes, maneiras de se expressar, de falar, de cuidar de armamentos e outros objetos, de olhar, na forma de estudar os conteúdos das matérias escolares, enfim, nada pode ser descartado pelo regime disciplinar dos cadetes (França, 2019, p. 378).

Na formação, de acordo com os integrantes do CA, era cobrado de forma mais atenta ainda, como parte do processo de formação dos alunos e cadetes. O não cumprimento do regulamento por qualquer dos sujeitos em formação será sempre penalizado, e essa pena pode ir desde uma simples advertência verbal, obrigação de cumprir “horas extras” e trabalhos desagradáveis, detenções a prisões, dependendo do tipo de infração cometida e do coordenador responsável. Segundo Vieira, as principais faltas cometidas pelos alunos e cadetes dizem respeito à desatenção do aluno frente à ordem, demora de aprender a marchar, no erro de qualquer situação cobrada, questionar seus superiores, o protesto frente a uma ordem (Vieira, 2011, p. 79). A esse respeito, Foucault (2012, p. 171) afirma:

Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento.

No CEFAP da PMMS esse sistema disciplinar tinha como forma de controle uma lógica punitivista, já bastante estabelecida na instituição. Quando determinado aluno não se comportava da forma esperada, até mesmo sem quebrar algum regulamento, ele era mandado para o *tchof*. O *tchof* (Anexo 2.2) é uma estrutura de concreto cheio de água; os alunos eram obrigados a pular e/ou retornar para instrução teórica em sala, ou continuar na instrução prática, os dois com o fardamento encharcado até o fim do dia. Ele se estrutura como parte tanto do sistema disciplinas, mas também como parte da *pedagogia do sofrimento*, que mencionei. Como um interlocutor comenta,

Depois que instalou aquela porra daquele *tchof* lá. Ou tu ficavas fim de semana na guarda ou pulava no *tchof*. Tu é xerife e errou alguma coisa, *tchof*. Ou tinha um capitão que dava instrução de RISG¹³³. Ai todo dia ele chegava lá e perguntava “quem tem direito a continência?” são 16 entre entidades, pessoas e simples. Ai tu tem de lembrar todas. Povo começa errar e vai pro *tchof*. Ele mandava uns 20 todo dia. Adorava mandar fazer flexão todo dia também. Teve uma vez que mandou 250 tudinho em fila, metade né? Agrupamento A todinho. (Cadernos de Campo)

¹³³Regulamento Interno de Serviços Gerais e Regulamento de Continências RISG parte da estrutura militar que procura estabelecer as “honras, as continências e os sinais de respeito que os militares prestam a determinados símbolos nacionais e às autoridades civis e militares bem como as normas de apresentação e de procedimento entre militares, as formas de tratamento e a precedência entre os mesmos”

Na fala do interlocutor, observa-se como ele era usado como uma forma de punição em seu sentido de pedagogia, mas também apenas como uma punição individual ou coletiva à revelia dos oficiais. Esse pequeno mecanismo penal, de que fala Foucault, foi observado num momento emblemático do campo. Durante uma das idas ao CEFAP, tive a oportunidade de chegar durante a formatura matinal¹³⁴ e observar a fala de um Tenente. Ele estava revoltado e exaltado, dando um *mijão* em todos os pelotões da OPM escola, devido ao comportamento de um dos alunos. A fala foi

Primeira turma com ensino superior, e vai ficar carteirando. Não tem carteira funcional. No estacionamento de 10 reais?! Tu vai ficar mais rico? Aí o aluno vai dar carteirada em negócio de estacionamento ‘Ah mas todo mundo faz’ a gente está tentando ensinar o certo para vocês. Não sejam errados. **Quando vocês estavam na sociedade cobram assim do policial, agora que vocês saíram** querem se comportar de forma errada? Podem perder o trabalho de vocês, por besteira dessas. Precise se identificar como polícia? Todos querem dar cascudo em vocês, e vocês aí dando a cabeça. O certo é o certo. Parabéns senhores. [Tom irônico]. Cinco meses de curso e isso. Espero que não se repita. Um dia de descanso e fazem merda. **Vocês saíram da sociedade, e agora ela vai observar vocês.** Perder sua função pública por causa de 15 reais?! Pode mandar mensagem para mim que eu mando 15 reais, juntando vários colegas. De idade não tem moleque mais aqui, mas sem maturidade parece que sim. Mas aí vem Tenente tendo que mijar em aluno. 36 horas de folga e vocês conseguem alteração. Antecipando a carniça da palestra no sábado para terem descanso. E dá uma dessas! Agora vai ter consequência. SE com a funcional do MS, que nem foto tem. Imagine com a permissão de arma!” (Cadernos de Campo)

Na fala do tenente, podemos observar muito dos traços que estou tratando nesta tese, como nas expectativas da primeira turma com ensino superior, na associação de “moleque” com a falta de Maturidade (uma das características avaliadas pela seleção). É perceptível a frustração do tenente com o comportamento do aluno, que antes mesmo de ter o uniforme e o cargo já estaria querendo utilizá-lo para tirar vantagem de forma ilegal. Assim como o PM aponta a percepção da cobrança social que possuem, sentimento comum nas polícias (Muniz, 1999; Reiner, 2000, Cotta, 2018). Gostaria de focar na expressão que o tenente usa em relação à sociedade, pois ela demarca bem uma percepção que ocorreu durante o campo. Quando ele diz “Vocês saíram da sociedade”, esse sentimento é compartilhado por parte dos PMs e perpassa a formação dos alunos e cadetes. Como demonstro, aqui, existe uma criação de fronteira entre eles e a sociedade mais ampla, de forma que eles estariam fora dela. Esse tipo

¹³⁴Tanto na APM quanto no CEFAP, eles têm esse momento onde os pelotões se organizam em formação, as bandeiras do Brasil são alçadas, e avisos pertinentes são passados (Anexo 2.3).

de sentimento tem efeitos perversos na ação policial e em muito contribuem para a violência policial.

Apesar de acreditar que a lógica e a estrutura militar contribuem para esse processo, é algo que acontece também pelo aspecto policial. Sirimarco, valendo-se das concepções antropológicas de Turner, observa como a carreira policial pode ser entendida como uma espécie de *período liminal*, em que se tem a transição entre distintos estados dos sujeitos civis para os sujeitos militares (2004, p. 61)¹³⁵. Mas, aqui, acredito que a estrutura militar à qual os cadetes e alunos são submetidos intensifica esse *período liminal*, de que a autora trata, num sentido próprio e tradicional da disciplinarização das instituições militares, no sentido de produzir

Dia-a-dia ritualizado, inteiramente pautado pela repetição de um ordenamento da realidade. Tal fato é marcado por uma diagramação constante dos horários, dos modos de conduta, de reconhecimento automático de dispositivos de ação, como ordens, posturas corporais e etiqueta, assim como o reconhecimento de símbolos e notações, como os emblemas e sinais que se estampam nos uniformes, e, finalmente, de uma terminologia realizada principalmente através do emprego de uma linguagem cifrada por meio de siglas e termos nativos (Leirner, 2008, p. 198).

Tal processo é fundamental, pois, de acordo com Foucault, essa racionalização economicista visa disciplinar esses corpos e moldá-los conforme a necessidade das instituições militares. No campo, com a PMMS, essa padronização fica tão marcada, que o termo *padrão* é utilizado pelos interlocutores constantemente como elogio. Os instrutores mencionaram “Os dois aqui fizeram no padrão senhores” (Cadernos de Campo), para os alunos que faziam tudo corretamente, em outro momento se comentou “Ah ele é um PM do CHOQUE, ele é padrão demais, guerreiro mesmo” (Cadernos de Campo). A padronização é vista como objetivo intrínseco do ser PMs, “Ele é Padrão, tem que ser assim senhores Padrão” (Cadernos de Campo).

Esse processo de padronização acompanha todo o processo formativo dos PMs, eles também devem passar por uma espécie de “teste de obediência” (Goffman, 1987, p. 27) que pretende garantir que o aluno e o cadete estejam enquadrados às expectativas demandadas para um “bom material”, para a instituição da polícia militar. Nisso se enquadra com uma característica da masculinidade, pois o masculino nunca está suficientemente provado, quando se é homem, é preciso sê-lo o tempo todo, e sempre mais (Jablonka, 2021, p. 223). Durante o

¹³⁵“la carrera policial bien puede entenderse como una suerte de *período liminal* (Turner, 1980), un momento de transición entre estados distintos, donde se instruye a sujetos civiles para convertirse en sujetos policiales.

campo, eles se tornam mais sutis do que observamos anteriormente, na 'semana zero'. Além disso, começam a surgir também por iniciativa dos próprios alunos e cadetes, que buscam se tornar referência.

Esse tipo de pressão entre os próprios pares busca eliminar determinados sujeitos que durante os processos formativos não alcançam o ideal ou como comenta França (2013, p. 815), “[...] o comportamento desviante próprio do aluno “apagado” e sem perfil para ser um PM, é pressionado a se modificar para fazer os próprios alunos despertarem para introjetar o ethos inerente ao ‘espírito policial militar’. Apesar disso, durante a formação, é possível observar também a formação dos perfis que os alunos e cadetes vão se enquadrando e provavelmente será o modelo que irão seguir durante o trabalho ordinário da PM. Uma situação corriqueira observada nos alunos e cadetes é a observação constante de todos, a todo instante em todos os lugares e sua necessidade de permissão ao superior hierárquico, para entrar ou sair de determinados locais, para se dirigir a eles e, ao se retirar, têm a obrigação de sempre prestar continência e dar a meia-volta¹³⁶.

Um momento importante, para os cadetes da APM em seu processo formativo, é quando recebem a farda *operacional* da PMMS e podem finalmente “fardar-se”. Esse simples ato de colocar a farda da instituição tem importância simbólica para os sujeitos que agora começam a se sentir parte de uma corporação de forma mais completa. Esse processo ocorre na metade do curso, após a cerimônia do espadim Tiradentes¹³⁷. O “uniforme de atividade operacional”, como observamos anteriormente (Anexo 1.3), começa a ser usado até mesmo nas instruções teóricas dentro da academia, concedendo outro status para os cadetes, aproximando-os dos PMs pela farda, apesar da patente de cadete ainda permanecer. Junto deles vão receber também o cinto de guarnição (Anexo 2.4) que, de forma simbólica e prática, parece representar o domínio do monopólio da força que a PM possui, contendo local da tonfa, porta algemas e o coldre para a pistola.

Brand, tratando da PMSC, entende esse momento como “formatura de fogo” (2014, p.182). Nessa formatura de fogo, a responsabilidade é passada para os sujeitos ao vestirem a farda; a imagem do sujeito, nesse momento, passa do seu *bichoforme* para uma posição de respeito e “honra”, membro e representante da polícia militar de determinado estado. Na turma que acompanhei do 37º CFSD, não houve cerimônia para troca de fardas, apenas no momento da formatura que ocorreu essa mudança. Mas, anteriormente, em outros CFSD,

¹³⁶ Segundo o autor é “exercício em que o aluno gira cento e oitenta graus sobre o calcanhar do pé esquerdo, dando as costas ao superior e se retirando, enfim de sua presença” (França, 2019, p.374)

¹³⁷ Observo ela no terceiro capítulo.

ocorreu uma breve cerimônia com a entrega das fardas¹³⁸, na qual o comandante geral anterior ao atual celebrou, afirmando

A farda é imaterial, ela representa a alma da Instituição, que é muito maior do que quem a ostenta. Conclamamos a enaltecer, respeitar e honrar a farda que muitos veteranos envergaram, pois além do dever de justiça para todos os policiais militares, ao desonrar a farda você desonra todos os que a vestiram, a vestem e também aqueles que ainda a vestiram. (Cadernos de Campo).

A farda participa ativamente da construção de uma memória social da corporação, no sentido proposto por Pollak (1999), ao funcionar como um elo simbólico entre o passado e o presente da PMMS. Por meio dela, a instituição reafirma sua continuidade histórica e produz uma identidade coletiva marcada por um sentimento de pertencimento ao “nós” policial-militar. A vestimenta, portanto, não é apenas funcional, mas atua como um marcador de transição simbólica: é um dos momentos-chave na travessia da fronteira do *paisano*, aquele em processo de incorporação ao universo normativo da polícia militar. Nesse gesto, a farda se torna signo de disciplinamento, distinção e pertencimento, condensando em si a narrativa institucional sobre quem pode (e deve) exercer a autoridade armada do Estado. Referenciando Giddens, França diz que a roupa aparece como um símbolo muito maior do que uma simples proteção do corpo, ela se torna uma exibição simbólica de modo a dar uma forma exterior às narrativas de autoidentidade (2019, p. 386).

A associação desses elementos dava um senso de poder e autoridade maior para os cadetes, um instrutor comentou após esse momento, “Agora que colocaram a farda, se sentem super-homem né?” (Cadernos de Campo) ou “No dia que colocar uma farda da PM, desce uma aura de autoconfiança” (Cadernos de Campo). Ele procurava demarcar tanto no sentido de advertência quanto o efeito simbólico que a farda pode dar ao PM, que acaba por arriscar mais a vida. Mas enfatizava sobretudo os poderes que viriam com a utilização da farda no sentido de representação da PM como um todo e dos apetrechos que o PM pode utilizar.

A arma de fogo está intrinsecamente ligada à masculinidade e ao poder viril (Connell, 2005; Kimmel, 2006; Kalil, Machado e Scalco, 2021), o sentido de “super-homem” se liga nesse sentido de potência masculina. Ela vai se ligar a aspectos do *masculinismo institucional* que estou pensando. Num primeiro sentido ela se liga ao próprio “fazer-se PM”, não existindo na concepção dos interlocutores, principalmente os *operacionais*, de uma PM sem armas. Conectam-se, assim, as noções de policiamento ostensivo, intrinsecamente ligadas à prática

¹³⁸Em: <<https://www.sejusp.ms.gov.br/em-formatura-marcada-pela-emocao-alunos-do-curso-de-formacao-de-soldados-da-policia-militar-recebem-o-primeiro-fardamento/>> Acesso em: 12 de janeiro de 2025.

policial cotidiana nas ruas, em que o poder simbólico das armas é usado para “dissuadir o crime” (Cadernos de Campo), e também se inserem na lógica de um policiamento eminentemente repressivo dentro do *ethos guerreiro*. Isso se escalonando com o poder das armas, quanto maior o calibre, maior a potência, e até mesmo o estrago que causa ao corpo, maior seria a sensação de poder viril do PM *operacional*, algo que coloca em destaque as unidades especializadas do BOPE e CHOQUE, pela permissão e utilização delas.

O fardamento também participa das idealizações que cercam determinados segmentos da Polícia Militar, especialmente os grupos de operações especiais, frequentemente referidos como a “elite da PMMS”. Embora o BOPE seja o mais conhecido nacionalmente¹³⁹, no contexto das OPMs-escola, essa imagem de prestígio se concentra sobretudo nas figuras do CHOQUE e do DOF. Esses grupos utilizam uniformes que se diferenciam visivelmente do azul-petróleo institucional, adotando em geral fardas pretas, cuja estética reforça simbolicamente a ideia de força, letalidade e distinção hierárquica, como já mencionado masculinista (Attianesi, 2019). A diferença cromática não é apenas decorativa, mas parte de uma gramática visual que confere a esses grupos um status superior dentro da instituição, status esse que seria alimentado por um processo seletivo mais rigoroso, armamentos considerados mais “eficazes” e uma suposta superioridade *operacional* em relação aos demais PMs. Essa ênfase no caráter *operacional* é reconhecido pelos cadetes, “Foda (estar) no choque é ficar sem atividade *operacional*, tem nem sentido” (Cadernos de Campo).

Um segundo aspecto a ser destacado é o papel protagonista que esses grupos desempenham na produção de violências legitimadas pelo Estado, inscritas na lógica da *necropolítica*, entendida, conforme Mbembe (2018), como o poder de decidir quem deve viver e quem pode morrer. A atuação dessas unidades especiais corporifica essa soberania letal, ancorada no *ethos guerreiro* que valoriza a capacidade de “poder de fogo” e a disposição para o confronto armado, elementos esses fundamentais na lógica militarizada de enfrentamento ao crime. Os dois eixos, a valorização do “poder de fogo” e a gestão violenta da vida e da morte, serão aprofundados nos capítulos seguintes da tese.

O processo formativo, como vimos, busca adestrar o corpo dos alunos e cadetes para torná-los soldados ou oficiais da PMMS, mas ultrapassa apenas um simples processo formativo profissional. Nesse sentido, devemos pensar no processo do “forjar” a partir do binômio Policial e Militar. Pensando primeiramente na parte militarista todo esse aprendizado e formação tenta produzir ‘uma nova forma de ser’ principalmente para os alunos e cadetes

¹³⁹ Devido principalmente a fama dos filmes “Tropa de Elite 1 e 2”, que tratam das polícias especiais atuando no estado do Rio de Janeiro.

que não tinham contato com as realidades do ‘mundo militar’, o pressuposto não é apenas aprender coisas novas, mas sim em ‘desaprender’ diversos aspectos já internalizados (Brand, 2014, p.252). Muito dos comportamentos da vida civil aprendidos tanto na socialização com a família, quanto em grupos de amigos, vizinhos, nos relacionamentos de forma geral.

No que diz respeito aos níveis de escolarização da sociedade civil — ensino fundamental, médio e, mais recentemente, o universitário — esses são frequentemente percebidos não apenas como desnecessários, mas até mesmo como prejudiciais ao processo de sujeição do policial militar. No campo, esse discurso se manifestava em alguns enunciados, como quando um aluno do CEFAP me disse: 'Transforma a gente. De paisano para militar. “Você fica diferente. Perdi meu primo, se afastou por não gosta nem de polícia nem de milico¹⁴⁰. O cara aqui perdeu a esposa. Povo não entende que aqui é dedicação.” (Cadernos de Campo). Essa transformação é sempre vista como incompressível do ponto de vista dos “civis” em relação aos militares, sempre num sentido de valorização do segundo (“aqui é dedicação”). Um instrutor da APM menciona nesse sentido que “Aqui é cobrado de verdade, não é bagunça como lá fora, cada voadora que você toma” (Cadernos de Campo). Castro, partindo da perspectiva dos FAs brasileira, parece tornar mais claro esse processo formativo e como ele estabelece fronteiras simbólicas, ao dizer:

Tornar-se militar significa, acima de tudo, deixar de ser civil. A oposição entre civis e militares é estruturante da identidade militar. Ao ingressar numa academia militar, o jovem é submetido a um processo de construção da identidade militar que pressupõe e exige a desconstrução de sua identidade “civil” anterior. Mesmo quando transita pelo assim chamado “mundo civil”, o militar não deixa de ser militar – pode, no máximo, estar vestido à paisana (Castro, 2009, p. 24).

Nessa citação observamos que a noção de *paisano* como *exterior constitutivo* (Butler, 2003) do militar. No campo isso aparecia com a ideia de que “Não existe ex-policial militar” (Cadernos de Campo), depois que você se forma será eternamente um PM até mesmo quando estiver na folga. Apareceu também como um desconforto para uma das cadetes da APM, pois, segundo ela, não conseguia mais sair da “visão policial” (Cadernos de Campo), o que aparece como uma atenção constante de um perigo iminente para o PM, tendo efeitos danosos para a saúde mental deles.

¹⁴⁰Segundo Castro (2009, p.48) “O equivalente a *paisano*, em termos conotativos, seria “milico”, depreciativo de “militar”. Embora os militares usam “civil” quando se dirigem a civis, entre si eles usam quase sempre *paisano*”

Com a distinção e o estabelecimento dessas categorias fronteiriças dos PMs e *paisanos*, é possível observar a produção de conflitos e disputas por controle e proteção da fronteira entre elas. Como o próprio termo *paisano* busca desqualificar os civis como sujeitos que não fazem parte do mundo policial militar, e nem mesmo teriam capacidade para adentrar aquele espaço, pois não aguentariam passar pela *pedagogia do sofrimento* que vimos anteriormente, sendo eles mais frágeis e femininos. Ainda assim era constante no campo ver alunos, homens e mulheres, que desmaiaram durante um exercício de maior exigência ou até mesmo em momentos de cerimônias (Cadernos de Campo). Esse sentimento é algo reforçado nos cursos formativos como CFSD e CFO, Viana, trazendo um relato do CFSD da PMPR, demonstra bem esse ponto

Se fosse qualquer **um do povo, um civil... não suportaria tudo aquilo ali. Só você sendo guerreiro**, mesmo. Porque **o teu corpo foi preparado, a tua mente foi preparada para aquele momento, sabe**. Acho que é mais espírito de grupo, uma união, um corporativismo, mesmo entre nós militares. (Viana, 2018, p. 218, grifos meus).

Com tal relato de um PM observa-se bem que se tem uma diferenciação qualitativa entre eles e os civis, que não teriam passado por todo um processo de preparo que os tornou os “guerreiros”, frequentemente repetido ao falar-se com o coletivo na PMMS. Lembremos que quando trouxe sobre a *cultura policial* esse tipo de sentimento é compartilhado e reforçado entre os PMs, produzindo o *esprit de corps* que tende a aproximá-los ainda mais, e junto disso temos o senso de missão que esses “guerreiros” devem cumprir. Tal divisão somada com o senso de missão faz com que PMs produzam

A convicção de que o policial militar não é um cidadão, um indivíduo como os demais, funciona no sentido de colocá-lo fora dos parâmetros legais: ‘a missão’ o coloca acima da lei e algumas vezes até mesmo contra a lei, na medida em que respeitá-la é ver-se impossibilitado de cumprir com seu dever (Porto, 2004, p. 136).

Ao tentar cumprir essa “missão” de defender a ordem e os *paisanos*, os PMs acabam por infantilizá-los como sujeitos que não saberiam o que é melhor para eles, devido às supostas incapacidades. Nesse sentido que se constrói um aspecto paternalista das policiais militares, sendo o policial o responsável por tomar essas decisões devido a todo seu preparo. Após todo o preparo, treinamento e sofrimento que tiveram para se tornarem distintos como militares, essa força elabora a realidade da PMMS como um local que se mostra organizado e disciplinado, enquanto o “lá fora” seria o local da desorganização. Isso reforça a distinção de uma fronteira simbólica entre os mundos como demonstrado por Junior, quando afirma

(...) percebe-se a existência entre os militares de dois mundos distintos: ‘aqui dentro’, representando pelo mundo militar, e ‘lá fora’, representado pelo mundo civil, também conhecido por ‘paisano’. Essa diferenciação cria a ideia de que o ‘mundo interno’ é o ideal, enquanto que o ‘mundo lá fora’ é caracterizado pela falta de seriedade, de [sic] displicência e de desordem (Junior, 2007, p.87 apud Souza, 2001b: 50)

Com essa desqualificação do “mundo externo” em relação aos valores presentes no “mundo interno” da instituição policial, fica claro que podemos pensar que os policiais acabam por ter um medo do que Goffman classificaria como uma exposição contaminadora. Na formação tanto no CEFAP quanto na APM ocorre um processo de afastamento buscam cada vez das comunidades que atendem, com mencionei anteriormente na fala de um interlocutor, os laços vão se desfazendo. Essa “proteção” do “mundo externo” os isola até mesmo das reclamações e críticas internas por PMs da própria PMMS. Essas críticas não podem sair da instituição, nesse sentido “O pessoal não deixa e defende a tropa e a instituição. Pode-se discutir aqui dentro, mas lá fora não.” (Cadernos de Campo).

O segundo aspecto do binômio que tratamos anteriormente diz respeito à parte policial da PM. Concebo-a a partir do que os instrutores procuravam passar de uma cultura policial militar (Junior, 2007) idealizada, que aqui entendida como também enquanto uma cultura masculinista. Em muitos aspectos existe até certo atrito entre elas como Muniz (1999; 2001) classifica quanto uma crise de identidade das PMs brasileiras. Alguns instrutores que se mostravam com uma visão mais progressista, ou seja, de uma polícia menos repressiva, pontuaram esse aspecto, um chegou a mencionar “Não é que não exista a hierarquia e a disciplina, mas a função de polícia vai se sobrepor ao militar” (Cadernos de Campo). Durante uma instrução com armamentos um instrutor chegou a mencionar de forma frustrada que “Gostaria que eles tivessem colocado uma carga maior para sobrevivência policial, mas tão reduzindo tudo. Foda que reduz tudo aí, e vai lá e colocam 60 horas de ordem unida, diminuindo as de armamento ou as outras disciplinas policiais.” (Cadernos de Campo). Busco pensar aqui neste momento, em como é passada essa cultura policial no CEFAP e na APM, em algum sentido concordando com os instrutores de um afastamento e atrito com a estrutura militar, mas em alguns outros notei no campo até mesmo se aproximando de forma uma reforçar a outra.

Penso aqui com alguns pontos observados por Reiner (2000 [1985]), que apesar de partir das polícias do norte global, ainda assim traz pontos que nos ajuda a pensar a PMMS. Essa cultura policial é internalizada nos corpos dos PMs em processo formação, por parte também de constantes processos disciplinarizantes. Na tese de Almir Junior (2007)

trabalhando com os policiais militares na cidade de Belo Horizonte, se elabora junto de outros autores o conceito de uma *cultura policial*. Esse conceito se dividiria em três partes fundamentais, que estão presentes no fazer-se PM. A primeira parte dessa cultura se dá na presença do *esprit de corps*. Para Foucault (2012) essa formação de um “corpo”, contribui para as instituições disciplinadoras cultivarem a coesão interna e obediência dos seus membros. Por partes dos alunos e cadetes da PMMS, devido principalmente à formação militarizada¹⁴¹, são impelidos a se compreenderem como uma classe profissional diferenciada que é distante de outras “profissões” e demais sujeitos da sociedade mais ampla. Concebe-se a noção de “Quem é de fora nunca vai entender, porque não passa pelo que vocês passam” (Cadernos de Campo). Assim falava o capitão e instrutor aos cadetes do terceiro CFO da APM. A formação é pensada em conjunto entre alunos e cadetes PMs, criando-se uma solidariedade entre os companheiros de tropa que juntos também reforçam os “princípios basilares da hierarquia e disciplina” (Cadernos de Campo) nos corpos um dos outros. Nesse sentido, o trabalho de PM, como observado por Junior,

O trabalho do engenheiro, do técnico ou do operário pode ser compreendido (até prova em contrário) sem se referir a seu sistema de valores pessoal, ou ao sistema de valores coletivos do grupo ao qual ele pertence (...). Não se pode, à primeira vista, compreender assim o trabalho do policial. No cruzamento da autonomia prática, de sua denegação organizacional e da falta de objetivação da tarefa policial se desdobra a ‘cultura’, ou sistema de valores dos policiais, como elemento necessário, como os interesses, de determinação das suas práticas. (Junior, 2007, p. 84-85 apud Monjardet, 2002: 162-163).

Essas junções do caráter profissional com os efeitos institucionais militares produzem esse tipo de atitude por parte dos “companheiros de farda” (Cadernos de Campo). Reiner entende esse processo de uma forma relacional entre o isolamento e a solidariedade, devido à particularidade do trabalho policial, cria-se um isolamento em relação à sociedade mais ampla, que assim aumenta uma solidariedade interna na instituição (2000, p. 91). Para os cadetes, um instrutor até alertou quanto a isso, “Isso é um problema nosso, só se aproxima de nós. Só tem amigo nas PMs” (Cadernos de Campo).

Uma segunda característica da cultura policial consiste no sentimento constante de desconfiança e/ou suspeita com o ambiente “externo” que o PM desenvolve, algo que experienciei e mencionei anteriormente. Isso se mostra como um “traço marcante da cultura

¹⁴¹ Apesar de o *esprit de corps* estar associado com a estrutura militar. É possível compreender fenômenos parecidos em outras polícias, não militarizadas, pelo caráter específico da realidade diária do policiamento ostensivo como Reiner (2000) já demonstra.

policial é uma forma dos integrantes desse grupo [...] absorverem o impacto do perigo próprio de sua atividade, real ou simbólico” (Junior, 2007, p. 90). Apesar da existência de um perigo na profissão real do policial militar, muitas outras profissões possuem um perigo, às vezes até mesmo maior¹⁴², não parece estar presente esse sentimento constante que os PMs costumam ter. Essa característica tem efeitos nos policiais até mesmo quando estão “fora” do serviço, sendo algo que começa a afetar suas vidas particulares com familiares e amigos, sentimento semelhante a outros sujeitos do aparato brasileiro de segurança pública (Attianesi, 2019).

Outro ponto interessante que forma a cultura policial é a questão do senso de missão. Reiner a define como um propósito de preservação de uma forma de vida e de proteção dos fracos contra os predadores (2000, p. 89). No campo, isso estava, de forma menos centrada, na proteção e mais evidente no “contra os predadores”, quando um instrutor diz que na PMMS “A nossa principal missão é evitar o mal se instalar” (Cadernos de Campo). Assim, o trabalho dos PMs tem tendência a produzir este senso de missão, que é compreendida como honraria, importante e que apenas os sujeitos com vocação (ou que “aguentam passar pelo que vocês passam”) estão aptos. De viés masculinista, observa-se o dever do homem de proteger por meio da capacidade viril assertiva. Assim, é passado para os cadetes o dever de, por meio do cumprimento da missão, “honrar a nossa instituição” (Cadernos de Campo). Essa missão é entendida de forma religiosa, como dito na fala do comandante geral da PMMS na formatura da 37ª CFSD, ao dizer “Ser policial militar, eu digo que é um dom divino” (Cadernos de Campo) ou ao dizerem “Que não esqueçamos, Que a missão nos dada por Deus. É honrada, é nobre, é digna.” (Cadernos de Campo). Esse aspecto de missão que é normalmente entendido como a luta do “bem contra o mal”, tal visão tende a aproximar a PMMS de grupos religiosos, e também reacionários. Reiner (2000) observa o conservadorismo policial como parte da cultura¹⁴³. Mais à frente na tese penso como isso vai tornar a produção do “nós” mais ampla para os PMs. Por meio desse senso de missão, o policial militar deixa de ver apenas como mais um trabalho que se deve realizar, para algo imbuído de um propósito maior. A

¹⁴² Profissionais na área de construção civil possuem maiores riscos no trabalho do que policiais ou outros profissionais da área de segurança. (Fonte: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/carreira/confira-o-ranking-das-profissoes-mais-perigosas>>. Acesso em: 20 de outubro de 2022. Aqui penso ser interessante observar, como Barros (2005) nos diz que “É preciso afastar as concepções do policial. Na realidade, são exceções as atividades policiais que resultam em troca de tiros, vítimas e mortes. As pesquisas nacionais e internacionais mostram que a maioria das atividades da polícia é de auxílio à comunidade e comportam atividades próprias de serviços sociais e relações públicas” (p. 96).

¹⁴³ No Brasil se tem a particularidade que as polícias por serem militares, teoricamente e legalmente, não poderiam participar de forma ativa e transparente do jogo político. No Regulamento Disciplinar da PMMS (RDP) se encontra como as transgressões 61, 62. 101 e 102

instituição militarizada reforça isso e com *esprit de corps* introjeta nos PMs uma compreensão de retidão moral e coesão completa.

Inserção desse corpo-segmento em todo um conjunto com o qual se articula. O soldado cujo corpo foi treinado para funcionar peça por peça para operações determinadas deve por sua vez formar elemento num mecanismo de outro nível. (Foucault, 2012, p.158).

Isso fica bastante marcado ao ouvirmos as canções do TFM que os cadetes e alunos cantavam, como mencionadas anteriormente. A cadência, o ritmo e, principalmente, a repetição dos versos rimados pareciam criar uma motivação, assim como um êxtase entre os PMs no campo, assemelhando-se muito ao rito ou à cerimônia religiosa. Nesse processo, os alunos e os cadetes vão se entendendo como parte de algo maior, onde cada membro é uma peça no dispositivo da PMMS com um propósito. A realização do objetivo maior, de forma legalista, está na “missão” constitucional da “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”¹⁴⁴. Tal missão idealizada pelos PMs cria o mito do trabalho policial, sobretudo em seu caráter repressivo, como indispensável e insubstituível que costuma estar presente na visão que os PMs têm (Junior, 2007, p. 97).

Após a 'forja' dos alunos e cadetes — conduzida por meio da *pedagogia do sofrimento*, da produção de fronteiras que os separam dos paisanos e da introjeção de aspectos da cultura policial — eles estarão, enfim, prontos para se tornarem policiais militares propriamente ditos. É nesse momento final da formação que ocorre o ritual da formatura ¹⁴⁵. Tal momento é considerado o ritual que consolida a passagem do mundo *paisano* para o mundo policial militar, momento em que os alunos se tornam soldados. É um momento que demarca essa realidade tanto para eles quanto para a sociedade de forma mais ampla representada pelas autoridades, jornalistas, amigos e familiares dos agora soldados da PMMS. A oradora da turma demarca isso quando diz em seu discurso “Se despediram de nós enquanto civis no dia 15 de janeiro, e hoje nos recebe de volta enquanto policiais militares” (Cadernos de Campo). Muitos dos aspectos que tratamos neste tópico vão ser lembrados também pelas figuras de autoridades que discursaram nesse momento, por exemplo, em fala do comandante geral da PMMS e do governador do estado; eles nos trazem:

¹⁴⁴ Presente no Artigo 144 do capítulo III da constituição federal. Baseando-se num princípio de isonomia, vemos como as figuras de “fracos” e “predadores” não cabem neste artigo.

¹⁴⁵ Aqui tive apenas a oportunidade de acompanhar a formatura do 37º CFSD. O 3º CFO apenas realizou o campo durante o ano de 2024, sendo que a formatura deles enquanto oficiais será realizada apenas no final de 2025.

Nós somos forjados não somente pelo princípio da legalidade. Mas pelo **princípio de hierarquia e disciplina**. Que ela tem que **estar nosso sangue**. Respeitando os nossos superiores, e praças, e autoridade. E principalmente o cidadão sul mato-grossense (Comandante Geral da PMMS) (Cadernos de Campo)

De hora em diante, os senhores e senhoras, **serão guardiões dos valores de quem veste essa farda azul-petróleo**. Tem que carregar no peito, são os valores da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul. (Governador do Mato Grosso do Sul) (Cadernos de Campo)

Durante o dia da formatura, os corpos dos alunos passam pela demonstração do sucesso de sua “forja” por meio de marchas, posições de sentido e prestar diversas continências, devem estar extremamente sincronizados e padronizados, não demonstrando nenhum dos aspectos considerados *paisanos*, os quais, nesse momento, já estão afastados do policial militar (Anexo 2.5). No vídeo da cerimônia, vemos o desfile de todos os 14 pelotões do 37º CFSD com gritos enfáticos e assertivos, com o tom grave do masculinismo militar quando dizem “Pelotão, PM, MS, Brasil!”, no início dele é possível ver a parte dos cadetes do 3º CFO seguindo as bandeiras do Brasil, do MS e da PMMS. Com o marchar forte dos coturnos, vemos os soldados já completamente fardados seguindo em formação, por meio da voz de comando dos oficiais da instituição. Por fim, tem-se o momento de juramento aos símbolos nacionais e estaduais, por meio das bandeiras e hinos, e com a seguinte declaração:

Ao ingressar na polícia militar do Estado de Mato Grosso do Sul, prometo regular minha conduta pelos preceitos de moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a quem estiver subordinado, dedicar integralmente ao serviço policial militar, a preservação da ordem pública e a segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida – Juramento CFSD (Cadernos de Campo).

Esse juramento é comum a todas as PMs brasileiras e busca consolidar “a hierarquia, a disciplina e a obediência às normas serem inculcadas nos novos soldados.” (Brand, 2014, p.422). Vemos no vídeo como as Pfems aparecem de forma tímida no geral no final dos pelotões¹⁴⁶, apesar disso, a presença delas é destacada pela PFem escolhida como oradora de turma. Ela menciona “Falar do 37º CFSD, é falar de pioneirismo, somos a primeira turma a formar no solo sagrado do CEFAP após a pandemia. Nós somos a maior turma de policiais femininas sendo formada na história da PMMS” (Cadernos de Campo) algo que foi bastante celebrado e aplaudido durante a cerimônia.

¹⁴⁶ Isso ocorre porque a ordem do pelotão é determinada pela altura, com os maiores na frente.

O governador do MS, que foi homenageado com o nome da turma do 37 ° CFSD, encerrou mencionando “terminaram esses 9 meses. Essa gestação, o mesmo tempo para formar um ser humano. Vocês levaram para saírem da condição de civil e se tornarem policiais militares” (Cadernos de Campo). Essa metáfora para tratar da formação dos soldados da PMMS permitiria pensar na PMMS como uma mãe que gesta filhos? Penso na resposta com ressonante não. No próximo tópico, tento pensar como o masculinismo e as masculinidades aparecem dentro da PMMS, com especial atenção às características específicas do fazer policial, como separação entre prática e teoria, assim como de que formas os corpos e a presença das Pfems e o heterossexismo nos ajudam a pensar o *masculinismo institucional*. Finalmente, a PMMS como metáfora do Pai.

Hierarquias Generificadas e Masculinidades em Tensão

Queremos glorificar a guerra - única higiene do mundo -, o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos libertários, as belas ideias pelas quais se morre, e o desprezo da mulher.

Filippo Marinetti, Manifesto Futurista em 20 de fevereiro de 1909.

A estrutura das instituições formativas, como o CFO e o CFSD, na respectiva APM e no CEFAP, possui todos os aspectos de um batalhão ou quartel militar, como vimos no processo da “forja”. Assim como observei em minha dissertação (Attianesi, 2019), uma forma clara de conceber as características masculinistas de uma instituição se dá pela relação com as mulheres e pelo heterossexismo. Esses dois aspectos são particularmente presentes na construção das masculinidades (Bourdieu, 2012; Welzer-Lang, 2001; Connell, 2005), tanto hegemônicas quanto subalternas em nossa sociedade. Aqui, penso em como diferentes masculinidades vão se constituir e como as relações de gênero e sexualidade vão perpassar outros aspectos e divisões que fazem parte do ser PM, como teoria e prática, trabalho de rua e trabalho burocrático, policiamento repressivo e policiamento preventivo.

Como já muito observador nas pesquisas realizadas com PMs (Muniz, 1999; Reiner, 2000; Pinto *et al*, 2006; Silva, 2011; Viana, 2018), existe uma segmentação entre o trabalho policial de rua, diretamente ostensivo e preventivo, marcando presença de forma viril e poderosa com seu fardamento completo. E o segmento do trabalho policial que se constitui para além do patrulhamento de rua, estamos falando da parte administrativa, com seus aspectos burocráticos, que vão desde a organização dos setores, a logística, as diretorias, o

aparato de gestão, até os PMs na administração diária dos próprios batalhões, assim como as próprias OPMs, escolas como a APM e o CEFAP. Essa separação se constitui em parte pela estrutura militar, na sua divisão dos círculos hierárquicos. Ou seja, com a divisão entre praças e os oficiais, quanto maior a patente e o poder de comando, menor é a proximidade com o policiamento ostensivo diário¹⁴⁷. Assim como das noções dos próprios PMs e o texto legal de suas posições, temos então atividade-meio dos órgãos de apoio que “atendendo às necessidades de pessoal e de material de toda a Polícia Militar, atuando em cumprimento das diretrizes e ordens dos órgãos de direção” e atividade-fim dos órgãos de execução, que “cumprem as missões ou a destinação da Corporação; executam as diretrizes e ordens emanadas dos órgãos de direção e são apoiados, em suas necessidades de pessoal, de material e de serviços, pelos órgãos de apoio”. Aqui, quero pensar essa distinção em uma perspectiva do *masculinismo institucional*.

Como mencionei anteriormente no início deste capítulo, quero trazer uma distinção partindo de um espectro de duas masculinidades que estão relacionadas, as de disputas e afastamentos, mas também de apoios e aproximações dentro da PMMS. Utilizo as noções de Salem e Larkins (2021), de *wild masculinity* e *composed masculinity*, para pensar menos num sentido de ou isto/ou aquilo, e mais no sentido de isto “e” aquilo ao mesmo tempo, apesar dos atritos existentes entre essas masculinidades. Ou seja, observei a existência dessas duas masculinidades durante o processo formativo da PMMS. Nos anos 90, Connell já havia observado o surgimento dessas duas masculinidades, ao dizer

Desenvolveu-se, assim, uma polaridade dentro da masculinidade hegemônica entre dominação e especialização técnica. Nesse caso, no entanto, nenhuma das versões conseguiu suplantá-la outra. Elas coexistem atualmente como práticas de gênero, às vezes em oposição, às vezes se entrelaçando. Como versões alternativas da masculinidade hegemônica, podem ser mobilizadas por campanhas publicitárias e políticas — 'duro contra o crime' versus 'superestrada da informação' (Connell, 2005, p. 194)¹⁴⁸.

No campo, isso aparece de diversas formas, tanto no CFSD quanto no CFO. Nesse segundo, como se estão formando oficiais, existia uma ênfase maior nos aspectos de gestão

¹⁴⁷ Compreendo que isso não é algo definitivo, mas sim uma tendência. Oficiais intermediários e subalternos também tendem a realizar o trabalho de patrulha ostensiva. No entanto, estou me referindo ao ideal de fazer-se PM, conforme é transmitido pelas instruções nas OPMs-escolas que acompanhei.

¹⁴⁸ "A polarity thus developed within hegemonic masculinity between dominance and technical expertise. In this case, however, neither version has succeeded in displacing the other. They currently coexist as gendered practices, sometimes in opposition and sometimes meshing. As alternative versions of hegemonic masculinity they can be called upon by advertising and political campaigns - 'tough on crime' vs. 'information superhighway'"

dos PMs, junto também das instruções das práticas policiais encontradas no CFSD. Esse aspecto racional de comando faz parte de uma das características da *composed masculinity*. Um instrutor demonstra o papel do oficial na gestão, quando diz

A parte teórica. Existe toda uma teoria que não é menos importante da prática, não é menos importante que a técnica. Ela não é menos importante que a técnica. Na verdade, sem ela, a técnica não se aplica. Certo? E ela, por sua vez, sem a técnica, ela perde sua razão de existir. Ok? **E, para os senhores que serão oficiais, isso é de extrema importância. Isso é de extrema importância, porque serão os senhores, os responsáveis pelo planejamento das operações.** É o planejamento de vocês que vai permitir aos operadores operarem com eficiência. Não adianta, mas simplesmente ir para o terreno e saber colocar técnicas em prática. (...) E quem lida, de fato, com isso aqui, dentro da Comissão Militar, são os oficiais. Quem planeja? São os oficiais. Quem cuida da parte logística de operação dos oficiais? Os oficiais dão suporte, mas primeiro de tudo ele planeja. **Porque quando você está executando, você sente, você vive o que é o Policiamento Ostensivo. Mas não necessariamente você entende o que é o Policiamento Ostensivo** (Cadernos de Campo).

Aqui, o instrutor procura fazer uma distinção muito importante para os cadetes, sobre a responsabilidade deles no planejamento das operações. Dois perfis de PMs surgem nessa fala, o PM *operacional* que está executando, vivendo, sentindo com seu próprio corpo o fazer-se policial na prática. Mas não entende o policiamento ostensivo, em seu sentido teórico e abstrato, sendo isso dever do oficial. Em outras instruções, faz-se essa relação entre prática e teoria. De forma geral, sempre com maior valorização da parte prática como trabalho de “verdade”¹⁴⁹ do policial, em detrimento da teoria. Isso é mais perceptivo no CFSD, mas ainda é presente no CFO.

Em uma breve análise da malha curricular do CFSD¹⁵⁰ (Anexo 2.0), observamos que as disciplinas de treinamento tático operacional¹⁵¹ são as que possuem maior carga horária, e que das 1972 horas de curso, temos 53% de disciplinas predominantemente práticas em relação às teóricas. O interesse dos alunos e cadetes também estava muito mais focado nas instruções de tiro, nos armamentos e equipamentos, nas marchas e nos treinos físicos; enfim, nas instruções de caráter prático. As disciplinas consideradas de humanidades são as que têm menor carga horária ou são ministradas no modelo de ensino à distância (EaD)¹⁵². Um

¹⁴⁹ Ela sempre concebida de forma masculinista, com a celebração da força física e controle emocional na luta contra o crime (Brown, 2007, p.200)

¹⁵⁰ Apesar de uma certa insistência e constantes pedidos, não consegui acesso a carga horária e malha curricular do CFO.

¹⁵¹ Penso aqui nas disciplinas de Defesa Pessoal Policial (120hrs), Técnicas de Policiamento Ostensivo I e II (116hrs), Adaptação a Atividade Policial (180hrs), TFM (80hrs) e Tiro Policial (80hrs)

¹⁵² Sendo elas: Direitos Humanos, Ética e Cidadania (4hrs) Diversidade Étnico-sociocultural, Relações de Gênero e Combate à Homofobia e à Discriminação Racial (4hrs), Psicologia: Prevenção e Promoção da Saúde

exemplo marcante dessa desproporção é a TFM, que conta com 80 horas, enquanto a disciplina de Direitos Humanos, Ética e Cidadania possui apenas 4 horas ao longo de todo o curso, ou seja, vinte vezes menos. Além disso, é ministrada em formato de palestra, concentrada em um único dia e sem qualquer processo avaliativo.

Também se evidencia nos enunciados sobre as avaliações das disciplinas certa desvalorização do conhecimento teórico. Um instrutor afirma que 'é um detalhe, nossa atividade-fim é na rua' (Cadernos de Campo), enquanto outro adverte os alunos: 'Essa disciplina não tem prova, mas lá na rua vai precisar aprender' (Cadernos de Campo). A meu ver, essa distinção sustenta uma falsa dicotomia, que, em certa medida, o próprio instrutor reconhece. Entre teoria e prática, como se apenas a experiência de campo fosse formativa. Essa perspectiva desconsidera que teoria e prática não são esferas antagônicas, mas momentos complementares e interdependentes de um mesmo processo de constituição do fazer policial.

Ainda assim, para os instrutores PMs com quem convivi em campo, tendem a entender o “mundo real” do policial como o da rua, o da prática. Esse também é o mundo da valorização do *ethos guerreiro* que Zaluar (2014) analisa, compreendido por ela como uma forma de “hipermasculinização”. Não se trata, aqui, de pensar duas masculinidades (*wild masculinity* e *composed masculinity*) como partes de uma escala, como se uma fosse mais “ máscula ” que a outra, mas sim como formas distintas de performar a masculinidade dentro do processo de formação policial. No entanto, nos momentos de disputa por hegemonia, a prática *operacional* tenderia a ser lida como mais viril, pois essa leitura está enraizada em tradições históricas da formação masculina no Brasil e se intensifica no contexto do Mato Grosso do Sul.

Um PM que encarne a *composed masculinity* provavelmente irá disputar essa hegemonia desqualificando a brutalidade emocional da outra masculinidade. Ainda assim, na concepção do policial *operacional*, predomina a lógica da guerra: não haveria tempo para reflexão. Como sintetiza um depoimento, “é muito bonito na lei, mas o marginal não liga, e na hora você só vai ter milésimos de segundo para tomar uma decisão” (Cadernos de Campo). A lei, assim, surge como um artefato abstrato e externo, que não dá conta da realidade vivida nas ruas.

Esse desprezo pelo saber teórico se manifesta de forma recorrente durante as instruções, sobretudo no CFSD, e se expressa também por um forte traço anti-intelectualista, como discutido no primeiro capítulo, ao tratar da forma como as ciências humanas são

desqualificadas. Essa tendência é reforçada pela separação entre o trabalho “de verdade” da PM e o ambiente “intelectualizado” dos cadetes e alunos. Uma instrutora ilustra isso ao afirmar: “aqui é academia, não é polícia. Não é a rua. Com o tempo, você vai aprendendo” (Cadernos de Campo). Esse tipo de fala reforça a ideia de que o “fazer-se policial” só se consolida na experiência vivida na rua, desvalorizando as próprias estruturas pedagógicas da corporação, o que está em consonância com aspectos mais amplos da cultura policial. Chega-se ao ponto em que um instrutor resume essa visão com um ditado amplamente compartilhado na PMMS: “O que você sabe não tem valor. O valor está no que você faz com o que você sabe” (Cadernos de Campo). Nesse sentido, Pinto argumenta que a

(...) própria força ideológica das tradições instala armadilhas em pontos estratégicos do espaço operativo (quartéis e delegacias), numa conspiração subliminar de desqualificação do saber, tipificado como o ‘mundo dos sonhos e fantasias’, em contraposição ao ‘mundo real ou prático’ concebido pelos operadores (Pinto *et al*, 2006, p. 49).

Nesse sentido, a figura do intelectual, mais distante ainda dos alunos e cadetes, é entendida pelos PMs instrutores como “especialistas” que sempre surgem com desprezo, como sujeitos externos que só fazem críticas ao trabalho policial do conforto “de suas casas, no ar-condicionado, aí é fácil né” (Cadernos de Campo). Alguns exemplos que observei em campo tratavam da utilização da arma de fogo para ameaçar o *peba*, algo contrário à teoria doutrinária da escalada do uso de força, era vista como uma atitude comum. Mas que o instrutor, em tom de ironia, dizia “apesar dos especialistas de segurança pública falaram que não pode” (Cadernos de Campo). Em outro momento, comenta: “Tem muito especialista de segurança, que não tem especialidade em nada... Falsos especialistas” (Cadernos de Campo). E quanto às leis que protegem grupos vulneráveis, “Porque senão vem um sabidão lá, do ECA, se não tiver explicação. Fudeu” (Cadernos de Campo). O “especialista” assim desponta como uma figura, sempre externa aos PMs, crítica às ações do policial, sem capacidade de compreendê-las por não terem a experiência empírica da prática policial.

No campo, percebi que os PMs expressam tanto um sentimento de injustiça, por se sentirem julgados por *paisanos* que, segundo eles, desconhecem a realidade da rua, quanto uma indignação de caráter masculinista. Essa raiva se dirige, em parte, ao que percebem como um desafio à autoridade patriarcal incorporada à figura idealizada do policial militar. Para eles, essa autoridade não deveria ser contestada.

Em outra situação, durante uma instrução, um instrutor oferece uma justificativa emocional para ações que extrapolam os limites da legalidade. Ele relata uma ocorrência em

que um policial entrou numa residência onde um filho havia espancado violentamente a própria mãe, deixando-a sangrando e com o corpo visivelmente machucado. A partir desse exemplo, comenta com os alunos: “Os especialistas dizem que é preciso tratar o ‘cidadão’ de determinada forma. Ali [eles dizem] ‘somos o Estado’”. “Mas é foda, você é uma pessoa também, tem família, vê aquilo, não dá” (Cadernos de Campo). É compreensível ter empatia tanto pela situação de violência sofrida pela mãe quanto pelo próprio PM, que precisa lidar com esse contexto diariamente. Essa fala traduz um conflito latente entre a norma jurídica e a resposta imediata, afetiva e violenta que se espera, em certas situações, do policial, especialmente quando a autoridade moral e patriarcal é invocada como legitimadora da ação. O uso da palavra "especialistas", de forma irônica, marca uma fronteira simbólica entre o saber técnico-jurídico e a vivência emocional da prática policial.

Há uma necessidade de humanizar os policiais militares, apesar dos processos de 'desumanização' que eles realizam sobre determinados sujeitos, ainda são consumidos pelo trabalho de PM de forma particular, discuto isso mais à frente no último capítulo. No entanto, é preciso destacar que, ao agir por impulso dentro do *ethos guerreiro* da violência, é agressão (ainda que sob a justificativa de uma suposta punição), o PM abre uma margem perigosa para o arbítrio e para uma violência vingativa de caráter vigilante, que vai bastante além do que se é determinado e codificado em nossas leis ou nos regulamentos institucionais da própria PMMS.

Assim, a *wild masculinity* se constitui em conjunto com o *ethos guerreiro*, os quais, no campo, foram entendidos como perfis de *operacional*, isto é, uma masculinidade que deriva das noções combativas e violentas na resolução de conflitos. Silva (2022) ao tratar de “papéis” na PMGO observa a figura do *rambo*¹⁵³, que entendo como *wild masculinity*. Para o autor, *Rambo* é, nas PMs, aquele que sai às ruas procurando ocorrências, ou até mesmo as cria, inventando ou provocando cidadãos para que possa exercer sua autoridade, truculência e prática ilegítima de violência com os suspeitos abordados (2002, p. 36). A violência física ou a ameaça dela se transformam em ferramentas para exercer autoridade masculina nas interações que ocorrem fora da caserna.

Na história brasileira, em parte, essa masculinidade foi constituída dentro da estrutura militar. Nos anos de ditadura militar, momento em que as PMs se consolidam, soldados,

¹⁵³A nomenclatura é bastante pertinente para a tese, onde se concebe a partir de um filme de ação extremamente masculinista. Como hipervalorização da força, guerra, dos armamentos e resistências a qualquer sofrimento. Como tratei anteriormente, os filmes do Rambo seriam um bom contraponto às noções feminilizantes do edital da PMPR, de “interesse em histórias românticas e de amor”.

policiais e outros sujeitos compreendiam a realidade nacional dentro da lógica da guerra e de combate aos “subversivos” ao regime civil-militar. Nesse contexto, no Brasil, concebe-se um paradigma nos militares e na segurança pública, o da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e seu conceito de inimigo interno. Cowan (2014) observa como essa concepção dá origem à noção de “guerra suja”¹⁵⁴, a qual faria parte de um processo de remasculinização pós-segunda guerra mundial. Entende-se ainda que o paradigma é baseado na dureza e na resiliência masculinas, e principalmente na falta de contenção ou na disposição para sujar suas mãos, abandonar as ‘delicadezas’ da guerra nobre e honrada clássica, engajando-se em uma violência indiscriminada (Cowan, 2014). No contexto atual da PMMS, os novos “subversivos” são os traficantes, os criminosos, os *pebas* e demais figuras que os PMs elencam como inimigos, “eles”, que precisam ser eliminados como parte de uma guerra intranacional do bem contra o mal em seu caráter de matriz religiosa. No terceiro capítulo irei aprofundar essa discussão.

É importante nos perguntarmos: por que essa ênfase em uma remasculinização? Esse processo parece emergir em resposta ao surgimento de outra performance de masculinidade no interior da corporação. Como observa Connell, trata-se de uma disputa hegemônica entre diferentes formas de masculinismo, no caso da PMMS, entre o modelo tradicional e o que aqui identifico como *composed masculinity*.

Cowan (2014), ao analisar o contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, aponta que a figura do soldado como homem guerreiro entrou em crise diante de novas formas de se guerrear: nuclear, tecnológica, psicológica e por guerrilhas¹⁵⁵. Tais transformações colocaram em xeque a masculinidade tradicional do combatente, levando à sua obsolescência (Cowan, 2014, p. 691). No contexto da PMMS, algo semelhante parece ocorrer: a reafirmação do *ethos guerreiro* como forma de resistência a uma masculinidade que, embora também militarizada, incorpora outros valores, como controle emocional, cálculo estratégico e domínio técnico, e, por isso mesmo, ameaça o modelo hipermasculinizado até então dominante.

Na realidade histórica brasileira, esse movimento se intensifica após a ditadura militar, com a redemocratização. Momento em que as PMs brasileiras vão ser pressionadas a se modificarem, deixando a lógica da guerra para o passado ditatorial, e começa a se pensar em um policiamento numa sociedade civil e democrática. Para os *operacionais*, esse processo vai

¹⁵⁴ Em certo sentido seria a guerra onde tudo é válido, onde nem mesmo um tratamento digno e humanizado é dado aos prisioneiros “inimigos”. Aqui que a noção de *wild* aparece na *wild masculinity*.

¹⁵⁵ “‘New’ forms of warfare (nuclear, technological, psychological, guerrilla) loomed, threatening to obviate traditional, soldierly masculinity.”

ser visto de forma negativa e, com o olhar masculinista, vai ser entendido como um processo de feminilização da instituição, afastando-se do *ethos guerreiro*.

A partir da Constituição de 1988, com o fortalecimento dos movimentos sociais e das lutas por reconhecimento das chamadas minorias políticas, a noção de direitos humanos ganha centralidade crescente no debate público e institucional no Brasil. Esse contexto impulsiona mudanças significativas também nas polícias militares, que passam a ser alvo de pressões por reestruturação, movimento que já se manifestava nos embates da Constituinte (Zaverucha, 1999; Silva e Gurgel, 2016; Genoíno e Teixeira, 2023). Dois desdobramentos importantes se destacam nesse cenário. De um lado, a criação e a permissão oficial para a entrada das policiais femininas (Pfems), como observa Moreira (2011, p. 30); de outro, o surgimento de uma nova abordagem de policiamento, pautada pela ótica dos direitos humanos: a chamada Polícia Cidadã ou policiamento comunitário (Neves, 2005; Pinheiro, 2008).

No caso específico da PMMS, como vimos anteriormente, a inserção de mulheres ocorre de maneira tímida. Nos anos 1980, a primeira turma de Pfems é composta por apenas 32 mulheres, todas ingressando como praças, o que revela tanto o caráter inicial de inclusão restrita quanto a estrutura hierárquica e de gênero que ainda delimita o lugar da mulher na corporação. O policiamento comunitário viria a fazer parte da instituição apenas¹⁵⁶ em 2004, tendo seu “auge em 2009, depois desandou” (Cadernos de Campo), vindo como uma forma de alternativa ao policiamento repressivo.

Nesse contexto, as *composed masculinity* vão se formar. Poderíamos pensar essa masculinidade como mais civilizada, não no sentido progressista-evolucionista, mas sim numa nova forma de domínio; penso, aqui, no sentido de uma mudança para a sociedade da biopolítica, segundo Foucault. Essa masculinidade enfatiza a racionalidade, o poder de comando dos oficiais, assim como a estabilidade e a autodisciplina. Nesse caso, a violência ainda persiste, mas de forma mais contida, canalizada e direcionada. Assim, ela seria descrita dentro da lógica de uma razão instrumental (Adorno e Horkheimer, [1944] 1985) e próximo da noção de *banalidade do mal* (Arendt, [1963] 1999), ao se distanciar do *ethos guerreiro* presente nos *operacionais* com sua violência mais excessiva, transgressora e transparente. Penso que podemos entendê-la como estética empática de um centrismo legalista em termos políticos, mas com a práxis de uma polícia repressiva do Estado necropolítico (Mbembe, 2018). Brown (2017) observa a *composed masculinity* na polícia, ao se valer do conceito de

¹⁵⁶ Já na década de 1990, projetos de policiamento comunitário e “segurança cidadã” foram implementados pela PMSP em Ribeirão preto, pela PMERJ em Copacabana, e outros estados como Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Amapá.

smart macho para classificar essa masculinidade que estava se formando pelas “mudanças substanciais no policiamento operacional e na sua forma de gerenciamento nas últimas décadas” (2017, p. 190)¹⁵⁷. Trabalhando com policiais torturadores Huggins, Fatouros e Zimbardo (2002) também elaboram essa concepção das múltiplas masculinidades no interior das policiais brasileiras, intitulando-os *personalistic masculinity*, *bureaucratizing masculinity* e uma mistura possível entre as duas *blended masculinity*^{158/159}. É fundamental entender todas essas masculinidades como manifestações do *masculinismo institucional* que atravessa a PMMS e, ao mesmo tempo, reconhecer como cada uma delas se liga a formas específicas de violência. Ao tratar dessas múltiplas possibilidades de ser masculino e violento, Cecchetto observa que

dependendo do contexto e das noções locais de masculinidade, o confronto violento e o uso conspicuo da força física podem constituir valor simbólico, agregando prestígio ao agente, enquanto em outros contextos são repudiados e considerados sinais de fraqueza ou inferioridade, pois o que conta é o estilo verbal da confrontação, a persuasão e o compromisso da palavra. Neste sentido, trata-se de examinar de que violência se fala e a que masculinidade se está referindo (Cecchetto, 2004, p. 38).

A partir da concepção de potência viril, percebe-se a questão da iniciativa para o risco, o colocar-se, durante o combate, em posições claramente arriscadas, é visto como símbolo de coragem e sacrifício pelo grupo em prol do ideal de proteção e segurança. Tais comportamentos podem ser reconhecidos e garantirem uma promoção pelo “ato de bravura”¹⁶⁰. Segundo os regulamentos¹⁶¹ e como uma Ten. Cel. me confidenciou, apesar de existir a possibilidade de um oficial ser promovido dessa forma, é algo mal visto na corporação, pois esse tipo de promoção é endereçado aos praças da linha de frente da atuação policial. Essa propensão ao risco, às vezes de forma desnecessária, e a coragem vão ser bastante exaltadas na *wild masculinity*.

¹⁵⁷ “Substantial changes in operational policing and its management in the last several decades”

¹⁵⁸ As duas categorias correspondem, no essencial, às que observei na PMMS: a *personalistic* ou *wild masculinity* (viril, passional, legitimando a violência no corpo a corpo) e a *bureaucratizing* ou *composed masculinity* (profissional, hierárquica, que converte a violência em protocolo técnico). Ambas eram reiteradas pelos instrutores; sobre a segunda, sintetizou-se: “Até para bater no peba tem que ser técnico” (Cadernos de Campo).

¹⁵⁹ Quanto à *blended masculinity*, julgo que só um trabalho de campo mais longo, voltado ao dia a dia da PMMS, permitiria captá-la plenamente; ainda assim, acredito que ela já se insinue na própria formação da instituição.

¹⁶⁰ Ele é considerado “ato ou atos não-comuns de coragem e audácia que, ultrapassando os limites normais do cumprimento do dever, representem feitos indispensáveis ou úteis às corporações militares, pelos resultados alcançados ou pelo exemplo positivo deles emanados.”

¹⁶¹ Presentes no Decreto N° 10.769, de 9 de maio de 2002 tratando da regulamentação de promoções.

Observando essas duas masculinidades, é possível perceber a ênfase contínua do masculino durante o campo, seja nas cerimônias, nas instruções das disciplinas, seja nas relações informais entre alunos e cadetes. A coletivização dos sujeitos da PM era majoritariamente tratada no masculino e se iniciava ou se referenciava com “Senhores”, “Guerreiros”, “Nossos soldados” (Cadernos de Campo). Em fala a famílias, o comandante geral generifica, ao mencionar “obrigado, familiares, por confiar na Polícia Militar de Mato Grosso do Sul seu bem mais precioso que são os seus filhos, seus esposos, enfim, agradecemos de coração” (Cadernos de Campo).

É interessante observar que, ainda que de forma velada, o comandante-geral expressa agradecimento aos policiais pelo risco envolvido na profissão, associando-o à possibilidade de perda do que chamou de “bem mais precioso”, uma alusão à própria vida. O que chama atenção é que sua fala se dirige exclusivamente a sujeitos masculinos, revelando uma concepção persistente de que, mesmo com a presença de mulheres na corporação, a PMMS continua sendo pensada como um espaço de risco e de homossociabilidade masculina.

Em poucos momentos, houve referência às Pfems, “Senhores e Senhoras”, sempre como uma lembrança secundária, “Não podemos esquecer das nossas mulheres também” (Cadernos de Campo). O importante dessa determinação não é a diferença em si, existente na dismorfia sexual entre ‘homens’ e ‘mulheres’, mas sim o que define e demarca essas diferenças de forma a perpetuar desigualdade na instituição (Brah, 2006, p. 358). O feminino surge enquanto alteridade que não parece se encaixar na relação das duas masculinidades mencionadas.

As Pfems adentram a PMMS nesse contexto e a presença delas parece ser percebida por muitos PMs como um processo de desmaculinização, e que a contragosto é aceito para se adequar os discursos à realidade contemporânea, com a expansão dos direitos humanos e as noções de equidade. Como mencionado anteriormente, quando uma Pfem diz “a sociedade sul-mato-grossense evoluiu, e é claro que a gloriosa polícia militar acompanhou essa” (Cadernos de Campo). De forma estratégica, as Pfems e a *composed masculinity* vão produzir uma imagem institucional (interna e externamente) trazendo as noções de inclusividade e humanização frente à realidade política do Brasil atual.

Mas o *masculinismo institucional* permanece e as Pfems têm seus lugares constantemente demarcados, restringidos e limitados, como vimos na ascensão institucional por meio dos dados estatísticos. Um dos principais mecanismos de legitimação dessa limitação é o argumento da “testosterona”. A própria tropa o reproduz: uma aluna PFem, ao

perder uma competição de flexões, declara “é porque a gente não tem uma coisa que é muito importante, que é a testosterona” (Cadernos de Campo).

Essa concepção ignora evidências consolidadas de que as distribuições de testosterona em homens e mulheres se sobrepõem amplamente, sem qualquer salto categórico que permita separar os gêneros com base nesse hormônio (Fausto-Sterling, 1992; Gutmann, 2019). Além disso, a história cultural da testosterona revela tratar-se sobretudo de um artefato médico-simbólico, cujos significados são continuamente reinventados (de elixir da juventude a anabolizante de academia, de marcador de virilidade a instrumento de transição de gênero), atendendo mais a lógicas de mercado e controle social (Tramontano, 2023) do que de uma suposta diferença essencial biologicista entre homens e mulheres.

No caso da própria PM, percebe-se que a desigualdade antecede o hormônio: mulheres foram historicamente excluídas de posições capazes de gerar elevações de testosterona, o que invalida a hipótese de que níveis médios mais baixos seriam a causa de sua subordinação (Kemper, 1990). Mesmo assim, a associação biologicista entre força e fragilidade, ancorada na testosterona, continua a estruturar discursos sobre os corpos na PMMS, também desconsiderando as transformações radicais nas técnicas e tecnologias de combate (Moreira, 2011, p. 322-323).

Para além desses aspectos biologicistas, é interessante observar como as duas masculinidades socialmente constituídas, que disputam a hegemonia dentro da instituição, não dizem respeito só aos homens. Como Halberstam (2019) observa a respeito das masculinidades femininas, existe uma possibilidade da agência por parte das Pfems em relação a essas masculinidades.

No campo foi perceptível como algumas Pfems tentavam a todo tempo resistir ao *masculinismo institucional* e preservar sua “feminilidade” paisana diante do masculinismo da caserna. As polícias tendem a aceitar o pequeno papel incumbido a elas na PMMS, dos trabalhos relacionados aos cuidados das crianças, idosos e demais mulheres.

Algumas mulheres na PMMS tendem a se aproximar da *composed masculinity*, o que aqui compreendo como uma forma de resistência interna. Trata-se de estratégias de inserção em espaços tradicionalmente considerados menos viris dentro da instituição, como os setores administrativos, de gestão ou mesmo de comando. Ao ocupar essas posições, essas policiais constroem outro modo de performar a masculinidade institucional, articulando racionalidade, disciplina e autoridade sem recorrer diretamente ao *ethos* da força bruta. Já uma minoria opta por incorporar a *wild masculinity*, assumindo de forma mais visceral o *ethos* guerreiro e a

lógica da guerra. É nesse espaço que elas enfrentam as maiores resistências, tanto por parte de colegas homens quanto de outras mulheres, justamente por adentrar um campo profundamente marcado por uma tradição histórica de masculinismo militarizado, mais rígido e normativo.

Como argumenta Gregori (1993), as mulheres policiais não se apresentam apenas como vítimas passivas de um regime masculinista. Ao contrário, são também agentes que, ao mesmo tempo em que enfrentam e tensionam esse modelo, podem reproduzi-lo e reforçá-lo, ao se adequarem aos discursos e práticas dominantes da instituição.

Dessa forma, observo que, em ambientes fortemente masculinistas, as mulheres adotam estratégias de adaptação que incluem a aceitação de comportamentos e discursos masculinistas, a negação de características associadas ao feminino e a reprodução de práticas discriminatórias contra mulheres, numa tentativa de serem vistas como parte do *esprit de corps* masculinista.

Apesar disso, é preciso reconhecer que, em qualquer das masculinidades que elas performam, o *masculinismo institucional* ainda faz com que as Pfems sofram desprezo, chacota, desdém, questionamentos quanto à sua sexualidade, e da sua própria mulheridade ou feminilidades por parte dos PMs homens e, como mencionei, entre elas mesmas.

Observei esse cenário durante a celebração do 8 de março, Dia Internacional das Mulheres. Nesse período, é comum o aumento da visibilidade das Pfems nas redes sociais institucionais. Em 2024, por exemplo, a conta oficial do CEFAP no Instagram (@cefap.pmms) publicou um vídeo em homenagem às mulheres, composto exclusivamente por imagens das Pfems da unidade (Anexo 2.6). O vídeo, filmado por um drone em movimento panorâmico, mostra uma roda formada por alunas-soldado, com duas oficiais no centro conduzindo a cena. Elas puxam o coro com voz de comando, enfatizando o tom grave e acompanhando o ritmo com palmas. Ao redor do grupo, uma viatura da PMMS circula lentamente, reforçando o cenário militarizado. A canção entoada segue o modelo dos cantos de treinamento físico militar (TFM), com repetições rítmicas de comandos como "Oh, Ah", vocalizados em uníssono pelas alunas.

A letra da canção revela-se particularmente significativa para compreender as tensões entre gênero, disciplina e performance militar:

8 de março é o dia da Mulher
E o lugar dela é onde ela quiser
Aqui na PM ela paga flexão
Sai na rua e chuta a cara do ladrão
Sexo Frágil nunca existiu
Equipada com a Beretta, Bandoleira e Fuzil

Ocorrência Fem vem com a 12 na mão
Quando ela chega o infrator pede perdão
 Aprenda de uma vez que aqui é a PM
 Masculino Feminino quando passa o chão treme
Mulher que é guerreira de aluna a coronel
 Desenrola na água, na terra, no céu
De salto e vestido, farda e coturno
 Onde ela está representa o seu turno
 Seja Policial ou qualquer outra profissão
A mulher já nasceu pronta para cumprir sua missão
 Não importa o lugar em que ela estiver
 Não é somente um dia, todo dia é da mulher
 Esquerda, Esquerda oh, Esquerda Direita, Esquerda Direita
 (Cadernos de Campo).

Com a letra, escrita por uma das alunas soldado, podemos observar como ocorrem os agenciamentos das mulheres na instituição. Em certo sentido ela poderia ser lida como uma resposta direta ao masculinismo da PMMS. Em alguns momentos temos a demarcação dos lugares das mulheres com o slogan feminista, o questionamento de uma suposta fragilidade feminina, a possibilidade de ela poder ocupar qualquer grau hierárquico, e até mesmo marcando a diferença das roupas (“De salto e vestido”). Essa demarcação parece uma forma de resistência ao *masculinismo institucional* na PMMS e uma forma de se mostrar presente. Esse efeito é ainda mais acentuado no Brasil, especialmente após a ampla circulação do filme *Tropa de Elite*, cuja figura central, um oficial do BOPE na PMERJ, consolidou no imaginário popular a máxima “missão dada é missão cumprida”, associada a *wild masculinity*. No trabalho de campo, observei que a expressão “a mulher já nasceu” frequentemente aparece vinculada a uma concepção essencialista da feminilidade, ancorada em atributos biologizantes e maternalistas. No entanto, no contexto específico da canção analisada, é possível interpretar sua utilização como uma forma de resistência discursiva a esse paradigma, produzindo, assim, uma ambiguidade significativa. A frase tensiona simultaneamente os limites entre identidade essencializada e agência performativa, abrindo espaço para leituras que deslocam o sentido normativo do que significa “ser mulher”.

Já em outro momento da letra as policiais militares procuram demonstrar a incorporação do *ethos guerreiro* (“Mulher que é guerreira”), típico do policiamento repressivo (“o infrator pede perdão”), assim se aproximando das *wild masculinity*, indo de encontro ao sentido da inserção e discurso utilizado pelas PMs para entrada das mulheres na instituição. Reforça-se, assim, o caráter violento da Polícia Militar que as Pfems estariam apoiando e incentivando, o uso da violência (“Chuta a cara do ladrão”), assim como os armamentos

utilizados na PMMS (“Beretta, Fuzil, a 12¹⁶²”). Essa referência direta às armas procura referenciar tanto o conhecimento por parte das Pfems do armamento quanto o seu poder de fogo, sobretudo do Fuzil e da 12, dentro da lógica da guerra. Esse aspecto de conformação ao *masculinismo institucional* foi observado por outros autores (Martins e Bertoline, 2013, p. 58; Gomes e França, 2015, p. 148). Acredito que a letra apresentada acima seja uma exemplificação das dinâmicas paradoxais das relações de gênero dentro da PMMS, de forma que articula, ao mesmo tempo, resistências ao masculinismo e uma defesa à sua perpetuação.

Ainda sobre as relações de gênero, vivi uma situação exemplar. Durante uma das idas ao CEFAP, pude observar como se articulam esses agenciamentos. Estava me encaminhando para a sala da Ten. -----¹⁶³ para ver a possibilidade de acompanhar uma das instruções daquele dia. Ao não encontrá-la na sala do Corpo de Alunos (CA)¹⁶⁴, optei por aguardar em frente ao bloco de salas das instruções. Cabe ressaltar que essa Tenente se alinha mais à lógica da *wild masculinity*. Enquanto oficial e integrante da Coordenadoria de Ensino (CA), sua performance de gênero se inscreve nesse registro ao enfatizar a autoridade expressa na voz de comando e no exercício dos dispositivos de disciplinamento aplicados aos alunos do CEFAP. Em uma de suas falas, registrada em tom de brincadeira, ela comenta: “meu pai brinca, sempre teve o perfil de sargento, só faltava formalizar (risos)” (Cadernos de Campo). Observa-se o humor como uma forma de reiterar lugares, tentando amenizar a hierarquia de gênero do *masculinismo institucional*, uma vez que a brincadeira parte das mulheres. A observação, ainda que marcada pelo humor, revela uma filiação simbólica a um modelo disciplinar tradicional, reiterando a presença de códigos de masculinidade institucional incorporados por mulheres em posições de comando. Ela demonstrava um interesse ao *operacional*, chegando a dizer: “O *operacional*, que é a melhor parte na minha opinião (risos) é o mais legal do serviço” (Cadernos de Campo). Evitando uma resistência completa de sua feminilidade, que poderia ser entendida como suposta “fragilidade feminina”. Enquanto aguardava para o início de uma instrução ou me encontrar com a Ten. -----, estava observando o movimento, sentado próximo das salas. Como de costume, era visto com estranhamento do *paisano*, primeiro por não estar fardado como todos os demais sujeitos

¹⁶²Faz referência a espingarda de grosso calibre 12. Utilização essa que, junto com o fuzil e o rifle de precisão, é considerada um armamento com grande potencial de fogo e “estrago que causa”, assim como de demonstração de força apenas pelo seu porte.

¹⁶³A Ten. ----- foi uma das minhas interlocutoras ponte no CEFAP, sendo responsável junto do Ten. ----- pelo acesso e circulação nessa unidade da PMMS. Os dois são da 1ª Turma (Alpha) do CFO, formados pela primeira vez na própria cidade de Campo Grande MS.

¹⁶⁴Corpo de alunos, são um grupo de oficiais responsáveis pelo disciplinamento e conduta dos alunos do CFSD, a APM também possuindo um.

(com exceção dos funcionários terceirizados¹⁶⁵) e segundo por não estar fazendo algo em particular ou interagindo com algum PM da instituição. Logo, estava lá “sem fazer nada”, desacompanhado e sem pertencer, causando um desconforto visível por parte dos que passavam.

Percebendo esse contexto, optei por me aproximar de um grupo de policiais militares que, pelos distintivos em suas fardas, aparentavam não pertencer ao efetivo do CEFAP. Posteriormente, soube que estavam no local para uma atividade de instrução com os alunos. O grupo era composto por uma PFem e dois oficiais. Apresentei-me e iniciei uma conversa informal sobre a instituição e os objetivos da minha pesquisa, o que despertou o interesse deles. Em determinado momento, dirigi-me à PFem com a pergunta: “Como é sua experiência enquanto Capitã na PM?”. Imediatamente, fui corrigida com firmeza: “Capitã? Não existe capitã, eu sou capitão. Porque no mundo militar não tem feminino” (Cadernos de Campo). A resposta, direta e atravessada por uma convicção notável, pode ser tomada como emblemática da lógica do *masculinismo institucional* que estrutura a PMMS. Ao reivindicar a forma masculina do posto, a PFem reforça a norma de apagamento das marcas de gênero feminino como condição para o reconhecimento de autoridade no interior da corporação. Essa fala também pode identificar, como em Halberstam (2019), não uma negação do seu marcador de gênero, mas uma estratégia de acesso simbólico a uma posição de poder que o feminino, enquanto marca gramatical e social, tenderia a excluir. Trata-se, portanto, de uma performance de masculinidade feminina que não rompe com a lógica do *masculinismo institucional*, mas opera dentro dela, negociando reconhecimento e autoridade a partir da assimilação de seus signos mais valorizados.

A afirmação da capitã de que “no mundo militar não tem feminino” revela não apenas uma resistência institucional à “feminização” dos cargos e patentes¹⁶⁶, mas também um entendimento internalizado de que, para serem aceitas e respeitadas, as mulheres na PMMS precisam se adequar às normas e valores do masculinismo. É nesse sentido que Schactae afirma que a presença dos homens na polícia militar já é algo totalmente incorporado e identificado aos representantes da instituição (sobretudo no fazer repressivo) ao passo que as

¹⁶⁵ Esses funcionários, na sua maioria de limpeza geral e obras, se mostravam de forma interessante por total indiferença aos aspectos da estrutura militar, e durante o campo como um todo eram ignorados. Aqui penso tanto no sentido classista comum no Brasil, mas também como eles estavam totalmente desconectados da PMMS. Os mesmos às vezes demonstravam curiosidade nas cerimônias e práticas dos PMs.

¹⁶⁶ Na tese de Oliveira (2012) e na dissertação Salles (2023) eles optam pela utilização do feminino (soldada, caba, tenenta). Aqui acho isso contraprodutivo em relação aos dados produzidos da tese, além do fato de acreditar que mascara o *masculinismo institucional* de uma forma academicista e que não corresponde com a realidade empírica do campo.

Pfems são percebidas como alteridade (2011, p. 17). Essa negação do feminino nos termos de tratamento é simbólica de uma cultura organizacional que ainda não incorporou a presença desses corpos. Em certo sentido, o masculinismo na PMMS até aceitaria certas formas de incorporação feminina desde que não comprometam os pilares simbólicos da ordem viril: a hierarquia, a disciplina e a dureza. O que emerge nessa cena, então, não é apenas a reprodução de um imaginário masculinista, mas a demonstração da potência adaptativa das normas de gênero em ambientes fortemente hierarquizados, nos quais até mesmo o corpo dissidente precisa se curvar a uma gramática rígida da autoridade. Em outra fala de uma PFem oficial com alguns anos na PMMS, ela comenta que em alguns batalhões do interior do estado “a polícia teve que se adaptar, não tínhamos banheiro feminino ou alojamento feminino, não tinha distinção” (Cadernos de Campo).

Em outra fala, uma oficial com vários anos de experiência na PMMS relatou como, em determinados batalhões do interior do estado, a presença feminina exigiu uma adaptação institucional: “a polícia teve que se adaptar, não tínhamos banheiro feminino ou alojamento feminino, não tinha distinção” (Cadernos de Campo). A afirmação revela não apenas a precariedade da infraestrutura para acolher mulheres na corporação, mas também evidencia como o ingresso feminino não foi acompanhado, de início, por uma reformulação das normas e espaços institucionais, mantendo-se uma lógica estrutural centrada no masculino como padrão universal e neutro.

Podemos observar a codificação disso em lei por meio do Regulamento Disciplinar da PMMS (RDP) que foi estabelecido no Decreto N. 1260 de 2 de outubro de 1981¹⁶⁷. Pela data já podemos observar que o RDP foi criado na mesma época da entrada das primeiras Pfems na instituição. Ele foi atualizado em 2019¹⁶⁸, mas de nada alterando as questões que trago. Dentro da sessão de transgressões do RDP encontramos algumas que são especificamente para “aos integrantes da Polícia Militar Feminina”, são eles os números 121 e 125, que nos dizem:

121 - Usar, quando uniformizada, cabelos excessivamente compridos, penteados exagerados, maquiagem excessiva, unhas excessivamente longas ou com esmalte extravagante.

¹⁶⁷ Durante a pesquisa bibliográfica, no trabalho de conclusão de curso de Rafael Soares (2014) acredita que “que em Mato Grosso do Sul o Decreto 1.260/81, encontra-se revogado desde o ano de 1990.” (2014, p.86) sobretudo pela falta de isonomia e que fere preceitos constitucionais. Não tenho competência para discutir a validade ou não do decreto que estabelece o RDP, mas optei por usá-lo para análise. Devido ao fato de o mesmo ter sido referenciado em 2019, e estar presente como conteúdo do concurso dos CFSD e CFO de 2022.

¹⁶⁸ Sendo o Decreto Nº 15.220, de 7 de maio de 2019. Tratando a respeito da anulação de punição e da reabilitação disciplinar.

122 - Usar, quando uniformizada, cabelos de cor diferente da natural ou peruca, sem permissão da autoridade competente.

123 - Andar descoberta, exceto nos postos de serviços, entendidos estes como as salas designadas para o trabalho das policiais-militares.

124 - Frequentar, uniformizada, cafês ou bares.

125 - Receber visitas nos postos de serviço ou distrair-se com assuntos estranhos ao trabalho (RDP, 1981).

As transgressões parecem apresentar um espírito dos tempos¹⁶⁹ e marcadamente foi escrita anteriormente à Constituição de 1988. O sexismo nelas é claro, desde o controle de forma particular dos corpos das mulheres e sua apresentação na instituição à particularização de “Frequentar, uniformizada, cafês ou bares” que serviria apenas para as Pfems. Segundo Moreira (2016), em certo momento, foi requerido das Pfems a utilização de maquiagem, sem exageros para o trabalho nas ruas como forma de “afastar os rumores masculinizantes que poderiam incidir sobre elas” (2016, p. 75). Ou a visão estereotipada da mulher distraída ou desatenta às funções do trabalho e do que parece um pretense perigo de “sedução” advindo delas. Esse controle era para possibilitar a entrada das Pfems, sem que pudessem colocar em risco a hegemonia masculinista da instituição.

A própria permissão da entrada das mulheres foi vista como uma forma de estratégia institucionalmente das PMs para alterar a imagem violenta que haviam carregado desde a ditadura (Gomes e França, 2015; Moreira, 2016). Em certo sentido, as mulheres entram não para humanizar a estrutura da própria PM ou modificar seus aspectos violentos e repressivos internamente, algo que observamos na canção anterior. Como vimos, muitas delas na verdade são induzidas, cooptadas, pressionadas a se adequar a esses modelos. Dando a impressão de que a entrada delas tinha uma função na imagem institucional externa da PMMS e no atendimento e “acolhimento” a grupos considerados vulneráveis, que são considerados desinteressantes ou até mesmo “dano colateral” da lógica de guerra dos homens na instituição. Nesse sentido, elas possuem importância, devido às características que tanto a PMMS quanto a sociedade essencializam, as ditas “feminilidades naturais” (Moreira, 2016, p. 52-55). Durante o campo, era constante, tanto dos PMs homens quanto das Pfems, as mulheres serem entendidas como carinhosas, cuidadosas, atentas às emoções, mais empáticas e detalhistas. Características que não se enquadram com o policiamento repressivo ou ostensivo na visão dos próprios PMs. Por esse mesmo caminho que Santiago e Grisowski, tratando da PMSC, concluem que a inserção das mulheres na instituição é

¹⁶⁹No código penal militar, que ainda está em vigor, de 1969. Possui também concepções sexistas, no Art. 407 dele temos a definição do crime de rapto como “Raptar mulher honesta, mediante violência ou grave ameaça, para fim libidinoso, em lugar de efetivas operações militares”.

um exercício de externalização do trabalho doméstico (Hirata, Kergoat, 2007), ou seja, a transposição para o âmbito social de atividades antes executadas na vida privada, a constituição de mulheres policiais, invés de romper, reforçou um binarismo de gênero e, não significou a fragmentação do ideal de masculinidade (Moreira, 2016b). (Santiago e Grisowski, 2024, p.53).

Tal aspecto compõe o *masculinismo institucional* na PMMS. No sentido de que as práticas masculinas são sempre mais valorizadas e, quando hierarquizadas com as femininas, vemos que o mundo privado (o da esfera do trabalho doméstico) é considerado de menor importância (Rago, 1998, p. 04). No campo, por exemplo, uma instrutora trazia “A importância nestes casos [de ocorrências], de mulheres, crianças, de ter uma mulher ali. E está dando toda essa assistência, é um cuidado com a população. (...) dar um atendimento mais humanizado ali” (Cadernos de Campo). Assim, na imagem midiática produzida pelas redes sociais institucionais (comandantegeraldapmms, pmmsoficial, pmms.apm, cefap.pmms ou promusepmms) que foram acompanhadas a presença das Pfems como figura de comunicação ou representação da instituição como um todo são constantes, às vezes, até mesmo ultrapassando os homens. Aqui, temos algo observado por Beleli ao tratar da utilização da figura da mulher em propagandas brasileiras, e nos aspectos de como o gênero é utilizado para passar uma imagem positivada da instituição (Beleli, 2007). Essa utilização imagética das Pfems se mostra exacerbada, pois, como vimos em relação aos dados (11%), a presença real delas na PMMS se mostra mínima em relação ao efetivo total.

Imagem 2.0 – Postagem Coronel Neidy no “mês das mulheres”¹⁷⁰

¹⁷⁰Foto emblemática da visão que as Pfems possuem na instituição. Deixo os comentários para as marcações que são feitas a uma mulher coronel da PMMS.



Fonte: Rede Social – Instagram

O caráter maternalista e doméstico se reflete em algo que observei em um artigo (Attianesi, 2019b) sobre o IPCG, quando a figura das mulheres aparecia, era sempre associada ao cuidado e ao zelo pela própria instituição e sua imagem. No presídio, essa associação aparecia como parte de um setor¹⁷¹ com uma maior quantidade de mulheres, fazendo com que elas acabassem por ser responsáveis e se responsabilizarem pela decoração em épocas festivas para tornar o ambiente mais agradável para os funcionários. Cuidados que, para os homens da instituição, eram vistos como desperdício de tempo, dinheiro e que poderiam “enfraquecer” a imagem da instituição perante os internos que chegassem. Assim, os homens se colocariam como cumpridores do trabalho de “verdade” da instituição, em clara associação à paternidade e ao trabalho realizado na esfera pública. Trabalho que, para os PMs, consiste no combate ao crime e na presença ostensiva e repressiva na rua. Como Preciado percebeu:

Se imaginarmos um relato que sobrepõe a macropolítica estatal e a macropolítica de gênero, poderíamos dizer que historicamente o Estado policial ocupou a função paterna, enquanto o Estado de bem-estar social tentava cumprir as funções que o patriarcado designou à mãe. O Estado policial disciplina e castiga; o Estado de bem-estar social cuida e previne (Preciado, 2020, p. 259).

¹⁷¹Na época no IPCG era dividido em três setores, segurança, administrativo e o assistência social.

Para se alterar essa imagem do “Estado Policial” enquanto responsável pelo disciplinamento e pelo castigo, além da figura das mulheres e o seu cuidado maternalista, teremos ainda o surgimento da Polícia Comunitária ou Polícia Cidadã. Aqui, não aprofundo esta forma de policiamento, uma vez que está fora do escopo da tese¹⁷², mas procuro observar como alunos, cadetes e instrutores na PMMS entendem essa forma de policiamento e relacioná-lo com as masculinidades.

De forma sucinta, o “Policiamento Comunitário” seria considerado por alguns autores (Pinheiro, 2008; Núcleo de Estudos da Violência da USP, 2009) como uma nova filosofia, estratégia ou estilo de policiamento, “A polícia é o público e o público é a polícia”. Aumentar a participação da sociedade no trabalho policial, o enfoque da polícia se daria num sentido mais de prevenção e resolução de problemas partindo da concepção da própria comunidade. Ela se diferenciaria do modelo tradicional repressivo que as PMs brasileiras trazem do período ditatorial. Os modelos de combate, guerra ou confronto constantes com o crime, do policiamento ostensivo e repressivo, deveriam dar vez a modelos menos conflituosos entre a população e a polícia militar, com o intuito de aproximarmos o fazer policial dos valores de cidadania e democracia presentes na constituição de 88. Assim seria mais uma polícia de um Estado de bem-estar social do que uma de um Estado policial autoritário preocupado apenas com “disciplina e punição”.

Pelo que trabalho neste tópico, podemos observar como esse modelo de policiamento poderia ser visto como mais “feminino” e uma ameaça ao tradicional modelo repressivo e masculinista da polícia militar. Apesar de esse modelo ser visto de forma bastante ampla e que possa englobar toda a instituição policial, na PMMS, ele se apresenta como algo à parte. Ela ocupa uma das 10 diretorias dentro do comando geral, sendo a Diretoria de Polícia Comunitária e Direito Humanos (DPCOM) responsável por todos os projetos sociais¹⁷³ da PMMS. Acredito que seria necessária uma pesquisa que foque apenas nos projetos sociais e no policiamento comunitário da PMMS. Meu interesse aqui vai recair sobre as OPMs escolares.

O policiamento comunitário aparece como parte das disciplinas tanto do CFSD quanto do CFO na PMMS. Novamente vemos uma discrepância na carga horária. Enquanto os cadetes possuem uma disciplina focada nela, com um total de 25 horas, os alunos terão apenas

¹⁷²Para um aprofundamento da discussão ver em Pinheiro (2008), Nevusp (2009) e Santos et al (2012).

¹⁷³São eles: Projeto Florestinha, “Bom de Bola Bom na Escola”, Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), Programa Mulher Segura (Promuse) e Tiro Adaptado.

uma palestra presencial de quatro horas, além da necessidade de fazer o curso EAD autoinstrucional oferecido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) de 60 horas. Pela quantidade de horas, podemos observar como o policiamento comunitário não parece ter uma ênfase ampla na formação dos PMs.

Durante o campo, o sentimento era o mesmo, ao acompanhar as disciplinas de policiamento comunitário era possível observar uma resistência geral aos valores apregoados naquela formação e, novamente, a relação que os policiais estabelecem entre a teoria e a realidade prática. Entre os cadetes, essa forma de policiamento foi vista como algo “muito bonito, mas que não funciona na prática” (Cadernos de Campo) ou como algo totalmente externo à instituição, relacionado a pessoas que não compreenderam o trabalho diário do Policial Militar.

Embora apenas alguns poucos cadetes e alunos demonstrassem um interesse mais consistente, havia também entre os próprios PMs instrutores que buscavam transmitir a ideia de que “a polícia militar comunitária deveria ser o objetivo da polícia militar, toda polícia deveria ser assim” (Cadernos de Campo). No CEFAP, por exemplo, um instrutor procurava aproximar os alunos dessa perspectiva de policiamento, argumentando que, na prática cotidiana, a PMMS se relaciona mais frequentemente com cidadãos comuns do que com infratores. Como ele afirma: “Se for parar para pensar, a gente lida mais com cidadão de bem do que com criminoso”¹⁷⁴.

Ainda assim, os alunos e cadetes não demonstravam muito interesse pelos temas ali tratados. Dentro da lógica da guerra que muitos dos cadetes e alunos nutriam, a ideia de ter que interagir com a comunidade, ter conversas com associações de bairro ou moradores, lidar com questões mais amplas que a relação de combate, parecia tedioso e longe da função do *ethos guerreiro* dos policiais. Isso era compreendido e repetido por eles, referindo-se ao que seria a vocação deles: “A gente é mais repressivo que preventivo” (Cadernos de Campo). Havia também certa descrença na eficiência da Polícia Comunitária. Por exemplo, um aluno do CEFAP questionou o instrutor: “e aí, a Polícia Comunitária, no período que ela atuou, teve resultado?”, o instrutor então respondeu: “A polícia preventiva é no geral difícil de quantificar [Em relação a polícia ostensiva que tem os resultados em números]” (Cadernos de Campo).

Dentro da lógica do policiamento tradicional, a concepção de eficiência costuma ser associada, de forma predominante, ao “tempo de resposta” (Pinheiro, 2008, p. 81) ou, como

¹⁷⁴ Ao opor “cidadão de bem” a “criminoso”, a frase sugere que quem infringe a lei abdica do direito de ser reconhecido como cidadão, reforçando uma distinção que inferioriza o “criminoso” no plano cívico. Algo que seria condizente com o observado no campo e trabalho no capítulo III.

observei nas redes sociais institucionais, aos registros de ações ostensivas classificados sob a rubrica de “balanço operacional” (Anexo 2.7). Esse balanço geralmente apresenta indicadores como: “Conduções à Delegacia”, “Foragidos Capturados”, “Veículos Recuperados”, “Veículos Abordados”, “Pessoas Abordadas”, “Apreensões de Drogas”, “Operações Realizadas” e “Armas de Fogo Apreendidas”. Trata-se de uma lógica fortemente quantitativista, voltada para a demonstração material do trabalho policial, centrada em números que supostamente legitimam a atuação repressiva. Uma análise mais crítica e fundamentada dessa lógica pode ser encontrada em Muniz e Júnio (2013), que problematizam esse modelo de mensuração como parte de uma racionalidade tecnocrática da segurança pública.

Ao observarmos os dados sobre abordagens, conduções à delegacia e operações realizadas, acredito que não poderiam ser diretamente relacionados ao aumento de segurança ou demonstração de “eficiência” do trabalho policial. Nesse sentido, torna-se relevante o estabelecimento de indicadores-chave (diretos ou indiretos) que permitam avaliar de forma mais consistente a eficiência do trabalho da Polícia Militar (Ferreira e Rigueira, 2013). O exercício policial, em muitos casos, assume um caráter abstrato e difícil de mensurar, algo que os próprios policiais reconhecem ao recorrer à ideia de “sensação de segurança”¹⁷⁵ como critério experiencial. Uma fala notável de um instrutor ilustra esse ponto: “De que adianta chegar para o cidadão com os dados dizendo que o roubo diminuiu no bairro dele?! O cidadão não é dado, ele não sente isso, é uma questão de sensação de segurança, ele quer é se sentir seguro” (Cadernos de Campo). A partir dessa perspectiva, a eficácia do policiamento não se limita a resultados estatísticos, mas envolve também a percepção subjetiva da população, revelando a tensão entre racionalidades tecnocráticas e demandas sociais por cuidado e presença territorial.

Ao retomar o questionamento de um aluno acerca da eficiência do policiamento comunitário, a resposta do instrutor revelou uma dificuldade recorrente em estabelecer correlações objetivas entre ações policiais e sensação de segurança, uma limitação que, a meu ver, não se restringe ao modelo comunitário, mas se estende também ao paradigma tradicional de policiamento. Tal impasse revela a insuficiência de métricas exclusivamente quantitativas

¹⁷⁵Essa sensação faria parte do sentimento abstrato dos sujeitos, bastante influenciado pela mídia, vizinhança e a comunidade mais ampla. Não se tem uma ligação direta entre ele e os dados ‘concretos’ dos crimes ou ocorrências cometidas na região. No que se refere à percepção de segurança e insegurança, e aos condicionantes subjetivos que a atravessam, Cardoso, Seibel, Monteiro e Ribeiro (2013) oferecem contribuições relevantes ao evidenciar como essas percepções são moduladas por experiências situadas, marcadores sociais e vínculos afetivos com o território

para captar a complexidade das relações entre presença policial e produção social de segurança, especialmente quando está se configura como experiência subjetiva e não como dado mensurável. Ao observarmos a noção de *governamentalidade* em Foucault (2008), podemos entender a segurança como dispositivo que opera sobre os corpos e os territórios, e sobretudo sobre as condutas, isto é, sobre os modos de percepção, medo e confiança que atravessam o cotidiano. Parece-me que há uma busca por números e relatórios, algo que pode ser entendido como uma fetichização dos indicadores. Centrar-se nos números tende, penso eu, a despolitizar o debate sobre o sentido social da segurança. Nesse sentido, a racionalidade policial baseada em “balanços operacionais” aparece menos como um instrumento de avaliação e mais como uma forma de governo da sensibilidade pública, operando por meio da gestão simbólica da ameaça e da produção seletiva de visibilidade.

Tal questão apenas ampliava o distanciamento dos alunos e cadetes em relação a essa forma de policiamento, visto que, em outros sentidos, o policiamento comunitário era considerado sensível diante do crime, e não firme, como eles acreditavam que o policiamento deveria ser. . Em certo momento, em uma das instruções, o instrutor enfatizou: “Não é passar a mão na cabeça do marginal não” (Cadernos de Campo). Os instrutores que tendiam a apoiar o policiamento comunitário conseguiam observar essa resistência na própria instituição, elencando-as entre as dificuldades de aplicação na PMMS, junto da falta de divulgação, dificuldade em sensibilizar os PMs, desconfiança da população com a PM e lideranças inadequadas (Cadernos de Campo).

No âmbito dessa discussão, tanto as masculinidades *composed* quanto as *wild* tendem a se alinhar, ainda que por vias distintas, à defesa do modelo tradicional de policiamento. Os policiais que performam uma masculinidade *composed* costumam valorizar a racionalização da prática policial, aderindo à lógica gerencial da eficiência por meio do uso instrumental de dados estatísticos. Para esses sujeitos, os indicadores de produtividade, como os “balanços operacionais”, legitimam uma atuação repressiva mais “inteligente”, com menores custos operacionais e maior capacidade de resposta, inscrevendo-se na racionalidade tecnocrática do controle.

Já entre os que operam sob a gramática da *wild masculinity*, o policiamento comunitário é frequentemente desqualificado como um processo feminilizante, associado à perda de tempo e à diminuição do *ethos guerreiro* da instituição. Para esses, práticas que priorizam o diálogo, a escuta ou a mediação de conflitos são vistas como sinais de fraqueza frente aos “inimigos”, esses não apenas externos, mas também simbólicos, inscritos em uma

lógica de guerra e virilidade que estrutura o imaginário policial militar. Assim, enquanto a *composed masculinity* busca eficiência via racionalização, a *wild masculinity* reafirma o domínio por meio da força bruta, ambas resistindo, por diferentes caminhos, a perspectivas que reorientam o sentido do policiamento.

Como já mencionado, a *wild masculinity* é mais presente nas especializadas táticas operacionais do BOPE e do CHOQUE¹⁷⁶, como masculinidade hegemônica. Os alunos e cadetes que demonstravam maior interesse em fazer parte dessa masculinidade também eram os que mais exaltavam a *pedagogia do sofrimento*, o *ethos guerreiro*, e os discursos de “bandido bom é bandido morto” em favor de um aumento na violência policial. Apelando para esse sujeito um instrutor chegou a comentar mostrando um slide, “O Bope com toda sua rusticidade, tem policiamento comunitário. Olha ali pela Boina tu vê que é tatiqueiro (risos)” (Cadernos de Campo), e enfatizando que apenas uma minoria vai para esses grupos ao dizer “Nós só nos vemos praticamente como ‘Braço forte’ do Estado, não dá assim. Não é todos que vão tá com boina de *tatiqueiro* e uma 12” (Cadernos de Campo)¹⁷⁷.

Ao considerar tanto a inserção das policiais femininas (Pfems) quanto a consolidação do policiamento comunitário, observa-se que as maiores resistências institucionais a essas transformações partem, em grande medida, dessas mesmas unidades especializadas. Na estrutura da PMMS, tais grupos funcionam como bastiões da *wild masculinity*, representando polos de reafirmação do masculinismo militarizado e se mostrando particularmente refratários a qualquer reconfiguração que implique deslocamento das normas hegemônicas de gênero ou das práticas tradicionais de enfrentamento.

Em contraste, os agentes alinhados à *composed masculinity* tendem a manter certa distância das lógicas operacionais dessas unidades. Em instrução, um instrutor que se posicionava dentro desse modelo, ironizou o perfil dos policiais do CHOQUE ao afirmar: “Choqueano. Forte forte. Burro burro” (Cadernos de Campo). A frase, carregada de sarcasmo, revela a tensão interna entre diferentes modos de performar a masculinidade dentro da corporação, evidenciando a valorização de competências distintas, onde temos de um lado, a força física e a virilidade exacerbada; e do outro, a racionalidade estratégica e o controle emocional.

¹⁷⁶O fardamento do choque é o único que diferencia a Pfem operacional dos homens (Anexo 2.8) que atuam no controle de multidões. Como mencionado no campo “O elmo e o escudo não são equipamentos de proteção; são parte do meu corpo, pois um HOMEM DE CHOQUE está sempre pronto para enfrentar as mais DIFÍCEIS BATALHAS” (Cadernos de Campo).

¹⁷⁷Nessas falas o *tatiqueiro* tem o sentido que trouxe anteriormente de *operacional*.

No que diz respeito à presença das Pfems nas diversas unidades, os dados estatísticos da própria instituição indicam uma distribuição assimétrica. As mulheres estão majoritariamente concentradas em setores como o Comando Geral, a Academia de Polícia Militar (APM), a Corregedoria e o Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPMTRAM). Por outro lado, a participação feminina é quase residual nos efetivos do BOPE (7 mulheres entre 75 integrantes) e do CHOQUE (9 mulheres entre 148), o que reforça a hipótese de que essas unidades funcionam como territórios masculinos por excelência, tanto em sua composição quanto em sua simbologia interna.

Durante as disciplinas, os instrutores desses dois grupos enfatizavam a potência da força física. Sendo ela valorizada e exaltada por seus componentes de virilidade, logo a adoração aos corpos masculinos, musculosos, malhados e resistentes. Assim, nesses batalhões a posição de *operacionais* das especializadas táticas se tornam ainda mais admiradas em detrimento das posições de suporte ou que apenas auxiliam o combate. E essa é a única posição que as Pfems poderiam ocupar dentro desses efetivos, o mesmo acontece com a ROTA da PMSP. Numa visita guiada ao batalhão da ROTA no quartel da luz, o PM da instituição disse que as mulheres não eram permitidas. Pela questão da “estrutura familiar” na expectativa que todas as mulheres deveriam ser mães e não poderiam deixar os filhos sem cuidados, “não ter alojamento” e pelas “questões biológicas” enfatizando a menstruação e as cólicas. Ele conclui ainda

Não é questão de ser mais homem nem menos homem que a mulher. Pelo contrário, ser homem é isso aí; ser responsável, e cuidar da mulher. Isso é nosso princípio. Aí vem com “Mas se quiser eu vou” – “Se não vai, porque acontece isso [risco de vida]”. Tem na força tática, tem em alguns lugares? Tem só que aqui a **gente preserva a integridade**. Na nossa área é assim. Nossas policias militares são bem tratadas e bem cuidadas. Mas essa funcionalidade é só nossa. (Cadernos de Campo)

Apesar da fala vir de uma instituição para além da PMMS, ainda acredito que seja marcante do *masculinismo institucional*. A ROTA, como o CHOQUE e BOPE, assumem a posição do *ethos guerreiro* e tendem a demonstrar um paternalismo ainda maior em relação às mulheres, na visão tradicional do homem como protetor. A fala do PM “a gente preserva a integridade”, busca se referir à proteção e à integridade física das Pfems, mas poderia muito bem dizer respeito ao status de um masculinismo mais exacerbado presente nessas especializadas. Acredito que duas fotos de uma aula magna são representativas (Anexo 2.9), aqui temos um evento que foi realizado pela PMMS e convidou o comandante da ROTA para dar uma aula para os alunos do CHOQUE e do curso de formação. Nela vemos uma grande

maioria de homens, quase todos carecas que assim como a boina tendem a representar os *operacionais* na instituição após o CFSD e CFO. Apenas no final de meu campo, a primeira Pfem foi aceita e aprovada no curso de Patrulhamento Tático Motorizado (Patamo) que faz parte do CHOQUE¹⁷⁸. Ainda assim, ela performou o ideal de *wild masculinity* durante a formatura, diferente da maioria de outras Pfems na instituição, ela não tinha nenhuma maquiagem (nem as permitidas), unhas totalmente cortadas e de cabeça raspada como os homens ao entrar na instituição ou com perfil *operacional*.

Um último aspecto pensando o *masculinismo institucional* nos cursos da PMMS está na questão da homofobia. Estudos das masculinidades (Welzer-Lang, 2001; Connell, 2005; Connell e Messerschmidt, 2013; Bourdieu, 2012) demonstram a intrínseca relação entre a constituição das masculinidades hegemônicas e o heterossexismo¹⁷⁹. É nesse sentido que o comportamento homofóbico aparece como forma de consolidar a própria masculinidade entre os homens, em locais homossociais como a PM isso se mostra ainda mais frequente e exacerbado (Welzer-Lang, 2001, Kimmel, 2006). Enquanto na questão das Pfems tínhamos resistências e múltiplas formas de agenciamento em torno do masculinismo, e no caso da polícia comunitária que para os PMs não é visto enquanto uma questão generificada, logo resistida ou contraposta por outras perspectivas. O caso da homofobia se mostra particular, ela é bem mais constante, mas vista como inofensiva ou apenas uma ‘brincadeira’. Nesse sentido, os PMs a entendem como parte da homossocialização natural dos homens naquele espaço. Num segundo aspecto, quando se busca tratar a homofobia enquanto um problema, os PMs já tomam a defensiva. E uma terceira questão diz respeito aos sujeitos gays e lésbicas¹⁸⁰, que diferentemente das Pfems, tendiam ativamente se camuflar, e conseguiam grande parte das vezes, na instituição como um todo, evitando a atenção dos demais PMs. Procuro pensar essas três questões a seguir, mas antes acho importante um breve definição que trago da homofobia,

A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica do sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de

¹⁷⁸Acesso em: <<https://midiamax.uol.com.br/policia/2024/primeira-policial-feminina-se-forma-no-patamo-do-batalhao-de-choque-em-campo-grande/>>. Acessado em: 15 de setembro de 2024

¹⁷⁹Se trata da criação de uma hierarquia das sexualidades. Para Borrillo (2010), o heterossexismo estaria para a homofobia, assim como a misoginia está para o sexismo, apesar de serem conceitos diferentes, eles não podem ser concebidos de formas desconectadas (p.34).

¹⁸⁰Dentro do heterossexismo podemos pensar na questão da transsexualidade, mas essa apareceu apenas de forma abstrata, pois não soube de nenhum caso dentro da PMMS.

uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades (Borrillo, 2010, p. 34).

Nesse sentido, o *masculinismo institucional*, assim como sexista, se constitui também de forma homofóbica. Como vimos anteriormente, o corpo físico dos PMs e o contato entre os corpos se mostrou um fator constante no “se tornar PM”, desde a seleção à *pedagogia do sofrimento*, ou nas divisões entre as disciplinas práticas e as teóricas. Dentro da cultura brasileira como um todo, mas particularmente na cultura sul-mato-grossense, quase qualquer contato físico entre homens tende a ser visto como um risco a uma masculinidade heterossexual. Sobretudo quando esse contato ocorre em forma de demonstração de afetos entre sujeitos sem relação de parentesco. Nesse sentido, as demandas da formação no CFSD e CFO se mostravam como uma constante possibilidade de quebrar as fronteiras entre heterossexuais e as demais sexualidades, assim como um local propício para o exercício da própria masculinidade por meio da homofobia.

Durante as instruções práticas isso ficava mais evidente, uma instrução, em que os PMs deveriam realizar imobilização para poder algemar um ao outro. O instrutor colocou “Sei que tem contato físico, mas deixa a viadagem pra lá, o que importa é operacionalidade” (Cadernos de Campo), durante uma instrução de algemamento os alunos ‘brincavam’ no momento em que o outro seria algemado, mas estava com as pernas abertas demais, dizendo “tá carente é? (imitando estereotipadamente voz feminina)¹⁸¹” (Cadernos de Campo). Os corpos dos alunos e cadetes são constantemente fiscalizados de forma a proteger o *masculinismo institucional* e suas próprias masculinidades, nesse sentido o contato entre os corpos e as formas de estar se apresentam como risco. Podemos pensar num ‘perigo’ das homocorporalidades em relação ao “contágio” homossexual. Assim que Butler (2021) trata a respeito do possível contágio homossexual nas forças armadas. Nesses ambientes militares devida à máxima concentração de homens, exige-se uma repressão da homossexualidade como condição para sociabilidade homosocial. O humor na PMMS se apresenta como uma ferramenta para essa repressão, como Batista traz

Uma determinada proteção a uma possível ‘intimidade’ masculina mediante o ‘perigo’ da homocorporalidade (...) Para além do jogo de movimentos corporais, as relações jocosas são um outro fator extremamente importante que permeia a socialização desses jovens (...) jogo simbólico que a presença de práticas

¹⁸¹ Em seu CFSD na PMPB, Santos e França (2023, p.15), observaram comportamentos similares tratando das Pfems, onde “eram ridicularizadas, sendo alvo de brincadeiras sarcásticas do público masculino que repetidamente imitava as vozes femininas em tom jocoso (...) “forçadas” a adquirir um tom de voz mais masculino, sendo que só seria possível para algumas a custo do ganho de alguns calos vocais.”

homoeróticas é acentuada e a figura do ‘viado’, gay, bicha é enfatizada. (Batista, 2005, p. 107)

Essas brincadeiras de cunho sexual, ou deboche de sexualidades eram constantes nas instruções, sempre vinda dos homens, sejam alunos ou cadetes, ou até de alguns instrutores. Assim apareciam no campo como, numa instrução para subir o muro "Pode de quatro não? (Risos)", enquanto um colega que dormia acariciava o outro de forma sugestiva, piadas a respeito do número 24 ter sido dado a um aluno particularmente feminino “caiu bem esse aí hein!”, ou um instrutor que enfatizou a potência de uma arma: “Olhando assim parece uma pica da galáxia” (Cadernos de Campo). O humor de cunho sexual serve como forma de se posicionar em sua própria masculinidade, demonstrando virilidade por meio das constantes referências a práticas sexuais associadas à atividade, enquanto a passividade vai ser verbalizada como degradante, por ser associado ao feminino.

E no humor homofóbico, na forma de uma discriminação informal (Pompeu e Souza, 2005, p. 646), que ocorre por meio de comentários inadequados, humilhações, ridicularizações e piadas que são manifestas no cotidiano (Pompeu e Souza, 2005, p. 648). Na PMMS isso era algo constante, e diferentes de outros comportamentos que como mencionei eram evitados próximos de mim, esse aspecto se mostrou presente com pouco ou nenhum desconforto por parte dos interlocutores, demonstrando como o aspecto homofóbico do *masculinismo institucional* é consolidado na instituição. Como Borrillo observa a respeito da socialização masculina,

Essa barreira em relação à intimidade parece encontrar sua origem na socialização masculina: a competição, a forte apreensão relativamente à demonstração de vulnerabilidade, o controle dos sentimentos e a homofobia constituem os elementos que modelam o jeito de ser homem. (...) Ser homem significa ser rude (e até mesmo grosseiro), competitivo, bagunceiro; ser homem implica menosprezar as mulheres e detestar os homossexuais. (2010, p.89)

Levando em conta essa concepção, no campo tive oportunidade de saber a respeito de um caso que havia ocorrido há alguns anos na PMMS, e apenas consegui informações por meio da repercussão midiática que o mesmo teve. O caso ocorreu em 2020, em um grupo de whatsapp utilizado para trabalho, um Capitão assumidamente homossexual sofreu homofobia por parte de um superior¹⁸², na situação, segundo superior, ele estava apenas “brincando” ao relacionar o corte do cabelo do capitão a práticas sexuais homossexuais, ou numa época em

¹⁸²Em:<<https://oglobo.globo.com/politica/pm-que-denunciou-homofobia-transferido-comandante-recebe-promocao-25104689>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

que ele deu um atestado por doença, fazer associação entre homossexualidade e AIDS. O Superior, posteriormente àqueles comentários, acrescenta:

Aí tem óculos escuro é distintivo. É galãozinho pra beber água, é cinto, não sei o que operacional, é cheio de viadagem porra!! Entendeu? Os cara lá da minha cidade não, era raiz, porra! Cê precisava do cara. O cara era operacional, uma farda puída, cara usava a mesma farda 2 ano. Farda que era azul na época chega ficava cinza claro, porra! Os polícia era homem de verdade, agora uma porra dessa aí, o cara tá usando batom, porra! (...) Tenho saudade dos policia da minha época lá na minha cidade, os polícia é Tonhão e Zézão, é Severino, cara raiz (Cadernos de Campo)¹⁸³

Nessa fala, vemos a articulação entre alguns marcadores sociais da diferença, que já vimos anteriormente, mas que aqui demonstram a resistência do *masculinismo institucional* frente às mudanças contemporâneas. Na fala o PM demonstra uma frustração com as mudanças entre o policial *raiz*¹⁸⁴ e os novos policiais. O primeiro pode ser entendido como *antigão*, que vimos anteriormente. Assim, como a maior violência do *antigão*, associada hoje a *wild masculinity*, a falta de cuidado com o fardamento e o desleixo seriam vistos como atestados de masculinidade e qualidade policial. A presença dos novos policiais associados à *composed masculinity* é muitas vezes interpretada como sinal de um processo de feminização da corporação, visto por alguns como responsável por uma suposta perda de qualidade da Polícia Militar como um todo. Nesse imaginário, a homossexualidade aparece como uma das causas dessa transformação, assim como a entrada das Pfems e a própria democratização da sociedade, que implicam mudanças estruturais na PMMS. Essa leitura é atravessada por um saudosismo de uma polícia militar idealizada como mais *raiz*, simbolizada por figuras como “Tonhão, Zézão e Severino”, nomes que, pelo uso do aumentativo, evocam uma virilidade bruta e uma potência atribuída aos chamados *antigões*.

Após a denúncia do capitão das falas do superior, ele foi chamado pelo superior para que a situação fosse resolvida. Houve uma discussão e o capitão, ao se retirar, foi preso por “desobedecer à ordem de superior”. Após essa ocorrência, coronéis da PMMS pertencentes à corregedoria ainda procuravam esconder a situação¹⁸⁵. Neste caso, observamos de forma nítida o funcionamento do *masculinismo institucional*, que, por meio de dispositivos

¹⁸³ Em: <<https://midiamax.uol.com.br/policia/2023/era-homem-de-verdade-oficial-e-condenado-por-homofobia-na-pm-de-mato-grosso-do-sul/>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

¹⁸⁴ Gíria recente no Brasil, onde temos a distinção entre o “Raiz” e o “Nutella” funciona como uma forma de marcar diferenças entre o que é considerado “autêntico”, “resistente” ou “duro na queda” (o raiz) e o que é percebido como “moderno”, “suavizado” ou “delicado demais” (o Nutella). No contexto que trabalho aqui, ele se articula tanto com o marcador social de geração quanto de gênero.

¹⁸⁵ Em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/coroneis-sao-denunciados-por-abafar-caso-de-homofobia-na-pm>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

disciplinares, responde à presença homossexual aberta na corporação. Quando as pressões dos pares não são suficientes para constranger ou silenciar esses sujeitos, ativam-se outros mecanismos de controle:

É quando ameaças de não ascensão na carreira, transferências forçadas, imposição de trabalhos não inerentes às competências funcionais, assédios morais vêm à tona. Em última instância, quando é ainda intransponivelmente inviável conter a livre expressão desses corpos desviantes, outras ferramentas administrativas de controle, agora bem mais poderosas, são convocadas: "Corregedoria", "Regulamento Disciplinar": "Processo Administrativo", "Demissão" (Alves e Rosa, 2022, p. 157).

O caso do capitão da PMMS é emblemático desse processo, tendo sido finalizado com a transferência dele para um cargo no 10º Batalhão da Polícia Militar em função não gratificada. Enquanto o superior foi designado para um comando de unidade, além de ter sido absolvido na justiça por uma tecnicidade jurídica¹⁸⁶. Nos casos e relatos que mencionei, minha percepção da homofobia institucional era, em grande parte, indireta. No entanto, durante o trabalho de campo, surgiu a oportunidade de ministrar uma disciplina voltada aos cadetes, o que me permitiu abordar diretamente as questões relacionadas à homofobia e escutar suas reações em primeira pessoa.

Fui convidado pelos oficiais da APM a ser instrutor na disciplina de “Combate à Homofobia” (Anexo 3.0). No campo observei como essa disciplina havia sido colocada para os cadetes pela força de lei, não sendo algo que os PMs tinham muito interesse e nem colocariam sem a exigência. A partir da estadual nº 3.287 de 10 de novembro de 2006 ficou instituído a obrigatoriedade da disciplina de “Relações de Gênero” no conteúdo curricular dos cursos de formação de policiais civis, militares, bombeiros militares e delegados em todo o estado do MS. Apenas posteriormente em setembro de 2007 a lei foi alterada de forma a acrescentar a disciplina de “combate à homofobia” na obrigatoriedade dessas formações no estado. A instrução era em caráter oficial de uma disciplina de 20 horas¹⁸⁷ para o CFO, presente no primeiro de quatro ciclos do curso. Por se tratar de uma atividade profissional, na qual eu seria remunerado pelas instruções e, ao mesmo tempo, estar formalmente inscrito como discente na disciplina, não foi possível realizar uma produção sistemática de dados por meio do caderno de campo, tampouco desenvolver uma observação participante plena. Ainda

¹⁸⁶O superior teria sido absolvido por o crime ter ocorrido antes de ser tipificado 8 meses depois (Em: <<https://www.jd1noticias.com/justica/tj-absolve-oficial-da-pmms-acusado-de-homofobia-contra-subordinado/139448/>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2025).

¹⁸⁷No CFSD essa discussão ocorre dentro da disciplina “Diversidade Étnico-sociocultural, Relações de Gênero e Combate à Homofobia”, sendo apenas uma palestra de 4 horas.

assim, considero que essa experiência foi valiosa, pois me possibilitou acessar algumas concepções dos cadetes sobre os enunciados e percepções de homofobia presentes na formação da PMMS.

Às 20 horas foram organizadas em 10 encontros, divididos entre todo o ciclo que equivale a um semestre. Durante a disciplina (Anexo 3.1), procurei trabalhar com os aspectos históricos e com a definição do conceito de homofobia. Num segundo momento, por exigência do setor de educação da APM e pela formação em direito dos cadetes, trabalhei a legislação, declarações internacionais e os princípios constitucionais que fundamentam o combate à homofobia. E por fim, trabalhei causas práticas e pontos específicos da realidade policial em relação à homofobia. Esse último momento foi pensando pela questão, já discutida anteriormente, de como a cultura policial militar possui um caráter bastante focado na prática e em situações concretas. Os próprios cadetes preferiam trabalhar com estudos de casos, ou uma realidade “mais empírica” do que com a discussão da conceituação ou da parte legislativa.

Durante a disciplina as partes mais difíceis de trabalhar com os cadetes eram referentes às conceituações e aos casos práticos¹⁸⁸. Estes eram os momentos nos quais havia os maiores embates e resistências por parte dos cadetes. Os aspectos históricos e a parte legislativa pareciam despertar menor interesse e uma menor discordância. Nas disciplinas, observei dois posicionamentos homofóbicos, nos termos definidos por Borrillo (2010), manifestados por parte dos alunos. O primeiro se aproxima de uma homofobia de tipo liberal, que tolera a existência da diferença desde que esta permaneça discreta e não questione a norma. O segundo expressa uma homofobia de caráter irracional, marcada por reações afetivas intensas e recusa absoluta da dissidência. Ambos os posicionamentos parecem alinhar-se, respectivamente, às noções de *composed masculinity* e *wild masculinity*.

Na homofobia liberal, segundo Borrillo (2010, p. 76), temos a compreensão da homossexualidade como uma “escolha” dos sujeitos individuais, mas algo que estaria se referindo apenas à vida íntima, privada. Nesse sentido existe uma suposta tolerância ao homossexual, contato que ele não torne essa “escolha” como algo que deveria ser publicizado ou compartilhado. Com os cadetes isso aparecia com o desconforto que tinham na forma de que quebras dos padrões normativos de gênero, ou seja, os homossexuais que eram

¹⁸⁸ Preciso pontuar que durante as instruções a questão e a discussão era majoritariamente tratando dos homens, homossexuais ou transsexuais. Acredito que devido ao caráter masculinista da instituição esse ponto tem uma importância maior, que a figura das mulheres, homossexuais ou transsexuais. Ocorrendo um apagamento da experiência das lésbicas e trans masculinos. A figura da lesbianidade parecia ter efeito em relação aos questionamentos dos processos de masculinização das Pfems.

afeminados seriam vistos como “militantes” que “gostavam de aparecer” (Cadernos de Campo).

Como Borrillo desenvolve, na homofobia liberal, a palavra de ordem é “tolerância”, ou seja, apenas se tolera o comportamento homossexual e que o mesmo não quebre as fronteiras dos gêneros, sendo o “pudor e a discrição a base para orientar os atos homossexuais” (2010, p.77). Durante a instrução tratando questioneei os cadetes a respeito de se numa cerimônia da PMMS um PM homossexual poderia ou deveria levar o marido ou parceiro como forma de prestigia-los como é comum nas famílias. Nesse aspecto, os cadetes logo demonstraram desconforto pois nessa situação consideraram que o PM homossexual estaria querendo “politizar” ou “lacrar”¹⁸⁹ ao fazer tal ação. Alguns poucos cadetes comentaram que não seria um problema, mas ao serem indagados sobre demonstrações de afeto comuns nesse evento, os mesmos demarcavam um posicionamento contrário. Butler (2021) observa algo parecido, na questão da homofobia nas forças armadas estadunidenses. Lá foi cunhada a expressão “Não pergunte, não diga”¹⁹⁰, onde as FAs não poderiam proibir a entrada de homossexuais não assumidos, mas sim dos assumidos publicamente. Nesse sentido dentro do universo militar estadunidense ela observa como a declaração “eu sou homossexual” não é apenas uma descrição da identidade do sujeito, mas sim com um ato performativo que constituiria uma conduta proibida na instituição. Na realidade brasileira tal concepção é comum nos discursos homofóbicos, inicialmente religiosos, mas que observei durante o campo no enunciado “Não sou contra homossexuais, sou contra a homossexualidade” (Cadernos de Campo).

Nesse sentido, era possível ver de que forma a homofobia liberal, aparecia no reportório dos cadetes para lidar com homossexuais na própria instituição. Como não tive contato com nenhum PM assumidamente homossexual, trago os relatos de França (2016). Trabalhando com cadetes homossexuais do CFO da PMBA, observou que eles lidam com situação de homofobia na instituição policial. Assim como observamos anteriormente com as mulheres, os PMs, dentro de sua agência, lidam, de formas diferentes, com a homofobia institucional. França (2016, p. 162) observa como alguns deles usam seu agenciamento de forma a esconder qualquer possibilidade de ser percebido como homossexual, no sentido popular, “permanecendo no armário”.

¹⁸⁹ Outra gíria brasileira, essa tendo origem nos meios homossexuais. Tendo para a esquerda um sentido positivado, de “falou bem”. Já nas direitas e conservadores, de onde partem muitos enunciados dos PMs, ela é utilizada num sentido negativo ou irônico, de forma a debochar, no sentido de alguém que apenas gostaria de aparecer como uma exposição de virtude.

¹⁹⁰ “Don’t ask, don’t tell”.

Como Sedgwick (2007) já demonstrava, estar no armário é uma forma estratégica para evitar o sofrimento de se identificar numa sociedade homofóbica, e que até mesmo entre “as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, economicamente ou institucionalmente importante para elas” (p. 22). Nesse sentido, em campo, a PMMS aparece como uma das instituições, a lógica militar em certo sentido na separação que faz entre os militares e *paisanos*, ou entre o mundo de “dentro” de “fora” oportuniza o PM homossexual a separar a sua homossexualidade de seu trabalho enquanto policial militar. Não se assumir, assim, mostra-se como uma forma de proteção num ambiente masculinista, como França traz com seus interlocutores que dizem “‘jamais me assumiria. Acho forte e perigoso’ (Aluno B) (...) ‘Hoje, prefiro silenciar a tomar partido’ (...) ‘Acho que hoje eu não teria estrutura psicológica para lidar com a vida fora do armário’ (Aluno D)’” (2016, p.163-164). E como vimos com o caso do capitão anteriormente na PMMS, também não pareceria ser interessante tomar esse posicionamento de se assumir e confrontar a homofobia institucional.

Já a homofobia de caráter irracional, observada em uma minoria dos cadetes, todos homens, apresentava-se de forma mais violenta e afetivamente carregada, manifestando-se por meio de discursos marcados por “medo, aversão e repulsa” (Borrillo, 2010, p. 24). Essa forma de rejeição parecia mais alinhada à *wild masculinity*, associada a performances masculinistas e combativas. Nesses casos, a homossexualidade era tratada como ameaça direta à ordem moral e institucional, sendo invocada uma retórica conservadora-religiosa centrada na ideia de natureza e propósito divino, com frases como “Deus criou o homem para a mulher, e a mulher para o homem” e “isso não é natural” (Cadernos de Campo).

Para esses cadetes, a presença de pessoas homossexuais na Polícia Militar era não apenas indesejada, mas inconcebível. Seu discurso não visava apenas ao controle das práticas, mas a negação do próprio pertencimento desses sujeitos à corporação, como se sua existência fosse incompatível com os valores da instituição. Trata-se, portanto, de uma homofobia que não se contenta em silenciar ou tolerar sob condições, mas que busca expulsar simbolicamente e, quando possível, materialmente, o diferente do campo do possível.

Pensando num espectro para além da homossexualidade na própria PMMS, os cadetes demonstravam que sua homofobia surgia a partir de alguns aspectos particulares. Mesmo tratando de discussões mais a respeito das sexualidades, às vezes surgia a questão da transsexualidade. Esse desconforto parecia ser maior para os cadetes. Nesse sentido podemos entender que em parte a homofobia deles vinha dela como uma guardiã do diferencialismo

sexual. Como vimos anteriormente, na instituição existe uma resistência grande à feminilização e aos seus atributos, nesse sentido, o homossexual contribuiria para isso. Nesse sentido que vemos que

As categorias "homem" e "mulher" continuam sendo operacionais em direito, servindo de justificativa para a desigualdade de tratamento do gênero masculino em relação ao feminino. a defesa da ordem sexual baseada na diferença entre os sexos (macho/fêmea) pressupõe, igualmente, a manutenção da diferença de sexualidades (homossexual/heterossexual). (Borrillo, 2010, p.93)

Nesse contexto, alguns cadetes percebiam a homossexualidade, especialmente nos homens afeminados, como uma ameaça direta às fronteiras normativas de gênero que sustentam o *masculinismo institucional*. Essa figura do homem homossexual afeminado era lida como uma ruptura mais explícita das hierarquias de gênero do que a presença de mulheres masculinizadas, cuja performance, apesar de subverter certas expectativas, ainda se alinha, em alguma medida, à hegemonia masculinista da instituição. Tal percepção não é isolada, mas integra um padrão mais amplo das PMs brasileiras, como aponta França:

A ação discriminatória e o desprezo a indivíduos homoafetivos tornaram-se *conditio sine qua non* da cultura policial (...) e, no Brasil, parece-nos que o “ser militar” reforça no “ser policial” tal conjuntura, pois, desde o processo de formação policial, os alunos encontram na construção viril de seus corpos concomitante à imposição moral do *ethos* militar a *raison d’être* da (2016, p.160).

É nesse ponto que se insere o discurso que Borrillo (2010) associa “a homofobia e o fantasma da desintegração psíquica e social”. No contexto da formação policial, onde prevalece a ideia de que a instituição atua “em defesa da sociedade” e na manutenção da ordem, a homossexualidade passa a ser representada como um vetor potencial de desordem, algo a ser combatido. Essa lógica sustenta a postura dos cadetes mais hostis à presença de pessoas LGBTQIA+, que evocam argumentos biologizantes e moralistas para justificar sua rejeição. Como afirma Borrillo, “qualquer forma de sexualidade dissociada da reprodução aparece como suspeita, por fazer preceder a sobrevivência do indivíduo à da espécie” (2010, p. 94). É a partir desse arcabouço que se articulam os enunciados de alguns cadetes, que se colocam como defensores da sociedade diante do que percebem como uma ameaça, ativando discursos como “ideologia de gênero”, “destruição da família” e “proteção às crianças”, mobilizados como formas de legitimar a exclusão e reforçar o papel moralizador da polícia.

Um exemplo particular veio de um dos cadetes, um dos que mais se mostrava contrário à diversidade sexual. Falando sobre o carnaval, ele orientou os demais como deveriam agir: “Tem que colocar limites do que fazem, esses relacionamentos com pessoas do mesmo sexo, o contato carnal, irão ter famílias ali!” (Cadernos de Campo). É nesse horizonte que a noção de pânico moral, elaborada por Rubin (2012), ajuda a compreender a forma como homossexualidade é percebida por alguns cadetes do CFO como problema a ser resolvido, tanto no interior da própria PMMS quanto no tecido social mais amplo. Nessas narrativas, a sexualidade dissidente é mobilizada como um signo de desordem que exige contenção, ativando uma lógica de policiamento não apenas institucional, mas também moral. Como aponta a autora:

Os pânicos morais raramente aliviam um problema real já que eles focam em quimeras e significantes. Eles tomam a preexistente estrutura discursiva em que se inventam vítimas para justificar o tratamento dos “vícios” como crimes. A criminalização de comportamentos inócuos como a homossexualidade, prostituição, obscenidade, ou consumo recreativo de drogas é racionalizado ao representá-los como ameaças a saúde e segurança, mulheres e crianças, segurança nacional, a família, ou a civilização em si mesma. Mesmo quando a atividade é entendida como inofensiva, pode ser banida pela alegação de “levar” a algo ostensivamente errado (outra manifestação da teoria do dominó). (2003, p. 32)

Os pânicos morais evidenciam uma questão mais ampla, relacionada ao senso de “missão” que os policiais militares assumem como parte constitutiva de sua identidade profissional e subjetiva. Na Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, cuja configuração masculinista transforma a instituição em uma verdadeira cas(erna)a de homens, os cadetes são forjados para eliminar qualquer traço *paisano* considerado frágil, por meio de uma *pedagogia do sofrimento* que os modela segundo um *ethos guerreiro* e viril. Nesse cenário, a defesa das crianças e das famílias é mobilizada como justificativa moral para a repressão de corpos e práticas dissidentes. Trata-se de uma defesa ancorada em uma perspectiva universalista e essencializada tanto da infância quanto dos arranjos familiares, entendidos como naturalmente heterossexuais e moralmente puros, que legitimam a exclusão de tudo o que escapa a essa norma. Assim, a homossexualidade passa a ser enquadrada como ameaça simbólica a essa pureza idealizada, reforçando o papel da polícia militar como guardiã não apenas da ordem pública, mas da ordem moral e sexual da sociedade.

Esse processo instala os indivíduos em uma arena de disputa pela hegemonia entre duas masculinidades (*wild masculinity* e *composed masculinity*), que negam constantemente a chegada das mulheres, as formas humanizadas de fazer policiamento e a diversidade sexual,

todas vistas como ameaças ao *masculinismo institucional*. Dessa forma, os alunos e cadetes da PMMS são consolidados como “guerreiros”, que, em conjunto com a “sociedade de bem”, necessitam reforçar a identidade de “nós” e estabelecer um “eles”, inimigo a ser combatido.

O capítulo final desta tese investiga precisamente este processo de distinção entre sujeitos, analisando a extrema violência resultante não apenas contra os denominados 'inimigos', mas também dentro do próprio corpo policial e da sociedade mais ampla, transformada em território de guerra.

3. SOB A ÉGIDE DA GUERRA: LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DESUMANIZAÇÃO MASCULINISTA

Nós temos que mudar este Brasil. Alguns vão morrer pelo caminho, mas estou disposto em 2018, seja o que Deus quiser, tentar jogar para direita este país. [...] Há 24 anos apanho igual a um desgraçado em Brasília, mas apanho de bandidos. E apanhar de bandidos é motivo de orgulho e de glória! (Gritos de Líder!)

Jair Messias Bolsonaro anuncia publicamente e pela primeira vez a sua candidatura à presidência para 2018 em visita aos cadetes da AMAN, dia 29 de novembro de 2014.

Jerry Givens¹⁹¹ nasceu em 3 de dezembro de 1952, na capital de Richmond no estado estadunidense da Virgínia. O mais novo de quatro irmãos de uma família trabalhadora norte-americana, como muito dos jovens negros na sua época (e atualmente) perdeu seu pai para as drogas. Enquanto adolescente em uma festa em que foi com os amigos, uma moça que ele havia interagido foi morta a tiros bem em frente aos seus olhos, tal visão o marcou. Com raiva da situação ele queria vingança pela morte de uma jovem inocente, defendia a pena de morte assim, com base na crença de que “Se uma pessoa tira a vida de outra pessoa, então a vida dessa pessoa devia ser tirada também”.

Em grande parte da sua juventude quis ser um jogador de futebol americano, tanto que chegou a jogar com uma bolsa na Universidade, mas depois de um ferimento acabou desistindo. Seu segundo sonho era ser um policial, mas que novamente acabou não dando certo e ele terminou indo trabalhar como um *correctional officer* no estado da Virgínia, o que no Brasil entendemos como carcereiro ou atualmente como policial penal. Grande parte do trabalho prisional, como observei em meu mestrado, consiste em acompanhar os detentos em suas rotinas prisionais, garantindo que não cometam infrações na instituição e mais importante tentando garantir que permaneçam vivos durante o cumprimento de sua pena. Esse trabalho de Jerry logo mudaria, devido a questões mais amplas da política nacional. Em 1972¹⁹² o supremo tribunal federal estadunidense decretou que a pena de morte como estava sendo aplicada era uma punição arbitrária e inconstitucional sobre os artigos 8 e 14 da

¹⁹¹A descrição tem o caráter próprio ensaístico, com a expectativa desse gênero textual. Todas as referências a vida de Givens foram retiradas dos documentários “Jerry: An Executioner Who Fought to Abolish the Death Penalty | Cause of Life” e “Was A Death Row Executioner (Death Penalty Documentary) | Real Stories”.

¹⁹²O caso ficou conhecido como *Furman v. Georgia*, segundo o wikipedia tratando desse caso “Justices Potter Stewart, Byron White and William O. Douglas expressed similar concerns about the apparent arbitrariness with which death sentences were imposed by the laws existing, often indicating a racial bias against black defendants. Because these opinions were the narrowest, finding only that the death penalty as currently applied was cruel and unusual, they are often considered the controlling majority opinions” de acordo com verbete “Furman v. Georgia”.

constituição. Devido ao federalismo e ao poder dos estados dentro dessa federação, os estados como a Virgínia de Jerry, entre outros majoritariamente do sul do país, puderam elaborar novas leis para pena de morte.

Ainda assim, após esse processo, apenas em 1982, o estado voltou a executar seus presos. Quando o *chief executioner* antigo se aposentou, quem assumiu e ficou encarregado dessa tarefa foi Jerry Givens. A partir daí começou sua carreira como carrasco, durante 17 anos, ele executou 62 homens (em sua maioria, negros iguais a ele), foram 25 pessoas mortas na cadeira elétrica, começando em 94, 37 mortes por uma injeção letal.

Apesar de a injeção letal ser considerado um método mais “humano” para se executar pessoas do que a cadeira elétrica, na visão do carrasco Givens, “quando se trata de apertar aquele botão, a única coisa que você pode ouvir é o zumbido da máquina, mas quando se trata de injeção letal, você tem a seringa na mão e está vendo os produtos químicos descenderem em um tubo de plástico em seu braço. Você se sente mais apegado”. Ninguém na prisão, fora de sua equipe de oito pessoas, sabia de seu trabalho como carrasco, nem mesmo sua família, que era, em sua maioria, contra a pena de morte.

Quinze dias antes de um prisioneiro ser executado, ele ia para sessão onde Givens e sua equipe de carrascos trabalhavam, era necessária uma preparação tanto mental quanto física e prática, que deveriam estar treinando constantemente. Em 24 horas, eles iniciavam o que chamavam de “Vigília da Morte”. Um prisioneiro agia diferente ao saber que aqueles seriam os últimos momentos de tudo que faria. No último dia, o padre ou membro religioso se dirigia à ala para ter uma conversa com o preso, ele tomava seu último banho, tinha sua última refeição e se encontrava pela última vez com as visitas. Às 18h, Givens começava seus preparativos para a execução. No final do dia, no testamento de cada um deles, estava a causa da morte: homicídio.

Em 1999, após um escândalo¹⁹³ de corrupção na penitenciária da Virgínia, Jerry Givens foi acusado, julgado e sentenciado por lavagem de dinheiro e perjúrio, indo então para a prisão. O que acabou com sua carreira como carrasco e policial penal. Nesse tempo Jerry refletiu sobre seu passado e o trabalho que havia realizado todos esses anos, e como um chamado de Deus (diria ele), ele veio a entender que das 62 execuções dos presos de crimes violentos que realizou o único assassino que ele conseguia ver, era ele próprio.

Após o tempo servido, Jerry saiu da prisão como outro homem, não mais como defensor da pena de morte, muito pelo contrário, tomou uma posição ativa contrária a ela.

¹⁹³ Não tendo relação com o trabalho que ele realizava na prática.

Começou a dar palestras e entrou no grupo “Virginians for Alternatives to the Death Penalty” e no “Death Penalty Action”, contando sua história de carrasco e se dizendo arrependido desse papel que tinha assumido. Um dos poucos carrascos a tomar essa posição. Uma parte de seu trabalho, pela abolição da pena de morte, era o fato de querer proteger os policiais penais, seus ex-companheiros, de passar pelo fardo emocional e psicológico que uma posição de carrasco traz junto.

Com um amigo e o coletivo pela abolição, também abolicionista penal, Jerry conseguiu abolir a pena de morte em alguns estados como Nova Jersey, Novo México, Illinois, Connecticut, Maryland, Colorado, estado de Washington, Delaware, e em Virginia estão em discussões sobre acabar com a pena de morte. Jerry dedicou o final de sua vida a essa luta contra violência letal do estado. Jerry está morto agora, morreu dia 13 de abril de 2020, uma das vítimas entre os milhões de mortos por Covid-19, mas sua luta continua.

Início este capítulo com o breve relato da vida de Jerry Givens como uma forma de complexificar e humanizar a figura do carrasco, o executor oficial da violência letal sancionada pelo Estado. Conheci sua história antes mesmo do início do trabalho de campo no CFO e no CFSD, e ela me marcou profundamente. Jerry foi funcionário de um aparato estatal que lhe atribuía a função de executar pessoas criminalizadas e condenadas pelo sistema jurídico-penal de seu país. A partir desse ponto, proponho refletir sobre os processos de cisão entre “nós” e “eles”, que operam como dispositivos de legitimação da violência e da desumanização no processo formativo da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul.

Ao contrário do contexto vivido por Jerry, no Brasil a pena de morte não é oficialmente prevista pelo Estado de Direito em tempos de paz, e tampouco deveria ser praticada por agentes do policiamento ostensivo e preventivo, como os interlocutores da PMMS. No entanto, o que observo é que uma parcela significativa desses policiais militares parece aderir a uma lógica de punição sumária, na qual a morte do “outro”, já desumanizado, se apresenta não apenas como admissível, mas como desejável. Nesse sentido, mais do que exceção, essa forma de pensar e agir se inscreve em uma pedagogia institucional que normaliza a violência como instrumento de controle e manutenção de uma ordem social seletiva.

A partir do meu campo de pesquisa, elaboro reflexões sobre as relações entre violências, o *ethos guerreiro*, o *masculinismo institucional*, assim como a conexão deles com discursos contemporâneos com a ascensão do bolsonarismo e a extrema direita no país. Assim como Jerry Givens, um agente do Estado, os alunos e cadetes que acompanhei estavam se

formando para tomar essa posição na PMMS. Não procuro fazer uma comparação direta entre o trabalho, dos policiais penais e dos PMs, procuro pensar nos aspectos em que as instruções e a ‘forja’ na PMMS constituem parte de um aparato necropolítico do Estado contemporâneo. Como mencionei acima, as mortes de criminoso por agentes do Estado no Brasil são sempre de caráter extraoficial diferindo dos EUA, onde, em alguns estados, a presença da pena de morte é legalizada e institucionalizada dentro do aparato penal. Ainda assim gostaria de fazer uma relação com a realidade brasileira, nos EUA, em 2024, foram executadas 25 pessoas, e mais 26 foram sentenciadas à pena de morte. No mesmo ano a polícia estadunidense matou 1200 pessoas¹⁹⁴. No mesmo ano no Brasil, tivemos 6.413 mortes decorrentes de intervenções policiais (MDIP), isso corresponde a quase 14% de todas as mortes violentas intencionais (MVI)¹⁹⁵ do país (FBSP, 2024b).

Durante o período deste doutorado, de 2020 até 2025¹⁹⁶, as MDIP da PMMS somaram 499 pessoas. Com esses números, fica claro que, mesmo que apenas 1% das mortes em confrontos policiais no Brasil fossem injustificadas,¹⁹⁷ ainda teríamos três vezes mais mortes que um país onde a pena de morte¹⁹⁸ é aplicada por meio do Estado de direito. Essa fração seria pequena ao tratarmos da violência policial no país, não representando a violência extrema real. Na realidade brasileira, a “pena de morte”, mesmo não estando codificada nos artigos de lei, parece ser a forma mais presente em que vemos a morte de sujeitos por parte do Estado.

A persistência da violência policial militar no Brasil remonta aos anos imediatamente posteriores ao regime militar (Muniz, 2001; Lima, 2019). No período de redemocratização, essa violência passou a ser problematizada por alguns setores da própria PM, que buscaram reformular a instituição. Como discutido no capítulo anterior, esse movimento incluiu a

¹⁹⁴ Em: <<https://policeviolencereport.org/>> Acessado em: 15 de agosto de 2024.

¹⁹⁵ São elas: homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, morte por intervenção policial e feminicídios.

¹⁹⁶ No ano de 2023, segundo o FBSP (2024b), o MS chegou a ser o estado com maior variação de MVI do país inteiro, com uma variação de 160,8% de aumento em relação ao ano de 2022. A explicação desse dado alarmante foge do escopo dessa tese, mas a mesma pretende contribuir com a compreensão dessa violência letal partindo da formação.

¹⁹⁷ Seriam elas as que fogem do Excludente de ilicitude, onde temos no código penal brasileiro que “Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade; II - em legítima defesa; III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.”

¹⁹⁸ Preciso deixar claro que aqui se entende que as mortes em confronto policial, são diferentes das mortes por meio da pena de morte ou por execuções sumárias. Os contextos de onde, como, com quem e de que forma acontecem são diferentes nas duas. E são sentidas, significadas e enunciadas de forma diferente pelos perpetradores.

inserção das Pfems, a introdução do policiamento comunitário e a emergência de uma nova performance de gênero, à *composed masculinity*, como alternativa ao modelo tradicional.

No entanto, nos últimos anos, e de forma acentuada durante o período em que realizei minha pesquisa, essa tentativa de transformação institucional perdeu força. Em meio a um novo contexto político, marcado por discursos autoritários, reacionários e uma crescente militarização das soluções para os problemas sociais, a violência policial passou a ser não apenas tolerada, mas defendida como resposta legítima à crise da segurança pública (Neves, 2005; Cotta, 2018; Brito, 2022). Assim, práticas associadas à *wild masculinity* passaram a ser revalorizadas, enquanto os esforços de reconfiguração da corporação se mostraram insuficientes, ou mesmo inviáveis, diante da rigidez simbólica e institucional da cas(as)erna de homens. Um caso emblemático daquele momento ocorreu na presidência de Bolsonaro, que com o então ministro da justiça Sérgio Moro, propôs um pacote “anticrime”, que em um dos seus pontos procurava expandir o excludente de ilicitude¹⁹⁹, blindando os PMs (Lima e Cruz, 2021). Algo que poderia acarretar um aumento vertiginoso das mortes decorrentes de intervenções policiais no país.

Durante meu trabalho de campo notei que, a exemplo do debate político nacional, a maioria dos interlocutores da PMMS não via a violência policial como um problema. Para eles, o verdadeiro obstáculo residia na impunidade produzida por um Estado considerado tolerante com “bandidos”. Em diversas instruções, ouvi de alunos, cadetes e também de instrutores que o sistema penitenciário é “um problema nacional sem solução”, que “o Brasil prende é pouco; precisava encarcerar mais e se preocupar menos com ressocialização” e, com frequência, que “a polícia prende, mas a Justiça solta” (Cadernos de Campo). Essa descrença no aparato de justiça penal reforça a lógica do *ethos guerreiro* que ‘forja’ a identidade policial militar, pois transforma o encarceramento em estratégia central de contenção do “inimigo” e legitima a expansão de práticas violentas que vão aparecer no cotidiano da corporação.

Durante meu trabalho de campo percebi que a própria doutrina institucional oferece aos policiais militares uma legitimação cotidiana para o uso da força²⁰⁰. Entre aqueles que

¹⁹⁹ No projeto de Lei 882/19, apresentado em 19/02/2019 pelo então ministro da justiça, buscava ampliar de forma com que o juiz pudesse “reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorreu de escusável medo, surpresa ou violenta emoção.” Aqui o medo aparece como ferramenta de justificativa para a violência letal, conforme Sémelin diz em “Pois o medo está presente, atrás ou diante da cena, na raiz de tudo.” (2009, p.73).

²⁰⁰ Entendo haver uma diferença dos termos “uso da força” e “violência”, mas acredito que na prática é uma fronteira porosa. E procuro reforçar que a legitimação legal não dissolve o impacto social nem o caráter violento de certas práticas. De uma forma ela os mascara sob a gramática estatal da força. Enquanto que para quem sofre aquilo que se chama de “uso da força” é a reprodução de uma violência. Para os PMs o “uso da força” seria uma técnica onde quem domina bem essa técnica é visto como competente, quem perde o controle é o que

encarnam a *composed masculinity*, a distinção é clara: força controlada não é violência, mas “necessidade legal e proporcional”, assim nas palavras de um instrutor, “usar violência controlada para impedir a violência não é violência propriamente dita, é a força necessária; legalidade, proporcionalidade” (Cadernos de Campo). O tom é tecnocrático e eufemístico, mas o efeito segue sendo a reprodução da violência policial, esse discurso da legalidade parece diluir a dimensão moral da violência física. Já para os que performam a *wild masculinity*, a lógica é declaradamente bélica: se a Justiça não cumpre seu papel, cabe a nós, guerreiros, sanar a injustiça. Daí a crença, expressa pelos próprios PMs, de que “a eliminação de um marginal significa uma vitória da polícia contra a ineficácia e a morosidade do Judiciário” (Silva, 2002, p. 41). Como discuti anteriormente a partir de Connell, essa ética do “duro contra o crime”²⁰¹ converte a violência em ferramenta de correção das “injustiças” do sistema. Por dentro dessa concepção masculinista, o objetivo é causar temor aos inimigos, pois é por meio dela que o “bandido só [vai] respeita, se sentir medo” (Cadernos de Campo).

Percebo que cada masculinidade se imbrica com a violência de modo semelhante²⁰² ao duplo regime punitivo descrito por Foucault em *Vigiar e punir* (2012). A *wild masculinity* ecoa o suplício soberano: busca intimidar pela demonstração pública de força extrema, transformando o corpo do “inimigo” em espetáculo pedagógico. Já a violência na *composed masculinity* aproxima-se do poder disciplinar; manifesta-se de maneira sutil, técnica e racionalizada, disseminando-se nas rotinas de instrução, nos protocolos de uso progressivo da força e na retórica da legalidade. Tal como os poderes soberano e disciplinar subsistem lado a lado na história da prisão, essas duas performances convivem e se reforçam ao longo do processo formativo na PMMS.

No contexto político recente, recorro à noção de *wild masculinity*, sobretudo ao seu *ethos* guerreiro, para entender as transformações que atravessam o país. Com a ascensão de Jair Bolsonaro, muitos policiais militares (especialmente os alinhados à *wild masculinity*) passaram a vê-lo como líder paterno e heroico, capaz de curar os males nacionais e as “injustiças” do sistema por meio de um estilo rústico e viril, centrado na segurança pública. Feltran mostra que esse movimento ganhou tração não apenas entre setores médios e elites,

“extrapolou”. Acredito que essa noção sirva para salvaguardar a identidade profissional (sempre agente da lei, nunca agressor), isola a culpa (uma falha procedimental) e reforça o nós/eles (uso da força é racional e justo, e a violência é irracional e pertence ao inimigo).

²⁰¹“Tough on Crime”.

²⁰²Faço essa comparação apenas em sentido pedagógico; não pretendo sugerir que as performances de masculinidade que observei guardem correspondência direta com os conceitos foucaultianos.

mas sobretudo entre os chamados “bolsonaristas”, definidos como um “movimento militarista, policial e anti-intelectualista evangélico” (2021, p. 233).

Em cada traço dessa coalizão, lógica militar do combate eterno, sexismo arraigado na cultura policial e desprezo por elaborações teóricas sobre o fazer-se PM, reconheço o *masculinismo institucional* que venho descrevendo. Sob Bolsonaro, tal masculinismo deixou de ser apenas retórica de quartel e ganhou escala de massa, reativando a extrema-direita reacionária que Feltran diagnosticava em seu aspecto bélico e paternalista. Assim Feltran observa que

Bolsonaro ressuscitou ainda o papel político da maçonaria, dos **círculos masculinos** de pequenos agentes de mercado e **os coronéis locais**, sem falar dos pequenos e médios proprietários arrivistas e **ultraconservadores religiosos**. O “pai de família”, a essa altura, já não via com bons olhos o que vinha acontecendo no Brasil: ações afirmativas, políticas de igualdade de gênero e raça, mudança significativa no emprego doméstico. Mas estava ainda sem representação explícita, em escala nacional. **Esses homens sabiam** que Bolsonaro não era apenas um homem branco e conservador, mas um **símbolo do poder que eles queriam ter**. Estava planejada a reação. O movimento de massas agora em curso é reacionário, sem dúvida, a essas mudanças que tiravam poder desse homem branco; mas é também **uma reação de jagunços institucionalizados contra outros homens brancos ricos** (2021, p. 241).

Em uma instrução dentro da área das humanidades, uma pauta versou sobre políticas de igualdade de gênero e raça. Assim que surgiram as ações afirmativas, muitos alunos revelaram desconforto: “não vejo com bons olhos; isso ignora o mérito pessoal”, argumentam (Cadernos de Campo). O masculinismo aflorou ainda mais no momento em que se questionou a capacidade operacional das policiais femininas (Pfems). Não por acaso, algumas delas também rejeitaram as cotas de gênero, ora recorrendo ao “mito da igualdade” (Cappelle *et al.*, 2002, p. 266-267), ora ressaltando o próprio esforço como justificativa para estarem ali. A cena evidencia como a ideologia meritocrática conforma tanto os homens quanto parte das mulheres à lógica masculina hegemônica da corporação.

Foi nessa instrução que percebi, de maneira quase didática, o lugar marginal que a PMMS reserva às diferenças raciais, de gênero e sexualidade. O sinal mais óbvio do descaso era a carga horária: uma única palestra para três temas complexos, contraste gritante com as longas horas dedicadas a tiro, táticas e ordem unida. A corporação terceirizou o assunto a um instrutor civil que, embora orgulhoso de já ter “formado” várias turmas, demonstrava escassa formação técnica ou acadêmica. Entre digressões e anedotas, ele empregava uma linguagem carregada de estereótipos, chegando a reforçar os preconceitos que a disciplina deveria justamente desconstruir ou questionar. Saí da sala com a impressão de que, mais do que

instruir os alunos, a instrução operava como um ritual burocrático que permite à instituição alegar que “cumpre a lei” que a obriga a oferecer essa disciplina.

Durante a palestra, tratando da igualdade racial, o instrutor iniciou atribuindo o tráfico negreiro “às próprias tribos africanas, que vendiam rivais aos portugueses que nem precisavam pisar no continente” (Cadernos de Campo). Essa inversão causal desloca a responsabilidade do crime colonial para as próprias vítimas. Ao enfatizar a participação de chefes locais, despolitiza-se o caráter estruturante do colonialismo mercantil-escravocrata e apaga-se a violência material, jurídica e simbólica que viabilizou a economia atlântica de escravos. Esse recurso discursivo, comum em manuais escolares e documentários revisionistas, serve duplamente ao masculinismo policial: primeiro, porque reforça a ideia de que a dominação dos “mais fortes” sobre os “mais fracos” são naturalmente legítimas. E segundo, porque pavimenta a crença de que críticas atuais ao racismo são “exageros” ou “vitimismos”, já que haveria culpa compartilhada.

Em seguida, o instrutor relatou ter sido expulso “por ser branco” de um conselho negro, caso que apresentou como prova de “racismo estrutural invertido” (Cadernos de Campo). Esse testemunho anedótico ao alegar discriminação antibranca nega a historicidade da hierarquia racial e iguala experiências incomparáveis de opressão. O efeito retórico é deslocar o foco da desigualdade sistêmica para um suposto desequilíbrio pontual, produzindo ressentimento e fortalecendo a ideia de que políticas de reparação “privilegiam” negros em detrimento de brancos. Não por acaso, notei olhares constrangidos entre os PMs não brancos, uma soldada negra chegou a refutar que “não faz sentido um branco sofrer racismo”, mas a contestação foi rapidamente silenciada pelo argumento de autoridade do instrutor.

Ao enquadrar o tráfico atlântico como resultado das próprias “tribos africanas” e apresentar-se como vítima de um “racismo reverso”, o palestrante reforçou duas teses centrais das atuais *guerras culturais* (Brito e Junior, 2021): a negação da dívida histórica do colonialismo e a vitimização do homem branco como novo “discriminado”. Na arena da formação policial militar, tais narrativas não são neutras: elas legitimam abordagens seletivas contra jovens negros ao sugerir que a desigualdade contemporânea não tem raiz estrutural, mas escolhas individuais. Assim, o discurso pedagógico naturaliza a violência racial no cotidiano formativo da PMMS.

Quando passou ao tema do gênero, o instrutor até ensaiou um bom começo: mencionou a distinção entre igualdade e equidade e citou o gênero como “produto sócio-histórico”. Contudo, durou pouco. Logo deslizou para velhos estereótipos, “mulher não sabe

dirigir” — e para um orientalismo paternalista, segundo o qual as brasileiras “têm vida fácil” diante do suposto “sofrimento das mulheres no Oriente”. E ainda finalizou com uma piada de “loira burra” (Cadernos de Campo).

No contexto da PMMS, piadas e estereótipos produzem efeitos materiais. Eles justificam a distribuição desigual de funções operacionais, alimentam a desconfiança em relação às Pfems em patrulhas de alto risco e reforçam a lógica do “corpo forte”, símbolo maior do *ethos guerreiro*. Assim, o discurso aparentemente “informal” da instrução ratifica o que Bourdieu (2012) chamaria de violência simbólica, que é compreendido como imposição imperceptível de esquemas de percepção que fazem da desigualdade algo “natural”. Tais instruções fazem com que os alunos, internalizando a mensagem de que o quartel continue sendo território masculino, onde mulheres entram apenas sob condição de provarem-se “iguais” ao modelo viril dominante.

Por fim, vale destacar que esse sexismo “descontraído” também opera como estratégia de coesão grupal nos espaços homossociais. O riso compartilhado cria pertencimento e afasta os que não compactuam, incluindo as próprias Pfems que, para não serem vistas como “sensíveis demais”, às vezes riem junto ou respondem com o argumento do “mérito pessoal”. Assim temos um ciclo em que as críticas ao sexismo parecem confirmar o estigma de fragilidade feminina, enquanto o silêncio legitima a ordem masculinista.

Compreendo esses episódios como algo que excede apenas a (in)competência do instrutor em lidar com raça, gênero e sexualidade. Eles se inscrevem nas chamadas *guerras culturais* que atravessam o Brasil contemporâneo, onde identidades sexuais, raciais e de gênero tornam-se trincheiras de um confronto moral. Nele se aciona novamente a metáfora da guerra, o discurso do instrutor reforça o belicismo que organiza a formação na PMMS. Os policiais militares não ocupam posição neutra nesse confronto, frequentemente aderem aos revisionismos e às pautas que acompanham a ascensão da extrema-direita. Não por acaso, muitos dos discursos do instrutor lembram as narrativas “históricas” difundidas por grupos como Brasil Paralelo²⁰³. Entre os PMs, tais ideias ressoam com traços já mencionados da cultura policial, conservadorismo, autoritarismo e masculinismo, oferecendo mais um aspecto ideológico para a violência institucional.

²⁰³ É uma produtora de conteúdo audiovisual fundada em 2016 que se propõe a lançar documentários, séries e análises políticas. Com discurso de apresentar a “verdadeira história brasileira” ou uma “versão alternativa dos fatos” sobre uma perspectiva reacionária e revisionista, de ênfase branca, eurocêntrica e cristã (Moraes e Cleto, 2021; Brito e Junior, 2021; Martins, 2024)

Percebo que essa visão de mundo reacionária produz efeitos concretos e nefastos na formação dos policiais militares e na capacidade da PMMS de gerar violência extrema na sociedade. Feltran (2021, p. 230) observa que “a violência se converteu em narrativa político-moral” e, sob o bolsonarismo, passou a ostentar “ares redentores”. Essa redenção se dá por meio de uma promessa de salvação que legitima a morte do “inimigo”. No meu trabalho de campo, os cadetes mais orgulhosos de vestir a farda eram justamente os que evocavam, com fervor quase religioso, a missão de “combater o mal” e “limpar as impurezas”, seja nas *guerras culturais*, seja na “guerra contra o crime”. O próprio comandante-geral da PMMS reforçou o paralelo mítico-religioso ao declarar que ser policial exige “um dom divino, uma vocação especial que poucos têm” (Cadernos de Campo). A retórica remete à ideia de Weber (1990 [1904]) na ética protestante que traz a concepção de um “povo escolhido”, que se sente eleito para preservar a ordem pública e assume também a prerrogativa de definir que “ordem” é essa e quem deve ser policiado.

Como mostrei no capítulo da “forja”, o rito de expurgo do status de *paisano* coloca o futuro PM num patamar hierarquicamente superior ao resto da sociedade. Essa separação alimenta o distanciamento descrito por Rolim (2006, p. 34), em que quanto mais maniqueísta a divisão entre “nós” e “eles”, maior a hostilidade mútua entre polícia e cidadãos. Importa notar, porém, que esse afastamento não se distribui de maneira homogênea; a PMMS estabelece alianças com setores que partilham seu conservadorismo, e reacionarismo, enquanto projeta a figura do “inimigo” em corpos racializados, militantes de direitos humanos e demais sujeitos.

Continuo pensando como, durante a formação, vão sendo forjadas essas categorias de diferenciação do “nós” (PMs, “cidadãos de bem”, “homens de família”) versus “eles” (*pebas*, indígenas, MST, “esquerdistas”, “intelectuais”) e como a guerra do “bem” contra o “mal” autoriza a destruição física ou simbólica dos marcados como inimigos.

Entre Mitos, Armas e Fé: A Construção e a Politização dos Heróis

O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais.

Hannah Arendt, "Eichmann em Jerusalém"

Como descrevi nos capítulos anteriores, tanto no CFSD quanto no CFO da PMMS prevalece a *pedagogia do sofrimento*, em os instrutores recorrem deliberadamente à violência

física, psicológica e moral para “prepará-los” para a dureza da rua. O objetivo é internalizar o *ethos* guerreiro, forjando em cada corpo uma resistência total, física, emocional e ética, ao encontro e confronto com os “inimigos”. Esse método ecoa práticas clássicas da instrução militar (Castro, 2004) e funciona como porta de entrada para uma lógica, na qual sofrer e fazer sofrer se tornam marcas de competência profissional.

Essa *pedagogia do sofrimento* vai muito além das dores que os próprios policiais enfrentam, ela forma a noção de que a violência não é apenas um recurso. Mas sim parte do “escalonamento do uso da força”, que vai conceber o ser violento com a própria essência do policial militar. Nos CFSD e CFO, fui percebendo que, para alunos e cadetes, ser PM equivale a ser violento. Essa associação transborda até os modelos tradicionais de policiamento repressivo, preventivo, ostensivo ou comunitário, e faz da prática, não da teoria, a instância legitimadora do saber-fazer policial. Provas dessa lógica aparecem nas preferências das instruções, onde “TFM”, “atendimento pré-hospitalar”, “enfrentamento à fraude veicular” ou “ordem unida” gera pouco interesse; em contraste, “Tiro Policial”, “Armamento e Munição I e II”, “Defesa Pessoal Policial”, “Policiamento de Choque” e “Técnicas de Policiamento Ostensivo I e II” atraíam a maioria, sobretudo aqueles mais inclinados à *wild masculinity*. Nelas, o armamento, o combate corpo a corpo e as técnicas de imobilização física simbolizam não só a eficácia, mas o prazer, a emoção e o status do policial. Como coloca Reiner,

A missão de policiar não é encarada como penosa. É divertida, desafiadora, excitante, um jogo de astúcia e habilidade. Muitos comentaristas já salientaram os aspectos **hedonistas e centrados na ação da cultura policial** (notadamente Hoklaway 1977, 1983; Policy Studies Institute, 1983, iv: 51-6; Skolnick and Fyfe 1993; Geller and Toch 1996; Crank 1998).). Esses elementos são indubitavelmente muito fortes e de importância central. A principal substância à qual os policiais se tornam viciados é a adrenalina (Graef 1989). **Mas os arrebatamentos da perseguição, da luta, da captura, a “síndrome do machismo”** (Reiner 1978: 161), embora momentos raros no trabalho, não constituem apenas um esporte. Eles podem ser vividos de forma tão desinibida e prazerosa porque também são considerados válidos. **Aos seus próprios olhos, o policial é um dos “mocinhos”, e é isso que lhe confere licença para ação.** Ele não é apenas um piloto de corrida ou boxeador trajando uniforme azul (2000, p.89)²⁰⁴.

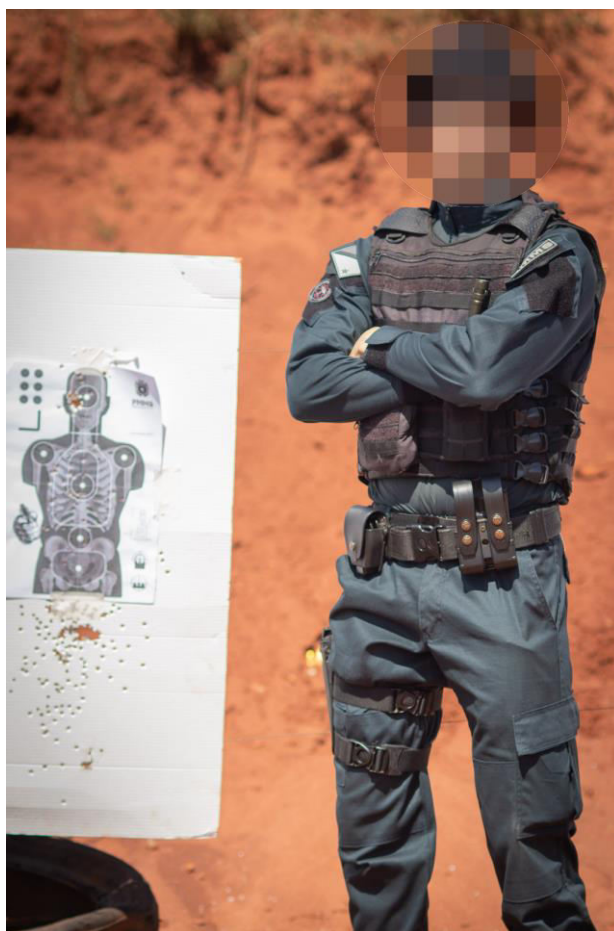
²⁰⁴“The mission of policing is not regarded as irksome. It is fun, challenging, exciting, a game of wits and skill. Many commentators have stressed the hedonistic, action centred aspects of cop culture (notably Hoklaway 1977, 1983; Policy Studies Institute, 1983, iv: 51-6; Skolnick and Fyfe 1993; Geller and Toch 1996; Crank 1998). They are undoubtedly very strong and of central importance. The main substance to which the police are addicted is adrenalin (Graef 1989). But the thrills of the chase, the fight, the capture, the 'machismo syndrome' (Reiner 1978: 161), although rare highlights of the work, are not merely a sport. They can be so uninhibitedly and delightedly engaged in because they are also seen as worthwhile. In a policeman's own eyes, he is one of the 'good guys' and it is this which gives him the license for action. He is not just a racing-driver or boxer in a blue uniform.

Quando acompanhei os treinos de tiro na APM, ficou claro como a busca pela adrenalina integra-se a um masculinismo que faz da ação violenta não só uma competência técnica, mas um atributo identitário central. Conforme Muniz (1999) identificou nas PMs brasileiras, a “emoção da perseguição, da luta e da captura” funciona como catalisador de pertencimento, ligando os cadetes a uma fraternidade de risco em que o controle da arma traduz poder e status. O barulho dos disparos, o cheiro de pólvora e o choque tátil do recuo da pistola 9 mm trazem aspectos de adrenalina, além de produzir uma solidariedade no vínculo afetivo gerado pelo perigo compartilhado²⁰⁵.

Enquanto outras disciplinas práticas eram recebidas com desdém, “Tiro Policial” e “Armamento e Munição” tornaram-se palcos de competição lúdica: cadetes sorriam ao marcar pontos, disputando quem era o melhor atirador, em um ritual que se aproxima mais de um hobby ou esporte do que de um recorte particular do trabalho policial que é o uso excepcional da força. Mas ainda assim um instrutor trazia com orgulho: “Cheiro de pólvora é top, né?” (Cadernos de Campo). Dentro da lógica de “esporte”, houve o questionamento sobre a PMMS participar de competições de tiro, que o instrutor logo trouxe “A PMMS como instituição não participa de competições de tiro, apenas os indivíduos dela” (Cadernos de Campo). Assim, essa mobilização do entusiasmo e da competição (“quem faz mais pontos?”) transforma o manejo de armas em um hobby legitimado pelo status profissional. Com isso, contribui para a naturalização da violência letal, focada mais na habilidade do atirador do que nos danos potenciais, contradizendo o discurso oficial de que o uso de arma de fogo é recurso extremo; ali, a violência deixa de ser exceção e torna-se essência da identidade policial.

Imagem 2.1 – PM após Capacitação e Atualização de Técnicas de Tiro Policial

²⁰⁵Precisei usar óculos balísticos, protetores auditivos e colete à prova de balas (Anexo 3.2). Foi impossível não sentir o mesmo arrepio dos cadetes que empunhavam as pistolas 9 mm, recarregando, ouvindo o estampido dos tiros e o cheiro de pólvora, era possível observar enquanto uma coreografia de potência que, mais que treino, se assemelha a um espetáculo ritualístico.



Fonte: Acervo PMMS, disponível em: <https://www.pm.ms.gov.br/galeria/>. Acesso em: 15/02/2025

Na foto acima, vejo um policial da PMMS logo após a instrução de tiro, exibindo orgulhosamente os “resultados” de sua prática: a maioria dos disparos atingiu a região da cabeça. Curiosamente, em várias instruções sobre “uso da força”, ouvi instruções como “Não estamos para matar, mas para cessar a agressão injusta” (Cadernos de Campo) e, portanto, os tiros deveriam mirar o “centro de massa” ou extremidades para evitar óbitos. Aqui, entretanto, a precisão cirúrgica no crânio mostra como o ideal de controle técnico da violência convive com a vontade de intimidação absoluta: o policial não apenas cessa uma ameaça, mas exerce um poder simbólico de decidir quem merece viver.

Como venho mostrando, essa valorização extrema da força logo é incorporada pelos cadetes e alunos, que passam a entender ser-PM como sinônimo de violência, até mesmo em seus aspectos letais. Em uma avaliação de tiro, uma das Pfems comentou, frustrada: “Nossa, fui com menos de 6 no tiro [policial]. Que merda. É o que a polícia mais precisa saber! Tiro, no mínimo” (Cadernos de Campo). Essa fala revela como a concepção de polícia exclusivamente repressiva reduz todo o saber-fazer policial ao manejo de armas. Um episódio ilustra isso de forma ainda mais contundente: durante uma instrução que tratava sobre o “uso

da força”²⁰⁶, ao saberem que um cadete havia sido bombeiro militar, alguns colegas e o próprio instrutor caíram em piadas homofóbicas: “Ah, bombeiro é tudo mole, né? Sabe como é esse negócio de pegar na mangueira (risos)” (Cadernos de Campo), e, ao final: “Sabe por que ele está torando [incomodado]? Porque bombeiro está acostumado a salvar vidas e nós estamos acostumados só a ceifar (risos)”. Ao ridicularizar o bombeiro por “salvar vidas” em vez de “ceifar”, os cadetes reforçaram a ideia de que a ação violenta letal é um dos traços definidores do policial militar. Ainda como forma de encerrar essa disciplina, o instrutor projetou um slide com fundo preto e letras vermelhas, citando Hobbes: “Os pactos sem a espada são apenas palavras”. Esse momento sintetiza a ideologia que norteia o CFSD e o CFO: a espada, a sua força letal, torna-se condição de validade do contrato social policial.

Como observei no capítulo anterior, os PMs se veem como lanças do Estado, encarregados de aplicar a violência contra quem julgam “merecer”. Essa lógica permeia até o uso dos IMPOs (Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo): projetados para ferir menos que armas letais, são tratados como diversão nas instruções. Cadetes e instrutores comentavam com entusiasmo: “Já usaram [nos estágios] taser ou spray de pimenta? É gostoso, né?” ou “É massa correr e lançar uma granada, mas ali é a Santa Casa... imagina o B.O. que ia dar” (Cadernos de Campo). Nesses momentos, o prazer pela adrenalina entra em choque com a repercussão social. E ainda o “B.O.” gerado se sobrepõe a qualquer cautela com os danos a pacientes ou transeuntes.

Até na formatura do CFSD, o uso de armamento foi celebrado como troféu de pertencimento, consolidando símbolos de um *ethos guerreiro* que naturaliza a violência policial. No discurso de encerramento, uma Pfem declarou: “Graças ao máximo esforço e empenho do comando do CEFAP, do corpo de alunos e dos instrutores (...) entendemos que polícia cai atirando e levanta trocando o carregador” (Cadernos de Campo). Na mesma cerimônia, o governador de Mato Grosso do Sul reforçou a ideia: “Como ela disse, ‘cair atirando e levantar trocando o carregador’, vocês, PMs, podem contar com o Estado. Pois governantes passam, mas os senhores ficam”²⁰⁷ (Cadernos de Campo). Em rituais como esse, constrói-se o senso de “nós”, PMs e seus aliados, unidos por valores militares e pela exaltação

²⁰⁶Segundo os planos dos curso ela é entendida enquanto como forma “de qualificar o policial militar para que adote posturas adequadas diante das variadas situações nas quais se faça necessário o uso da força, aplicando-a de modo eficaz, seguro e pautado na legalidade.” (BCG Nº 024 – SUP. III)

²⁰⁷Aqui vemos o governador referenciado a frase usada por Honoré de Balzac, de exaltação da instituição policial.

das armas. E, ainda no evento, o secretário da SEJUSP (ex-policial civil e ex-membro do GOF sob o comando do Cel. Adib Massad²⁰⁸) acrescentou

Semana passada governador, nos acompanhou. Numa entrega técnica do fuzil beretta 7.62. Tive oportunidade vice governador, tanto eu quanto ele [governador] de experimentar esse instrumento. E confesso, nesses 34 anos que tenho na segurança pública. Que me senti como uma criança com um brinquedo novo. Não era apenas um brinquedo, era o melhor brinquedo, instrumento. Me senti realizado. (Cadernos de Campo).

A fala do secretário da SEJUSP, ao comparar o fuzil, um Beretta ARX-200, a um “brinquedo novo” que o fez sentir-se como criança, revela um processo de infantilização de armamentos letais na PMMS. Esse rifle, adotado pelas unidades do CHOQUE e BOPE, dispara até 700 tiros por minuto com munição 7.62×51 mm, calibre de alcance letal extremo, que até mesmo foi evitado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) por seu poder destrutivo (LELIS, 2018). Ao glamourizar um instrumento concebido para a guerra com esse poder de fogo, dilui-se o choque moral que deveria acompanhar sua presença nas mãos de agentes estatais, normalizando a banalização da violência letal e reforçando a ideia de que a força letal é “diversão” e atributo da identidade policial.

A declaração do secretário da SEJUSP me remeteu às conexões políticas que permeiam a PMMS e à construção do “nós” a que me refiro. Para entender esses processos, é preciso uma breve contextualização do estado: Mato Grosso do Sul foi um dos principais redutos de apoio a Bolsonaro como mencionado, além disso, a região possui um contingente expressivo de militares²⁰⁹ e uma histórica ligação com o agronegócio. O próprio ex-presidente serviu, entre 1979 e 1981, no 9º Grupo de Artilharia em Nioaque, onde alcançou o posto de capitão.

Segundo Feltran (2021, p. 238), uma das matrizes discursivas desses grupos de interesse do bolsonarismo, que funcionam como parte do “militarismo das Forças Armadas e das polícias militares, que agem como seu braço armado e orientam as ações de seus jagunços”. Essa afinidade ficou clara desde o início do meu trabalho de campo. Em 2023, durante as negociações para entrar no CEFAP, conversei com um coronel na DEIP, que mencionou várias vezes a “ameaça dos esquerdistas nas universidades” e chegou a perguntar, quase retoricamente, em quem eu tinha votado. Em seguida, percebeu o constrangimento que

²⁰⁸Figura importante para a PMMS que trabalho mais à frente.

²⁰⁹A cidade de Campo Grande é a sede para o Comando Militar do Oeste (CMO), na avenida propositalmente chamada de Av. Duque de Caxias se encontram diversas bases das FAs como um todo, por ela que é o caminho que utilizava para as idas ao campo tanto no CEFAP quanto na APM. Além de o Estado historicamente se ligar aos conflitos na fronteira, que remetem o período da invasão da região na guerra do Paraguai, e que hoje é a porta de entrada do narcotráfico internacional.

poderia causar, e acrescentou: “Aqui a gente não entra nessas coisas de política” (Cadernos de Campo)²¹⁰. Esse discurso de “antipolítica” é recorrente na formação, apesar do RDP da PMMS proibir qualquer debate político, o RDP adota uma visão de política tão restrita que exclui apenas os partidos e a política institucional. O próprio Bolsonaro usaria essa noção, apresentando-se como “antipolítica institucional” na campanha de 2018, explorando essa ambiguidade para capitalizar o descontentamento popular (Avritzer, 2020). Depois que me retirei, o coronel prometeu avaliar o que poderia fazer em relação à minha pesquisa e me pediu o número para que passasse informações que conseguisse pelo WhatsApp. Para minha surpresa, apesar do discurso de “antipolítica”, a foto de perfil dele no aplicativo era um *screenshot* de um tweet de Olavo de Carvalho, então apontado como “intelectual”²¹¹. Na mensagem de 24 de março de 2021, lia-se:

“Querem apostar? Quando a opressão chegar ao nível do insuportável e o povo se revoltar, aí sim as heroicas Forças Armadas intervirão PARA AMARRAR AS MÃOS DO POVO E PROTEGER OS OPRESSORES.” (Cadernos de Campo).

Era um desabafo típico de bolsonaristas frustrados pela falta de apoio das Forças Armadas a um eventual golpe. Fica claro, então, que parte dos policiais militares da PMMS incluía defensores de Bolsonaro nessa noção de “nós”, que se encontra em uma disputa num campo ampliado de valores que atravessa a sociedade brasileira e se revela, em particular, na dinâmica sul-mato-grossense e na formação da PMMS. Aqui, analiso como os PMs, assim, consolidam um “nós” numa identidade de grupos particulares. Sémelin observa: “O inimigo [parte do ‘eles’ que abordo no tópico seguinte] é, antes de tudo, uma fração do ‘nós’ que sustenta posições políticas diversas” (2009, p. 58). Na PMMS, esse “inimigo interno” abrange atores fora do *mundo do crime*, e geralmente são homens e mulheres brancos, de classe média ou alta, com escolaridade acima da média, que acabam tachados de “defensores dos direitos humanos”, “esquerdistas” ou, no jargão dos policiais militares, “defensores de bandido” (Soares, 2014). Para os policiais militares, esses setores da sociedade, geralmente compostos por acadêmicos, juristas, jornalistas específicos e ativistas, atrapalhariam o funcionamento da corporação e não compreenderiam sua realidade cotidiana, o “chão de fábrica” da atividade policial (Bueno *et al.*, 2016). Trata-se dos já mencionados “supostos especialistas”, cuja autoridade é constantemente deslegitimada frente à experiência prática da farda, aqui observo

²¹⁰ Durante o campo no CEFAP já em 2024, um instrutor chegou a me confidenciar que “Ah agora essa época que você está, está tranquilo, moleza. Você tinha que ver a dois anos atrás, na eleição. Aqui estava insuportável com esse negócio de política, e de Bolsonaro. O que ele fez para nossa categoria?! Nada!” (Cadernos de Campo).

²¹¹ Foi um astrólogo que se tornou um expoente do núcleo intelectual do bolsonarismo, responsável entre outras coisas por trazer o conceito de *guerra cultural* para a realidade política nacional (Calil, 2021).

que a oposição entre saber prático e saber teórico não é apenas epistemológica, mas política: ao desautorizar “os de fora”. De um lado, então, estão os “eles”: defensores dos direitos humanos, esquerdistas, especialistas, os criminosos. Do outro, o “nós”: PMs e seus aliados que defendem o punitivismo, o autoritarismo e, como ápice, a eliminação física do inimigo, condensada na máxima “bandido bom é bandido morto”. Sémelin (2009, p. 61) observa que essa lógica de exclusão, que transforma tanto o *marginal* quanto o defensor de direitos humanos em alvos a serem eliminados²¹², constitui “um dos vetores mais potentes da violência em massa: o desejo louco de construir um mundo sem conflitos, sem inimigos”. A pretensa pacificação, aqui, se constrói pela aniquilação.

Apesar da retórica de aniquilação, um instrutor da PMMS alertou, em tom revelador, que sem o “inimigo” (real ou imaginado²¹³) a própria existência da corporação perde sentido: “A gente quer que aconteça o crime, furto, o sequestro, para poder combater. ‘Quer’ entre aspas. Não queremos que nada de mal aconteça com o cidadão de bem, mas queremos combater o crime; tenho cinco viaturas, moto, cachorro lá parados” (Cadernos de Campo). A fala escancara dois aspectos centrais. Primeiro, a particularização de quem merece segurança: o “cidadão de bem”, que funciona como marcador de pertencimento ao “nós” que deve ser protegido. Segundo, a instrumentalização da “guerra contra o crime” como justificativa permanente para a mobilização de recursos públicos e a atuação ostensiva e repressiva da PMMS. O *ethos guerreiro*, nesse contexto, é ativado não apenas como resposta à violência, mas como condição para que a instituição siga existindo e operando com legitimidade social e orçamentária.

Desse modo, o processo identitário da PMMS se consolida na dupla operação de pertencimento e exclusão: afirma-se um “nós” coeso e guerreiro ao mesmo tempo em que se constrói o “eles”, o inimigo, como ameaça permanente. Essa dinâmica é atravessada por uma busca simbólica de pureza, que se expressa na figura do “cidadão de bem”: o sujeito idealizado pelo policial militar, aquele que respeita as leis, apoia o combate à criminalidade e, sobretudo, não questiona o papel da polícia. Wanderley Guilherme dos Santos, em *Cidadania e Justiça* (1979), já descrevia essa clivagem: ao “cidadão de bem” reservam-se os direitos civis, sociais e políticos; ao restante, situado no campo do “eles”, destinam-se o rigor da lei e a vingança institucional. É nesse ponto que emerge de forma aguda o poder seletivo dos PMs:

²¹² No caso dos defensores dos direitos humanos pertencentes a grupos privilegiados, acredito que os PMs tenderiam, atualmente, a uma noção de eliminação simbólica, removendo-os dos debates e da esfera pública. Já em relação aos sujeitos marginalizados, a eliminação se daria por meio da violência letal, atingindo diretamente seus corpos.

²¹³ Artigo no tópico seguinte em que sentido eles seriam imaginários.

são eles que, na prática, decidem quem merece proteção e quem deve ser alvo da punição. Reafirmando sua autoridade moral como guardiões de uma ordem que não se pretende democrática, mas hierárquica e moralmente purificada, assim reforço que

É importante ressaltar que a Polícia Militar desempenha um papel decisivo no campo social ao determinar quem é considerado criminoso, utilizando seu poder de seletividade. A culpabilidade e a vulnerabilidade cruzam-se mais do que as condutas consideradas propriamente perigosas para o crime, pois estão associadas características estereotipadas de classe e raça. (...) No entanto, é importante notar que muitas condutas sociais tipificadas como crimes são toleradas pela sociedade. Os mecanismos de crimes seletivos são compreendidos dentro de um contexto cultural e estão intrinsecamente ligados ao trabalho da polícia (Salles, 2023, p. 43-44).

Durante uma instrução no CEFAP, a lógica seletiva que estrutura a atuação da PMMS tornou-se particularmente evidente. A instrução abordava a aplicação do Art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)²¹⁴, que proíbe vender ou fornecer substâncias potencialmente causadoras de dependência a menores de idade. Em tom de brincadeira, a instrutora comentou: “Essa não dá para aplicar sempre, né? Porque, se for numa festa de família de bem, vai ter de prender todo mundo!”; e emendou: “Se quiser, dá para fazer isso todo dia, porque sempre tem” (Cadernos de Campo). À primeira vista, esse comentário poderia sugerir uma crítica ao excesso de criminalização. No entanto, logo ficou claro que o artigo era instrumentalizado de forma estratégica: “A gente usa para incomodar conveniência de periferia, por exemplo. Pega o primeiro menor que tiver lá para fechar o lugar. Lugar que só tinha *pebas*” (Cadernos de Campo). O exemplo revela como a formação policial incorpora, e naturaliza, critérios de seletividade penal baseados em marcadores sociais como classe, território e cor da pele.

A norma legal, em vez de funcionar como garantidora de direitos, é acionada como dispositivo de controle territorial e de punição simbólica contra grupos já racializados e vulnerabilizados, confirmando a crítica de Salles, assim a PM não age com base apenas na periculosidade da conduta, mas nas vulnerabilidades percebidas, reforçando estereótipos de raça e classe que atravessam o imaginário social e se materializam na ação policial.

Ainda dentro da construção do “nós”, emerge a figura do “trabalhador”, sujeito associado à ética da expiação moral capitalista, aquele que “não se mete em encrenca”, respeita a autoridade policial e “cuida da própria vida sem atrapalhar ninguém”, como já

²¹⁴ Nele se tem de “Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica” com “Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.”

indicava Zaluar (1994). Tanto o “trabalhador” quanto o “cidadão de bem” operam, no imaginário policial, como categorias de pureza: moral, social e, muitas vezes, racial. Essa pureza justifica a proteção — e até o armamento, sobretudo para o “cidadão de bem”. Entre alguns²¹⁵ alunos do CFSD, ouvi incentivos à ideia de que tais cidadãos deveriam portar armas “semelhantes às da polícia” para “proteger o que é seu por direito” contra os “eles”. Esse pensamento reproduz o binarismo puro/impuro, amigo/inimigo, que sustenta a identidade do “nós” e legitima uma ordem social armada, onde o poder de proteger (e punir) é delegado àqueles que compartilham dos mesmos valores e, por isso, são dignos de confiança e defesa.

Outra dimensão importante na consolidação do “nós” da PMMS se manifesta na construção de uma identidade institucional coesa e masculinista, marcada pela produção ativa de uma memória própria da instituição. Trata-se de um revisionismo simbólico que articula narrativas da história da corporação às histórias regional e nacional, sempre mobilizando sujeitos e eventos masculinos como figuras centrais da trajetória policial. Como menciona Pollak (1989, 1992), a memória coletiva é organizada para “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum” (1989, p. 9), funcionando como cimento simbólico entre os membros e como ferramenta de distinção em relação aos “eles” externos ao grupo. Durante o trabalho de campo, essa produção da memória institucional se expressou claramente em dois momentos emblemáticos: a preparação dos cadetes do CFO para a cerimônia do “Espadim Tiradentes”, e a rememoração contínua que exalta a figura heroica e viril do Cel. Adib Massad. Nesses dois eventos, o que se observa é a ativação de uma memória social encarnada em figuras masculinas, uma ligada ao panteão da história oficial brasileira, Tiradentes, e a outra diretamente associada à história regional marcada pela violência interiorana e pelo controle territorial. Assim, a PMMS não apenas rememora: ela modela o passado para reforçar sua identidade masculina, guerreira e heroica, consolidando uma noção de pertencimento e continuidade institucional que exclui corpos e narrativas dissidentes.

A entrega do “Espadim Tiradentes”²¹⁶ é uma cerimônia comum a várias Polícias Militares brasileiras, sendo um rito simbólico de passagem para os cadetes dos CFOs. Na PMMS, ela marca o encerramento do primeiro ano do curso, sinalizando a metade do

²¹⁵ Durante o trabalho de campo, alguns PMs se posicionaram fortemente contra o porte de armas por civis, argumentando que isso representaria um risco maior tanto para suas próprias vidas quanto para o exercício de suas funções. Por essa razão, preferem que o Estado mantenha o monopólio do uso da força (Cadernos de Campo)

²¹⁶ O espadim, é um símbolo de “honra e dignidade “da PM, se mostra como símbolo do oficialato, sendo a primeira patente a posição de Segundo-Tenente de provável referência ao cargo de Alferes de Tiradentes.

percurso formativo de dois anos. Durante o campo, acompanhei os cadetes do 3º CFO, que estavam especialmente animados com a solenidade: seria a primeira vez em que vestiriam, diante dos familiares, a farda social completa da corporação (Anexo 1.3). Para eles, não se tratava apenas de uma apresentação pública, mas de um momento de validação do pertencimento institucional. Um dos pontos centrais da cerimônia era a exibição da prática de ordem unida, aprendida ao longo do primeiro ano, cuja importância foi destacada por um instrutor: “A ordem unida é a representação visual do que é ser um militar” (Cadernos de Campo). Seu objetivo declarado é gerar “sentimentos de coesão e reflexos da obediência”, ou seja, uma estética do corpo disciplinado que expressa, simultaneamente, controle, unidade e hierarquia. Trata-se, portanto, de um ritual onde o gesto corporal traduz a lógica institucional, onde cada passo, cada movimento sincronizado se inscreve no corpo do cadete.

A figura de Tiradentes ocupa lugar central no imaginário simbólico das polícias militares brasileiras desde o Decreto-Lei nº 9.208, de 29 de abril de 1946, assinado pelo então presidente militar Eurico Gaspar Dutra. Por meio desse decreto, Tiradentes foi instituído como patrono das polícias civis e militares do país, e o dia 21 de abril passou a ser celebrado como um marco cívico nacional.

A imagem clássica que muitos brasileiros têm de Tiradentes está profundamente marcada por símbolos de martírio e sacrifício, na sua morte por enforcamento e posterior esquartejamento são frequentemente apresentados sob uma ótica messiânica, moldada pelos referenciais cristãos. Essa construção simbólica, presente em livros escolares, monumentos públicos e materiais didáticos, apresenta Tiradentes como o mártir que se sacrifica pelo bem maior, no nascimento da República. A iconografia mais notável dessa representação aparece em obras como *Tiradentes Esquartejado* (1893), de Pedro Américo (Anexo 3.3), e *Tiradentes ante o Carrasco* (1951), de Rafael Falco (Anexo 3.4), além de sua efígie na moeda de cinco centavos do real (1998) (Anexo 3.5). Como aponta Carvalho (1990, p. 68), essa memória social cristianizada do Tiradentes-mártir encarna o ideal do sacrifício masculino honrado, que oferece sua vida pela fundação moral de um novo regime político. No entanto, para as instituições militares, essa representação apresenta uma tensão latente, o sujeito de cabelos e barbas longas, com vestes humildes e expressão abatida, aparece desleixado e informal, distante do ideal de asseio, disciplina e virilidade militar. Assim, a figura de Tiradentes, ao ser reapropriada pelas PMs, passa por um processo de higienização simbólica, onde o mártir é mantido, mas a aparência é substituída, atualiza-se o símbolo para que ele sirva a um imaginário institucional que exige controle do corpo, da aparência e da moral.

Nesse sentido, a PMMS se insere ativamente no movimento²¹⁷ de reestruturação simbólica da figura de Tiradentes, afastando-se da imagem tradicional do mártir cristão para adotar uma representação militarizada e disciplinada do patrono. Esse deslocamento já se manifesta em diversos elementos da cultura institucional, como a estátua localizada em frente ao Comando-Geral da PMMS, na Medalha Tiradentes outorgada anualmente (Anexo 3.7)²¹⁸ e no Colégio Tiradentes da Polícia Militar (CTPM)²¹⁹. Em todos esses espaços, não é o Tiradentes sacrificado, abatido e despojado que está sendo evocado, mas sim o alferes, o militar, o homem de farda, barbeado e alinhado segundo os padrões estéticos e morais da corporação. A imagem cristã de abnegação, sofrimento e despojamento dá lugar a uma masculinidade hierárquica, viril e racional, cuja função simbólica é disciplinar e trazer coesão ao “nós”.

Essa ressignificação da memória social de Tiradentes busca reconstitui-lo como o modelo do policial ideal, não o subversivo que enfrentou a monarquia, mas o agente que serve à ordem, pronto para morrer (ou matar) em nome dela. A apropriação do mito serve, portanto, como tecnologia de poder, em que se reconfigura o passado para legitimar um presente marcado pelo controle, pela verticalidade institucional e pelo culto à honra militar. Na PMMS, isso se expressa na adoção da imagem do quadro *Tiradentes* (1940), de Rodrigues Washt (Anexo 3.8)²²⁰, como ícone visual. Como observa Schactae (2009), o interesse dessa representação está justamente em projetar uma figura que incorpore os valores institucionais da corporação, sobretudo no que diz respeito à honra e à masculinidade disciplinada.

Na PMMS, o QCG, como vimos no início da tese, está localizado no chamado *Palácio Tiradentes*, espaço que já evidencia, em seu nome e arquitetura simbólica, a centralidade do herói institucionalizado. Logo na entrada, um busto de Tiradentes (Anexo 3.9) o representa com traços militares: fardado, barbeado e alinhado ao padrão estético disciplinado que a corporação cultiva. É nesse cenário que se insere a cerimônia do “Espadim Tiradentes”, que acompanhei com o 3º CFO (Anexo 4.0). Para os cadetes, o evento não era apenas solene, mas carregado de significados afetivos e simbólicos. “Depois de tanto trote que recebemos antes, o

²¹⁷ Tive a oportunidade de visitar o museu da PMMG, e lá essa mudança da imagem de Tiradentes ocorreu em 1990 (Anexo 3.6).

²¹⁸ Ela é concedida pela PMMS a 'personalidades', tanto civis quanto militares, que tenham atuado no enaltecimento da instituição em âmbito estadual e nacional. A premiação nos oferece uma pista sobre quem a PMMS escolhe exaltar, e que, invariavelmente, compõe parte do seu 'nós'.

²¹⁹ Colégio da PMMS que oferece formação em nível de ensino fundamental e médio aos dependentes da corporação.

²²⁰ Tal obra foi realizada já com intuito, segundo Carvalho (1990, p.71) de repaginar a imagem de Tiradentes dando ênfase ao seu caráter militar.

espadim nos liberta”, disse um deles (Cadernos de Campo). Outro cadete ouviu de um instrutor: “Esse espadim tem o DNA daqueles que os precederam e forjará a caminhada de vocês” (Cadernos de Campo). Essas falas ilustram como a história é mobilizada como um dispositivo de memória durante a “forja” dos futuros oficiais, que são inseridos em uma linhagem simbólica de sacrifício e continuidade.

A cerimônia opera como rito de passagem e ao mesmo tempo como dispositivo de reinscrição de uma memória institucional generificada. O espadim não é apenas um objeto cerimonial, mas condensação simbólica do sacrifício do militar, não do mártir cristão, mas do alferes, o homem armado, disciplinado e viril. Nesse sentido, a figura do “herói Tiradentes” é construída como reprodutor de valores idealizados pela corporação: grandeza, abnegação, sacrifício, heroísmo, coragem, glória, e, acima de tudo, a identidade generificada de alferes, miliciano, militar e, finalmente, homem (Schactae, 2011, p. 39). Trata-se, portanto, de um processo ativo de formação do *masculinismo institucional*, no qual os cadetes são modelados não apenas como agentes da segurança pública, mas como herdeiros simbólicos de um passado “glorioso”²²¹ que autoriza, e exige, violência, disciplina e lealdade.

Essa noção de herói apareceu anteriormente na inscrição afixada na entrada do CEFAP: “Forja Ativa de Grandes Heróis” (Imagem 1.8), expressão que não apenas enobrece a formação policial, mas a posiciona como uma continuidade épica de um passado guerreiro. A mesma ideia é reiterada na canção oficial da corporação, que exalta: “Grandes heróis — Nas cidades, nos campos e rios”. A figura do herói, portanto, não está restrita às cerimônias: ela ecoa nas paredes, nas músicas, nos gestos corporais e nos discursos cotidianos. Como observa Schactae (2016, p. 30), “a instituição constitui uma identidade coletiva que se apresenta como permanente e é exibida como uma herança deixada pelos heróis institucionais, os quais são herdeiros das virtudes e valores de guerreiros passados”. Trata-se de uma pedagogia memorial contínua que atua não apenas na produção de pertencimento, mas na afirmação de um modelo de masculinidade militarizada, heroica e sacrificial.

O “sacrifício” de Tiradentes, dentro da gramática simbólica da PMMS, só pode ser compreendido sob uma ótica viril: para tornar-se herói, ele precisaria, necessariamente, morrer de forma honrada. Como nos mostra Jean-Pierre Vernant (1992), a morte honrada é, historicamente, um atributo fundamental da virilidade, sobretudo em sociedades onde a figura

²²¹Na PMMS Salles (2023) observa como o termo “gloriosa” é usado nas PMs, onde “Dentro da corporação, existe uma gíria carinhosa para denominar a Polícia Militar, que não ocorre apenas em Mato Grosso do Sul, mas também nos demais estados, chamando-a de ‘Gloriosa’. Essa palavra remete aos feitos heroicos, às grandes obras, à honradez e a suas extraordinárias qualidades, ou seja, é praticamente um autoelogio para reafirmar uma tradição de atributos construídos com as masculinidades” (p. 23-24).

do guerreiro é central. Essa concepção ressurgue de maneira clara no imaginário militar: morrer em combate, ou pelo bem coletivo, não representa falência, mas consagração. A mesma lógica aparece no juramento feito pelos novos soldados ao fim do CFSD, que inclui a expressão “com risco da própria vida”, fórmula repetida em diferentes cerimônias e frequentemente destacada nos discursos do Comandante-Geral. Trata-se de uma retórica sacrificial que transforma a disposição para morrer em sinal supremo de pertencimento e masculinidade. Essa forma de morte “boa” se aproxima diretamente da concepção grega antiga que Vernant descreve:

Como a vida é a única coisa no mundo que não se pode reaver quando nos abandona, aquele que optou deliberadamente pelo risco de perde-la, desafiando cada confronto guerreiro, se situa fora e além das regras ordinárias da honra. A “glória imperecível” à qual aspira não pode ser normalmente comparada com as outras formas de consideração. Deve-se pagá-la com o preço da vida, com a “bela morte”, a do guerreiro que tombou no campo de batalha na flor da idade. (1992, p.37).

Para evitar qualquer leitura anacrônica, não proponho que os policiais militares aspirem à morte no sentido clássico da tragédia grega. No entanto, é inegável que muitos dos enunciados institucionais e cotidianos que circulam na PMMS carregam repertórios simbólicos associados a essa concepção antiga, na qual juventude, virilidade, honra e morte se entrelaçam. Essa articulação aparece não apenas nos discursos formais, mas também nas redes sociais da corporação, que frequentemente homenageia PMs (da própria PMMS ou de outras PMs) mortos “em combate”, pelas mãos de “criminosos”. Nesses casos, as postagens não apenas lamentam a perda, mas exaltam o sacrifício como expressão máxima de lealdade, coragem e honra, reforçando o estatuto heróico do morto.

Entretanto, essa estética da bravura é reservada exclusivamente às mortes ocorridas em ação, o que revela a seletividade do heroísmo institucional. Mortes por acidentes, suicídios ou causas naturais não recebem o mesmo enquadramento simbólico: nesses casos, as redes oficiais da PMMS se limitam a oferecer condolências institucionais, com linguagem neutra e distante da aura de glória atribuída aos tem “legado de heroísmo que continua a inspirar a nós”.

Tais valores são também ritualizados nos lemas e símbolos de unidades de elite. No CHOQUE, por exemplo, o lema “Honra, Disciplina e Conduta” sintetiza um código moral que associa retidão e obediência ao prestígio da disposição combativa. No BOPE, a centralidade da morte é ainda mais explícita: os operadores se identificam como *caveiras*, e o

símbolo da unidade, a icônica “faca na caveira”, representa a vitória sobre a morte²²², a incorporação da letalidade como parte da identidade do guerreiro policial. Assim, a morte honrada em defesa da ordem deixa de ser um acidente trágico para se tornar uma possibilidade desejável dentro de uma gramática de heroísmo institucional. Ela reafirma o *ethos guerreiro*, transforma o policial em mártir da segurança pública e reforça um ideal de masculinidade sacrificial, no qual viver e morrer pela corporação são formas de alcançar a glória simbólica.

Se o heroísmo policial é forjado internamente por meio de símbolos, rituais e narrativas de sacrifício, ele também se projeta para fora da corporação, articulando-se com sujeitos e estratégias que garantem sua permanência na esfera pública e política, e contribuem para estabelecer as concepções do “nós”. Além do resgate e da ressignificação de símbolos históricos, eventos como o Espadim Tiradentes do 3º CFO operam também como vitrines institucionais, ali se demarcam os valores centrais da PMMS e se estreitam laços com figuras que compartilham seus interesses e que ocupam posições estratégicas no Estado.

Uma dessas presenças constantes é a do ex-comandante-geral da PMMS, o Cel. David (Anexo 4.1), hoje deputado estadual por Mato Grosso do Sul, eleito pelo Partido Liberal (PL) como o oitavo mais votado do estado. Em sua imagem pública, Cel. David se define como “cristão, patriota e conservador”, posicionando-se como mais um elo simbólico entre a instituição e o bolsonarismo. Sua trajetória é exemplar das articulações políticas entre a PMMS, por meio de seus integrantes e ex-integrantes. Considerado tanto um defensor da instituição quanto um porta-voz fiel do ex-presidente, Cel. David ilustra como o “nós” se expande e aparece na política regional, ressoando, legitimando e sendo legitimado por discursos e atores da extrema-direita nacional.

Essa articulação entre PMMS e bolsonarismo não se limita ao caso do Cel. David, ou do Coronel anterior. Outra figura igualmente presente nas cerimônias e nas estruturas de prestígio da instituição é o Cel. Villasanti, também ex-integrante da corporação e vereador entre 2020 e 2024. Villasanti demonstra os laços históricos da PMMS com o bolsonarismo, que antecedem inclusive a chegada de Jair Bolsonaro à presidência. Sua trajetória é especialmente significativa por um gesto marcante: foi Villasanti quem concedeu a Jair

²²² Há um debate em torno da origem do símbolo e de seus significados. Para uma compreensão mais aprofundada, França (2020) investiga especificamente seu surgimento, bem como a mística que o envolve.

Bolsonaro²²³, ainda em 2015, antes mesmo de sua candidatura à presidência, a Medalha Tiradentes, que como vimos é uma das maiores honrarias da PMMS. Ao agraciar Bolsonaro com essa medalha, Villasanti não apenas homenageia um político alinhado a seus valores, mas ele também inscrevia Bolsonaro no campo de prestígio moral da corporação, legitimando-o como figura digna de honra, respeito e pertencimento à identidade institucional da PMMS.

Importante destacar, no entanto, que a adesão ao bolsonarismo na PMMS não se limita aos militares da reserva. Durante o trabalho de campo, acompanhei as eleições municipais de 2024, quando o Partido Liberal (PL), ao qual Jair Bolsonaro é filiado, indicou como vice-prefeita de Campo Grande a então subcomandante da PMMS, Cel. Neidy, a mesma oficial que havia autorizado minha pesquisa. A indicação fez parte de uma aliança entre o PL e o candidato do PSDB, Humberto 'Beto' Pereira. Pouco antes da campanha, a Coronel Neidy foi exonerada²²⁴ do cargo, passou a atuar politicamente de forma ativa nas redes sociais, promovendo o candidato e defendendo pautas conservadoras alinhadas ao bolsonarismo. Em suas postagens, aparecia com frequência ao lado do ex-presidente Jair Bolsonaro, reafirmando sua adesão ideológica. A indicação foi feita por seu ex-colega da PMMS, Cel. David, que afirmava

Já indiquei ao Bolsonaro a Coronel Neidy da PM, porque tinha que ser uma mulher. Há uma preferência do PL Nacional que seja mulher qualificada. Ela é a primeira mulher a ser coronel da PM, muito respeitada, com liderança grande na tropa e, com certeza, vai agregar muito ao Beto.²²⁵

Pontua-se aqui ainda a utilização da figura da Cel. Neidy como uma alteridade generificada dentro desse grupo, marcada por uma lógica de compensação estratégica, expressa na ideia de que “tinha que ser uma mulher”. Sua presença na chapa pode ser lida como tentativa de suavizar a imagem fortemente masculina e autoritária do bolsonarismo, respondendo a dados que indicam menor apoio de eleitoras mulheres aos candidatos do PL e

²²³ Já na época houve protestos e manifestações de apoio ao recebimento dessa medalha por Bolsonaro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/04/jair-bolsonaro-recebe-medalha-da-pm-em-ms-em-meio-manifestacoes.html>> Acesso em: 10 nov. 2024.

²²⁴ A Cel. Neidy se exonerou da instituição para o pleito eleitoral. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/policia/2024/subcomandante-da-pmms-e-exonerada-depois-de-1-ano-em-cargo/>> Acesso em: 10 nov. 2024. Logo após o processo eleitoral e a derrota do candidato Beto Pereira, a mesma Cel. foi reconduzida a PMMS, novamente ao cargo de Subcomandante da PMMS. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/politica/2024/apos-eleicao-coronel-e-reconduzida-ao-cargo-de-subcomandante-da-pmms/>> Acesso em: 15 dez. 2024

²²⁵ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/politica/pl-indica-coronel-neidy-como-vice-na-chapa-de-beto>> Acesso em: 10 nov. 2024.

ao próprio Bolsonaro (Datafolha, 2022). Esse episódio evidenciou não apenas o engajamento de uma “ex-oficial” de alta patente, mas também a presença ativa da cúpula da PMMS em eventos de pré-campanha, incluindo o próprio comandante-geral da corporação. Em uma dessas ocasiões, os perfis institucionais oficiais da Polícia Militar: o do comandante-geral (@comandantegeraldapmms), do Batalhão de Choque (@pmms.choque) e o da própria PMMS (@pmmsocial), demonstram apoio na postagem, conferindo a ela uma legitimidade pública e simbólica que ultrapassa o âmbito pessoal. A presença da Cel. Neidy como candidata, somada à sua identificação institucional e à chancela de figuras como o Cel. David, compõe um movimento de continuidade simbólica entre comando, política e ideologia, em que o capital político de ex-integrantes da PMMS é mobilizado e legitimado publicamente como extensão da própria corporação.

Essa dinâmica reitera o papel da PMMS na produção e reprodução de um campo político próprio, cujos critérios de pertencimento se expressam tanto em gestos oficiais quanto em homenagens como a Medalha Tiradentes, concedida àqueles que, segundo os termos da própria instituição, contribuem para o “enaltecimento da PMMS”. O gesto de premiar, apoiar e dar visibilidade institucional a determinadas figuras indica que compõe o “nós” da PMMS, e quais valores e projetos políticos ela escolhe exaltar e perpetuar.

Os coronéis David, Villasanti e Neidy integram o que Lima (2020) define como um “Partido Policial”, fenômeno de crescente participação de integrantes das forças de segurança como candidatos, evidenciado nas eleições entre 2010 e 2020 e confirmado em 2022 (FBSP, 2022). As relações entre a PMMS e a política regional ultrapassam a defesa corporativa da categoria, e produzem uma identidade comum, um “nós”. E como observa Kalil (2018), os valores centrais desse campo político, a figura do “cidadão de bem”, a “masculinidade viril” e o protagonismo de “militares e ex-militares”, são característicos do bolsonarismo (p. 14-15).

Nas OPMs formativas, essas alianças são perceptíveis e legitimadas. O Cel. David, por exemplo, foi homenageado como paraninfo da turma do 2º CFO na APM, gesto que reforça seu prestígio dentro da corporação. Embora essas figuras não representem toda a PMMS, suas presenças constantes indicam o alinhamento de parte do alto oficialato a projetos políticos reacionários. Esse clima vai moldando a visão de mundo de alguns cadetes e alunos, que passam a se perceber como parte desse “nós” dentro da noção de *guerra cultural*. Tal aspecto se soma com a concepção que alguns PMs já elaboram de si mesmo, que é como Feltran (2021, p. 248) menciona que eles começam a se ver como última barreira entre a civilização e o caos. Em uma instrução, um instrutor comentou: “Vocês estão lembrando, né? Lá no

Espírito Santo ²²⁶o que aconteceu?! Sem a PM não tem como, sem a PM é o caos completo” (Cadernos de Campo). A frase resume a lógica binária que se consolida: os PMs como parte do “nós” junto dos bolsonaristas, defensores da ordem.

A figura dos coronéis revela como uma parte significativa da PMMS se compreende e deseja ser percebida pela sociedade sul-mato-grossense. Seus discursos projetam uma imagem de polícia masculinista, autoritária e moralmente orientada, uma polícia “paterna” e repressora. Voltando ao evento do Espadim Tiradentes, o Cel. David expressou com clareza esse alinhamento de valores que é passado para os cadetes, ao afirmar: “Ontem estive numa escola cívico-militar. (Nela) a disciplina, o amor à família, ao pai, são diferenciados²²⁷”. A ênfase na disciplina e na autoridade paterna remete diretamente a uma moral conservadora típica do bolsonarismo, em que o “Pai” é símbolo de ordem, comando e respeito, valores que a PMMS busca reafirmar como distintivos frente ao que considera a desordem da sociedade mais ampla.

O conceito de família, sempre invocado sob uma perspectiva heteronormativa e reforçando estereótipos de gênero, também é central nos discursos da extrema-direita que circulam na PMMS. A defesa da “família tradicional” opera como marcador moral, consolidando a identidade do “cidadão de bem” em oposição a grupos vistos como “contra a família”. Nesse cenário, as cerimônias e os símbolos ganham papel pedagógico. Como destaca Schactae (2009, p. 165), tais rituais têm a função de inscrever códigos e regulamentos nos corpos dos membros, modelando uma concepção institucional que ultrapassa o aspecto técnico da formação. Em outro evento, o Cel. David retomou o simbolismo da farda, que vimos anteriormente, ao afirmar: “A farda é uma segunda pele, para a vida toda. Não existe ex-policia militar” (Cadernos de Campo). A fala reforça o *esprit de corps* e a ideia de um pertencimento vitalício, reafirmando sua posição como membro da corporação mesmo atuando como deputado. Assim, no processo formativo, tanto no CFO quanto no CFSD, o sujeito é convocado a assumir uma responsabilidade que transcende o exercício funcional, assim como também é induzido a tornando-se parte de um “nós” ampliado, fundado em valores morais, disciplinares e identitários.

²²⁶ Em 4 de fevereiro de 2017, a polícia militar do Espírito Santo (PMES) realizou uma paralisação reivindicando o reajuste da remuneração. O que foi entendido como uma greve dos militares pelo TJES, que é inconstitucional pelo artigo 142, inciso IV. Nela, as famílias dos PMs, sobretudo as mulheres, tiveram um papel importante em ocupar os batalhões. Disponível em: < <https://especiais.g1.globo.com/espírito-santo/2017/linha-do-tempo-crise-da-seguranca-no-es/>> Acesso em: 10 nov. 2024.

²²⁷ Atualmente no MS nove escolas fazem parte do modelo cívico-militar. Essas escolas são vistas como “forma de restauração conservadora na educação (...) propagação da ideologia conservadora na sociedade, ensinando a obedecer” (Silva, 2021) assim como “fortalecimento de ideologia de direita, com o objetivo final de incutir nos alunos ideias neoliberais, segundo os autores, para a implementação do neofascismo” (Marques, 2021).

Mas a construção do “nós” da PMMS não se apoia apenas em símbolos nacionais como Tiradentes. Uma figura regional também se destaca na produção da memória institucional e na consolidação dos valores da corporação: o Coronel Adib Massad. Presente no site oficial da PMMS sob a rubrica de “Figuras Notáveis na História da PMMS”, Adib encarna uma memória construída a partir da própria história local da corporação. Em 2017, o Cel. David criou, por meio de resolução, a Medalha “Coronel PM Adib Massad”, destinada a “honrar os profissionais de segurança pública”. O gesto simboliza não apenas uma homenagem, mas a consagração de um modelo de policial que a PMMS deseja preservar e projetar. Mas afinal, quem foi o Cel. Adib Massad? Segundo a descrição do site oficial da PMMS temos que ele foi

Figura de destaque no combate ao crime na fronteira, o Coronel Adib Domingos Massad (1929-2021) ingressou na Polícia Militar em 1953 e notabilizou-se como comandante do antigo Grupo de Operações de Fronteira (GOF). Sob seu comando, a unidade realizou inúmeras operações bem-sucedidas contra tráfico e contrabando, conduzindo à formação do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), hoje referência nacional em segurança de fronteira.²²⁸

O Coronel Adib Massad tornou-se uma figura mítica na história da PMMS. Seu nome batiza tanto o Batalhão do BOPE em Campo Grande quanto a sede do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) em Dourados²²⁹, o que já indica o lugar que ocupa na memória institucional da corporação. Adib ingressou na Polícia Militar do Mato Grosso (PMMT) em 1953, formando-se como aspirante a oficial no ano seguinte. Ao longo de sua carreira, ocupou diversos cargos de comando e também atuou como delegado²³⁰ em diferentes regiões do interior do estado. Com a divisão da PMMT e a criação da PMMS, Adib passou a integrar a nova corporação como major. No Mato Grosso do Sul, acumulou cargos estratégicos como assessor de segurança do governador, assistente do comando-geral, assessor militar da Secretaria de Segurança Pública e chefe do Estado-Maior. No entanto, foi sua atuação em unidades táticas que o consagrou como símbolo institucional: comandou o Grupo de Operações Especiais (GOE)²³¹, o Centro de Operações Policiais (COPOM) e, sobretudo, foi um dos pioneiros na criação do Grupo de Operações de Fronteira (GOF)²³² em 1987,

²²⁸ Disponível em: < <https://www.pm.ms.gov.br/historico/> > Acesso em: 10 jan. 2025.

²²⁹ É um município do Mato Grosso do Sul, com a segunda maior cidade do estado. Estando a 231 km da capital Campo Grande, e a cerca de 120 km da cidade de Ponta Porã que faz a divisa com a cidade de Pedro Ruan Caballero no Paraguai.

²³⁰ As divisões conhecidas atualmente como Polícia Civil e Militar não se faziam presentes. Sendo possível um PM enquanto delegado, sobretudo nas cidades do interior do estado.

²³¹ Posterior ao TORA que vimos antes enquanto “avô” do CHOQUE E BOPE, o GOE, seria considerado o pai dos batalhões.

²³² O Cel. Villasanti foi membro do grupo, assim como já mencionado ex-policial civil e Secretário da SEJUSP.

assumindo seu comando entre 1989 e 1995. É essa trajetória *operacional* que alçou Adib à condição de herói fundador dentro do imaginário da PMMS.

O Cel. Adib Massad tornou-se uma figura emblemática na história da PMMS ao personificar o ideal do “homem da ordem”: linha-dura, *operacional* e temido, sobretudo nas regiões de fronteira, onde sua autoridade se afirmava pela violência policial. Sua trajetória expressa uma performance clara da *wild masculinity*, que com o tempo daria lugar à sua posição de *antigão*, representante da *cumplicidade masculina* descrita por Connell (2005, p. 79), ao legitimar esse modelo viril e combativo. Em uma instrução tratando da PMMS, um instrutor o exaltou dizendo: “O lendário GOF... isso sim é a parte importante da história da PMMS” (Cadernos de Campo). Conhecido como “A Águia da Fronteira”, o GOF surgiu em resposta à criminalidade rural e ao contrabando, e sempre esteve articulado aos interesses de agricultores, pecuaristas e comerciantes locais, os mesmos, chegaram a doar terras e financiar sua sede (Rocha, 2015). Embora não tenha sido seu primeiro comandante, Adib foi reconhecido como a “personificação” do grupo (Teixeira, 2002), consolidando-se como um herói institucional cuja figura reforça a aliança histórica entre PMMS, violência de fronteira e setores conservadores do campo sul-mato-grossense.

Em muitos aspectos, a figura de Adib Massad simboliza as construções que analisei até aqui sobre o *ethos guerreiro* que atravessa a formação e a cultura da PMMS. Seus longos anos de serviço, associados à atuação violenta em nome do “combate ao crime”, o posicionam como referência mítica entre cadetes, alunos e instrutores. Durante o campo, ouvi de um instrutor, em tom de hipérbole entre admiração e incredulidade: “Pela história dele, o Cel. Adib deve ter matado no mínimo uns mil caras pelos anos todos de polícia (risos)”. Essa fala exemplifica como a violência, quando enquadrada como parte da guerra justa contra o crime, se converte em mérito e prestígio. Uma história recorrente que escutei durante o campo, contada com certa leveza, quase como anedota, revelava como parte da sociedade também enxergava Adib sob essa mesma lógica, então

Dizem que durante campanha para vereador em Dourados, Adib Massad, buscando agradar possíveis eleitores, chegou a uma casa noturna e, diante do silêncio geral que se formou de repente, sentou-se à mesa e, olhando para as pessoas às quais desejava dar bonés como brinde, contou: “Um, dois, três...”, até 12. Então, ordenou a um dos seus assessores: “Me traz doze!”. O lugar esvaziou rapidamente, a começar por 12 pessoas. Sozinho, o coronel só depois soube que os medrosos fregueses entenderam que ele tinha mandado trazer a “DOZE”, uma arma de grosso calibre.²³³ (Rocha, 2015, p. 135).

²³³O sentido da “12” aqui tem o mesmo sentido na canção do dia 8 março que vimos no CEFAP.

Essa anedota era frequentemente contada em tom jocoso, como uma história engraçada sobre um mal-entendido. No entanto, sob uma leitura enunciativa, ela ilustra com precisão como a figura masculina de Adib Massad produzia um tipo de “respeito” baseado no medo, especialmente entre outros homens, resultado da fama que cultivou por sua atuação violenta contra a “bandidagem”. A simples presença de Adib era suficiente para provocar silêncio e esvaziamento de um espaço público, sinal da força simbólica que sua figura carregava. A história, embora narrada com leveza, assume um tom ainda mais sombrio quando considerada à luz das circunstâncias de sua saída do GOF, marcadas por controvérsias sobre abuso de poder e excesso de violência. Nesse contexto, o riso se mistura com o temor, reforçando como o mito do herói policial é sustentado pela legitimação social da violência como atributo de autoridade masculinista.

Imagem 2.2 – Cel. Adib Massad (de terno) junto de integrantes da PMMS



Fonte: Instagram do @pmmsoficial.

O pano de fundo da saída de Adib Massad do GOF envolve um período particularmente sombrio entre 1995 e 1998, quando diversas execuções foram registradas na

região de Dourados e na fronteira com o Paraguai²³⁴. Além dessas mortes, surgiram relatos de desaparecimentos forçados de homens das classes populares, muitos com passagens criminais, evocando os métodos do “desaparecimento forçado” da ditadura militar (Teixeira, 2002). Apesar das semelhanças entre os casos, a polícia local demonstrava desinteresse, e os episódios foram amplamente ignorados por parte da sociedade. Nos círculos conservadores, predominava a leitura de que se tratava de conflitos internos do *mundo do crime*, sem relevância para o “cidadão de bem”. Já entre setores progressistas, como nos setores de direitos humanos da OAB de Dourados e do MS²³⁵, parlamentares do PT e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos ‘Marçal de Souza’²³⁶, crescia a suspeita de que os padrões dos crimes indicavam a possível participação de policiais em ações de extermínio.

Foi nesse contexto que, após uma operação do GOF em um bairro da região oeste de Dourados, oito pessoas desapareceram e, dias depois, foram encontradas mortas. O episódio atraiu atenção da mídia e intensificou o foco dos grupos progressistas locais sobre o GOF, que passou a ser acusado²³⁷ de envolvimento direto em execuções extrajudiciais de indivíduos considerados “criminosos”. Para esses grupos, tratava-se de uma prática sistemática de extermínio, conduzida por agentes do Estado. Essa dinâmica não se diferenciava das práticas de outras polícias militares brasileiras em períodos semelhantes, como a ROTA, da Polícia Militar de São Paulo, frequentemente citada pela própria PMMS como uma referência positiva²³⁸. Como mostrou Barcellos (2003 [1992]), nos anos 1970 e 1980, a ROTA esteve envolvida em diversas execuções de suspeitos, muitas vezes com o apoio tácito de setores da população. O mesmo padrão se repetia em Dourados: parte da população conservadora, ignorando as denúncias, reafirmava o apoio ao comandante do GOF com frases como “O Adib precisa continuar trabalhando, isto para quem gosta de tranquilidade e não de bandidos” (Teixeira, 2002, p. 111). Assim, mesmo diante de graves suspeitas, a figura de Adib seguia

²³⁴ “Os cadáveres executados sumariamente, alguns foram encontrados amarrados e vendados, entretanto, foi constatado que a maioria havia sofrido torturas, pois seus corpos estavam completamente mutilados.” (Teixeira, 2002, p.94).

²³⁵ A OAB/MS foi uma das que tentou impedir a entrega da medalha Tiradentes para Bolsonaro em 2015, devido a suas falas.

²³⁶ Mais adiante, retomo essa figura, agora homenageando esse centro, como parte do ‘eles’.

²³⁷ Nesta tese, não busco argumentar ou sustentar que o GOF tenha sido responsável pelas execuções; o foco está nos aspectos simbólicos e nos enunciados produzidos em torno do acontecimento, que contribuem para a construção de uma identidade comum da PMMS. Para grande parte dos PMs, as execuções sequer teriam ocorrido; e, caso tivessem ocorrido, estariam justificadas por serem *marginais*. Se, ainda assim, fossem consideradas erradas, seriam vistas como algo próprio da época. Uma cadeia de justificações que reforça determinados valores institucionais. Teixeira (2002), em sua dissertação, aprofunda essa discussão ao analisar os inquéritos policiais

²³⁸ Relembro o auditório lotado do Anexo 2.9 que era uma aula magna do comandante da ROTA.

consolidada como defensor da ordem, legitimado não apenas pela instituição, mas também por uma parcela da sociedade que via na violência letal repressiva uma forma legítima de defesa da sociedade.

A figura do Coronel Adib ganhou ainda mais centralidade após uma “entrevista”²³⁹ concedida a uma equipe de televisão nacional que investigava o alto número de execuções na região de fronteira do Mato Grosso do Sul. Na ocasião, Adib reforçou seu alinhamento com o “nós” formado por setores conservadores da sociedade douradense, demonstrando desdém pelas mortes de suspeitos, ao afirmar: “A sociedade mais lucra do que perde com o fim desses marginais” e, em tom de justificativa, completou: “Os que morrem na fronteira, na sua grande maioria, são bandidos”. As declarações ilustram a naturalização da violência letal seletiva como ferramenta legítima de controle social e revelam como sua figura sintetizava uma identidade coletiva composta por parte dos policiais militares, pelos chamados “cidadãos de bem”, defensores da “família tradicional” e, mais recentemente, pelos bolsonaristas. A lógica de exclusão que fundamenta esse “nós” se explicita em outras falas do coronel, que ajudam a compreender como o GOF pode ter operado, o Coronel diz

Tem que fazer como eu faço, mas de uma forma inteligente... por exemplo, matar um bandido, o policial hoje tem de matar um bandido, de se defender, de defender aquilo que é obrigação dele, de defender a sociedade. Porque se ele mata, ele vai para a cadeia... se fizer um levantamento na fronteira, o senhor não vai encontrar nenhum de bem, só bandido. Por isso sou respeitado (Teixeira, 2002, p. 120).

A declaração explicita como Adib construiu sua autoridade com base na violência letal e na ideia de que o respeito — sobretudo entre homens — se conquista pela disposição de matar em nome da ordem. O que se insinua aqui é que o verdadeiro policial é aquele que transgride as regras em nome de um bem maior, mantendo, assim, sua fidelidade ao grupo. Quando perguntado sobre como lidaria com uma quadrilha que havia matado um dos seus policiais do GOF, a resposta de Adib seguiria a mesma lógica viril e retaliatória, que ele menciona

“Eu pensei, contei até dez e ia fazer uma violência na época, mas aí lembrei do velho que era meu amigo e me ajudou”. (O Coronel está se referindo ao filho do Delegado de Antônio João que acabou sendo morto) eu vou esperar ele morrer, se ele morrer eu estiver vivo, eu mato os filhos dele.” A reportagem então lembra ao

²³⁹ Aqui, como em muitos discursos de PMs observados em campo, a mídia é retratada como vilã. Nos dias 7 e 8 de setembro de 1995, um jornalista teria enganado o Cel. Adib, deixando câmeras e microfones ligados sem que ele percebesse. Nesse momento, teria feito perguntas consideradas 'comprometedoras', segundo o próprio coronel e autores que compartilham dessa versão, como Teixeira (2002) e Rocha (2015) — este último, ex-major da PMMS. Não tive acesso ao material exibido na televisão, tampouco encontrei, na revisão bibliográfica, uma versão da outra parte envolvida.

Coronel Adib Massad a morte do filho do Delegado e diz ao Coronel: “ficou um por um”. Adib Massad replicou: “é ficou um por um, mas depois nós fizemos uma limpa foram uns 10 mais ou menos” (Teixeira, 2002, p. 121).

Mais uma vez, a violência letal aparece nas falas do Cel. Adib como forma legítima e naturalizada de ação. A declaração, na qual afirma ter considerado matar os filhos de um delegado em represália pela morte de um policial, concluindo com “depois nós fizemos uma limpa, foram uns 10 mais ou menos”, escancara o grau de articulação entre vingança pessoal, moral do *ethos guerreiro* e atuação institucional.

Quando a reportagem foi ao ar em rede nacional causou forte repercussão, apesar de a parte do “nós” da qual Adib fazia parte estar em contexto local marcado por valores autoritários, patriarcais e antagônicos à cultura dos direitos. Como discuti anteriormente, nos anos 1990 o debate sobre redemocratização e direitos humanos ganhava força, especialmente nos setores progressistas. Assim, ao explicitar com tanta franqueza uma lógica de extermínio operada por dentro do aparato policial do Mato Grosso do Sul, as pressões externas se intensificaram. Como resultado da repercussão, o Cel. Adib foi exonerado²⁴⁰ e o GOF repaginado²⁴¹, sendo posteriormente substituído pelo atual Departamento de Operações de Fronteira (DOF).

Mesmo após a repercussão nacional negativa de suas declarações, o Cel. Adib foi eleito, ainda em 1998, vereador na Câmara Municipal de Dourados, reafirmando que, para parte significativa da população local, sua imagem como “guerreiro defensor do cidadão de bem” seguia legitimada. Assim como outros PMs que migraram para a política regional, Adib utilizou o mesmo discurso que o consagrará na corporação, dentro da *wild masculinity*. Em entrevistas, lamentava os limites impostos pela Constituição de 1988, afirmando que o trabalho policial fora enfraquecido porque não se podia mais “deter o pessoal para averiguação”, e concluiu lamentando: “Pelo sim, pelo não, o policial tem que tomar muito cuidado para não ferir o direito do cidadão” (apud Rocha, 2015, p. 59). Essa era a visão que mantinha de si e da sua missão, um guerreiro da ordem barrado por um modelo jurídico considerado permissivo e garantista. O Cel. Adib Massad faleceu em março de 2021,

²⁴⁰ A Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul abriu uma investigação e instaurou um inquérito, ambos posteriormente encerrados por falta de materialidade (Rocha, 2015, p. 48). No entanto, o próprio autor reconhece a existência de uma 'lei do silêncio' na região, destacando a fala do próprio Adib: 'Era muito difícil ouvir uma pessoa dizer "Eu vi", "foi fulano", pois no outro dia estaria morta' (Rocha, 2015, p. 58).

²⁴¹ Oficialmente, a transformação ocorreu por meio do Decreto Estadual nº 8.431, de 15 de janeiro de 1996. No entanto, não houve mudanças de fato na identidade do grupo, como revelam as constantes referências em vídeos institucionais, inclusive na contagem dos anos de existência da instituição. Disponível em: <<https://legis.camaracamapua.ms.gov.br/noticia/camara-homenageia-dof-pelos-36-anos-de-criacao>> Acesso em: 10 jan. 2025.

deixando como legado a incorporação duradoura de seu nome, figura e trajetória à memória institucional e à identidade combativa da PMMS.²⁴²

Adib Massad foi enterrado como uma “lenda” da PMMS, amplamente reconhecido como a personificação da máxima “bandido bom é bandido morto”, frase que ainda hoje conta com o apoio de boa parte da população brasileira (FBSP, 2016). Após sua morte, diversas instituições de segurança pública divulgaram notas de pesar, e políticos alinhados a pautas conservadoras o homenagearam publicamente; o governo estadual decretou luto oficial de três dias. Durante o funeral, muitos o descreveram como um “pai que ensinou vários caminhos” ou “um pai para todos que trabalhavam com ele”. Como analisei anteriormente, a figura paterna na PMMS está profundamente vinculada ao *masculinismo institucional*, o “herói” que protege, ensina e impõe ordem pela violência. No campo, essa imagem aparecia recorrentemente como a do “herói responsável pela segurança, conforto e o ensino dos valores” (Cadernos de Campo), muito próxima das noções de guardião da família e da sociedade. A memória de Adib, nesse sentido, não é apenas pessoal: ela reafirma o papel paternalista e viril que a corporação reivindica para si, dentro e fora da farda.

Imagem 2.3 – Cel. Adib Massad e Bolsonaro na Entrega da Medalha Tiradentes

²⁴² Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/adib-massad-morre-como-lenda-e-simbolo-do-bandido-bom-e-bandido-morto>> Acesso em: 20 jan. 2025.



Fonte: topmídia news²⁴³.

A “lenda” do Cel. Adib e o “mito” de Jair Bolsonaro se articulam em torno de valores reacionários que ajudam a consolidar o “nós” da PMMS, como vimos nas homenagens, nos discursos, nos símbolos e nas alianças políticas da corporação. Esse “nós” é alimentado não apenas pela lógica do armamento, pela adrenalina do combate ou pelas trajetórias que ligam a PMMS à política regional conservadora. Ele também se estrutura a partir de mitos históricos nacionais e locais, que reforçam noções de sacrifício e violência letal como fundamentos morais da ação policial. No entanto, um último grupo, que também ocupa um lugar central na produção dessa identidade: os religiosos cristãos, em especial os pastores evangélicos neopentecostais, que circulam com liberdade nas OPMs formativas e contribuem para sustentar a lógica do *ethos guerreiro* em uma chave espiritual. São eles que aprofundam a dimensão moral mais ampla do combate, associando masculinismo, fé e violência letal como parte de uma batalha justificada por Deus. É sobre eles que passo a tratar agora.

O principal grupo que apareciam eram os evangélicos, sobretudo os pastores neopentecostais²⁴⁴. Embora houvesse uma presença católica, mas ela se mostra pouco

²⁴³Disponível em: <<https://www.topmidianews.com.br/campo-grande/coronel-adib-e-internado-e-estado-de-saude-e-gravissimo-em-campo/143043/>> Acesso em: 20 jan. 2025.

expressiva²⁴⁵. Esse cenário reflete uma tendência mais ampla observada no Brasil, onde, como apontam Coutinho et al. (2025), o neopentecostalismo apresenta crescimento exponencial. Nas polícias militares brasileiras, esse grupo já constitui a maioria religiosa, com os evangélicos tradicionais²⁴⁶ em segundo lugar (FBSP, 2020). No campo, os enunciados e as teologias associadas ao neopentecostalismo foram recorrentes e atuaram diretamente na consolidação de uma noção ampliada de “nós”. Esses agentes religiosos colaboraram na construção de uma narrativa de “combate dos justos”, que espiritualiza o *ethos guerreiro* da instituição e confere legitimidade moral, e até divina, a violência policial.

Meu primeiro encontro com esse grupo ocorreu logo no início do campo, quando eu ainda começava a conhecer a rotina do CEFAP e da APM. Em uma dessas visitas à APM, seguia os trâmites que haviam sido indicados anteriormente: fui até o bloco administrativo para confirmar as instruções que acompanharia naquele dia. Foi nesse momento que algo me chamou a atenção. Como mencionei antes, era raro encontrar civis circulando nos ambientes militares, além de alguns poucos funcionários terceirizados e, ocasionalmente, um instrutor civil ligado ao direito ou vindo de outra força policial. No entanto, ali estava um homem que destoava desse padrão: aparentava ter cerca de 40 anos, vestia um terno alinhado em estilo passeio completo, e era recebido com a mesma cortesia com que os policiais tratavam as visitas “de dentro”, como quem acolhe alguém em sua própria casa. Embora aquele gesto já indicasse que se tratava de alguém familiar à rotina da APM, meu estranhamento permaneceu. Segui então para a sala de instrução e me sentei como de costume, na primeira cadeira próxima à porta, ainda tentando decifrar quem era aquela figura naquele espaço tão cuidadosamente regulado.

Pouco depois de me sentar, vi o homem ser convidado a falar aos cadetes pelo capitão do CA da APM. Desta vez, percebi que carregava uma Bíblia nas mãos. O capitão do CA, ao vê-lo, comentou com naturalidade: “Pastor, vai querer eles aqui? Ok, eles são todos seus!”, e se afastou. O pastor, que se apresentou como membro da Igreja Universal, iniciou sua fala com entusiasmo: “Fico feliz sempre com a boa recepção que a Igreja Universal tem aqui com a PMMS. Para mim, me alegra, pois defendo a polícia. (...) Venho aqui para fazer um convite de encontro com Deus, na quarta às 07h40 vocês estão todos convidados para se juntarem conosco do programa UFP” (Cadernos de Campo). Em seguida, convidou todos a uma

²⁴⁴Se referem às igrejas evangélicas pertencentes ao neopentecostalismo, como as Assembleias de Deus, Igreja Universal e Igreja Mundial.

²⁴⁵Durante meu campo apenas vi a presença institucional da igreja católica, em uma missa de natal realizada no Comando Geral, em 11 de dezembro de 2024. E a presença do Bispo em alguns poucos eventos da PMMS.

²⁴⁶As igrejas presbiterianas, luteranas, metodistas e anglicanas.

oração. Cadetes, instrutor, o capitão presente, e eu também, nos levantamos, e uma oração em pé foi realizada no centro da sala. Após sua breve fala, o pastor se retirou, seguido pelo capitão. Apenas o instrutor permaneceu, e então a instrução se iniciou como de costume.

Foi naquele momento que ouvi, pela primeira vez, sobre o programa da Universal nas Forças Policiais (UFP). A existência de um grupo organizado por uma das maiores igrejas neopentecostais do país, com foco exclusivo nas forças de segurança, me surpreendeu. O que me chamou atenção foi o grau de organização e institucionalização desse programa, que demonstra um esforço coordenado e específico para atuar dentro das forças de segurança pública. Ao longo da minha trajetória em órgãos públicos, já havia presenciado momentos de sutil coação para participação em ritos cristãos; e observa nas escolas formativas da PMMS e em suas redes sociais, a presença de valores religiosos era particularmente intensa. Orações coletivas, agradecimentos a Deus e discursos com forte conteúdo espiritual apareciam com frequência. Mas não de forma tão organizada e consciente assim. Segundo a própria²⁴⁷ Igreja Universal, o programa UFP tem por objetivo “prestar assistência aos integrantes das forças armadas e forças de segurança” e promover a “valorização dos agentes de forças de defesa e segurança junto à sociedade”. Do ponto de vista legal, essa presença se ampara no art. 5º, inciso VII, da Constituição Federal, que assegura “a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva” (Brasil, 1988). O termo “assistência” aqui é central. Pois trata-se, originalmente, de uma garantia voltada a contextos de privação de liberdade ou internação, como hospitais, presídios ou os quartéis militares, e não para a oferta sistemática de cultos, pregações ou rituais em ambientes de formação profissional. Nesse sentido, a atuação do programa nas OPMs parece operar por meio de uma manobra jurídica, convertendo o que deveria ser um serviço pontual de acolhimento espiritual em um canal permanente de influência religiosa e moral, ocupando um espaço que, pela laicidade do Estado, deveria permanecer neutro.

É nesse contexto que se manifesta o que Zylbersztajn (2012) chama de laicidade incompleta do Estado brasileiro. A autora aponta que, embora a Constituição defina o Estado como laico, o judiciário tem sustentado a interpretação de que a laicidade não seria antirreligiosa (p. 111), o que abre brechas para a atuação intensificada de grupos religiosos nas instituições públicas. Mariano (2011) reforça essa leitura ao destacar como igrejas neopentecostais vêm se inserindo de forma estratégica nas disputas político-partidárias, buscando influenciar a esfera pública e o aparelho estatal de forma a promover uma

²⁴⁷ Programa UFP no site da Igreja Universal do Reino de Deus. Fonte: <<https://www.universal.org/ufp/>>. Acesso em: 25 de outubro de 2024.

moralidade cristã tradicional (p. 252). O que se observava no campo era precisamente isso: uma hierarquização religiosa em que o neopentecostalismo assumia centralidade simbólica nas OPMs formativas, em detrimento de outras doutrinas, sobretudo as que se afastam do cristianismo hegemônico. A assistência espiritual, nesses termos, deixa de ser apenas apoio religioso e passa a operar como dispositivo moral institucional.

Como já tratei anteriormente, o senso de missão da polícia militar, tal como descrito por Reiner (2000), se manifesta na PMMS com tonalidades fortemente marcadas por elementos da teologia cristã. Essa associação é evidente em falas como a de uma aluna, durante a formatura do CFSD, que declarou: “Quando saímos por aqueles portões, que não esqueçamos: a missão nos foi dada por Deus” (Cadernos de Campo). Ou ainda no simbolismo profissional que os próprios policiais estabelecem em relação à sociedade civil, como na afirmação de que, diferentemente de outras profissões, “Ser policial militar, eu digo que é um dom divino” (Cadernos de Campo). Alguns autores já discutiram a aproximação entre instituições policiais e religiões, sobretudo o cristianismo evangélico (Albernaz, 2009, 2010; Jácomo, 2016). Aqui, entretanto, procuro destacar os aspectos que emergiram com frequência no campo e que revelam como essa articulação religiosa também se entrelaça com o *masculinismo institucional*, reforçando um modelo de autoridade moral e viril sustentado tanto pela linguagem da fé quanto pelo *ethos guerreiro* da corporação. Essa relação já foi observada anteriormente na PMERJ, com o trabalho de Salem, quando ele traz

Como em muitos outros países que foram impregnados por sistemas ideacionais (neo)pentecostais, a ordem sociopolítica, incluindo os estilos de policiamento e a produção de inimigos, torna-se mais acentuada, divisiva e, às vezes, mais violenta. Essa teologia religiosa ressignifica o sofrimento da vida urbana, pois as realidades cotidianas da guerra são apresentadas como uma batalha entre cidadãos de bem e bandidos, numa visão de mundo que sintetiza valores evangélicos, militaristas e do Antigo Testamento (olho por olho). (...) Essa não é apenas uma questão de policiais se congregarem em igrejas evangélicas, mas também de essas igrejas penetrarem as instituições policiais, oferecendo uma legitimação divina para a polícia. (Salem, 2024, p.16- 17).²⁴⁸

A atuação da UFP reforça essa lógica como uma teologia de combate moral, que sacraliza a missão policial e estabelece uma aliança simbólica entre religião e aparato

²⁴⁸“As in many other countries that have become infused with (neo-) Pentecostal ideational systems, the sociopolitical order—including styles of policing and the production of enemies—becomes sharper, divisive, and, sometimes, more violent (...) religious theology re-signifies the suffering of urban life as the everyday realities of war are cast as a battle between upstanding citizens and bandits in a worldview that synthesizes evangelical, militaristic, and Old Testament values (an eye for an eye) (...) This is not just an issue of police officers congregating in evangelical churches, but also of these churches penetrating police institutions, offering divine legitimation for police”.

repressivo. Seus pastores e representantes eram tratados como aliados naturais da instituição e, em suas falas e rituais, nunca emergiram críticas ou reflexões sobre o papel da polícia. Ao contrário, a polícia era apresentada como instrumento direto do “bem”, investida de uma missão divina para enfrentar o “mal” presente na sociedade. Essa narrativa moral absolutista intensifica o caráter polarizado e combativo da formação policial, tornando os estilos de policiamento mais hostis e menos abertos ao diálogo. Assim, o “nós” da PMMS se consolida em torno de uma identidade que articula fé, masculinidade e violência justificada, e que transforma o trabalho policial em um chamado sagrado de guerra.

Um dos aspectos mais marcantes dessa presença religiosa na PMMS é o que Mariano (2003) denomina de “dualismo hierárquico cristão”, também descrito por Albernaz (2010) como uma “ética dualista exclusivista”. Trata-se da construção de uma narrativa moral rígida, baseada na oposição entre “bem e mal”, “certo e errado”, enraizada na teologia do conflito eterno entre Deus e o diabo. Essa moralidade simplificada não apenas estrutura a visão de mundo dos PMs, como também legitima práticas de exclusão e repressão. Ao longo do campo, ficou evidente que esse modo de pensar não oferece espaço para leituras mais complexas dos sujeitos enquadrados como “eles”: a oposição é clara, e inegociável. Na formação policial, esse dualismo se entrelaça ao *ethos guerreiro* e à lógica militar de distinção entre “amigo e inimigo”, como discutido no primeiro capítulo.

Alguns episódios no campo evidenciam com clareza a força dessa lógica moral, e um deles foi no caso da morte de Arthur Rosa durante o TAF, já mencionado anteriormente. Em um primeiro momento, o ocorrido poderia ter aberto espaço para questionamentos sobre a *pedagogia do sofrimento* na PMMS, as exigências físicas desmedidas e a ausência de protocolos de cuidado. No entanto, rapidamente, a narrativa foi se transformando. Comentários como “Ah, aquele que morreu no TAF devia ter alguma coisa” ou “Certeza que ele estava metido com coisa errada” (Cadernos de Campo) passaram a circular com frequência entre os alunos. Com o tempo, consolidou-se a versão de que “morreu porque estava *ciclando*²⁴⁹” ou “só faleceu porque usava algo [gesticula cheirando algo]” (Cadernos de Campo). Assim, o foco se deslocou da possível responsabilidade institucional para uma responsabilização pela morte, isso, sem qualquer indício real que sustentasse essa versão, especialmente considerando que uma das etapas da seleção exigia exame toxicológico.

²⁴⁹ Significa que a pessoa está, naquele momento, utilizando anabolizantes dentro de um esquema planejado de doses e tempo. Quem está “ciclando” está, na prática, “tomando bomba”, mas de forma organizada, com doses e períodos definidos.

Penso aqui como a lógica do dualismo moral cristão, reforçada pela presença religiosa na formação, atua para blindar a instituição de críticas. Quando o “guerreiro do bem” falha, é mais fácil supor que havia algo de errado nele, um “pecado oculto”, uma escolha moral equivocada, do que admitir falha na ‘forja’ da PMMS. A narrativa dominante passou a enquadrar Arthur Rosa não como vítima de negligência, mas como alguém que colheu as consequências de suas próprias ações, deslocando o luto e a crítica para o campo da culpa individual. Trata-se de uma moralidade rígida e excludente, na qual o sofrimento e a morte só são legitimamente atribuídos a pecados ou desvios, e nunca a falhas da instituição que forma os “justos”.

Outro episódio observado durante o campo evidencia como as noções morais se articulam à cultura policial (Reiner, 2000) em sua dimensão corporativista e marcada pelo *esprit de corps*. A proteção mútua entre os “guerreiros da farda” aparecia nas instruções, por meio de relatos de casos reais ocorridos fora do CEFAP ou da APM, mas narrados como exemplos formativos. Em uma dessas situações, um instrutor afirmou: “Não é caguetar o cara, só chama alguém do batalhão para resolver” (Cadernos de Campo). Essa orientação ilustra a lógica de condescendência entre pares, reforçando o “nós”. Essa prática se articula não só apenas com corporativismo clássico das polícias²⁵⁰, mas também à lógica do neopentecostalismo institucionalizado nas OPMs, onde o “povo escolhido” é chamado a proteger os seus, em nome de um bem maior. Assim como no discurso religioso, em que os justos devem permanecer unidos contra as forças do mal, na cultura policial também se afirmar que o erro, se cometido por um “dos nossos”, deve ser corrigido internamente, “sem escândalo”, sem denúncia, sem pecado público. Trata-se de uma moralidade comunitária que conjuga masculinismo, disciplina e “lealdade da farda”, legitimando o silêncio como parte do combate sagrado contra um mundo externo visto como moralmente contaminado. Esse aspecto de condescendência entre os PMs se relaciona com a noção de um “nós” que está do lado do justo e correto, assim que um instrutor trouxe um caso que havia ocorrido no dia anterior para a instrução.

O caso relatado pelo instrutor envolvia um grupo de PMs que, após o expediente, foi a um bar da cidade e, em determinado momento, começou a incomodar os demais clientes. A situação escalou quando um dos policiais tentou chamar a atenção de uma mulher acompanhada, gerando uma reação agressiva, porém desarmada, do homem que a acompanhava ela. Em resposta, um dos colegas do PM sacou sua arma e atirou. O policial foi

²⁵⁰ Entendido como um código de silêncio entre policiais, voltado à autoproteção e à evasão de mecanismos de *accountability*, comumente referido em países de língua inglesa como 'blue code' (Porter e Prenzler, 2016).

preso em flagrante por tentativa de homicídio qualificado e perturbação do sossego²⁵¹. A cena, que poderia ter sido interpretada como um exemplo de despreparo, arrogância ou abuso de autoridade por parte do PM, foi abordada pelo instrutor de forma completamente distinta: sua indignação não se voltou contra a conduta violenta, mas contra o fato de o colega ter sido preso. “Esse negócio foi apenas um equívoco, a gente está do lado certo, poxa! Do lado do bem! Aí vão e fazem isso, complica” (Cadernos de Campo), afirmou, visivelmente frustrado. A fala explícita como a posição moral atribuída ao “nós” — composto por policiais, homens de família e “defensores da ordem” — deveria, na visão dele, proteger seus membros de alguns “excessos cometidos”.

Ele continuou e enfatizava que o PM era um “homem bom, com mulher e dois filhos”, o instrutor revelava um sentimento de empatia sincera, mas restrita ao círculo moral do “nós”. A preocupação com a família e o futuro do colega era em si ilegítima, ela expressava uma dimensão afetiva nas relações entre os PMs. Contudo, o que fica evidente é que essa humanização só se aplica àqueles reconhecidos como parte do grupo justo. Os excessos e erros, quando cometidos pelos “nossos”, são vistos como deslizes perdoáveis, contextualizáveis, compreensíveis; já os erros dos “outros”, o “eles”, são tratados com rigor, desprezo ou indiferença. Aqui, mais uma vez, o dualismo de base neopentecostais reforça o manto simbólico que separa os justos dos injustos, os filhos de Deus dos inimigos da ordem. A violência é relativizada quando parte dos “bons”, afinal, estão do “lado certo”.

Um segundo aspecto presente na “forja” dos PMs, que se articula diretamente com a presença da UFP e com as concepções neopentecostais, diz respeito à ideia de “guerra espiritual”. Mais do que simplesmente produzir categorias e identidades de “bem e mal”, esse grupo incentivava uma lógica de confronto constante, uma batalha moral, utilizando a mesma narrativa belicosa que a lógica militar já mobiliza. Como mencionei anteriormente, a UFP estava presente de forma recorrente nos eventos da PMMS, incluindo, por exemplo, a cerimônia do fardamento no curso de formação. Na ocasião, um representante da UFP foi convidado a falar e a abençoar o uniforme dos futuros soldados. Em sua fala, afirmou ser “muito polícia de coração” e declarou que, com sua bênção, o fardamento passaria a protegê-los “do combate que iriam enfrentar, que a flecha do inimigo não os irá acertar, mas as suas irão” (Cadernos de Campo). Esse tipo de enunciado reforça e espiritualiza o *ethos guerreiro*, integrando a linguagem religiosa à lógica do enfrentamento militar. A guerra contra o “inimigo”, até então simbólica, política ou social, passa a ser também uma guerra sagrada,

²⁵¹ Em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/pms-envolvidos-em-confusao-que-terminou-com-homem-baleado-em-bar-sao-afastados>>. Acesso em: 30 de março de 2024.

onde o PM se torna não apenas agente do Estado, mas combatente de uma missão divina. O discurso da UFP, assim, legítima a formação violenta ao mesmo tempo em que lhe confere um valor transcendental, tornando o combate algo moralmente elevado e espiritualmente protegido. O neopentecostalismo, nesse sentido, ganha uma função particular na formação dos PMs, pois, como aponta Mariano,

Comparadas às denominações das vertentes pentecostais precedentes, as igrejas neopentecostais parecem ir **um pouco mais longe na luta contra o mal**. O fato é que elas **hipertrofiaram a guerra entre Deus e diabo pelo domínio da humanidade**. Para tanto, defendem que o que se passa no "mundo material" resulta da guerra entre as forças divina e demoníaca no "mundo espiritual". Os **seres humanos participam ativamente dessa guerra**, mesmo que não tenham consciência disso. Mais que isso: é dever primordial do cristão engajar-se no combate às forças das trevas para realizar a obra divina (Mariano, 2003, p.25, grifos meus)

Nesse contexto, a figura do inimigo deixa de ser apenas um constructo da lógica militar para assumir também uma dimensão espiritual: não se trata apenas de combater criminosos, mas de enfrentar demônios, numa guerra que transcende o trabalho policial cotidiano e se inscreve como missão religiosa. Essa perspectiva ficou ainda mais evidente em outro evento organizado pela UFP, que me chamou atenção tanto pela sua forma quanto pelo simbolismo.

Diante da influência e da presença constante do grupo nas instituições formativas, decidi acompanhar um de seus encontros realizados fora do CEFAP e da APM, na sede da Igreja Universal. O evento, de maneira bastante oportuna, e intencional, foi marcado para o dia 25 de agosto, dia do soldado. A divulgação oficial nas redes da UFP foi direcionada às forças de segurança pública e às Forças Armadas. Mas entre os representantes institucionais, apenas o comandante-geral da PMMS endossou publicamente o evento, promovendo-o e manifestando apoio à atuação da UFP, reforçando assim os laços simbólicos entre a corporação e a estrutura religiosa.

Imagem 2.4 – Líder da UFP MS e Comandante Geral²⁵²

²⁵²Considero emblemático o quadro com simbolismo cristão do leão e da cruz, presente na sala do comandante-geral da PMMS e recorrente em todas as fotos institucionais divulgadas nas redes sociais. No cristianismo, o leão representa Jesus, além de valores como força, realeza e liderança — atributos tradicionalmente associados à masculinidade. Essa imagem se insere na lógica dualista presente na própria Bíblia; em Provérbios 28:1, lê-se: 'Os ímpios fogem, embora ninguém os persiga; mas os justos são ousados como o leão'.



Fonte: Instagram do @ufp_matogrossodosul.

O evento foi intitulado “Condecoração dos Heróis – Universal”, título que reforça tanto a aproximação com o universo militar quanto a ênfase na figura do herói, já amplamente trabalhada nas formações da PMMS. Vale destacar que o evento não foi exclusivo do Mato Grosso do Sul, ele ocorreu simultaneamente em diversas capitais, promovido pelas UFP de cada estado. Após pesquisar antes e depois da cerimônia, encontrei apenas uma nota pública que questionava a atividade, o que considero importante trazer. Ela foi publicada pela UGEIRM²⁵³, sindicato dos policiais civis do Rio Grande do Sul, que cobrou explicações e classificou o evento como “ilegal e extremamente problemático”. A nota expressava surpresa com a adesão institucional, especialmente em período pré-eleitoral, e criticou a convocação de policiais civis por parlamentares com claros interesses eleitorais. A UGEIRM ainda pontuava o incômodo com a linguagem da homenagem: “Os policiais Civis não são heróis, mas sim servidores públicos”.

Julgo importante destacar essa crítica vinda de dentro do próprio campo da segurança pública, pois aponta para um questionamento sobre a criação de desse “nós” simbólico que

²⁵³ União Geral dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia Civil do Rio Grande do Sul

transcende o serviço público e se aproxima de uma identidade moral, guerreira e sacralizada, como a que a PMMS vem cultivando com o apoio da UFP. No entanto, essa percepção crítica não apareceu entre os cadetes ou alunos que acompanharam o evento no MS. Para eles, a presença da UFP e a celebração religiosa da condição policial já pareciam naturalizadas como parte da formação.

Durante o evento em Campo Grande, a cerimônia transcorreu como um culto evangélico típico, com uma grande sessão reservada para convidados, onde estavam presentes muitos alunos e alguns PMs da instituição. Alguns vestiam a farda social cerimonial, enquanto outros, como um policial do BOPE, usavam uniforme camuflado completo, colete e a pistola (Anexo 4.1). Na sessão reservada para as forças de segurança no culto, o pastor iniciou sua pregação com a história bíblica de Naamã, apresentado como um “deus usou esse homem, capitão do exército, quer dizer, um homem de autoridade, como vocês que estão aqui”, e completou: “um homem de muito respeito, como todos aqui respeitamos muito vocês” (Cadernos de Campo). Em sua narrativa, Naamã era um herói, escolhido e usado por Deus, e essa figura era mobilizada como espelho direto dos policiais presentes. A ênfase constante era na figura masculina, viril e respeitada, o “homem de autoridade”, “herói” e “guerreiro” (Cadernos de Campo), nesse momento os homenageados foram convocados a se posicionar diante da igreja próximo ao palco.

E o pastor seguia em sua fala, na qual o masculinismo se expressava não apenas pela exaltação constante dos homens, mas também pela completa ausência de qualquer reconhecimento positivo do feminino. As mulheres eram mencionadas exclusivamente como vítimas, seja nas ocorrências atendidas pelos PMs, ou quando ele comenta: “até uma policial mulher apanha do marido” (Cadernos de Campo). Essa construção reforça a exclusão simbólica e institucional das mulheres, mostrando que, mesmo quando ocupam uma posição associada ao poder e à autoridade, como a de policial, o fato de serem mulheres ainda as posiciona como naturalmente subordinadas, vulneráveis ou frágeis. A mensagem implícita parece reforçar que não há lugar para uma mulher plena dentro do “nós”, guerreiro e divinamente legitimado. A fala do pastor se insere como parte da manutenção de uma ordem de gênero na qual o masculino representa ação, domínio e atividade, enquanto o feminino permanece vinculado à ausência, passividade e vítima.

A estrutura discursiva do culto reforçava, assim, o que já vinha sendo construído na formação: a ideia de que o PM é o guerreiro escolhido, moralmente elevado, e que seu status vem de sua força, fé e capacidade de proteger. A função do pastor naquele contexto era

justamente a de confirmar esse lugar simbólico e amplificar o reconhecimento da figura do policial como homem de Deus, homem da ordem, homem da guerra. Esses elementos revelam um masculinismo cristão que, como aponta Du Mez (2022), se consolida a partir da apropriação e militarização da fé evangélica por movimentos reacionários, especialmente nos Estados Unidos, e agora também em países como o Brasil. A autora assim traz que

Ao longo dos anos, observei essa masculinidade guerreira evangélica evoluir e se adaptar aos tempos de mudança(...)Igrejas receberam ministérios MMA²⁵⁴ e promoveram “retiros de guerreiros”; além disso, a relação entre evangélicos e militares dos Estados Unidos ficou ainda mais estreita.(...)Trump incorporava uma masculinidade agressiva, cheia de testosterona, que muitos evangélicos conservadores equiparavam a uma autoridade divinamente atribuída para governar.(...)Os evangélicos partilhavam da nostalgia de Trump por um heroísmo da masculinidade branca, por uma época em que o politicamente correto não impedia homens de fazer o que tinha de ser feito. Para Trump e seus apoiadores evangélicos, restaurar o poder patriarcal branco tornaria a fazer dos Estados Unidos uma grande nação. (Du Mez, 2022, p.22 e 24)

A realidade descrita por Du Mez (2022) sobre o contexto estadunidense ajuda a pensar como se estrutura, também aqui, esse processo de construção do “nós”, guerreiros, com masculinidades agressivas e patriarcais, que unifica diversos elementos presentes nos enunciados do bolsonarismo no Brasil (Kalil, 2018; Gallego, 2021). Durante o evento da UFP, o pastor reforçava esse mesmo embate moral. Exaltava o apoio que a Igreja Universal daria na guerra enfrentada pelos PMs e, ao definir os inimigos, fazia associação direta com forças demoníacas: “Sei que vocês estão enfrentando sua guerra, mas estão enfrentando sozinhos. Só que a partir de hoje o Senhor estará com vocês! (Gritando) (...) livra eles da bala perdida, livrá-los das ciladas do diabo” (Cadernos de Campo). Albernaz (2010) mostra como discursos desse tipo se sustentam em interpretações bíblicas específicas, como Romanos 13:1-4, que afirma: “que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação” e “e se fizeres o mal, teme, porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador²⁵⁵, para castigar o que pratica o mal”. Tais passagens legitimam o uso da “espada” como um dever sagrado, oferecendo respaldo teológico para a atuação violenta da polícia. A retórica da guerra espiritual, somada à

²⁵⁴Refere-se ao Mixed Martial Arts (Artes Marciais Mistas), um fenômeno curioso envolvendo igrejas que têm adotado esse estilo de luta como parte de suas práticas e do processo de evangelização. Em: <<https://www.wbur.org/onlyagame/2014/04/26/fight-church-documentary-mixed-martial-arts-christianity>> Acessado em: 30 de junho de 2024.

²⁵⁵Aqui entendo que se refere a noção de Deus, sobretudo no velho testamento. Mas no campo essa noção de “Vingador” aparece no, já comum, símbolo do “Justiceiro” (Anexo 4.3) personagem de uma HQ. Para alguns do CEFAP ele faria o certo, “cobrando o que precisa ser cobrado” (Cadernos de Campo). Ele estaria muito próximo da ideia de fazer justiça com as próprias mãos da *wild masculinity*. Até mesmo o criador do personagem se mostrou contrário a essa utilização. Em: <<https://jovemnerd.com.br/noticias/hqs-e-livros/justiceiro-deixa-um-recado-para-policiais-que-usam-o-simbolo-dele>>. Acessado em: 29 de agosto de 2024.

moralidade do bolsonarismo e ao *ethos guerreiro* da formação, oferece um terreno fértil para a justificação, e até a glorificação, da violência policial como um ato de fé e lealdade a Deus. Na realidade brasileira, esse discurso não apenas se encaixa no contexto institucional da PMMS, como naturaliza a ideia de que matar pode ser um ato moral é necessário, além de

simbolizar a anuência cada vez mais comum de muitos evangélicos para com as operações policiais nas periferias de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. É a legitimação da autoridade policial como “autoridade ungida por Deus”, para matar “vagabundos” que desrespeitam a lei. (...) Tudo isso com as felicitações e, acredite, orações de gratidão de muitas vozes de lideranças evangélicas que, no Brasil, indistintamente equiparam policiais à mão de Deus e ignoram o apelo de Jesus²⁵⁶ aos pacificadores, justificando o direito ao acesso às armas como forma de defender a própria “liberdade”. (Du Mez, 2022, p.15)

Em um gesto que reforça a aliança simbólica entre a UFP e a PMMS, o pastor encerrou a cerimônia reafirmando a construção do “nós” como uma política de coalizão moral e espiritual. Disse: “O Senhor usou o pastor ----- [líder da UFP] para convidá-los e trazê-los aqui hoje (...) Nós da Igreja Universal estamos aqui para vocês, se vocês precisarem da gente para qualquer coisa estamos juntos de ti” (Cadernos de Campo). Assim a presença da UFP nas escolas formativas da PMMS não é apenas assistência espiritual, ela contribui ativamente da construção do *ethos guerreiro* e do *masculinismo institucional*, além de promover um “nós” ampliado composto por aliados externos que compartilham e reforçam os valores que estão sendo ‘forjados’ na PMMS.

Mostro como a articulação entre religião, moral conservadora e cultura policial se manifesta concretamente na APM e no CEFAP. O neopentecostalismo, por meio da UFP, reforça uma lógica de guerra, disciplina e combate, na qual a violência é sacralizada e a identidade policial é colocada a serviço de uma missão moral. Trata-se de um processo de 'forja' que não se dá apenas pelas práticas internas, mas também pela incorporação de grupos sociais externos, que contribuem para consolidar um 'nós' engajado na defesa incondicional das polícias militares e de seus métodos. É nesse contexto que Feltran sintetiza, com precisão, o deslocamento simbólico e político que venho observando: da emoção armada, dos guardiões e heróis, da moral religiosa e dos valores políticos tradicionais, para formas elementares de poder baseadas na fé, na identidade e na violência, ou seja, no

²⁵⁶Em uma das instruções sobre armamentos no CEFAP com PMs do BOPE, tinha referência de “Jesus is a Sniper” junto do símbolo do grupo especializado. Frase similar é mencionada num rapper cristão, chamado Zee, na música intitulada “Spiritual Sniper”, onde alguns trechos dizem “Estou (Deus) procurando guerreiros violentos; estou à procura de snipers espirituais.” “But he says I’m Looking for some violent Warriors. I Looking or some spiritual snipers”. Em: < <https://www.youtube.com/watch?v=3CpBuJx7yKs>>. Acesso em: 25 de setembro de 2024.

movimento que sustenta Bolsonaro [que] busca um deslocamento central da narrativa moderna, que deveria ser substituída por formas muito elementares do exercício de poder. Em lugar da mediação dos partidos, o movimento de massas; em lugar da lei, a honra masculina; em vez da representação, a identidade; no lugar do pluralismo, a irmandade cristã; no lugar da Constituição, o Evangelho e, por fim, no lugar da razão comunicativa, a violência crua. (Feltran, 2021, p.234).

Em uma das instruções, um dos integrantes do CA sintetizou ao afirmar aos PMs em formação que o objetivo era promover uma “união de forças da população de bem sul-mato-grossense” (Cadernos de Campo). Enquanto esse “nós” se consolidava na formação, a figura do “eles” também ganhava contornos cada vez mais claros. Nesse segundo aspecto que a minha presença no campo era lida com desconfiança, como a de um corpo estranho, um intruso na tropa, alguém que poderia pertencer a esse outro lado. É a partir dessa tensão que passo agora a tratar da construção do “eles”: o inimigo simbólico na formação da PMMS.

Limpar o Cerrado do “eles”: necropolítica policial, luta de terra e o riso da violência

Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer.

Conceição Evaristo

Início este tópico aprofundando a discussão sobre a violência, tendo em mente seu caráter conceitual escorregadio, como já alertado por Misse (2019). Aqui, dou ênfase particular à violência letal, entendida como a expressão mais aguda, visceral e corpórea da violência física. Como propõe o autor, é preciso “não subestimarmos, no conceito, aquilo que provoca maior reação moral e atinge de forma mais aguda a sensibilidade moral” (Misse, 2019, p. 26). Mesmo com essa centralidade, o estudo da violência letal exige precauções metodológicas importantes. Em primeiro lugar, é raro que pesquisadores tenham acesso direto ao momento da letalidade, especialmente nas escolas de formação, ou mesmo a situações em que essa violência se manifeste diretamente contra o “eles”. Um segundo ponto é que a violência letal **não** é percebida da mesma forma por todos os envolvidos: o que como vimos, para os PMs, é frequentemente construído como ação legítima, técnica ou moralmente necessária, para as vítimas ou testemunhas pode representar brutalidade, humilhação ou injustiça. Daí a importância do que Misse (2019, p. 27) chama de disputa de sentidos: cabe ao pesquisador recolher e interpretar esses diferentes enquadramentos, lidando com os conflitos morais, políticos e afetivos que atravessam a definição da violência. Nesta tese, embora eu reconheça, e até tenha trabalhado com, as formas pelas quais os próprios policiais militares

constroem e atribuem sentidos à (não)violência, minha posição tende à de uma testemunha atenta, que observa essas narrativas deles sem compartilhá-las.

Dito isso, quando trato aqui da violência, refiro-me sobretudo às suas concepções enunciativas, ou seja, à forma como ela aparece e é articulada nos discursos, especialmente dos instrutores, mas também entre alunos e cadetes. Interessa-me observar em que medida a violência é evocada como possibilidade: legitimada, justificada, aceita, incentivada, determinada ou, por vezes, preterida pelos próprios PMs em suas concepções do que significa fazer-se policial. Esse aspecto já foi abordado anteriormente, sobretudo na discussão sobre o *ethos* guerreiro e as performances da *wild* e *composed masculinity*.

Partindo dessas observações e das implicações dela, além de considerar o contexto mais amplo da sociedade brasileira. Sociedade essa onde a violência ocupa um lugar estrutural no cotidiano, tanto no imaginário quanto na prática. Como lembra Lima (2019, p. 56), a violência é ainda amplamente percebida como resposta legítima ao crime, ao medo e à insegurança, seja ela cometida por criminosos, pela sociedade ou pelo próprio Estado, e isso mesmo quando essas ameaças são apenas imaginadas por certos grupos. Misse (2019, p. 31) também compacta esse diagnóstico ao apontar para a permanência de um padrão cultural que associa ordem e autoridade ao uso da força, deslegitimando, assim, o sistema de justiça e o império da lei como vias principais de resolução de conflitos. Como vimos, no caso da formação policial militar na PMMS, essa associação não apenas persiste, ela é ensinada, incorporada e naturalizada como parte da identidade profissional.

Como vimos anteriormente, os alunos e cadetes da PMMS vão sendo progressivamente absorvidos pela constituição de um suposto “nós”, através do qual passam a compreender e desempenhar seu papel dentro do trabalho policial militar. No entanto, para que esse “nós” se consolide, é necessário que exista um “eles” como figura constitutiva do exterior, como propõe Butler (2003), o sujeito se constitui a partir da sujeição ao outro, ao desvio, àquilo que é excluído pela norma. No caso da PMMS, esse processo ocorre de forma especialmente visível durante a “forja” dos cadetes, onde a construção do pertencimento passa, necessariamente, pela produção do inimigo. Esse “eles” é moldado por uma noção de inimigo que se articula com diferentes elementos previamente analisados: o *ethos guerreiro*, em parte pela noção de *paisano*, a lógica militar do combate e da guerra, a retórica das *guerras culturais*, os *pânicos morais* e a proteção da “família” e, os discursos morais da ética neopentecostal e do dualismo hierárquico cristão. No CFSD e no CFO, foi possível observar

claramente esse duplo processo: a construção do “nós” e a constituição do “eles”, os desviantes, os perigosos, os que devem ser combatidos.

Essas fronteiras não se estabelecem sem as marcas sociais que atravessam os corpos e as subjetividades. Como já vimos, a produção desses dois polos identitários está atravessada por marcadores sociais como gênero, sexualidade, raça, escolaridade e geração, que não apenas ajudam a definir quem pertence e quem é excluído, mas também regulam a norma interna da corporação. Assim, o “nós” se estabelece não apenas pela adesão ao ideal policial-militar, mas também pela conformidade a uma ordem moral, disciplinar e corporal, ao passo que o “eles” passa a encarnar tudo aquilo que ameaça ou desestabiliza esse regime normativo.

Também é fundamental observar que a oposição entre “nós” e “eles”, pensada dentro de uma lógica de guerra, não se dá entre forças equilibradas ou entre grupos com igual reconhecimento, status ou capacidade de atuação, especialmente quando se considera o contexto da sociedade sul-mato-grossense. Além disso, essa narrativa de confronto assume uma natureza simultaneamente real e imaginária.

Ela é “real” no sentido de que, dentro de uma compreensão repressiva do policiamento, há de fato grupos que se colocam em “combate” e em oposição a essa forma de atuação policial. Isso inclui, por exemplo, o chamado *mundo do crime*, onde, como já discutido, também opera um *ethos guerreiro* e masculinista, no qual a polícia é vista como “inimiga”, e matar um policial representa prestígio e orgulho entre os pares (Attianesi, 2019, p. 135). Mas essa oposição também se estende a outros setores: grupos midiáticos, acadêmicos, movimentos ligados aos direitos humanos, setores progressistas, indígenas e o movimento sem-terra, todos são percebidos como adversários não necessariamente por enfrentamento direto e violento, mas por desejam interromper a “guerra”, isto é, por se oporem ao modelo repressivo de policiamento e à naturalização da violência letal cotidiana nas PMs brasileiras.

Ao mesmo tempo, essa narrativa é também imaginária, pois a relação entre o *mundo do crime* e a PM está longe de ser um conflito direto e permanente. Na prática para os criminosos, trata-se menos de uma guerra e mais de uma espécie obstrução funcional: a polícia é um obstáculo pontual às ações criminosas, mas raramente é o foco da ação. A grande maioria dos envolvidos em práticas criminais não se percebe como parte de um *mundo do crime*, e mesmo quando há esse reconhecimento, o crime costuma ser visto como meio para alcançar outros fins, como o enriquecimento ilícito²⁵⁷ e símbolo de status, ou a resolução violenta de conflitos afetivos e interpessoais. Portanto, a guerra é invocada pela retórica

²⁵⁷ Aqui penso nos crimes ligados às drogas ou contra o patrimônio, que juntos somam 77% dos crimes da população carcerária brasileira (Infopen, 2019)

policial sendo muitas vezes uma guerra moral e simbólica, mais eficaz para justificar a letalidade e a repressão do que para descrever a realidade concreta das relações entre policiais e os chamados “inimigos”.

Já entre os grupos progressistas, a maioria se opõe não à existência da polícia em si, mas às práticas cotidianas de repressão e violência das PMs. Apenas uma minoria defende a abolição total do policiamento, como observa Vitale (2021). Outro fator que reforça o caráter imaginário da oposição “nós contra eles” é a ausência de uma identidade coletiva unificada do lado do suposto “eles”. Apesar de às vezes haver interseccionalidades, como raça, classe, território e gênero, entre os grupos mais visados pela violência policial, não há coesão política ou identitária entre criminosos, progressistas, indígenas, movimentos sem-terra ou sujeitos periféricos. O “eles” é, portanto, uma categoria simbólica, mais útil à retórica da guerra do que à descrição de um grupo real. Sua principal função é reforçar a identidade do ‘nós’ (formado por policiais militares e seus aliados/apoiadores) e justificar o uso da força, sustentando uma lógica de enfrentamento moral justificado.

As principais vítimas da violência letal policial, que compõe parte desse “eles”, não apenas carecem de prestígio social, como ocupam uma posição de vulnerabilidade estrutural. Essa fração do “eles” nem sempre está diretamente ligada ao *mundo do crime*, embora haja interseções. Como discuti anteriormente, a produção dessa oposição entre “nós” e “eles” vai além do exercício direto do trabalho policial: ela é parte de uma disputa maior em torno das normas, valores, relações políticas e religiosas que moldam a PMMS dentro da sociedade brasileira. Reconheço, aqui, que os PMs perpetradores da violência, mesmo diante de certa desconfiança popular, desfrutam de um lugar social muito mais prestigiado do que suas vítimas.

Suas ações violentas são frequentemente legitimadas e defendidas por setores expressivos da sociedade sul-mato-grossense. Como disse uma instrutora: “Aqui a população é tudo do lado da gente, graças a Deus” (Cadernos de Campo). A fala evidencia a associação simbólica entre os PMs e uma parcela da população campo-grandense, construída em torno de valores compartilhados de moralidade, segurança e ordem. Esse respaldo ao “nós” da PMMS é alimentado e reforçado por diversos agentes: em parte da mídia (Porto, 2009; Capriglione, 2015), figuras políticas e seus discursos (Berlatto, Codato e Bolognesi, 2016), e as próprias falas institucionais (Soares, 2015; Bueno et al., 2016), todos que já vimos aparecer na formação da PMMS. Trata-se de uma rede de legitimação que torna a violência policial que

não apenas tolera, mas deseja em nome da proteção de um grupo social que se reconhece, ou é convocado a se reconhecer, como parte desse “nós”.

É nesse sentido que Feltran (2021, p. 252) aponta como, sob o bolsonarismo, uma parte significativa da população passou a assumir valores reacionários que legitimam a violência policial, especialmente ao “demonizar uma parcela específica e racializada da população, garantindo legitimidade ao extermínio”. Entendo essa demonização como uma forma de desumanização ativa do “eles”, presente na formação. Tanto entre cadetes, que ocuparão cargos de comando, quanto entre alunos, que estarão na linha de frente. Nesse contexto, observei a reprodução de uma lógica de extermínio masculinista, que articula a lógica e estruturas militares, a moral religiosa e a identidade viril. É essa dinâmica que passo a aprofundar a seguir.

Para entender como se dá o processo de produção do “eles” desumanizados, é necessário recorrer ao conceito de *currículo*. A partir de Silva (1999, p. 150) e da perspectiva pós-estruturalista inspirada em Foucault, que já mencionei no capítulo I, o *currículo* não é apenas uma estrutura pedagógica, mas um dispositivo que articula relações de saber e poder na produção das identidades. No caso da PMMS, a chamada “forja” dos policiais pode ser vista como um exemplo claro desse processo. Em uma leitura tradicional e funcionalista, o *currículo* se resumiria aos planos de curso do CFSD e do CFO. Como vimos, o CFSD apresenta de forma sistemática²⁵⁸ a carga horária total e os conteúdos que cada aluno deve cumprir para ser reconhecido, e se reconhecer, como praça na PMMS.

Diversos pesquisadores que se dedicaram ao estudo da formação nas polícias militares brasileiras (Cerqueira, 2006; Jacondino, 2011; Silva, 2016; França, 2019) identificam, além do *currículo formal*, a existência de um *currículo oculto*. Esse seria composto por normas, práticas e valores não explicitamente inscritos nos documentos oficiais, mas que moldam profundamente a experiência dos alunos. Jacondino (2011, p. 183) o define como “atrelado a uma cultura, às normas e aos valores”; França (2019, p. 365) o localiza nas “formas de pensar, sentir e agir estabelecidas diariamente nas relações entre alunos e coordenadores do CFO”; Cerqueira (2006, p. 67), por sua vez, observa sua presença “na norma escolar, na arquitetura da APM, na simbologia das insígnias e no dia da caserna”.

Partindo, porém, da concepção de currículo que adoto, e da observação direta da formação na PMMS, me afasto da noção de “oculto”. Não porque essas práticas descritas não

²⁵⁸ Assim observamos em cada disciplina uma divisão entre: Aspectos Conceituais, Aspectos Procedimentais, Aspectos Atitudinais, Descrição da Disciplina, Conteúdo Programático, Estratégias de Ensino-Aprendizagem, Avaliação da Aprendizagem e Referências Bibliográficas.

existam, mas porque considero que elas fazem parte do próprio *currículo*, entendido como um dispositivo integral na produção das subjetividades dos PMs. A distinção entre *currículo formal* e *oculto* carrega, como observa Silva (1999, p. 78), uma suposição de valor: os conteúdos formais seriam os desejáveis, enquanto os “ocultos” representariam uma distorção. Aqui, no entanto, entendo que não há distorção alguma. O que se ensina nos rituais, nas ordens, nos símbolos e nas práticas diárias é parte do projeto formativo da corporação, mesmo quando não declarado oficialmente. Os comportamentos e disposições produzidos no cotidiano da caserna são, consciente ou inconscientemente, o próprio objetivo do processo de formação, e não um desvio de seus propósitos.

Ou seja, como já vimos ao longo desta tese, práticas como a *pedagogia do sofrimento*²⁵⁹, marcada por violências físicas, morais e simbólicas contra alunos e cadetes, são parte fundamental da formação, sob a justificativa de prepará-los para a “realidade” da rua e da estrutura militar. Ou ainda nas falas sobre a violência e o armamento, como na do secretário de segurança que se refere aos fuzis como “brinquedos”, revelando o lugar simbólico da força letal na cultura institucional. Entendo que todos esses elementos fazem parte do *currículo* da formação da PMMS, mesmo que não estejam formalizados em documentos como os Boletins do Comando Geral (BCG), e nem poderiam estar, como veremos. Mesmo não tendo esse caráter formal, esses aspectos fazem parte do currículo da “forja” na PMMS, às vezes até se mostrando como os aspectos importantes para os PMs como a distinção entre “prática e teoria” demonstra, valorizando o saber prático e experienciado ao invés do saber teórico.

Nesse sentido, durante o campo, um instrutor comentando comigo sobre a chamada “semana zero”, afirmou: “Pode não parecer, mas tudo que fazemos aqui tem um sentido e motivo no adestramento, nada é solto” (Cadernos de Campo). Essa fala expressa com clareza a lógica formativa da instituição, e é fundamental para compreender os processos de desumanização do “eles” e de naturalização da violência no interior da PMMS. Tais práticas não são acidentais, nem indesejadas ou ocultas: fazem parte dos aspectos que organizam a formação, ainda que não esteja escrita nos documentos oficiais. Não se trata, portanto, de analisar uma PMMS idealizada, alinhada ao mundo normativo e legalista dos direitos constitucionais, pautada pelo uso moderado da força e respeito aos direitos de todos os

²⁵⁹ Esse é um dos aspectos conscientes na instituição, na própria formatura pública do CFSD o comandante geral da PMMS, mencionou “os senhores passaram sede, passaram fome, passaram frio, marcharam, sofreram.” (Cadernos de Campo)

cidadãos em uma sociedade democrática e igualitária. Se trabalha aqui, a formação empírica dos oficiais e praças da instituição policial militar do mato grosso do sul.

A noção de “oculto” pode ser pensada aqui não como algo invisível ou indesejado dentro da instituição, mas como um saber do qual a parte do “eles” que são críticos da formação policial, deveriam ser excluídos. Um exemplo marcante disso ocorreu durante uma instrução que estava sendo transmitida simultaneamente para metade dos pelotões do CEFAP. Ali ficou evidente tanto o desconforto gerado pela minha presença (como discuti no primeiro capítulo), quanto o fato de que esse *currículo* não ser oculto para os sujeitos em formação. Ao ser questionado pelos alunos, o instrutor reagiu de forma irônica e defensiva: “Quer me fuder, é?! (Risos) [...] sabe que tem alguém me ouvindo, aí me fode, né! (...) E se? E se? Cês tá me fudendo com essas perguntas aí” (Cadernos de Campo). Esse momento revela a existência de um pacto implícito de silêncio, no qual procedimentos sabidamente irregulares ou violentos não são debatidos abertamente, devido a minha presença. Não por desconhecimento da irregularidade, mas por autoproteção de certa imagem institucional. Trata-se menos de um currículo “indesejado” e mais de uma forma de controle simbólico sobre quem pode ver e julgar determinadas práticas. Nesse sentido, a instituição policial atua conscientemente para ocultar seus mecanismos de operação diante de olhares externos de um grupo específico de sujeitos, que compõem parte do “eles”. Como aponta Albernaz (2010, p. 538), “a instituição policial acaba por ocultar a existência de mecanismos subculturais perversos e preconceituosos de construção da suspeita e de inscrição de indivíduos, grupos e territórios em seu campo de vigilância”. É justamente esse processo de produção da suspeita e da inscrição de corpos socialmente marcados, por posição política, classe, raça, território, que continuo a analisar.

Nessa perspectiva, como vimos anteriormente, os sujeitos da PMMS são concebidos dentro de uma lógica disciplinarizadora, marcada pela formação em escolas militares que operam segundo modelos de quartel (França, 2019). No entanto, ampliando esse olhar para o funcionamento da instituição na sociedade contemporânea, é possível perceber a PMMS como uma ferramenta próxima da biopolítica no território do Estado Sul-mato-grossense. Foucault (1999) define a biopolítica como uma virada histórica em que o Estado passa a operar menos sobre corpos individuais e mais sobre a vida em escala coletiva, assumindo o “direito de fazer viver e de deixar morrer” (p. 287). Trata-se da emergência de mecanismos, técnicas e tecnologias de poder que se voltam para o controle das populações humanas (Foucault, 1999, p. 288-289). Se nas OPMs formativas ainda observamos práticas típicas do

poder disciplinar, voltadas à conformação do corpo policial, no plano social mais amplo, a PMMS passa a atuar não apenas como disciplinadora de seus próprios agentes, mas como administradora do risco, da morte e da exclusão.

Assim como Foucault, entendo que não se trata de uma transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade biopolítica, mas da coexistência de ambas, cada uma operando sobre dimensões e contextos específicos das sociedades modernas, como já sugeri anteriormente ao tratar das duas masculinidades na PMMS. Foucault distingue essas formas de atuação: enquanto a disciplina que se organiza em torno das relações entre “corpos – organismos – disciplinas – instituições” (1999, p. 298), e a biopolítica que se articula por meio das relações entre “populações – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estados” (1999, p. 298). A instituição policial militar no Brasil atravessa esses dois regimes de poder: funciona, simultaneamente, como um aparelho disciplinar, ao moldar os corpos e subjetividades dos alunos/cadetes em formação, e, como um instrumento biopolítico de Estado, ao regular, controlar e produzir efeitos de morte sobre determinados segmentos da população.

No âmbito biopolítico, o que me interessa nesta tese não são as técnicas voltadas à garantia da vida e à ampliação da expectativa de vida, como políticas de seguridade, vacinação, controle da fecundidade ou hospitalizações. Embora esses dispositivos se insiram na lógica da biopolítica por tratarem a população em massa e a partir de seus aspectos biológicos, o foco aqui recai sobre outra dimensão: a gestão da morte de determinados grupos sociais. Ou seja, parte do “eles”, aquelas populações que, socialmente, são consideradas menos importantes ou cuja morte é aceita. Essa perspectiva se aproxima da noção de *vidas precárias*²⁶⁰ proposta por Butler, segundo a qual algumas vidas são mais reconhecidas e protegidas que outras, enquanto outras são desvalorizadas a ponto de não mobilizarem luto, atenção ou cuidado social.

Com isso, entramos na noção de *necropolítica*²⁶¹ nos termos de Mbembe (2018), que parte do conceito de biopolítica e da ideia de racismo de Estado em Foucault, inscrito nos próprios mecanismos do poder estatal e na emergência do biopoder (Foucault, 1999, p. 304). Na biopolítica, a noção de população se constrói a partir de uma concepção biológica da

²⁶⁰ Judith Butler utiliza essa concepção para tratar do “Outro” que é desumanizado por ser considerado uma ameaça, imaginária ou real, nos mais diversos sentidos seja uma ameaça política, da estabilidade da identidade do eu, ou pelo medo da insegurança. (Butler, 2003).

²⁶¹ Convém enfatizar, retomando Misse, que meu foco recai sobre as escolas de formação, e não sobre a violência perpetrada pelos PMs nas atividades-fim ou meio já em serviço. Assim o conceito é pensando e mobilizado menos para descrever a prática *necropolítica* em si, mas para evidenciar os elementos que germinam ainda na etapa formativa.

espécie humana, sobre a qual o Estado atua para gerir a vida. O racismo, segundo Foucault, opera como um corte interno nesse campo, é ele que determina quem “quem deve morrer”, criando divisões dentro da mesma população. Foucault afirma que o racismo visa “fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (1999, p. 305).

A *necropolítica*, então, é compreendida como um conjunto de novas tecnologias de gestão da morte, que surgem como resposta às crises sistêmicas do presente. Embora suas manifestações sejam globais, elas vão assumir formas específicas nos países do Sul Global, marcadas por recortes de raça, classe e geração. Mbembe mostra que sua elaboração do conceito está diretamente ligada à noção foucaultiana de racismo de Estado, ao tratar da “instrumentalização generalizada da existência humana e da destruição material de corpos humanos e populações” (2018, p. 10-11). Nesse quadro, a violência letal praticada pela polícia militar é compreendida como parte desse processo de administração da morte.

Ao observar os dados estatísticos produzidos sobre a violência letal, especialmente os homicídios, torna-se evidente a centralidade do marcador racial. Em 2018, uma pessoa negra tinha 2,7 vezes mais chance de ser vítima de homicídio do que uma pessoa não negra (IPEA, 2024). Essa disparidade se acentua ainda mais quando analisamos as Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (MDIP)²⁶²: em 2023, a chance de uma pessoa negra morrer em confronto com a polícia foi 3,7 vezes maior, ou seja, 289% superior, à de uma pessoa branca (FBSP, 2024b). Além desses números alarmantes, que evidenciam o componente racial da letalidade estatal no Brasil, outros marcadores sociais reforçam a seletividade da violência. O recorte de gênero, por exemplo, mostra uma profunda desigualdade: em 2023, 99,3% das vítimas de MDIP eram homens, enquanto apenas 0,7% eram mulheres (FBSP, 2024b). Também é importante destacar mais dois marcadores frequentemente presentes no perfil dos próprios agentes da PMMS, e que aparecem com força nos dados nacionais e locais de vitimização: a geração e a escolarização.

No recorte geracional, a violência letal decorrente de intervenção policial atinge de forma desproporcional a juventude. Em 2023, jovens entre 12 e 29 anos representaram 71,7% das MDIP, sendo que a faixa entre 18 e 24 anos concentrou a maior parte desses casos, com 41,5% (FBSP, 2024b). Quanto à escolaridade, os dados seguem a mesma lógica de vulnerabilização, 80,8% das vítimas tinham, no máximo, o ensino fundamental completo.

²⁶² Ressaltar uma realidade da polícia brasileira, principalmente a polícia militar com seu caráter ostensivo, onde ela se mostra como “a que mata mais que qualquer outra polícia do mundo, mas também morre mais que em qualquer outra parte.” (Misse, 2019).

Ao observar a realidade do Mato Grosso do Sul, percebe-se uma conformidade com os padrões nacionais. Entre 2019 e 2024, o estado registrou 357 mortes decorrentes de intervenção policial, sendo que 216 ocorreram na capital e nos outros três maiores centros urbanos²⁶³ (SEJUSP, 2025). O ano de 2023 foi particularmente marcante, com o maior aumento percentual de MDIP no país, uma alta de 160% em relação ao ano anterior. Além disso, 22% de todas as mortes violentas intencionais (MVI) no estado, em 2023, foram causadas por policiais (FBSP, 2024)²⁶⁴. Embora não tenha encontrado dados específicos sobre raça e escolaridade das vítimas no MS, os números disponíveis reforçam o padrão nacional: 99,8% das vítimas de MDIP eram homens, e 57% tinham entre 18 e 29 anos; outros 38% eram adultos. Considerando também o perfil da própria PMMS, observa-se que há uma maioria masculina (88%), com 54% dos praças se autodeclarando não brancos, média de idade de 41 anos e, atualmente, uma exigência crescente de escolarização, com ensino superior passando a ser requisito. Esses dados indicam que parte significativa dos PMs compartilhar origem social com aqueles que são, em muitos casos, os alvos preferenciais da letalidade estatal (Senasp, 2012; Neto, 2012; Bueno et al., 2016)²⁶⁵. De forma resumida, os dados revelam uma lógica em que homens mais velhos, muitos dos quais compartilham origem social com as vítimas da letalidade estatal, exercem sobre homens semelhantes mais jovens, frequentemente da mesma classe e território, uma violência legitimada pela função policial.

O homem jovem, negro e com baixa escolaridade, muitas vezes sem ter concluído o ensino médio, compõe o perfil predominante das vítimas da violência policial no Brasil, figurando como uma *vida precária* nos termos de Butler, de forma em que se tem uma existência desvalorizada, cuja morte raramente mobiliza comoção pública ou responsabilização institucional. Também se evidencia o caráter marcadamente masculino da letalidade estatal, expressa em uma lógica de homens matando homens. No campo das OPMs formativas, esse sujeito aparece sob a alcunha de *peba*, um termo desconhecido para mim até então, mas que, nas falas dos PMs, se associava diretamente a outras categorias já conhecidas em diferentes estados brasileiros, como “vagabundo”, “marginal” ou “bandido”.

²⁶³ Foram contabilizados os municípios de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá.

²⁶⁴ Esse número é considerado alto, chegando a ser maior que o RJ no mesmo ano, e pode “corresponder a um elevado percentual do total de homicídios dolosos, indicando que há uso excessivo da força letal pela polícia local.” (FBSP, 2024b, p.64).

²⁶⁵ Não se procurou fazer argumentação extensa, devido em grande parte pela grande variação dos sujeitos que compõem o corpo de policiais militares. Levei em conta os praças ao invés dos oficiais, pela relação direta que os mesmos tem se tratando do MDIP, os oficiais provavelmente possuem um distanciamento maior como vimos.

Durante o campo, o termo *peba*, usado sempre de forma pejorativa, tendia a se referir de forma genérica a jovens negros, pobres, usuários de drogas ou não, e moradores de bairros periféricos, marcando assim uma figura estigmatizada e racializada. A origem do termo está associada ao “tatu-peba”, animal comum no Mato Grosso do Sul, sobretudo na região do Pantanal. A comparação se apoia em características atribuídas ao animal: seu cheiro desagradável, a alimentação baseada em carniça e os hábitos noturnos. Essa animalização do outro, como mostra Sémelin (2009), é parte constitutiva do processo de desumanização do inimigo, funcionando como mecanismo simbólico que o retira do campo das relações humanas. Como alerta o autor, começa-se a matar esse inimigo primeiro pelos termos que o desqualificam e reduzem sua humanidade (p. 68–69). Para os policiais militares, esse sujeito, homem, pobre, jovem, preto e não escolarizado, tende a ser constantemente colocado sob suspeita, ou já identificado como alguém que “optou”, ou estaria em processo de “optar”, pela chamada vida fácil do crime., e que faz uso da violência para conquistar o que deseja, aterrorizando a população (Zaluar, 1994; Ramalho, 2008). Trata-se da figura do inimigo-mor, cuja eliminação passa a ser compreendida não só como necessária, mas como desejável. Nas instruções práticas, esse termo era incorporado diretamente: o *peba* era a posição atribuída ao aluno ou cadete que, durante os exercícios, simulava a pessoa a ser abordada, algemada, derrubada ou imobilizada.

Como o termo tem um caráter claramente depreciativo e desumanizador, notei que minha presença, por vezes, interferia em seu uso. Um instrutor do BOPE, ao relatar uma ocorrência, iniciou dizendo: “Aí nós fomos lá, pegamos, apreendemos a arma do peba... (ao me observar) opa... a arma do cidadão” (risos) (Cadernos de Campo). O comentário revela não só a consciência do peso simbólico do termo, mas também o quanto ele circula com naturalidade no cotidiano da formação.

No campo, esse sujeito era constantemente referenciado por meio dessa figura desumanizada. Um exemplo claro apareceu quando um instrutor, ao comentar sobre determinada região da cidade, afirmou: “Quando vai lá no X Batalhão, cheio de *peba*, povo com funk às alturas, povo sujo, povo fedendo” (Cadernos de Campo). O enunciado revela diversos marcadores simbólicos: o termo *peba* é acionado novamente como categoria de desprezo; o funk, associado às camadas negras e periféricas, aparece como expressão de uma suposta decadência moral, e a sujeira e o cheiro como atributos de animalização, reforçando a desumanização daquele grupo.

Dentro dessa lógica dos PMs, o funk não é apenas uma manifestação cultural, ele passa a ser compreendido como sinal de desvio, desordem e ameaça. Para os cadetes, por exemplo, era simplesmente “música que defende bandido” (Cadernos de Campo). Nessa percepção conecta-se diretamente com a retórica das *guerras culturais* e com o conservadorismo presente na formação policial, em que expressões culturais das periferias são frequentemente interpretadas geralmente apenas como apologia ao crime ou desafio à autoridade. Tal aspecto demonstra que

Nos dias atuais, a *discriminação negativa*, presente na estigmatização aos grupos e indivíduos considerados marginalizados, (...) a exclusão social enveredou para “uma democracia sem cidadania”, ou seja, por meio de uma associação perversa entre crime e condições econômicas, políticas, de gênero e étnicas, as “classes perigosas” pagaram um preço em termos de garantias aos direitos e à cidadania. Este “sistema excludente”, como sugere (Wieviorka, 1989), pressupõe levar em consideração a capacidade dos aparelhos repressivos em não minimizar o uso da força física na solução dos conflitos sociais. As pessoas que moram em áreas pobres das grandes cidades, além de serem criminalizadas pela situação de pobreza, têm, geralmente, seus direitos violados pelos “representantes legítimos da violência”. (Barreira e Pinheiro, 2010, p.88).

A maior parte dos inimigos a serem combatidos com violência letal dentro da categoria do “eles” se conforma a partir dos marcadores sociais da diferença, especialmente raça, classe, território, gênero e escolaridade, que estruturam a noção de “classes perigosas”. Na formação da PMMS, essa figura se cristaliza na construção simbólica do *peba*. Como vimos, esse sujeito é representado como perigoso não apenas por suas ações, mas por sua própria existência, ele incorpora um tipo social considerado moralmente inferior, esteticamente indigno e culturalmente ameaçador. No enunciado do instrutor, “povo sujo, povo fedendo”, identifiquei dois níveis de significação. Primeiro, um efeito de elitismo moral e simbólico, típico da estrutura militar, em que os PMs se compreendem como homens forjados pelo sofrimento e merecedores de um lugar superior. Aqui, o termo como “povo” assume um sentido depreciativo e paternalista, alinhado à lógica do Estado policial que divide a população entre os que devem ser protegidos e os que devem ser controlados. Em um segundo plano, essa fala aprofunda a desumanização do “eles” ao inscrevê-los não apenas como perigosos, mas como impuros, indignos de pertencimento. A associação entre sujeira e odor remete à animalização e à exclusão sensível, funcionando como demarcação simbólica entre o que deve ser mantido dentro da comunidade e o que deve ser afastado ou eliminado. Essa lógica se aproxima da dimensão religiosa já discutida, em que o binarismo entre bem e mal, pureza e impureza orienta a produção moral do inimigo.

Podemos retomar aqui a concepção de Mary Douglas (2020 [1966]), segundo a qual a sujeira é “algo fora do lugar”, isto é, aquilo que rompe com uma ordem simbólica. Essa ideia ajuda a compreender como os PMs constroem uma visão normativa da sociedade, na qual certos sujeitos são percebidos como impuros, fora do lugar, e, portanto, descartáveis. No campo, isso apareceu de forma explícita, como na fala de um instrutor: “Nós que cuidamos do lixo da sociedade, somos nós que vivemos na ponta dessa questão da criminalidade” (Cadernos de Campo). Essa autoimagem dos PMs como agentes de limpeza e contenção é recorrente entre policiais (Reiner, 2000; Júnior, 2007), e reforça tanto a desumanização do “eles”, os que devem ser eliminados, quanto a exaltação do “nós”, os que mantêm a sociedade “limpa”. Como observa Sémelin (2009), essa dinâmica simbólica antecede e legitima a violência, que deixa de ser vista como exceção e passa a ser compreendida como parte da missão institucional, e nesse sentido que o

O Messias, nome muito utilizado nas suas redes de propaganda, coloca em ação uma outra promessa redentora: limpar a cidade dos bandidos e o Brasil dos corruptos, equacionando o conflito social brasileiro através da eliminação das diferenças. A ideia de limpeza é fundamental, com toda a carga simbólica que ela traz, para quem foi considerado sujo a vida toda (Feltran, 2021, p.232)

Essas noções de “higiene” e “limpeza social” como dever policial remontam à própria origem das instituições de controle, já nos séculos XVI e XVII (Foucault, 2008). Na formação da PMMS, esses elementos reaparecem articulados à lógica necropolítica, especialmente na construção de um “eles” que é tratado como socialmente descartável. São corpos que não parecem merecer viver, corpos interseccionalizados pela exclusão de gênero, classe, raça e geração. Em geral, trata-se de homens jovens, negros e pobres, frequentemente fora do mercado de trabalho formal, historicamente animalizados pelo racismo e vistos, desde a formação, como *pebas*.

A juventude, dentro da lógica de formação da PMMS, carrega uma marca particular, marcada não apenas pela idade, mas por um olhar institucional que a associa à criminalidade em potencial. Esse viés apareceu em diversos momentos do campo, especialmente em discussões sobre a maioridade penal²⁶⁶. O *peba* é concebido quase como uma essência, onde se cruzam classe, raça, território e geração. Em uma instrução, observei esse enquadramento de trajetória quando uma instrutora, ao falar sobre como lidar com adolescentes, afirmou: “Se

²⁶⁶ Desde a promulgação do ECA (1990), a pauta da redução da maioridade penal ressurgem ciclicamente; no ápice de 2015, na Câmara dos Deputados (PEC 171/93), ela se estruturou em três pilares: a ideia de que os adolescentes atuais já teriam maturidade equivalente ou superior à dos adultos de 1940; a crença na punição exemplar como meio de “reeducar” famílias tidas por desestruturadas e conter a criminalidade; e o apelo emotivo às vítimas, contrapondo-as a supostos privilégios dos infratores (Benetti, 2021).

o *peba* de maior tá com três *sementinhas do mal*, vocês apreendem o primeiro e dão uma *mijada* nos moleque, depois libera”. Em outra ocasião: “Conduz o *sementinha do mal* que tá bebendo” (Cadernos de Campo). Essas falas revelam não apenas uma tolerância seletiva, mas a naturalização de um estigma moral sobre a juventude periférica, vista como um perigo em formação.

O conceito de *sementinha do mal* é revelador da forma como a infância e determinados corpos, sobretudo em parte dos que compõem o “eles”, são compreendidos dentro da PMMS. O termo não é exclusivo dessa instituição, também é utilizado em outras polícias militares no Brasil, carregando sentidos semelhantes. Scudder (2022) observa que essa expressão cumpre uma função clara para os policiais: ao nomear uma criança como *sementinha do mal*, antecipa-se toda uma trajetória de criminalização, projetando sobre ela um futuro inevitável de violência e exclusão. A interiorização dessa ideia nas corporações policiais contribui para a criminalização de todos os espaços de organização da vida negra (como o funk), fazendo com que a infância e a juventude negras sejam vistas como etapas descartáveis, matáveis (Scudder, 2022, p. 75). É dentro dessa lógica que muitos dos PMs com quem convivi durante o campo defendiam a redução da maioridade penal, não raro propondo que ela fosse fixada aos 16 ou até mesmo aos 14 anos (Cadernos de Campo). A infância, com esses determinados marcadores, não é percebida como tempo de proteção e cuidado, e passa a ser tratada como fase preparatória de um inimigo em potencial.

A proposta de redução da maioridade penal para 14 anos gerava incongruências perceptíveis em relação às concepções da formação, até mesmo entre os próprios cadetes. Um deles, de forma mais crítica, apontou a contradição entre o discurso institucional que exalta a virilidade adulta e despreza o “moleque”, “que ainda não é homem de verdade”. Visto como figura infantilizada e frágil, presumidamente incapaz de enfrentar o combate, e a defesa da punição severa para esses mesmos corpos. Alguns cadetes observaram também como na formação que é baseada numa interpretação biologicista da força, onde a capacidade física do corpo continua sendo o critério principal para definir sua legitimidade no campo da violência, apesar da transformação das formas de combate na guerra contemporânea. E jovens de 14 e 16 como ameaças parecia estranho. Essa interpretação biologicista da força é utilizada para justificar a exclusão das Pfems de funções de combate ou das unidades especializadas como o BOPE e o CHOQUE, ignorando o fato de que a capacidade de das armas fogo e o treinamento técnico superam, muitas vezes, a força física bruta. A própria prática de tiro que é tão central na formação de maneira que ela se torna marcador simbólico, como disse um instrutor: “Se tu

vê como um cara executa outro, o jeito que ele atira, sabe já se é *peba* ou policial criminoso²⁶⁷” (Cadernos de Campo). Assim, a proposta de temer um adolescente de 14 anos soava incoerente para alguns cadetes. Como comentou um cadete, com ironia: “Esse medo todo de *peba* com 14 anos, pra quê? Consegue nem levantar um rifle” (Cadernos de Campo). A fala, embora alinhada a certo cinismo masculinista, revela a contradição de uma formação que exalta a força física ao mesmo tempo em que propõe a antecipação do combate contra sujeitos que são reconhecidos como fisicamente frágeis.

Se até aqui explorei como o *peba* é construído como parte do 'eles', o inimigo, por meio da desumanização, é importante destacar que esse processo não ocorre apenas pela exclusão simbólica, mas também pela naturalização das violências. Essa naturalização não surge isoladamente, como vimos, ela já estava presente na “forja” institucional, estruturada pela *pedagogia do sofrimento*, na qual o corpo e o sujeito são submetidos a diferentes formas de violência física, simbólica e moral. No entanto, mesmo quando essa violência é reconhecida como parte do currículo formativo, ela é delimitada de modo a não comprometer o “nós” que está sendo produzido. Ou seja, há um esforço, ainda que nem sempre bem-sucedido, como vimos no caso de Arthur e veremos adiante, de evitar que os danos da violência recaiam sobre aqueles que já estão sendo incorporados ao grupo de pertencimento.

Enquanto os limites da violência são cuidadosamente regulados no interior do “nós”, para o “eles” essa contenção praticamente inexistente. Isso se torna evidente no relato de um instrutor sobre um roubo de carro: “Teve confronto, matamos os dois *Pebas* (...) Um deles até lembro, fez aniversário aquele dia, 18 anos. O melhor é que mês passado tinha furtado um banco, e fez processo contra nós dizendo que tinha apanhado. Aí acabou o processo agora, né (risos)” (Cadernos de Campo). A fala não apenas naturaliza a letalidade como produz um efeito de humor sobre a morte, transformando o assassinato de um jovem recém-maior de idade em piada, justamente por ele recorrer à Justiça sobre uma possível agressão. Como no caso da homofobia disfarçada de brincadeira (Pompeu e Souza, 2019), o uso do humor também funciona como mecanismo de banalização da violência, normalizando práticas abusivas e consolidando fronteiras simbólicas. No cotidiano da APM e do CEFAP, esse tipo de enunciado era recorrente, sobretudo entre homens, que utilizavam expressões humilhantes, vexatórias e violentas contra o “eles”, com ênfase na figura do *peba*.

²⁶⁷ O crime praticado pelo “nós” com seus marcadores sociais tendia no campo sempre a relativização e afastado da lógica punitivista e repressora para com o “eles”. Isso nos leva a pensar se realmente o crime seria preocupação maior do policial militar. Observa-se isso no sentido de classe e status, um instrutor menciona sobre deixar passar “carro Porsche na Afonso pena [Avenida Principal da Cidade], quem é que tem esse carro? Imagine a merda que não dá, mata filho de desembargador, de juiz e de governador” (Cadernos de Campo).

Os relatos, em sua maioria, vinham de instrutores com experiência prática de rua. Um deles contava, rindo, que um preso algemado teria se machucado de propósito para tentar acusá-lo: “Aí quis me culpar, mas dessa vez não fui eu (risos)”. Em outro momento, ao ser questionado por um aluno: “Quantos cabem no porta-presos?”, respondeu: “Com 18 [de idade]? Alguns (risos)”. Em uma instrução sobre algemação no CEFAP, comentou: “Pode algemar na moto? Aqui em Campo Grande fizeram isso. Para gente parece engraçado, mas vai dar merda” (Cadernos de Campo). Esses episódios mostram como a violência contra o *peba* não só é comum, mas também se converte em objeto de riso, um riso que não apenas reafirma o poder, mas que também solidifica a identidade do “nós”. Ao dizer “para a gente parece engraçado”, o instrutor revela que, para os PMs, a violência pode assumir um caráter de humor; assim, é praticada, assistida ou tolerada como parte legítima da atuação institucional. Nesse contexto, o humor não suaviza a violência, ele a legitima

Na expressão, ainda na fala anterior, “vai dar merda”, se mostra recorrente nos enunciados dos PMs durante o campo, referia-se menos à consciência de que algo estava errado e mais ao risco de sofrer algum tipo de sanção, fosse da corregedoria da própria PMMS, da exposição na mídia ou da atuação de grupos vistos como “defensores de bandido”. Em outras palavras, o problema não seria a da violência prática em si, mas a possibilidade de ela se tornar pública. Esse cenário se aproxima da crítica arendtiana sobre a perda do “direito de ter direitos” (Arendt, 1989, p. 332), ou seja, da negação da própria humanidade²⁶⁸ como condição de acesso à cidadania. Também se mostra enquanto aspecto característico da realidade brasileira, onde os direitos não são universais, mas garantidos apenas a determinados sujeitos, em especial, o chamado “cidadão de bem”, pertencente ao “nós”. Durante o campo, percebi que a concepção de cidadania entre os PMs se baseava fortemente numa lógica meritocrática: os direitos eram compreendidos como algo que se conquista com base no comportamento do indivíduo, e não como garantias incondicionais de humanidade em comum. Daí a recorrência de expressões como “direitos humanos são para os humanos direitos”, formulação que condensa bem a seletividade moral que estrutura a distribuição do reconhecimento. Nessa narrativa da aceitação de direito pelos PMs, que separa o “nós” e parte do “eles”, não se leva em consideração a historicidade das sujeições sociais brasileiras em

²⁶⁸ Ressalto que o que estou pensando aqui é que a própria ideia de “humanidade” é objeto de disputa. Procuro evidenciar como, no universo policial militar, a desumanização de determinados grupos torna-se condição para legitimar sua eliminação. Adoto aqui a compreensão arendtiana segundo a qual “ser humano” é aparecer entre iguais e diferentes num mundo comum, e ter direitos significa estar inserido numa comunidade política que reconhece e sustenta essa aparição. Fora desse contexto, “humanidade” reduz-se a palavra vazia, e os “direitos do homem” colapsam justamente quando mais se tornam necessários.

seus aspectos de raça, classe, gênero, territorialidade ou geração. Essa divisão é observada por Mbembe que conclui observando que se vão dar “direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço” (2018, p.39). Nesse sentido também que se observa que

Amparada na justiça do olho-por-olho e numa masculinidade tradicionalista, essa forma elementar do poder confronta a base da promessa moderna (nunca nem de perto realizada nas margens) dos direitos humanos universais. Não há humanidade comum, nos dizem as polícias. O que existe é uma fratura fundamental que divide cidadãos e bandidos, nos impelindo a uma guerra justa. (Feltran, 2021, p.251)

Dentro da lógica da “guerra justa” e da ausência de uma “humanidade comum”, que vimos estruturando a construção do inimigo, articulam-se as noções vistas de adrenalina associadas ao trabalho policial e a forma como o armamento é exaltado, contribuem para a naturalização da violência contra o “eles”. E todos se associam ao “humor” aparecendo como um recurso que não apenas banaliza, mas torna a violência divertida, integrando-se à rotina institucional. Como comentou um instrutor: “Se vê uns *peba*. Aí todo mundo já quer dar a carga²⁶⁹, dar a sua primeiro, né? (risos)” (Cadernos de Campo). Esses elementos não estão restritos a instruções sobre abordagem, confronto direto ou o uso da força. Eles fazem parte do *currículo* institucional da PMMS, como já argumentei. A ideia de que a violência letal é aceitável, ou mesmo necessária, por se tratar de uma “guerra justa” atravessa diversas práticas e discursos, incluindo os materiais simbólicos de formação, como as canções do TFM. Um exemplo claro foi a canção elaborada pelas alunas do CEFAP para o Dia das Mulheres, em que o tom desumanizante, repressivo e violento se mantinha, reforçando as mesmas concepções de enfrentamento e exclusão.

Essas canções comuns ao FAs e outras PMs do país, também apareceram na PMMS. Durante as idas iniciais no CEFAP, estava caminhando com um dos oficiais, passaram um pelotão de alunos cantando uma dessas músicas mencionando “Avisa o IML que hoje vai lotar (...) guerreiro do CHOQUE cumpriu sua missão”. Letras como essa articulam esse processo de naturalização da violência, dentro dos aspectos da *wild masculinity* que tratamos, enfatizando a noção de “guerreiro” e exaltando a “missão cumprida pelo CHOQUE”. O oficial, já cogitando a possibilidade da imagem que tal canção passaria, procurou uma justificação articulando as noções de geração e gênero, ao dizer “Ah isso é coisa dos meninos

²⁶⁹ Aqui se refere ao ator dos PMs que correm em direção aos sujeitos em busca de “dispersar”, correm e usam a velocidade para agredir com a tonfa e o escudo.

juntos, homens sendo homens né? (risos)” (Cadernos de Campo), após isso acredito que os alunos e cadetes passaram a evitar essas canções nos dias em que estava presente no campo.

Por fim, é importante ampliar a noção de “eles” para além das figuras do peba ou dos sujeitos associados diretamente ao mundo do crime e aos grupos progressistas, que foram o foco principal deste capítulo. Como o campo foi realizado nas escolas formativas da PMMS, em Campo Grande, meu acesso a outros grupos frequentemente considerados “inimigos” pelos policiais foi mais limitado.

Ainda assim, surgiram indícios dessa ampliação simbólica do “eles”. Em uma das instruções, um instrutor comentava sobre um agente de inteligência da própria PMMS: “Esse cara de operações é descolado, não tem cara de polícia, parece um peba. E tem que tá lá no meio das coisas, no MST de vermelho, na universidade, sindicatos e talz” (Cadernos de Campo). A fala sugere que, para muitos PMs, há uma associação direta entre determinados espaços sociais e ideológicos e a figura do inimigo, como se universidades, movimentos sociais e sindicatos fizessem parte do mesmo espectro de ameaça que os *pebas*. No entanto, os limites do campo, focado na formação e na rotina dos cadetes e alunos, não me permitiram aprofundar com mais densidade a relação da PMMS com outros grupos particularmente relevantes no contexto sul-mato-grossense, como os povos indígenas ou as disputas em torno da terra e do latifúndio, que certamente atravessam as práticas e discursos policiais na região. Apesar disso procuro trazer um relato breve desse aspecto, dos povos indígenas. Tratando essa questão que pesquisadores no Estado trazem a respeito dessa violência no MS, que

Nossas lideranças no ranking das barbáries não se esgotam aí. (...). Se falar de gênero é falar de etnia, raça e classe social, como nos ensina e motiva Judith Butler, desde o dia 14 de junho de 2016 a bancada da Bala, do Boi e da Bíblia, com a passagem famigerada de Bolsonaro pelo Estado e suas falas de intolerância, os Kaiowá e Guaraní foram alvejados por balas em verdadeiras emboscadas. (...) O que noticiam as mídias globais nacionais? Os policiais machucados de terras “invasadas” por índios vagabundos, alcólatras, preguiçosos e etc. Aqui se diz, sem pudores que “Índio bom é índio morto” e/ou “um boi vale mais que um índio”. (Becker, Oliveira e Martins, 2025, p.5 e 6)

A questão indígena no estado do Mato Grosso do Sul possui uma série de especificidades históricas e regionais, que remontam à época da “marcha para o oeste”, quando os bandeirantes expandiram as fronteiras e expropriaram terras indígenas. Essa lógica continua presente nas disputas fundiárias contemporâneas, marcadas por conflitos em torno das demarcações e ocupações. Nesse contexto, torna-se possível observar a continuidade de uma lógica de “limpeza” necropolítica típica das sociedades coloniais, em que o extermínio e a expulsão dos povos indígenas abrem caminho para a titulação de propriedades privadas sob

amparo do Estado. Como afirmam Nadorque e Melo (2020, p. 93), após a “‘limpeza’ das terras, pela expropriação e pelo extermínio indígena, ocorreram as titulações de propriedades privadas sob novas nuances legislativas pelo Estado brasileiro”. O Mato Grosso do Sul ocupa o quarto lugar entre os estados com maior proporção de população indígena²⁷⁰ em relação à população total, e é o terceiro em número absoluto de indígenas no país. É também o estado com maior população carcerária indígena, com 430 indígenas atualmente presos no sistema penitenciário estadual²⁷¹. Apesar da centralidade dessa questão no contexto local, ela aparece de forma extremamente marginal na formação da PMMS. No CFSD, não há qualquer disciplina que trate da temática indígena. Já no CFO, os cadetes têm apenas uma disciplina de 10 horas no segundo ciclo, intitulada “Aspectos Culturais das Etnias Indígenas de MS”, o que revela não apenas uma lacuna formativa, mas uma invisibilização institucional da questão indígena, justamente em um dos estados onde essa possui maior relevância.

Durante essa disciplina ministrada na APM, os indígenas eram frequentemente representados como parte do “eles”, um entrave ao trabalho do “nós”, formado pelos policiais e pelos interesses do agronegócio. Eram associados a “invasões” de terra e vistos como obstáculo à ordem, demonstravam a lógica de aliança repressiva entre Estado, latifundiários e polícia militar, como descreve Zibechi (2024). Os enunciados em sala tendiam a ser pejorativos e assimilacionistas, sugerindo que os indígenas não desejam se integrar ao Estado, e que “falta preocupação com a integração indígena no estado brasileiro” (Cadernos de Campo). Comentários como “mas eles podem ser réus, né? Só querem saber de invadir” (Cadernos de Campo) reforçando a criminalização dessas populações. Grande parte dos cadetes expressava posições alinhadas ao discurso bolsonarista²⁷², tratando os indígenas como um “atraso”²⁷³ e se opondo às demarcações de terra. Mesmo em disciplinas voltadas à diversidade cultural, o que se consolidava era um olhar de suspeição e contenção sobre os povos indígenas. Num espectro mais amplo essas perspectivas andam em conjunto com a noção de “nós” que penso nessa tese, pesquisadores locais ainda observam como tais

²⁷⁰ Entre as populações indígenas que habitaram ou habitam o estado temos, Bororo, Guatós, Paiaguás, Xavantes e Kayapós na região do atual Mato Grosso, e os Guaranis-Kaiowá, Guanás, Kinikinaos, Beaqueos, Terenas, Lyanas, Chamacoco, Kadiweus, Ofaiés, Otis e os Mbayá-Guaikuru. Tendo os Mbayá-Guaikuru, os Payaguá, os Kayapós e os Guaranis-Kaiowá uma grande relevância em toda a história da consolidação, formação e “desenvolvimento” do estado (Vasconcelos, 1999).

²⁷¹ Dados Agepen, para janeiro de 2025. Acesso em: < <https://www.agepen.ms.gov.br/estrangeiros-e-indigenas-2025>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2025.

²⁷² Acesso em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/03/23/onu-denuncia-ataques-de-bolsonaro-aos-indigenas-e-cita-violacao-de-tratados.htm>> Acessado em: 15 de fevereiro de 2025.

²⁷³ Baseando-se no “Mito do desenvolvimento”, que justificaria pela grande produção agropecuária e na geração de renda e empregos (Nadorque e Melo, 2020, p.93).

discursos fazem parte de um imaginário local mais amplo compondo uma “ideologia da violência” em seus aspectos masculinistas, ao trazerem

Algumas imagens são icônicas desse imaginário: a figura do desbravador/pioneiro (aqui muito associada aos migrantes do sul do Brasil que colonizaram a região), a figura do homem do campo (rústico, másculo, macho e "sistemático"), a figura do agrobóio jovens que pertencem às famílias ligadas ao agronegócio e que fazem questão de evidenciar o capital econômico e simbólico de sua condição). (...) Em cena a necessidade de afirmar a masculinidade pelo uso da força, pelo abuso de poder, pela violência, pelo sadismo das relações que estabelece e busca estabelecer (...) uma das outras faces das diferentes violências contra grupos minoritários presentes no Estado é justamente a despersonalização, descaracterização, desumanização dos sujeitos e grupos. Aí passamos a entender o que já nos é comum e não deveria sê-lo; o confinamento dos Guarani e Kaiowá, o genocídio historicamente praticado contra eles (Becker, Oliveira e Martins, 2025, p.4 e 5)

Como vimos anteriormente, a produção de um masculinismo na PMMS, sobretudo na forma da *wild masculinity*, que valoriza o maior policiamento repressivo, é instrumentalizada por setores da sociedade sul-mato-grossense. Essa articulação é histórica e se expressa, por exemplo, no apoio financeiro de fazendeiros à construção da sede do GOF em Dourados. Nesse processo de fortalecimento do “nós”, fazendeiros, especialmente do sul do estado, mantêm relações com jagunços e pistoleiros, mobilizam a opinião pública e contam com o apoio da PMMS para reintegrações de posse e controle de terras (Nardoque e Melo, 2020, p. 96).

Essa lógica aparece também na disciplina sobre etnias indígenas, onde além de questionarem se indígenas poderiam ser réus, alguns cadetes sugeriram que eles estariam “se aproveitando” das demarcações na região de fronteira com o Paraguai. Um grupo comentou: “Adianta nada demarcar terra. Vão e alugam as fazendas para os fazendeiros paraguaios. Os indígenas, esses vão e usam para plantar drogas para aquele lado de lá” (Cadernos de Campo). Essa fala revela uma associação pejorativa, que transforma o direito à terra legítimo, em apenas uma estratégia do crime, além de associar os indígenas a redes de tráfico. Reforçando a ideia de um “eles” ainda mais abrangente, que procura demonstrar o “apoio” de indígenas com traficantes na região.

Um momento particularmente revelador sobre como a PMMS lida com a questão indígena ocorreu durante a formatura do CFSD que acompanhei (ver Anexo 2.5). Durante seu discurso, o comandante-geral da corporação enfatizou o papel da PMMS na manutenção da “ordem pública” e no cumprimento das “decisões judiciais”, inclusive nos “rincões do nosso estado”. Após o encerramento da cerimônia, percebi um certo clima de tensão, o comandante

e o governador se retiraram rapidamente para o interior do Comando-Geral, onde soube, posteriormente, que concederam uma entrevista à imprensa local.

Ao mesmo tempo em que a formatura ocorria, o jovem indígena Neri Gomes, de 23 anos, foi morto com um tiro na cabeça durante um suposto confronto com o CHOQUE da PMMS, no território indígena Ñande Ru Marangatu, no município de Antônio João, região sul do estado, já na fronteira com o Paraguai. Historicamente marcada por conflitos fundiários entre indígenas e latifundiários, essa região explicita os contornos territoriais e raciais da lógica de oposição entre o “nós” e o “eles”, que atravessa tanto a atuação prática da PMMS quanto sua formação institucional.

Ao refletirmos sobre o “eles” construído na formação da PMMS, a região de 9.300 hectares no município de Antônio João assume tanto uma importância material quanto simbólica. Trata-se de uma terra homologada em 2005, por decreto presidencial, como posse permanente indígena, decisão que foi judicialmente contestada por ruralistas locais e levada ao STF, sem definição até o momento da morte de Neri Gomes²⁷⁴. Na prática, uma liminar mantinha a posse nas mãos dos fazendeiros. No plano simbólico, a área é ainda mais significativa por ter sido o local da execução de Marçal de Souza Tupã'i, importante liderança indígena nascida em Ponta Porã, reconhecida nacional e internacionalmente por sua atuação na defesa das demarcações de terras. Assassinado possivelmente por mando de fazendeiros em 1983, Marçal foi reiteradamente perseguido e intimidado pelas forças repressivas do Estado (Prado e Urquiza, 2017). Seu nome batiza o coletivo de defesa de direitos humanos que denunciou as execuções na fronteira nos anos 1990, as quais envolviam agentes do GOF. Na formação o conflito fundiário era mencionado não como problema social, mas às vezes era concebido como oportunidade de ação *operacional*. Em uma das diversas instruções sobre armamento, o instrutor apresentava com entusiasmo o lançador de granadas AM600, afirmando: “Ela é ótima para ser usada na invasão das propriedades rurais. Aí a gente usa contra os inimigos, os indígenas e esse povo do MST aí [dito em tom de deboche]” (Cadernos de Campo). Essa fala revela como a lógica de inimigos se consolida: os indígenas e os movimentos sociais são vistos costumeiramente referenciados como alvos da ação repressiva. Assim como na formação da PMMS ocorre essa consolidação em oposição aos “inimigos”, os próprios indígenas tomam uma posição ativa contra parte desse “nós” do qual a PMMS parece tomar lado. Dessa forma Marçal de Souza mesmo traz que

²⁷⁴ Acesso em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/uniao-propoe-acordo-para-solucao-de-conflito-por-terra-em-mato-grosso-do-sul/>> Acessado em: 15 de fevereiro de 2025.

O índio tem que reagir. Nós temos que ser malcriados. Se o coronel falar grosso, nós temos que inventar uma voz grossa maior que a dele pra dizer que nós temos direito, nós temos cobrando o que está dentro do Estatuto do Índio. Nós não fizemos estatuto nenhum, eles fizeram a lei dando direito nosso. Então, tem que cumprir justo e direito. Não podemos baixar a cabeça para fazendeiro, para o branco, para o dono da terra, que ele não é dono da terra coisa nenhuma. Para o invasor, a borduna da lei em cima dele. (Prado e Urquiza, 2017, p.136 e 137)

O processo de construção dos inimigos, o “eles”, também se manifesta no discurso institucional. No dia da morte de Neri Gomes, o governador do estado, ao lado do comandante-geral da PMMS, afirmou que “além da disputa por terra, também foi apurado pela inteligência policial que há interesses de facções criminosas relacionadas ao tráfico de drogas, já que há diversas plantações de maconha próximas à fazenda”²⁷⁵. A luta pela terra, causa direta da mobilização indígena e do confronto que resultou na morte, é relegada a um papel secundário. Em seu lugar, desloca-se o foco para a criminalidade, associando a presença indígena na região novamente a uma suposta articulação com o tráfico. Ao invocar a ameaça do tráfico, a fala do governador reconfigura o conflito fundiário em chave de segurança pública, apagando as dimensões históricas da luta indígena e reforçando o enquadramento desses sujeitos como parte do inimigo interno, matável, criminalizável e fora da ordem.

Ao aprofundar a pesquisa sobre o conflito fundiário na região, pude observar com mais nitidez as conexões que ajudam a consolidar um “nós” mais amplo, articulando a polícia militar, produtores rurais, e discursos institucionais. No mesmo dia da morte de Neri Gomes, o secretário de segurança pública afirmou que os “policiais militares da região (100 homens) estavam apenas cumprindo ordem judicial para manter a ordem e segurança na propriedade rural (Fazenda Barra)”. A morte de Neri nessa fazenda, em específico, permite ampliar a análise sobre os agentes sociais envolvidos.

A Fazenda Barra pertence a Roseli Ruiz e sua filha, Luana Ruiz, figuras que representam, nesse contexto, um segmento articulado do “nós” ao qual a PMMS parece se alinhar. Roseli, além de proprietária rural, tornou-se presidente do sindicato rural de Antônio João como forma de organizar a resistência às chamadas “invasões indígenas”. Em suas falas, adota abertamente a linguagem do confronto: trata a disputa territorial como uma “guerra”²⁷⁶. O inimigo, porém, não se restringe aos indígenas. Roseli também volta sua crítica contra universitários e pesquisadores, acusando a “ingerência da Associação Brasileira de

²⁷⁵A sugestão similar de um cadete veio alguns meses antes dessa do governador. Acesso em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/09/19/pf-instaura-inquerito-para-apurar-morte-de-indigena-durante-confronto-com-a-pm-em-fazenda-de-ms.ghtml>> Acessado em: 15 de fevereiro de 2025.

²⁷⁶Em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/06/politica/1441494809_661684.html> Acessado em: 15 de fevereiro de 2025.

Antropologia (ABA) nas questões indígenas, inclusive com a ocorrência de fraudes antropológicas” (Costa, 2019, p. 88).

Diante disso, decidiu cursar uma pós-graduação em antropologia com o objetivo de produzir seus próprios laudos, buscando invalidar as reivindicações indígenas ao alegar, com base em seus “estudos”, nunca ter encontrado terras indígenas. Aqui, vemos como a produção de saber é instrumentalizada dentro do campo do “nós”, em oposição direta à legitimidade acadêmica e às demandas históricas dos povos originários. nessa relação desses dois pólos ainda chegaram a questionar em tom jocoso se ela “Não vai virar a casaca, hein?”²⁷⁷

Mas de forma a pensarmos na concepção do “Nós” articulado à PMMS de forma mais direta, destaca-se Luana Ruiz, filha de Roseli. Criada no universo do agronegócio, Luana formou-se em direito agrário com o objetivo de defender juridicamente os interesses ruralistas. Sua atuação ganhou relevância nacional ao ser nomeada secretária-adjunta de Assuntos Fundiários no Ministério da Agricultura durante o governo Bolsonaro. Nesse cargo, passou a influenciar diretamente nos processos de identificação e demarcação de terras indígenas, o que motivou uma representação do Cimi à Procuradoria-Geral da República, por possível conflito de interesses, já que também atuava como advogada contra a demarcação da terra indígena que incide sobre a fazenda de sua família²⁷⁸. Além da atuação no governo federal, Luana também se insere na política local. Filiada ao PL, assim como os coronéis da PMMS, chegou a ser cotada como vice na chapa de ‘Beto’ Pereira, vaga que foi ocupada pela subcomandante Neidy. Foi nomeada para um cargo de confiança pelo governador do estado na Secretaria de Infraestrutura e, atualmente, ocupa o posto de assessora especial da Casa Civil. Sua trajetória revela como os interesses do agronegócio, da política bolsonarista e do aparato policial se entrelaçam na formação de um “nós” que compartilha valores, estratégias e inimigos comuns, entre eles, os povos indígenas e seus aliados.

Com esse breve histórico em mente, retornamos ao caso da morte de Neri Gomes. Em setembro, pouco antes da formatura do CFSD e do assassinato do jovem indígena, Luana Ruiz, então assessora especial da Casa Civil do MS, assinou uma ação judicial solicitando que a PMMS realizasse rondas permanentes na Fazenda Barra, propriedade de sua família, sob a justificativa de “proteger” a área contra invasões indígenas²⁷⁹. O episódio evidencia como a

²⁷⁷ Em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1292183-fazendeira-vira-antropologa-e-faz-laudos-contraindios.shtml>> Acessado em: 15 de fevereiro de 2025.

²⁷⁸ Em: <<https://cimi.org.br/2019/03/representacao-a-pgr-denuncia-conflito-de-interesses-envolvendo-advogada-ruralista>> Acessado em: 15 de fevereiro de 2025.

²⁷⁹ Em: <<https://anovademocracia.com.br/exclusivo-advogado-da-aty-guas-narra-ao-and-situacao-na-ti-nhanderu-ms/>> Acessado em: 15 de fevereiro de 2025.

PMMS é mobilizada como força de interesses privados do agronegócio, mesmo quando o discurso oficial, como o do comandante-geral, insiste em que a corporação apenas “cumpre as decisões judiciais” (Cadernos de Campo). Como vimos na formação dos cadetes e alunos, essa lógica já está naturalizada: há um “nós” a ser protegido (produtores rurais, fazendeiros, Estado) e um “eles” a ser contido (indígenas, sem-terra, movimentos sociais). A corporação, assim, atuando como braço armado de interesses políticos e econômicos específicos, reproduz no plano prático os enunciados ideológicos que moldam sua identidade institucional masculinista. Isso é perceptível quando vemos os termos e enunciados sendo defendidas na formação da PMMS, e em uma declaração de como Luana Ruiz estaria vendo a “invasão” das terras, ela diz

É a típica situação para a qual as palavras não bastam, só vindo de perto para saber o que significa o que aqueles dois grandes guerreiros estão enfrentando. Meu pai e minha mãe são irresistíveis, eles têm uma resiliência incrível, fortes, determinados.... Mas depois de uma guerra de quase três décadas, a cada batalha vai ficando mais difícil a luta. Uma coisa é estar no fronte com 45, 59 anos de idade, outra coisa é a batalha depois do 70º aniversário. É triste assistir a força do Estado Brasileiro, que permitiu esse conflito cruel, destruir os sonhos de cidadãos do bem como meus pais, meus avós, meus tios, e os meus sonhos vão junto água abaixo, porque dói na alma assistir há aniquilação dos nossos direitos! (Redes Sociais)

Assim como na formação da PMMS, onde predominam termos belicosos e a lógica da “guerra”, com seus “guerreiros” e a defesa dos “cidadãos de bem”, o mesmo vocabulário é reproduzido pelos representantes políticos do agronegócio. E se mostra como uma via de mão dupla, tanto Luana Ruiz quanto o deputado estadual Cel. David apoiaram publicamente a operação da PMMS e a atuação do Batalhão de CHOQUE no episódio da morte de Neri Gomes, mobilizando o *ethos guerreiro* como justificativa simbólica. Ruiz, ao legitimar a ação, referiu-se ao “confronto do CHOQUE” e destacou supostas passagens criminais de Neri, buscando enquadrá-lo na lógica do inimigo já desumanizado na formação dos PMs. Já o Cel. David, por sua vez, que é presidente da Frente Parlamentar Invasão Zero e da Frente Parlamentar do Direito à Propriedade, alegou que os indígenas da região teriam “ameaçado de morte o comandante do batalhão local” e que “desferiram uma flechada no abdome do comandante do batalhão da PMMS”. Além de que os indígenas da região supostamente afirmaram que “nem o comandante e nem os fazendeiros saíam de lá com vida”. Encerrando sua fala, reforçou que o CHOQUE apenas cumpria uma ordem judicial.

Ao mobilizarem os sentidos de dever institucional e de legítima defesa, esses discursos operam no sentido de legitimar a letalidade estatal como ação racional, legal e moralmente

necessária. E reforça a ideia de que o inimigo indígena não é apenas ilegal, mas também perigoso, violento e causador da desordem. O efeito é de reverter simbolicamente a posição de agressor. A PMMS deixa de ser vista como força repressiva e passa a ser representada como vítima de uma “agressão injusta”²⁸⁰ e inesperada, que apenas reage para proteger a si mesma, os fazendeiros e a ordem estabelecida. Assim, a letalidade policial é revestida de moralidade: matar passa a ser não só permitido, mas necessário, um ato de proteção, e não de violência. Esse sentido de “legítima defesa” costuma aparecer nos enunciados dos perpetradores de violência letal, no sentido em que

os cidadãos de bem são ordeiros e pacíficos, não queriam guerra. Mas se viram acuados pelos bandidos (que nesse campo semântico se confundem com esquerdistas, ateus, depravados, comunistas imaginários ou demônios que instilam todos os anteriores). É preciso recuperar nosso rumo como nação de Cristo, antes que seja tarde. (Feltran, 2021, p.251-252)

É nesse contexto que a violência letal praticada por policiais militares pode ser compreendida dentro de uma narrativa de “necessidade de segurança”, articulada ao imperativo de defesa frente ao “eles”. Os discursos de “combate ao crime”, “guerra às drogas” e “invasão de terras” operam como estratégias de legitimação da força letal, ao posicionar os PMs como agentes da proteção, e os inimigos como ameaças permanentes à ordem. Foucault (2008, p. 14) já apontava que a segurança, longe de ser apenas um mecanismo técnico de gestão, rearticula e reforça estruturas clássicas da lei e da disciplina, ampliando os efeitos de controle e punição sob o pretexto de proteger. Ainda que a ampliação do excludente de ilicitude não tenha avançado formalmente, o que se observa é que há margens simbólicas e institucionais para que a violência letal seja aceita, e até esperada, quando justificada como autodefesa.

A disciplina e a legalidade operam, nesse caso, como dispositivos de cobertura moral e jurídica. Tanto Foucault quanto Sémelin apontam que, na base dessa lógica de proteção, está o princípio da eliminação do outro: destruir o “eles” é, paradoxalmente, o caminho para salvar o “nós”. Ao voltarmos a questão do racismo de estado em Foucault, vemos como a morte do indígena e do *peba*, entram numa relação positiva

²⁸⁰O termo “agressão injusta” é oriundo do campo jurídico e compõe um dos elementos que configuram a legítima defesa, conforme estabelecido no artigo 25 do Código Penal Brasileiro. No entanto, seu uso fora do contexto jurídico estrito, como nas narrativas policiais e políticas, opera menos como um critério técnico de avaliação e mais como uma estratégia discursiva para deslocar a posição da força estatal para o lugar da vítima. Tal apropriação fortalece a justificativa da violência, ao transformar a ação letal do Estado em resposta moralmente legítima a uma ameaça construída, ainda que frágil, imprecisa ou baseada em estigmas. Isso é evidente diante de indígenas pobres e desorganizados, com arcos e flechas, frente a uma polícia militar treinada e equipada para o confronto.

do tipo; "quanto mais você matar, mais você fará morrer", ou "quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá". Eu diria que essa relação ("se você quer viver, é preciso que você faça morrer, é preciso que você possa matar") [...] É a relação guerreira: "para viver, é preciso que você massacre seus inimigos". Mas o racismo faz justamente funcionar, faz atuar essa relação de tipo guerreiro "Se você quer viver, é preciso que o outro morra" - de uma maneira que é inteiramente nova e que, precisamente, é compatível com o exercício do biopoder (Foucault, 1999. p. 305).

A guerra, mesmo desigual, é assumida como inevitável, e o uso da força, como um direito necessário à sobrevivência daquele que se vê sob constante ameaça. Apesar de todo o aparato estatal, político e bélico, que sustenta a atuação dos policiais militares, ainda assim eles conseguem se apresentar como vítimas. Trata-se de um movimento descrito por Sémelin (2009, p. 82), quando observa que, muitas vezes, “aquele que vai se tornar assassino se apresenta como vítima”. No entanto, é preciso observar que esses discursos vitimizantes não vão ser assumidos ou enunciados de forma direta pelos próprios PMs. Posicionar-se como vítima é percebido, dentro do *masculinismo institucional*, como um gesto feminilizante, incompatível com o *ethos guerreiro*, a força e a eficiência da “forja” policial. A vitimização, portanto, se dá de maneira indireta, disfarçada sob o manto da legítima defesa, do dever institucional ou da ameaça constante, mantendo intacta a identidade masculinista.

Essa vitimização velada é reforçada nos discursos da formação policial, sobretudo nas falas que expressam o sentimento de incompreensão ou abandono por parte da sociedade. Como vimos anteriormente, há uma percepção entre os PMs de que seu trabalho é mal interpretado ou injustamente criticado. Um instrutor, por exemplo, afirmou: “Povo só vê o tapa (do policial), mas quando é o xingo ou ameaça (do sujeito abordado), nunca vem a garrafa jogada, só (veem) a bala de borracha, a porrada do policial” (Cadernos de Campo). Essas falas não apenas sustentam o discurso da legítima defesa, mas também constroem a imagem de um policial injustiçado, solitário, abandonado pelos “direitos humanos”. Esse sentimento já estava presente em figuras como o Cel. Adib, que dizia: “Fajuta essa lei dos direitos humanos, dá direito só a malandros, e bandidos (...) parece pouco importar tantas mortes de policial (...) Onde está a turma dos direitos humanos nessa hora?” (Rocha, 2015, p. 92). Assim, mesmo sem assumir diretamente o papel de vítima, o que violaria o *ethos guerreiro* e a virilidade. Como mencionei anteriormente surge um sentido meritocrático de direitos, onde temos o “direitos humanos para os humanos direitos” fazendo um jogo de palavras onde se articula a categoria de pureza, para que apenas o cidadão e PM cumpridor das regras seria merecedor de direitos básicos, assim a linguagem jurídica que ampara a reação à “agressão injusta” e o discurso de que os policiais apenas “exercem seu direito” ao se

defender, ao invés de aproximá-los da posição de vítimas, os posiciona como sujeitos ativos, racionais e legitimados, o que os afasta, simbolicamente, da figura passiva e fragilizada da vítima.

Esses fatores são os que sustentam os enunciados escutados durante a formação, justificando a prática da violência letal como algo necessário, técnico e legítimo. No entanto, o sentimento que me atravessava ao conviver com alunos e cadetes da PMMS durante o campo remetia ao conceito de banalidade do mal, desenvolvido por Hannah Arendt (1999). A autora usa esse termo ao analisar a figura de Adolf Eichmann, o burocrata nazista responsável pela logística do transporte em massa de judeus para os campos de extermínio no Leste Europeu. Eichmann, como Arendt mostra, não era um sujeito monstruoso ou sádico, mas um funcionário comum, que executava com eficiência as ordens do regime. Apesar de sua responsabilidade no massacre de milhares, Eichmann, segundo Arendt, teria chegado a sentir repulsa e até pesadelos com a violência direta, caso precisasse testemunhá-la (1999, p. 103–104). Essa imagem, a do agente comum, que participa da engrenagem da violência não por crueldade, mas por conformidade, dever ou automatismo. A violência, mesmo quando letal, era muitas vezes tratada como mero procedimento, afastada de qualquer reflexão ética mais profunda.

Esse aspecto, da violência tornada prática banal e pouco refletida, se mostrava como um dos elementos que diferenciavam a *composed masculinity* da *wild masculinity*. Givens e os policiais militares que encarnam essa segunda forma, como vimos ao longo do capítulo, não são burocratas afastados do campo da morte, como Eichmann, eles estão diretamente envolvidos nos atos letais. Mesmo que em escala menor que o holocausto, são os próprios executores da violência, muitas vezes mediados pelo prazer, pela adrenalina ou pela justificativa do dever. Ainda assim, acredito que o conceito de *banalidade do mal* de Arendt não se restringe à posição ocupada dentro da máquina nazista. Arendt está preocupada, sobretudo, em mostrar como o mal pode emergir da suspensão do pensamento, da normalização de discursos e da repetição não questionada de práticas.

Ele não exige monstros, basta a ausência de reflexão²⁸¹. E é justamente essa naturalização da violência, produzida ao longo da *forja* do “nós” contra o “eles”, desde a formação nas escolas da PMMS até o exercício diário da função, que vai deixando marcas, subjetivas, morais, físicas.

²⁸¹ Adorno e Horkheimer, desenvolvem bem a questão do conhecimento técnico e a produção de sujeitos “não-reflexivos” com os pressupostos do esclarecimento modernos de que Feltran menciona, no seu livro *Dialética do Esclarecimento* (1985).

É com essas marcas que pretendo trabalhar no último tópico desta tese. Nele, investigo como a guerra cotidiana vivida pelos PMs também os atravessa, como esses efeitos são sentidos em sua formação e em suas vidas, e por que é fundamental humanizar os perpetradores, contrariando a ideia, tão recorrente entre eles, de que o “povo dos direitos humanos” não se importam com a vida dos policiais militares brasileiros.

Efeitos “Colaterais” da Guerra: A PMMS não para?

Cenário 01

Um tenente coronel de uma polícia militar do Nordeste, comandante de um Batalhão, durante uma reunião na sede da Secretaria de Segurança Estadual, saca a sua arma de fogo, disparando-a contra o seu corpo, morrendo imediatamente.

Cenário 07

Um soldado da polícia militar da região Sudeste, dirige-se à casa da namorada. Ao chegar ao local, mata-a, bem como a sua sogra. Pouco tempo depois, envia uma mensagem para o irmão dizendo que tinha feito besteira, que era um fraco e que chamasse a polícia. Retorna para a sua residência em seguida. Presumindo o sofrimento futuro da mãe, também a mata e em seguida comete o autoextermínio.

Cel. Márcio Couto, O Suicídio nas Forças Policiais, 2021, p. 53-54.

Falar de saúde mental na Polícia Militar é afrontar o silêncio que a instituição impõe às fragilidades. Como vimos ao longo da formação na PMMS, há uma *pedagogia do sofrimento*: desde os primeiros dias, cadetes e alunos aprendem que não há tempo, nem lugar, para cuidar da mente. A guerra, real ou imaginada, exige prontidão permanente. Mas o impacto psíquico não distingue o que é simbólico do que é concreto: os efeitos são reais, e cada vez mais letais.

Desde 2023, o autoextermínio tem sido a principal causa de morte entre policiais militares no Brasil, superando inclusive os óbitos em serviço e em folga. O Mato Grosso do Sul destaca-se negativamente nesse cenário: liderou o ranking nacional de suicídios policiais por três anos consecutivos: 2021, 2022 e 2023²⁸². O perfil desses policiais reforça a intersecção entre masculinidade, raça e idade: são majoritariamente homens (96%), negros (69%) e têm entre 35 e 54 anos (71%). Uma faixa etária acima da média nacional para o

²⁸² Em: <<https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/pelo-segundo-ano-ms-tem-maior-taxa-nacional-de-suicidios-entre-policiais>> e <<https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/ms-foi-estado-com-maior-aumento-de-casos-de-suicidio-de-policiais>> Acessado em: 10 de maio de 2024.

suicídio, indicando que o desgaste é acumulativo, efeito corrosivo do cotidiano de militarização.

Dois aspectos relevantes emergem dos dados sobre suicídio entre policiais militares²⁸³. O primeiro revela uma peculiaridade: ao contrário da média nacional de suicídios, que se concentra na faixa etária entre 15 e 29 anos (Barbosa e Teixeira, 2021), entre os policiais essa prática tende a ocorrer em idades mais avançadas. Esse dado sugere que o exercício prolongado da função policial produz um desgaste acumulado, comprometendo a qualidade de vida e a saúde mental desses homens ao longo dos anos. Estudos realizados com PMs da PMMS, especialmente nas cidades de Campo Grande e Dourados, confirmam essa correlação entre estresse ocupacional e sofrimento psíquico (Mayer, 2006; Guimarães et al., 2014; Moraes, 2016). O segundo aspecto diz respeito à expressiva predominância masculina nos casos de autoextermínio, um padrão que acompanha tendências tanto nacionais quanto internacionais (Baére e Zanello, 2020; Sánchez *et al.*, 2024). Embora, durante o campo, eu não tenha tido acesso direto ao cotidiano pós-formação dos policiais militares, os cadetes e alunos da PMMS também não estavam alheios a essa realidade. Acredito que os elementos discutidos anteriormente, a *pedagogia do sofrimento*, a cisão simbólica entre *paisano* e militar, o *ethos guerreiro* e o *masculinismo institucional*, funcionam como engrenagens de um sistema que não apenas forma combatentes, mas também contribui para o adoecimento e, em muitos casos, para o trágico desfecho de suas trajetórias.

A *pedagogia do sofrimento*, como vimos, submete os policiais militares, ainda em formação, a um conjunto intenso de experiências físicas e simbólicas de violência: privação de sono, agressões físicas, exposição a salas saturadas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta, mergulhos em águas sujas durante o *Tchof*, além de humilhações e assédio moral por parte de superiores e pares. Dentro dessa lógica, o sofrimento não é interpretado como algo a ser evitado, mas como um mecanismo fundamental para testar a resistência e o valor dos cadetes e alunos. Como enfatizou o comandante-geral, trata-se de “separar o joio do trigo” (Cadernos de Campo).

Essa lógica valoriza permanentemente a força, a resiliência e a superação, criando um ambiente em que sofrimento é sinônimo de mérito. Por isso, questões psíquicas como ansiedade, depressão ou esgotamento emocional tendem a ser interpretados não como alertas ou sinais de adoecimento, mas como indicadores de fraqueza, instabilidade ou mesmo de falta

²⁸³ As taxas de suicídios de policiais da ativa chegam a ser quase 8 vezes maiores que a população em geral. Em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/alta-suicidios-policiais-quase-8-vezes-maior-taxe-populacao-em-geral/>> Acessado em: 10 de maio de 2024.

de comprometimento profissional. Nesse contexto, a saúde mental torna-se um tema silenciado, ou pior, estigmatizado, impossibilitando que os sujeitos em formação encontrem espaço legítimo para poderem expressar suas dores e fragilidades.

Na cisão simbólica entre *paisanos* e militares, observamos como os alunos e cadetes da PMMS vão construindo uma identidade de separação e superioridade em relação ao restante de parte da sociedade. Essa divisão é alimentada tanto por elementos do *ethos guerreiro* quanto pelas exigências da carreira policial, e reforça a ideia de que ser PM é estar em constante prontidão e atividade. Na PMMS, esse ideal é incorporado institucionalmente, em seu slogan oficial adotado em 2024, amplamente difundido em materiais de propaganda, é “A PMMS NÃO PARA!”. A frase constantemente repetida reforça a noção de que o policial nunca está completamente fora de serviço, podendo se deparar com uma ocorrência a qualquer momento, mesmo fora do expediente, e devendo, portanto, estar sempre vigilante (Samico, 2016, p. 12).

Esse modelo exige uma dedicação permanente à identidade policial militar, como reforçado por enunciados recorrentes no campo: é preciso estar “Sempre pronto. Atento” (Cadernos de Campo). A atenção não é apenas à ocorrência, mas à leitura permanente dos espaços e dos corpos: exige-se o cultivo de uma “visão policial”, a capacidade de reconhecer possíveis inimigos em qualquer lugar, inclusive “no lugar que você mora, não importa” (Cadernos de Campo). A figura do policial militar vai assim sendo moldada como um sujeito em estado de alerta permanente, o que não apenas favorece o desgaste psíquico progressivo, como também esvazia outras dimensões da vida social e afetiva.

Outra das consequências mais visíveis dessa cisão entre *paisanos* e militares é o afastamento de redes de apoio que não estão vinculadas à instituição. Como desabafou um aluno durante uma instrução: “De *paisano* para militar. Você fica diferente. Perdi meu primo, que se afastou por não gostar de polícia. Cara aqui perdeu a esposa” (Cadernos de Campo). Essa percepção não é isolada. Um instrutor, ao tentar alertar os cadetes, também reconhecia o efeito desse fechamento: “Isso é um problema nosso. Só se aproxima de nós. Só tem amigos nas PMs. Mal de nós. Aí entra na reserva e se vê sozinho” (Cadernos de Campo). O que se observa é que a identidade policial militar, forjada também nas lógicas da separação e da vigilância, produz não apenas o guerreiro do “combate cotidiano”, mas também o sujeito isolado, desamparado, e muitas vezes solitário, especialmente fora da ativa. Dessa forma que se observa que

Ocupados em tempo integral na “guerra do Estado contra” o crime e a subversão, alguns trabalhadores da violência só se relacionavam com outros trabalhadores da violência. Essa insularidade ocupacional, por sua vez, fomentava um isolamento pessoal tão profundo que a separação — física, psicológica ou ambas — da família e de amigos não policiais chegava a tal ponto que o trabalhador da violência não mantinha nenhum contato social fora do próprio sistema violento. (Huggins, Fatouros e Zimbardo, 2002, p.03)²⁸⁴

Esse processo de distanciamento se articula com a sensação recorrente entre os policiais militares de que não são compreendidos pela sociedade mais ampla, sobretudo das instituições e discursos que fiscalizam, julgam e criticam sua atuação²⁸⁵. Esse sentimento aparece em enunciados como o de um aluno do CEFAP, que expressava um incômodo compartilhado por muitos: “Se a gente conduz o *peba* para verificação, não pode, é abuso de poder. Mas aí quando a gente não leva, e acontece algo, é prevaricação” (Cadernos de Campo). Esse tipo de queixa é frequente entre policiais em diferentes contextos (Reiner, 2000), e reflete a percepção de que estão sempre operando entre dois riscos: o da ação excessiva e o da omissão condenável. A ideia de estar permanentemente observado, dessa vez não pelo o “inimigo armado para lhe atacar”, mas pelos superiores, pela mídia, pela justiça, e também por parte crítica da sociedade, amplifica o sentimento de isolamento e tensão, agravando os efeitos subjetivos.

Dentro do ethos guerreiro e do *masculinismo institucional* da PMMS, também há elementos que contribuem diretamente para o adoecimento mental da tropa. A figura do combatente, sempre ativa, forte e resistente, é construída para operar apenas como agente da violência, nunca como alguém vulnerável, ferido ou a vítima que tratamos. Isso está dentro da dicotomia de gênero que associa virilidade à ação e fragilidade à feminilidade, apagando o sofrimento subjetivo provocado pela violência exercida e internalizada. Como aponta Moreira (2011, p. 328), essa lógica nega aos policiais sua própria humanização, ao impedir que se reconheçam como também atravessados pela dor e pelo desgaste. Essa lógica é reforçada pela valorização da figura viril do herói. Na PMMS, atos de bravura masculina e modelos de conduta idealizados são exaltados continuamente, apresentados como exemplo do cumprimento da missão (Minayo, Souza e Constantino, 2008). Durante a formação, vimos

²⁸⁴“(…) a full-time preoccupation in a state’s “war against” crime and subversion, the only people with whom some violence workers associated were other violence workers. Such occupational insularity in turn nurtured personal isolation, where separation—whether physical, psychological, or both— from family and nonpolice friends was so extreme that the violence worker had no social contacts outside the violent system itself.”

²⁸⁵Isso contribui para que os PMs comecem a se relacionar com os sujeitos fora da caserna com desconfiança, frieza afetiva e uma inibição, ao mesmo tempo que têm medo de serem julgados de forma injusta (Couto et al, 2012, p.57).

como esses valores são reiterados de forma tão intensa que os próprios alunos e cadetes passam a se cobrar e se pressionar constantemente, mesmo quando isso ultrapassa seus limites físicos e psíquicos. O resultado é um ambiente em que demonstrar cansaço, dúvida ou sofrimento se torna inadequado, tanto para si quanto para os colegas de farda.

Essa construção simbólica dificulta inclusive que os próprios “irmãos” de tropa ofereçam ou aceitem ajuda. O herói forjado na guerra cotidiana não pode demonstrar fraqueza, dor ou esgotamento, sob risco de se desqualificar como guerreiro viril. Como vimos, esse ideal também é reforçado em outras frentes, como nos discursos da UFP. Vale lembrar aqui a nota crítica da UGEIRM, já mencionada anteriormente. Em uma outra parte não trabalhada dela, se vê questionamento justamente dos efeitos nocivos da romantização da figura do “herói” policial, reconhecendo como essas classificações podem contribuir para invisibilizar o sofrimento e precarizar a relação laboral dos agentes de segurança.

É extremamente problemático que a Chefia de Polícia não questione os termos da homenagem [a condecoração dos heróis] proposta. Os Policiais Civis não são heróis, mas sim servidores públicos que prestam um serviço essencial para a sociedade, garantindo a segurança da população e, para isso, devem receber uma remuneração condizente com seu trabalho. Esse tipo de abordagem do trabalho policial tem servido para mascarar uma série de abusos sofridos pela nossa categoria (...) A ideia de que os policiais são heróis, está na raiz dos sérios problemas de saúde mental enfrentados por esses servidores. Transformar os policiais em heróis, é jogar em cima desses servidores, que trabalham em condições extremamente difíceis e que lidam diariamente com o pior lado da sociedade, uma pressão absurda. Jogar sobre os ombros dos policiais a “missão” de “salvar” a população, tem levado a nossa categoria a índices de suicídio muito superiores aos do restante da nossa população.

As noções de heroísmo estão intimamente ligadas ao *masculinismo institucional* e atravessam as duas formas de masculinidade que analisamos, tanto a *wild masculinity* quanto a *composed masculinity*. Em ambas, os efeitos subjetivos do ideal viril são persistentes. Tal como ocorre na sociedade mais ampla, as normas de masculinidade reforçadas na PMMS tendem a produzir isolamento, sofrimento e silenciamento entre os homens. Embora essas masculinidades sejam valorizadas dentro da corporação, o prestígio e a dominação que carregam vêm acompanhados de cobranças contínuas e custos subjetivos profundos. Como observa Jablonka (2021), esse custo aparece como insegurança do ego, vaidade pueril, definhamento da vida interior, estreitamento dos horizontes sociais e, por fim, a diminuição da expectativa de vida. São efeitos colaterais de um modelo que exige performance constante e que não admite falhas. Seja na *composed masculinity*, marcada pelo status de racionalidade, eficácia produtiva, frieza e distanciamento emocional, ou na *wild masculinity*, que se expõe a

situações de risco, exige-se como espelho do guerreiro honrado e lida diretamente com a violência mais visceral — seja nos colegas de farda, seja nos corpos vitimados —, ambas operam como regimes de masculinidade que exigem dureza contínua e negam o espaço para fragilidade ou sofrimento. E ainda assim qualquer masculinidade dessas que se constituía enquanto hegemônica nunca será estável, pois esse lugar exige reafirmação contínua. O masculinismo nunca está suficientemente provado: nele o ser homem significa estar o tempo todo provando que se é homem, sendo necessário sê-lo, e sempre mais.

Vemos, assim, como a *pedagogia do sofrimento* ensina a desprezar a fragilidade; a clivagem entre *paisano* e militar aprofundam o isolamento; o *ethos guerreiro* glorifica a exposição constante ao risco; e o *masculinismo institucional* silencia a vulnerabilidade e é uma demanda constante. A convergência desses quatro dispositivos presentes na formação dos policiais militares da PMMS produz um ambiente propício ao colapso psíquico e, em muitos casos, leva-os ao suicídio.

Nem os sujeitos do campo, e tampouco eu, fomos poupados dessa realidade. Durante as primeiras instruções de TPO I, acompanhei diversas instruções ministradas pelo Capitão Leonardo Mense. Diferente de muitos instrutores, o capitão demonstrava uma postura afetuosa com os cadetes da APM, aproximando-se deles com apertos de mão e meio abraços, antes de bater continência e assumir formalmente a condução da instrução da passagem do *xerife* do dia. Em sala, repetia um mantra em coro com os alunos: “A instrução é o quê?! — Sagrada, Senhor!” (Cadernos de Campo), reforçando a disciplina com um tom quase ritualístico. O Capitão Mense era visto como um exemplo de masculinidade bem-sucedida dentro da PMMS. Aos 35 anos, já havia concluído os cursos do BOPE e do CHOQUE, sendo, portanto, ao mesmo tempo *caveira* e *choqueano*. Além de atuar como instrutor na APM, era comandante das Rondas Ostensivas Táticas e Ações de Choque (ROTAC), subordinadas ao Batalhão do CHOQUE, e também integrava o setor de relações públicas da instituição.

Mas essa trajetória se encerrou numa noite de sábado, 20 de abril, véspera do Dia de Tiradentes, comemorado pelos PMs, o Capitão Mense tirou a própria vida com um disparo de sua pistola. Sua morte atravessou profundamente todos que estavam envolvidos na formação naquele momento, e deixou exposta, de forma brutal, a intensidade e os efeitos ocultos da pressão, do silêncio e da sobrecarga emocional que marcam a vida dos policiais militares.

Por respeito à família e aos colegas mais próximos, optei por não acompanhar o funeral do Capitão Mense. Ainda assim, sua morte, assim como a de Neri e Arthur, marcou profundamente a experiência de pesquisar num campo onde masculinidades e violência letal

estão tão entrelaçadas. Na visita seguinte à APM, o clima era, como se poderia imaginar, de luto e consternação. Os cadetes estavam visivelmente abalados, e o mesmo se via entre os demais membros da academia que mantinham uma relação mais próxima com o capitão.

O sentimento predominante era o da incompreensão. Um policial do CHOQUE, próximo de Mense, expressou essa perplexidade ao dizer: “O Mense era forte, em todos os aspectos, físicos e mentais. Passou no concurso, poxa. Ele era *caveira*. Não faz sentido” (Cadernos de Campo). Em seguida, mencionou que ele já vinha “combatendo” a depressão. Segundo relatos do velório, “até mesmo os mais ‘durões’ não conseguiram conter as lágrimas” ²⁸⁶. O impacto coletivo diante da morte de alguém considerado símbolo de virilidade, resistência e excelência *operacional* expôs, de forma incontornável, a fragilidade silenciada que atravessa os corpos dos que, na instituição, não têm permissão para desmoronar.

A situação vivida durante o campo evidenciava de forma contundente muitas das questões que procurei desenvolver ao longo desta tese. Todos os elementos que simbolizam o poder e força da polícia militar: os fardamentos impecáveis, as viaturas, a tonfa, os acessórios, os IMPOs, os coletes à prova de bala, as pistolas, os grandes fuzis pesados, os carros, os capacetes, as motos, os escudos, tudo que compõem o aparato ostensivo que sustenta a imagem da virilidade policial. A isso se somam ainda as centenas de horas de cursos, as disciplinas de tiro, os treinamentos físicos que levam os corpos ao limite (ou além dele, como vimos), e a conquista dos cursos mais duros e violentos, que consagram os sujeitos como parte da elite masculina da corporação, seja como *choqueanos* ou *caveiras*. Nesse momento, nada disso tem serventia. Nenhuma dessas armas, blindagens ou símbolos de excelência é capaz de proteger o policial de si mesmo. Isolados dos *paisanos*, como aprendem a ser desde a formação, os PMs acabam, com o tempo, isolando-se também de si mesmos. A farda, que um dia representou orgulho e pertencimento, vai se tornando um fardo pesado, e a pistola, que antes simbolizava poder, sobrevivência e a própria identidade policial militar, transforma-se no instrumento de sua morte. Esses são os elementos, materiais, simbólicos e institucionais, que alimentam o risco constante do autoextermínio. Dentro da PMMS, era possível observar um processo semelhante ao relatado em outras polícias militares brasileiras, em que

Não é raro, a exemplo do que vemos em São Paulo, que, quando um policial militar morre em confronto em serviço, a instituição adote verdadeira

²⁸⁶ Em: <<https://www.jd1noticias.com/policia/velorio-de-capitao-do-choque-arrancou-lagrimas-ate-dos-mais-durões/134952/>> Acessado em: 10 de maio de 2024.

operações vingança, que se desdobram em uma caçada ao criminoso que matou o policial. Mas e agora que a maior causa das mortes é o suicídio, o que fazer? Que operações serão realizadas para honrar esses policiais? Quem é o inimigo, se o que adoece o policial é a própria polícia? Será que de uma vez por todas os governos vão mostrar, através de ações, programas concretos e mudanças na cultura organizacional que, de fato, a vida do policial importa? (FBSP, 2024b, p.52)

A citação acima traz uma pergunta incômoda: quem é o inimigo quando o que adoece e mata o policial é a própria instituição? Nos meses seguintes à morte do Capitão Mense, acompanhei como a PMMS lidaria com essa realidade, e o que se revelou foi a reprodução do mesmo *masculinismo institucional* e da lógica de “nós” que venho descrevendo. A corporação até dispõe de alguns recursos²⁸⁷ voltados à saúde mental, como atendimento psicológico e psiquiátrico, mas a eficácia desses dispositivos é profundamente limitada pela própria cultura masculinista. Como comentou uma Pfem durante uma conversa: “A instituição proporciona essas coisas para que o policial possa buscar ajuda. Precisa de uma contrapartida. A contrapartida é que o policial busca ajuda, né? Ter à disposição (...) tem psicóloga, tem psiquiatra, sabe? Tem meios, tem meios, mas é o que eu disse, é uma via de mão dupla” (Cadernos de Campo). No entanto, como vimos ao longo da formação, tanto para cadetes quanto para alunos, buscar ajuda, demonstrar fragilidade ou abrir-se emocionalmente são comportamentos desencorajados, quando não diretamente ridicularizados por meio do humor danoso. Em uma instrução realizada semanas após o suicídio do capitão, um instrutor comentava, em tom de desprezo: “Psicólogo? Ficar conversando?! Não. O tiro é a terapia, ele é algo bom” (Cadernos de Campo). O comentário sintetiza a forma como a cultura institucional se impõe sobre qualquer possibilidade real de cuidado, perpetuando os ciclos de silêncios, sofrimentos e, muitas vezes, de tragédias.

Além da abordagem institucional marcada pelo silêncio ou pela deslegitimação da busca por ajuda psicológica, muitos membros da PMMS recorriam à religião como forma de enfrentamento do sofrimento, e aqui novamente aparecia a atuação da Universal nas Forças Policiais (UFP). Essa via também era a mais legitimada pela própria alta cúpula da corporação. Em diversas falas, o comandante-geral enfatizava a importância da fé diante das dificuldades enfrentadas pelos policiais: “Ninguém é tão bom que pode resolver tudo sozinho. (...) Confiança em Deus. E sua proteção maior. Nós já temos que lidar com o esgoto da sociedade, não é fácil. Tem que cuidar da saúde espiritual” (Cadernos de Campo). Nesse

²⁸⁷ Possuindo a Policlínica da própria instituição, onde outros PMs da área da saúde estão. Algo que poderia se mostrar um problema pela cultura mais ampla que observamos nessa tese. Também tendo o Fundo de Assistência Familiar (FAF) criado pelas esposas dos integrantes da PMMS, as contínuas responsáveis pela a esfera do cuidado.

mesmo espírito, a PMMS chegou a distribuir entre os alunos do CEFAP o livro *Eu Venci a Depressão*, de Eunice Higuchi, publicado pela editora Unipro²⁸⁸. A obra narra a trajetória de uma médica paulista que, após um colapso emocional e o suicídio de seu próprio psiquiatra, encontra na fé o caminho para a “cura” da depressão, que descreve como uma verdadeira “batalha espiritual”. Com linguagem fortemente confessional, o livro apresenta a fé como “arma espiritual” contra o adoecimento psíquico. A distribuição desse material pela própria corporação, entretanto, levanta algumas questões problemáticas, que merecem ser analisadas criticamente a seguir.

O primeiro problema diz respeito ao potencial impacto da narrativa para os leitores em formação dentro da PMMS, já imersos em uma cultura masculinista e policial militar que exalta a autossuficiência heroica e a resistência individual. Ao apresentar a superação da depressão como uma experiência íntima e silenciosa, ancorada apenas na fé pessoal, o livro reforça a ideia de que o sofrimento deve ser enfrentado de forma isolada e sem exposição emocional, enfatiza os mesmos mecanismos que, como vimos, contribuem para o adoecimento e o suicídio dentro da corporação.

O segundo ponto problemático é que a obra transfere as “causas” e o tratamento da depressão para o campo da fé individual, ignorando as dimensões institucionais e estruturais do sofrimento policial militar. Ao fazer isso, silencia a responsabilidade da própria PMMS, especialmente no que diz respeito ao seu processo formativo, à lógica disciplinar violenta e às cobranças contínuas que permeiam a vida profissional dos seus integrantes. Trata-se de uma estratégia que individualiza um sofrimento coletivo e despolitiza sua origem, esvaziando qualquer possibilidade de enfrentamento institucional.

O terceiro aspecto problemático diz respeito à linguagem belicista adotada pela autora, já mencionada, que insere a experiência da depressão dentro da “guerra espiritual”. Neste enquadramento, o sofrimento psíquico é transformado em uma batalha moral a ser vencida, reforçando as noções de mérito e disciplina já profundamente arraigadas na cultura da APM e do CEFAP. Essa lógica pode se tornar especialmente nociva, pois estimula um sentimento de vergonha entre os PMs que “fracassam” nessa suposta luta interior (Mayer, 2006; Moraes e Silveira, 2016; Andrade e Guimarães, 2017). Dentro dessa narrativa religiosa, a depressão, a ansiedade e a solidão são personificadas como ações do “diabo” ou do “demônio” e, portanto, devem ser combatidas espiritualmente (Mariano, 2003, p. 24). Embora essa linguagem possa parecer familiar ou reconfortante para muitos policiais já inseridos no *ethos guerreiro*, ela

²⁸⁸Universal produções, é uma editora pertencente à Igreja Universal do Reino de Deus.

também contribui para o silenciamento da vulnerabilidade, reforçando a ideia de que parar, descansar ou pedir ajuda é sinal de fraqueza, e não de cuidado. Como alerta Susan Sontag (2007), o uso de metáforas militares para tratar doenças tende a moralizar o sofrimento, transformando o adoecido em um “combatente” e a cura em uma vitória, o que apenas agrava o estigma de quem não consegue “vencer”. Assim ela menciona que

A ideia de medicina “total” é tão indesejável quanto a de guerra “total”. E a crise criada pela aids também nada tem de “total”. Não estamos sendo invadidos. O corpo não é um campo de batalha. Os doentes não são baixas inevitáveis, nem tampouco são inimigos. Nós — a medicina, a sociedade — não estamos autorizados a combater por todo e qualquer meio... Em relação a essa metáfora, a metáfora militar, eu diria, parafraseando Lucrécio: que aguardem os guerreiros. (Sontag, 2007, p.125)

Para que a Polícia Militar de Mato Grosso do Sul avance de forma concreta no enfrentamento do adoecimento psíquico de seus integrantes, é necessário repensar a instituição em sua totalidade, da formação de alunos e cadetes ao acompanhamento contínuo dos policiais em serviço. Romper com essa lógica exige mais do que protocolos técnicos ou campanhas pontuais, requer uma desmilitarização simbólica da formação, a revisão dos dispositivos masculinistas e o reconhecimento da fragilidade como parte legítima da condição humana. É preciso desmontar o mito do herói invencível e, em seu lugar, construir uma ética do cuidado que não contradiz o trabalho policial, mas o enraíza em valores mais sustentáveis e humanos.

Ao longo desta tese, procurei demonstrar que, nas OPMs formativas, opera-se um processo de desumanização que não recai apenas sobre o “eles”, o “inimigo”, mas também sobre aqueles que vestem a farda. A lógica da “forja de guerreiros e heróis”, longe de fortalecer a segurança pública, produz sofrimento evitável, solidão e, muitas vezes, a morte pelas próprias mãos. Como nos alerta Susan Sontag, transformar o corpo (e a mente) em campo de batalha é uma escolha discursiva, e não uma inevitabilidade. Ao naturalizar a guerra como metáfora de tudo, da missão policial ao combate à depressão, a PMMS transforma seus integrantes em soldados permanentes, mesmo quando o “inimigo” é interno, silencioso e subjetivo. Romper com esse modelo exige contestar o *masculinismo institucional* e reimaginar a corporação como espaço possível de cuidado, para que ela possa, enfim, se humanizar, para si mesma, e verdadeiramente, para a sociedade além dos muros dos batalhões.

CONCLUSÃO

O Custo Humano da Cas(erna) e os Desafios de Reimaginar a PM

Ao concluir este trabalho, sinto que percorri um caminho denso, desafiador e, por vezes, doloroso. Iniciei a tese com o compromisso de analisar as relações entre masculinidades e violências na formação policial da PMMS, mas encontrei um universo mais complexo, marcado por contradições, silenciamentos, performances forjadas e subjetividades feridas. Desde o início, optei por articular uma abordagem de viés etnográfico sensível aos dispositivos de poder que atravessam a formação policial, sem abrir mão do rigor teórico e metodológico, escolhendo uma antropologia situada que leva em conta minha própria posicionalidade como homem pesquisador, atravessado por marcadores sociais. Inspirado na noção de objetividade corporificada de Donna Haraway, rompi com a pretensa neutralidade científica e reconheci que meus afetos, limites e fissuras também fazem parte da produção de conhecimento.

O conceito de *masculinismo institucional*, que desenvolvi a partir de Wendy Brown, revelou-se um conceito-chave para entender como a PMMS forma sujeitos voltados para uma hipervalorização das masculinidades, junto da essencialização biológica, de forma que reforça a virilidade, a honra, a força e as demais características associadas aos homens cisgêneros na busca pela revalorização das concepções tradicionais de gênero. Revisitei pesquisas, situando o presente estudo num cenário em que o reacionarismo político ganha força e tensiona ainda mais a instituição. Ao acompanhar rituais que vão da entrada do Palácio Tiradentes às salas de instruções do CFO e do CFSD, passando pelo rito do Espadim e pela formatura dos praças, mantive como fio condutor a pergunta: quem paga o preço das violências e do masculinismo produzidos pela Polícia Militar de Mato Grosso do Sul?

Assim continuei tentando demonstrar na tese como a PMMS parece se estruturar enquanto uma verdadeira “cas(s)erna dos homens”, através de processos formativos que visam “forjar” uma identidade policial militar masculinista. Nesta “forja” que ocorre tendo como base a *pedagogia do sofrimento*, na qual os corpos dos alunos são disciplinados para expurgar qualquer vestígio de fragilidade associada ao mundo dos *paisanos*. Tentei elaborar a disputa por uma *masculinidade hegemônica* na instituição. Pensando elas enquanto a *wild masculinity*, associada ao *ethos guerreiro* dos policiais *operacionais*, e a *composed masculinity*, ligada ao perfil administrativo e racionalista de muitos oficiais, mas também presente nos praças. Embora distintas, essas duas masculinidades convergem na defesa do que

denominei *masculinismo institucional*, um regime de gênero que estrutura a formação, a atuação e a subjetividade dos PMs.

Observei no cotidiano da APM e do CEFAP, a *pedagogia do sofrimento* atua como dispositivo central desse regime. E como até mesmo antes da entrada nas OPMs escola, a violência dos corpos já aparecia na morte de Arthur. Assim o aprendizado do ser-PM é atravessado por experiências de dor, humilhação, exaustão física e silenciamento emocional. Esse sofrimento não é visto como falha institucional, mas como prova de valor, como ritual de passagem. Ser PM, nesse contexto, é expurgar qualquer traço de fragilidade, qualquer resquício de *paisano*. É tornar-se invulnerável, à custa da própria humanidade.

Elaborei, a partir das relações de gênero na PMMS, como o masculinismo não apenas dita as normas de comportamento do "ser policial militar", mas constitui a própria identidade do policial militar no Mato Grosso do Sul. As PFEMs, por sua vez, com seus agenciamentos, desenvolvem diferentes estratégias de sobrevivência institucional — algumas vezes resistindo ao masculinismo, mas, majoritariamente, reproduzindo-o e legitimando-o. Essa negociação cotidiana com os códigos de gênero, embora possibilite certa estabilidade simbólica para as PFEMs, também reafirma os contornos rígidos da virilidade na instituição, contribuindo para o enrijecimento das expectativas dirigidas a todos que vestem a farda. É nesse cenário de reforço normativo e vigilância constante que se intensificam os efeitos subjetivos da formação policial. Procurei encerrar a tese pensando a respeito da construção de um "nós" e um "eles" que é parte da fundamentação do exercício da violência policial e do *masculinismo institucional*, além de estabelecer a desumanização de certos sujeitos. Essa instrumentalização da violência sob a égide da guerra não é acidental, mas parte estruturante do *currículo* formativo policial militar, atravessado pelo masculinismo e pelos valores reacionários vigentes. A figura do guerreiro, seja nas representações do Tiradentes militarizado, na mitificação do Coronel Adib Massad ou na teologia neopentecostal dos "guerreiros de Deus", todas procuram consolidar uma identidade PM fundamentada no homem que confronta e elimina o inimigo, que concebe o policiamento repressivo como única forma possível de se policiar.

Nesse sentido vemos como parte do "eles" sofre com essa desumanização que muitas vezes acaba em violência letal. Assim ela é exercida pelos policiais militares contra homens jovens, negros e de baixa escolaridade que muitas vezes se aproximam de muitos marcadores presentes na PMMS. E produz uma constância de homens matando uns aos outros. Mas acredito que seja importante entender isso não como um desvio da função policial militar, mas

como parte do produto de uma política de Estado *necropolítica* que determina quais vidas merecem ser vividas.

Os números de mortes decorrentes de intervenção policial no Mato Grosso do Sul, que se aproximam dos demais estados brasileiros apesar de proporcional, revelam a materialização das lógicas do *ethos guerreiro* e do *masculinismo institucional*, que é legitimada por setores reacionários da sociedade local e da política regional, que foram particularmente fortalecidos no contexto do bolsonarismo. Analisei o episódio da morte de Neri Gomes e de seus desdobramentos no campo institucional. Nesse processo, os povos indígenas são progressivamente desumanizados, associados ao crime e à desordem, enquanto a linguagem da segurança, da legítima defesa e da obediência institucional é mobilizada para justificar a letalidade policial. A figura do policial, forjada na virilidade e no *ethos guerreiro*, não pode assumir-se como vítima, mas encontra no discurso jurídico e moral formas indiretas de vitimização, que reafirmam seu lugar de autoridade e superioridade ética. A formação policial militar, nesse contexto, não apenas reproduz discursos de ódio e exclusão, mas os torna operativos: transforma-os em práticas, gestos, decisões.

Encerrei mostrando que essas violências e brutalidades retornam contra os próprios PMs. Como no caso do Capitão Mense, que evidencia o custo humano de um modelo que glorifica o sacrifício e silencia a dor, impondo sofrimento psíquico que chega ao suicídio. Quando o inimigo se volta para dentro, a instituição, ao invés de oferecer cuidado. Reforça noções de uma espiritualização meritocrática do sofrimento e exigindo resiliência silenciosa.

Acredito que sejam necessárias quatro transformações decisivas na instituição: Reconhecer e tratar os traumas que esses modelos impõem a PMs e a parte da população. Reconfigurar a pedagogia e substituir a lógica do sofrimento por práticas de cuidado e cidadania. Desarmar o masculinismo desfazendo dispositivos que naturalizam a brutalidade e a violência extrema. E abrir a caserna à sociedade, fazendo da transparência e do controle social o cotidiano da instituição. Tais mudanças são o núcleo de uma reforma capaz de devolver sentido público à polícia militar num regime democrático de direitos.

Do ponto de vista acadêmico, a formulação do conceito de *masculinismo institucional* articula violências e masculinidades na formação policial militar, construindo pontes entre sociologia das organizações, antropologia do Estado e ciência política, e demonstra como dinâmicas de poder generificadas moldam práticas violentas na segurança pública brasileira. Reimaginar a PM, portanto, não é uma utopia ingênua.

Por fim, espero que esta tese possa contribuir para o debate sobre segurança pública em uma perspectiva que humanize seus agentes e que permita imaginar formas de policiar que não estejam fundadas na guerra, no medo e na exclusão. Que este trabalho possa, de alguma forma, ser uma das ferramentas para construir uma polícia militar que não precise mais enterrar seus homens com honras de guerra, mas que possa celebrá-los em vida, com dignidade, cuidado e escuta.

Se a PMMS insiste em “não parar”, como seu slogan atual, que ao menos façamos uma pausa para refletir. É preciso recolocar no centro do debate a violência que a corporação inflige diariamente às parcelas vulneráveis da população sul-mato-grossense, uma violência que não é desvio e nem efeito colateral, mas fruto de escolhas institucionais ancoradas no masculinismo e na lógica da guerra. Transformar essas escolhas é imperativo para que a farda deixe de legitimar o uso abusivo da força e passe a proteger direitos, vidas e dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 224 p.
- ALBERNAZ, Elizabete R.; CARUSO, Haydée; PATRÍCIO, Luciane. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 39–52, jul./dez. 2007.
- ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro. Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. *Caderno CRH Salvador*, Salvador, v. 23, p. 525–539, set./dez. 2010.
- ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro. “*Deus e o Diabo na terra do sol*”: visões de espaço público, ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVES, Rafael Delfino Rodrigues; ROSA, Fabricio Silva. Práticas lgbtfóbicas e a saúde mental do(a) policial LGBTQ+ no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, Goiânia, v. 13, n. 7, 2022. DOI: 10.31412/rbcp.v13i7.886.
- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*: Um relato sobre a Banalidade do Mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ATTIANESI, Daniel. ‘*Só quem sentiu o frio das grades, sabe o calor da liberdade*’: discursos de masculinidades e violência no Instituto Penal de Campo Grande (IPCG). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, 2019.
- ATTIANESI, Daniel. A construção das feminilidades nos discursos das agentes penitenciárias do Instituto Penal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 11, p. 37, 2019b.
- AUNGER, Robert. On ethnography: Storytelling or Science?. *Current Anthropology*, v. 36, n. 1, fev. 1995.
- AVRITZER, Leonardo. *Política e antipolítica*: a crise do governo Bolsonaro. (Coleção 2020). São Paulo: Todavia, 2020.
- BAÉRE, Felipe de; ZANELLO, Valeska. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 25, e44147, 2020. ISSN 1413-7372.

BARBOSA, Brenda de Araújo; TEIXEIRA, Francisco Anderson Fortuna de Carvalho. Perfil epidemiológico e psicossocial do suicídio no Brasil. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 5, e32410515097, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i5.15097>. ISSN 2525-3409.

BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. 21. ed. São Paulo: Record, 2003 [1992]. 352 p.

BARCELLOS, C.; ZALUAR, A. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. *Revista de Saúde Pública*, v. 48, n. 1, p. 94-102, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v48n1/0034-8910-rsp-48-01-0094.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2024.

BARREIRA, César; PINHEIRO, Antonio dos Santos. Os Direitos Humanos como “coisa e caso de polícia”: entre rupturas e continuidades. *O Público e o Privado*, n. 15, jan./jun. 2010.

BARRETO DA SILVA, Géssica. *Diários de ex-policiais: uma análise da formação da Polícia Militar*. 155 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BARROS, Lúcio. *Polícia e sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia/ Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

BATISTA, Alexandro Borges. *Caserna – lugar de ‘homens’*: um olhar de gênero na formação do jovem militar [Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica)]. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

BECKER, Simone; OLIVEIRA, Esmael Alves de; MARTINS, Catia Paranhos. “Onde fala a bala, cala fala”: resistências às políticas da bancada da bala, do Boi e da Bíblia em MS. *EnCenaSaúdeMental*, 21 jun. 2016. Disponível em: <https://encenasaudemental.com/post-destaque/onde-fala-a-bala-cala-a-fala-resistencias-as-politicas-da-bancada-da-bala-do-boi-e-da-biblia-em-ms/>.

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 280, jan./abr. 2007.

BENETTI, Pedro Rolo. Redução da maioria penal: a longa trajetória de um discurso sobre adolescentes. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 23, n. 58, p. 168–203, set./dez. 2021.

BERLATTO, Fábila; CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 21, p. 77-120, dez. 2016.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Ensaio Geral, 1).

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BROWN, Wendy. Finding the Man in the State. In: *States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

BROWN, Jennifer. From Cult of Masculinity to Smart Macho: Gender Perspectives on Police Occupational Culture. *Sociology of Crime Law and Deviance*. In: O'NEILL et al. 2007: 205–226.

BRAND, Aniele Fischer. *O processo de formação identitária e a incorporação, inculcação e encarnação do habitus militar: um estudo etnográfico na PMSC*. Tese (Doutorado em Psicologia), Florianópolis, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento nacional de informações penitenciárias – *Infopen 2019*. Brasília: MJSP/DENAPEN, 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública: estudo profissiográfico e mapeamento de competências*. Brasília: Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2012.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. London; New York: Routledge, 1996. Cap. 5, p. 95–127. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 26, p. 329–376, jan./jun. 2006.

BRETAS, Marcos Luiz; PONCIONI, Paula. A cultura policial e o policial civil carioca. In: CARVALHO, José Murilo de et al. (Org.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

BRITO, Karina Oliveira; RODRIGUES JÚNIOR, Osvaldo. A cruzada “alternativa” da Brasil Paralelo: a história como instrumento da guerra cultural. *Sæculum – Revista de História*, João Pessoa, v. 26, n. 45, p. 231–246, jul./dez. 2021. ISSN 2317-6725.

BRITO, Rebeca Lopes da Silva. *Narrativas de mulheres policiais militares: construção de significados a partir de mudanças e posicionamentos nas relações profissionais* [Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar)]. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, ago. 2022.

BUENO, Samira; ASTOLFI, Rodrigo César; PEKNY, Ana Carolina; JARDIM, Lucas Borges. Excluir para legitimar: a disputa dos significados da segurança pública nas políticas de participação em São Paulo. In: OLIVEIRA JÚNIOR, Almir (Org.). *Instituições participativas no âmbito da segurança pública: programas impulsionados por instituições policiais*. Distrito Federal: Ipea, 2016. p. 119-164.

BUTLER, Judith. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CAPRIGLIONE, Laura. Os mecanismos midiáticos que livram a cara dos crimes das polícias militares no Brasil. In: KUCINSKI, Bernardo et al. (Org.). *Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 55–59.

CARDOSO, Gabriela Ribeiro; SEIBEL, Erni José; MONTEIRO, Felipe Mattos; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 144–161, ago./set. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas – O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (orgs.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CECCHETTO, Fátima. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CERQUEIRA, Homero de Giorge. *A disciplina militar em sala de aula: a relação pedagógica em uma instituição formadora de oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo* [Dissertação (Mestrado em Educação – Currículo)]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CHANDRA, Uday. The Case for a Postcolonial Approach to the Study of Politics. *New Political Science*, v. 35, n. 3, p. 479-491, 2013.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CLIFFORD, James. “Sobre autoridade etnográfica”. In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 17-62.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. 2nd ed. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2005.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 424, jan./abr. 2013.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, George. *História da virilidade: a invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes*. v. 1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, George. *História da virilidade: o triunfo da virilidade – O século XIX*. v. 2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, George. *História da virilidade: a virilidade em crise – séculos XX-XXI*. v. 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013c.

COUTINHO, Paulo; SANTOS, Raphael; LOBO, João; FINCH, Manuela. *Vai na fé! O impacto eleitoral do crescimento evangélico*. Relatório eletrônico. São Paulo: Marasset Management, 16 jan. 2025. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2025/02/Mar_Asset_Evangelicos.pdf.

COTTA, Francis Albert. É possível um militar de “novo tipo” na atividade policial? Um estudo etnográfico na Polícia Militar de Minas Gerais. *Observatório da Justiça Militar Estadual*, v. 11, p. 1-22, 2018.

COTTA, Sandra Margarete de Oliveira. *Narrativas de mulheres policiais sobre a construção das identidades profissional e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais* [Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)]. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

COWAN, Benjamin A. Rules of disengagement: masculinity, violence, and the Cold War – remakings of counterinsurgency in Brazil. *American Quarterly*, v. 66, n. 3, p. 691-714, set. 2014. DOI: 10.1353/aq.2014.0043.

CUNHA, Diogo. Uma “Revolução Conservadora”? O Populismo como “Patologia da Democracia” e o Bolsonarismo em Perspectiva Histórica. *Revista Política Hoje*, v. 28, n. 1, p. 292-313, 2020.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em Revista*, v. 33, n. 66, p. 141-155, 2017.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* 1. ed. São Paulo: Rocco, 2011. 126 p.

DORATÍOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaios sobre as noções de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 2020.

DURÃO, Susana Soares Branco. *Patrulha e proximidade: uma etnografia da polícia de Lisboa*. Tese (Doutoramento), ISCTE, Lisboa, 2006.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1968.

DU MEZ, Kristin Kobes. *Jesus e John Wayne: como o evangelho foi cooptado por movimentos culturais e políticos*. Trad. Elissamai Bauleo. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2022.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador: formação do estado e civilização*. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. Tradução Paula Siqueira. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FELTRAN, Gabriel. A política como violência [Politics as violence]. Terceiro Milênio – *Revista Crítica de Sociologia e Política*, v. 17, n. 2, jul./dez. 2021.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Centripetal force: a totalitarian movement in contemporary Brazil. *Soundings (Lawrence & Wishart)*, v. 75, p. 95-110, 2020.

FERREIRA, Bilmar Angelis de Almeida; RIGUEIRA, André Di Lauro. Os indicadores-chave de desempenho como aliados da análise criminal. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 68-90, ago./set. 2013.

FONTANA, Josep. A invenção do progresso. In: *A História dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016*. Coord. Geral Renato Sérgio de Lima. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2024*. Coord. Daniel Cerqueira e Samira Bueno Brasília: Ipea; 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. Coord. Geral Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024b.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Escuta dos Profissionais de Segurança Pública do Brasil*. Coord. Geral Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Raio-x das forças de segurança pública do Brasil*. Coord. Geral Renato Sérgio de Lima. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

FÓRUM BRASILEIRO de Segurança Pública. *Religião entre os policiais militares, civis e federais do Brasil*. Coord. Geral Renato Sérgio de Lima. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

FRANÇA, Fábio Gomes de. “Desvio, moralidade e militarismo: um olhar sobre a formação policial militar na Para”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, p. 803-818, dez. 2013.

FRANÇA, Fábio Gomes de. “Hierarquia da invisibilidade”: preconceito e homofobia na formação policial militar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 154-170, ago./set. 2016.

FRANÇA, Fábio Gomes de. “*Nunca serão!*” *O Bope e a caveira totêmica*. João Pessoa: Ideia, 2020.

FRANÇA, Fábio Gomes de. “O Soldado é Algo que se Fabrica”: notas etnográficas sobre um curso de formação policial militar. *Revista TOMO*, São Cristóvão, n. 34, p. 359-392, jan./jun. 2019.

FRANÇA, Fábio Gomes de; GOMES, Janaína Letícia de Farias. “Se não aguentar, corra!”: um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 142-159, ago./set. 2015.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Entrelinhas; EDUFMT, 2012.

GALLEGO, Esther Solano. A evolução do bolsonarismo: análise qualitativa da percepção deste eleitorado em 2019 e 2020. *Journal of Democracy em Português*, São Paulo, v. 10, n. 1, maio 2021.

GALVEZ-SÁNCHEZ, Carmen M.; CAMACHO-RUIZ, Júlio A.; CASTELLI, Lorys; LIMINANA-GRAS, Rosa M. Exploring the role of masculinity in male suicide: a systematic review. *Psychiatry International*, v. 6, n. 2, p. 1-21, 2025. DOI: 10.3390/psychiatryint6010002.

GENOÍNO, José; TEIXEIRA, Leonardo Evaristo. Um debate sobre segurança pública e segurança nacional na Constituinte de 1987-1988: entrevista com o constituinte José Genoíno. *InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 33-64, jul./dez. 2023.

GORDON, Debora. The Politics of Ethnographic Authority: Race and Writing in the Ethnography of Margaret Mead and Zora Neale Hurston. In: MANGANARO, Marc. *Modernist Anthropology*. Princeton: Princeton University Press, 1990. p. 146-162.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GRIPP, Camila A.; ZALUAR, Alba M. Police and gendered labor performances: hypermasculinity and policing as a masculine function. *Vibrant*, v. 14, n. 2, 2017. e142037. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412017v14n2p037>.

GROSSI, Maria Stela. Mídia, segurança pública e representações sociais. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; MAYER, Vânia Maria; BUENO, Helen Paola Vieira; MINARI, Márcia Regina Teixeira; MARTINS, Lusineide Ferreira. Síndrome de burnout e qualidade de vida de policiais militares e civis. *Revista Sul-Americana de Psicologia*, Curitiba, v. 2, n. 1, jan./jun. 2014.

GUZMÁN, Lucero Jiménez; CERNA, Daniela Cerva; FERNÁNDEZ PONCELA, Anna M. Algunas reflexiones sobre masculinidades y organizaciones. *Revista de investigación y divulgación sobre los estudios de género*, n. 7, época 2, p. 97-119, mar./ago. 2011.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GUTMANN, Matthew C. Traficando con hombres: la antropología de la masculinidad. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 245-286, mai. 1999. DOI: 10.1590/S0104-71831999000100010.

GUTMANN, Matthew C. *Are Men Animals?: How Modern Masculinity Sells Men Short*. New York: Basic Books, 2019.

HALBERSTAM, Jack. *Female masculinity*. Durham; London: Duke University Press, 1998.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra G. *The science question in feminism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1986.

HARDING, Susan. Representing Fundamentalism: The Problem of the Repugnant Cultural Other. *Social Research*, v. 58, n. 2, p. 373-393, Summer 1991.

HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio. “Dossiê Masculinidade. Em cena, os homens...”. *Revista Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ, v. 6, n. 2, p. 270-421, 1998.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo*. Trad. Janaina Marco Antonio e Mariane Janikian. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010. 2 v. (Fundamentos).

HUGGINS, Martha Knisely; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. *Violence workers: police torturers and murderers reconstruct Brazilian atrocities*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2002.

JABLONKA, Ivan. *Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades*. São Paulo: Todavia, 2021.

JAFFA, Amy. “‘O dono do morro’: militarized masculinities and the Unidade Polícia Pacificadora Programme in the favelas of Rio de Janeiro, Brazil”. *Journal of Politics and International Studies*, v. 11, p. 211-266, 2014.

JACONDINO, Eduardo Nunes. *Poder/saber e corpo: os regimes disciplinares e a construção microfísica da profissionalização da segurança pública* [Tese (Doutorado em Sociologia)]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

JÁCOMO, Luiz Vicente Justino. *As religiões da polícia: religião e religiosidade na Polícia Militar do Estado de São Paulo* [Dissertação (Mestrado em Sociologia)]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

JESUS, Nauk Maria de. A guerra justa contra os Payaguá (1ª metade do século XVIII). *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados: UFGD, v. 1, n. 2, jul./dez. 2007.

JUNIOR, Almir de Oliveira. *Cultura de polícia: cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Sociologia e Política), Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

JUNIOR, Gilson José Rodrigues. Sobre o corpo racializado em campo: masculinidades negras e suas implicações para o trabalho de campo antropológico. *Revista da ABPN*, v. 11, n. 30, p. 130-151, set./nov. 2019.

KALIL, Isabela; PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Bolsonaro’s Brazil. In: JUNGE, Benjamin; MITCHELL, Sean T.; JARRÍN, Álvaro; CANTERO, Lucia (orgs.). *Precarious democracy: ethnographies of hope, despair, and resistance in Brazil*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2021. p. 50-62.

KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2019.

KEMPER, Theodore D. *Social structure and testosterone: explorations of the socio-bio-social chain*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1990.

KIMMEL, Michael S. *Manhood in America: a cultural history*. 2nd ed. New York: Oxford University Press, 2006.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Laboratório de Análise em Segurança Internacional e Tecnologias de Monitoramento (LASINTEC). *Boletim (Anti)Segurança*, n. 42: Cães de guarda: mais do mesmo da polícia e o acréscimo do policiamento high-tech. São Paulo, 27 mar. 2025.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a apropriação de uma etnografia: o caso da Polícia Militar de São Paulo. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

LEIRNER, Piero de Camargo; BEVILAQUA, Ciméa. Notas sobre a análise antropológica. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 43, n. 2, 2000.

LELIS, Camilo Inacio Cardoso. Munições: calibre utilizado pela OTAN e seu limite de emprego nos conflitos de 4ª geração. *Doutrina Militar Terrestre em Revista*, abr./jun. 2018, p. 6-17.

LIMA, Alesson Silva de; CRUZ, Neiryane Maciel da. Segurança pública no Brasil: ampliação de excludentes de ilicitude no Código Penal Brasileiro. *Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate*, Goiânia, v. 9, n. 1, ago. 2021.

LIMA, Renato Sérgio. Segurança pública como simulacro de democracia no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 53-68, ago. 2019.

LIMA, R. S. Eleições de policiais no Brasil e a força do “partido policial”. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, v. 1, p. 158-166, 2020.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LONGINO, Helen. Epistemologia feminista. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (orgs.). *Compêndio de epistemologia*. São Paulo: Loyola, 2012.

LLOYD, Genevieve. *The man of reason*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

LYNCH, Carlos Eduardo Carvalho Amendola. A utopia reacionária: radicalismo conservador, erosão democrática e instabilidade política no governo Bolsonaro. In: FONTAINHA, F.; MILANI, C. R. S. (orgs.). *Coletânea Covid-19 e agendas de pesquisa nas ciências sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2023. p. 65-95.

MACHADO, Rosana Pinheiro; SCALCO, Lucia. Humanising fascists? Nuance as an anthropological responsibility. *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, v. 29, n. 2, p. 329–372, 2021. DOI: 10.1111/1469-8676.13048.

MARIANO, Ricardo. Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 4, n. 4, jul. 2003.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública [Brazilian laicity: Catholics, pentecostals and laics disputing on the public sphere]. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio/ago. 2011.

MARQUES, Guilherme de Souza e. *Entre déspotas, bufões e mitos existiam batalhões escolares*: analisando as concepções de educação das escolas cívico-militares. / Guilherme de Souza Marques. – Rio de Janeiro, 2021. 171 f. 2012.

MARTINS, Daniela da Silva. O revisionismo histórico da Brasil Paralelo: alguns apontamentos e possibilidades de enfrentamento. *Revista Angelus Novus*, ano XV, n. 20, 2024. ISSN 2179-5487.

MARTINS, Emirella Perpétua Souza; BERTOLINE, Vera Lúcia. Violência contra mulher: diferenças e semelhanças no atendimento policial militar, na perspectiva de gênero. Homens do Mato – *Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública no Mato Grosso*, Cuiabá, v. 10, p. 53-67, jan./jun. 2013.

MAYER, Vânia Maria. *Síndrome de burnout e qualidade de vida profissional em policiais militares de Campo Grande-MS* [Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde)]. Programa de Mestrado em Psicologia da Saúde, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2006.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDEIROS, Flavia. Sobre discursos e práticas da brutalidade policial: um ensaio interseccional e etnográfico. *Revista da ABPN*, v. 11, n. 30, p. 108-129, set./nov. 2019.

MELLO, Saulo Álvaro de. Recrutamento compulsório e trabalho em Mato Grosso: disciplina, violência, castigos e reações. *Revista História em Reflexão*, v. 4, n. 7, UFGD, Dourados, jan./jun. 2010.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. (coords.). *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Estado-Maior do Exército. *Manual de campanha: ordem unida*. 3. ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2000.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro [On the social accumulation of violence in Rio de Janeiro]. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set./dez. 2008.

MISSE, Michel. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 23-38, ago. 2019.

MORAES, Everton de Oliveira; CLETO, Murilo Prado. A última cruzada: tempo e historicidade na série da produtora Brasil Paralelo. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 38, e0108, abr. 2023.

MORAES, Lucélia Jacques de. *Reflexões sobre a saúde mental do policial militar*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) – Faculdade Unigran Capital, Campo Grande, 2016.

MOREIRA, Rosemeri. Virilidade e o corpo militar. História: *Debates e Tendências*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 321-335, jul./dez. 2010.

MOREIRA, Rosemeri. *Entre o mito e a modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2016.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. “*Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser*”: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. A Crise de identidade das Polícias Militares: dilemas e paradoxos da formação. *Security and Defense Studies Review*, v. 1, p. 187-198, 2001.

MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. *BIB*, São Paulo, n. 84, 2º sem. 2017 (publicada em abr. 2018), p. 148-187.

MUNIZ, Jacqueline, LARVIE, Sean Patrick, MUSUMECI, Leonarda; FREIRE, Bianca. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 197-213, maio 1997.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; CECCHETTO, Fátima Regina. Insegurança pública: exceção como rotina, excepcionalidade como o normal no Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 4635-4644, 2021.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Barbara Musumeci. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza. A questão agrária e seus desdobramentos na retomada indígena dos territórios tradicionais em Mato Grosso do Sul. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 23, n. 52, p. 90-109, 2020.

NEVES, Paulo S. C.; PASSOS, Gleise Rocha. Policiamento comunitário e crise da segurança pública: um estudo de caso. *Tomo*, São Cristóvão, SE, n. 10, jan./jun. 2007.

NETO, Jaime P. Ramalho. “*Farda & cor*”: um estudo racial nas patentes da Polícia Militar da Bahia. *Afro-Ásia*, v. 45, p. 67-94, 2012.

NETTO, Michel Nicolau. From exoticism to diversity: the production of difference in a globalized and fragmented world. *Vibrant*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 7-36, jun. 2015.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA (NEV/USP). *Manual de policiamento comunitário: polícia e comunidade na construção da segurança*. São Paulo: NEV/USP, 2009.

OLIVEIRA, Jonas Henrique de. Masculinidade na Polícia Militar: com a palavra os homens. *Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 23-26 ago. 2010.

OLIVEIRA, Jonas Henrique de. *Polícia, masculinidade e violência: um estudo sobre as práticas dos policiais na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Jonas Henrique de. Violência, masculinidade e ação policial: interseção entre ficção e realidade em Tropa de Elite. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*, n. 28, jul./dez. 2016. ISSN 1679-849X.

OLIVEIRA, L. S. “*Teto de vidro*”: relações de gênero, relações de poder e empoderamento das mulheres na Polícia Militar. Tese (Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, 2012.

PASIEKA, Agnieszka. Taking Far-Right Claims Seriously and Literally: Anthropology and the Study of Right-Wing Radicalism. *Slavic Review*, v. 76, n. S1, 2017. DOI: 10.1017/slr.2017.154.

PASIEKA, Agnieszka Maria. Anthropology of the far right: what if we like the ‘unlikeable’ others?. *Anthropology Today*, v. 35, n. 1, p. 3-6, fev. 2019. DOI: 10.1111/1467-8322.12480.

PINHEIRO, Antonio dos Santos. *Polícia comunitária e cidadã: entre velhas e novas práticas policiais* [Tese (Doutorado em Sociologia)]. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PINTO, João Batista Moreira; BARRETO JÚNIOR, Jésus Trindade; MATTOS, Virgílio de; NETO, Joaquim Francisco; PEREIRA, Ana Paula Franco Viegas; FONSECA, Guilherme; COSTA, Inis Ferreira; LUCAS, Rodrigo Nascimento. *Relatório final da pesquisa sobre políticas de formação dos operadores de segurança pública e justiça criminal*. Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara, dez. 2005.

POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL. *Polícia Militar de Mato Grosso do Sul: uma história de serviços prestados à sociedade*. Campo Grande: Gráfica e Editora Alvorada, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMPEU, Samira Loreto Edilberto; MOULIN DE SOUZA, Eloisio. A discriminação homofóbica por meio do humor: naturalização e manutenção da heteronormatividade no contexto organizacional. *Revista Organizações & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 645-664, out./dez. 2019. DOI: 10.1590/1984-9260912.

PORTER, Louise E.; PRENZLER, Tim. *The code of silence and ethical perceptions: exploring police officer unwillingness to report misconduct*. Policing: An International Journal of Police Strategies & Management, [S.l.], v. 39, n. 2, p. 370-386, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-10-2015-0118>. 2016.

PRADO, José Henrique; URQUIZA, Antonio Hilário Aguilera. “Temos o dever sagrado de defender o que é nosso”: a trajetória e a luta política de Marçal de Souza Tupã'i. *Movimentação*, Dourados, v. 4, n. 6, p. 125-143, 2017.

RAMALHO, J. R. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda (orgs.). *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIAL, Carmen. *Antropologia e Mídia: breve panorama das teorias de comunicação*. Florianópolis: UFSC, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004.

RIBEIRO, Alan do Nascimento; GARCIA, Fernando Coutinho. Relações de poder e gênero no Alto Comando da Polícia Militar de Minas Gerais: uma análise da percepção das mulheres policiais. *Teoria e Prática em Administração*, v. 5, n. 1, p. 53-79, 2015.

ROLIM, Marcos. *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ROCHA, Guimarães. *Coronel Adib – A História*. Campo Grande, MS: Life Editora, 2015.

ROONEY, Paula. Gendered reason: sex metaphor and conceptions of reason. *Hypatia*, v. 6, n. 2, p. 77-193, 1991.

RUBIN, Gayle S. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 41-81, 2003.

SALEM, Tomas. *Policing the favelas of Rio de Janeiro: cosmologies of war and the far-right*. Palgrave's Critical Policing Studies, Palgrave Macmillan, 2024.

SALEM, Tomas; LARKINS, Erika. Violent masculinities: gendered dynamics of policing in Rio de Janeiro. *American Ethnologist*, v. 48, n. 1, p. 65-79, 2021.

SALLES, Eliciel Freire de. *Olhares sobre violência doméstica e familiar pelo periscópio de policiais militares do Mato Grosso do Sul* [Dissertação (Mestrado em Psicologia)]. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023.

SAMICO, Fernanda Cavalcanti. A escuta clínica de policiais militares: violência, trauma e sintoma. *Revista Mosaico*, v. 7, n. 2, p. 10-14, jul./dez. 2016.

SANTOS, Carla Marques dos; FRANÇA, Fábio Gomes de. Memórias de caserna: uma autoetnografia sobre relações de gênero na Polícia Militar da Paraíba. *Gênero*, Niterói, v. 23, n. 2, p. 6-30, 1. sem. 2023.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXEIRA, Alex Niche; MADEIRA, Lígia Mori; SCHABBACH, Letícia Maria; DURANTE, Marcelo Ottoni; PIMENTA, Melissa de Mattos; FACHINETTO, Rochelle Fellini. Programas de polícia comunitária no Brasil: avaliação de propostas de políticas públicas de segurança. In: BRASIL. Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Políticas públicas: análise e diagnósticos*. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013. p. 205-281.

SANTOS, W.G. dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SICHINELI, Jonathans Paiva; LOUREIRO, Terezinha Medeiros Gonçalves de. A desvalorização do profissional professor: perspectivas sociais, históricas e culturais. *Pesquisa*

e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 14, p. 1-14, e43266, 2024. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2024.v14.43266>. 2024.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1992.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. *Farda e batom, arma e saia: a construção da Polícia Militar feminina no Paraná (1977-2000)* [Tese (Doutorado em História)]. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. As comemorações de Tiradentes: memória e identidade de gênero na Polícia Militar do Paraná. *Revista de História Regional*, v. 14, n. 2, p. 154-177, inverno 2009.

SCUDDER, Priscila de Oliveira Xavier. Sementinha do Mal: o vocabulário de um estado infanticida e racista sobre as crianças negras. *Hegemonia – Revista Eletrônica do Centro Universitário Euro-americano*, n. 31, p. 55-76, jan./jun. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MS). *Estatística do Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO)*. 2025. Disponível em: <https://estatistica.sigo.ms.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2025.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia*. Bernal: Universidad de Quilmes, 2003.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Between Men: English literature and male homosocial desire*. New York; Chichester: Columbia University Press, 1993.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. In: ABELOVE, Henry et al. (eds.). *The lesbian and gay studies reader*. New York; London: Routledge, 1993. p. 45-61. Tradução de Plínio Dentzien; revisão de Richard Miskolci e Júlio Assis Simões. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.

SHAHRIANI, Nazif M. Anthropology: “bastard child” of imperialism’s coming of age at the dawn of 21st century. In: *Proceedings of 2nd International Scientific Researches Congress on Humanities and Social Sciences (IBAD-2017)*. Istanbul, Turquia, 20-23 abr. 2017.

SILVA, Agnaldo José da. *Praça Velho: um estudo sobre a socialização policial militar* [Dissertação (Mestrado)]. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SILVA, Gabriela Galiza e; GURGEL, Yara Maria Pereira. A polícia na Constituição Federal de 1988: apontamentos sobre a manutenção de um órgão militarizado de policiamento e a sua incompatibilidade com a ordem democrática vigente no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 142-158, fev./mar. 2016.

SILVA, Robson Rodrigues da. *Entre a caserna e a rua: o dilema do pato: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar Dom João VI*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.

SILVA, Thayane Ellen Machado da. *Restauração conservadora na educação: um estudo sobre o projeto das escolas cívico-militares no Brasil*. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021.

SILVA, Vinícius Carvalho da; VICENTINI, Renato. A ascensão do fascismo no Brasil: uma breve análise do caso brasileiro sob a perspectiva de Jason Stanley. *Critical Reviews on Latin American Research* – CROLAR, v. 9, n. 1, 2021.

SIRIMARCO, Mariana. Marcas de gênero, corpos de poder: discursos de produção de masculinidade en la conformación del sujeto policial. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires: FFyL-UBA, n. 20, p. 61-78, 2004.

SOARES, Luiz Eduardo. Porque tem sido tão difícil mudar as polícias. In: KUCINSKI, Bernardo et al. (Org.). *Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 27-33.

SOARES, Maria Andrea dos Santos. On the colonial past of anthropology: teaching race and coloniality in the Global South. *Humanities*, v. 8, n. 88, 2019.

SOARES, Rafael Ribeiro. *Regulamento disciplinar da PM/MS e sua (in)aplicabilidade: análise do Decreto Estadual 1.260/81 sob a ótica da hermenêutica jurídica*. Monografia (Bacharel em Direito) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2014.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora / AIDS e suas metáforas*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 158 p.

SORJ, Bernardo. *Identidades e crise das democracias*. São Paulo: Fundação FHC, 2022.

SØRBØE, Celina Myrann. 2020. “Eluding the Esculacho: A Masculinities Perspective on the Enduring Warrior Ethos of Rio de Janeiro’s Police.” *Conflict and Society* 6, no. 1 (June): 68–85.

STRATHERN, Marilyn. Os limites da autoantropologia. In: *O efeito etnográfico*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

SWAMI, Viren; STANISTREET, Debbi; PAYNE, Sarah. Masculinities and suicide: exploring a relationship that has largely been taken for granted. *The British Psychological Society*, v. 21, n. 4, abr. 2008.

TEIXEIRA, Cláudio Alves. *Violência e poder em Mato Grosso do Sul: a problemática das “execuções sumárias” nos crimes contra a vida na região de Dourados e fronteira com o Paraguai (1989-1997)* [Dissertação (Mestrado em História)]. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002.

TRAMONTANO, Lucas. *Testosterona: as múltiplas faces de uma molécula* [Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ÜNGÖR, Uğur Ümit. Encountering humanity’s dark side: a conversation about perpetrators. *Journal of Perpetrator Research*, v. 5, n. 1, p. 91-104, 2023. DOI: 10.21039/jpr.5.1.120.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso – Conflito, trama e continuidade*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999.

VELHO, Gilberto. *Observando o familiar*. In: Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VERNANT, Jean-Pierre. A “bela morte” de Aquiles. In: GAUTHERON, Mari (org.). *A honra: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

VIANA, Dênis Wellinton. *Entre a academia militar e a rua: um estudo sobre a formação e a prática de policiais militares*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, 2018.

VIEIRA, Fagner Pereira. *Diversidade e produção de estereótipos: um estudo etnográfico da formação e atuação do soldado policial militar em Roraima*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

VITALE, Alex S. *Fim do policiamento*. Trad. Arthur Renzo. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

WEBER, Max. *A ciência como vocação*. In: Ensaaios de sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1990.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-461, 2.º sem. 2001.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. Etos Guerreiro e Criminalidade Violenta. In: Renato Sergio de Lima; José Luiz Raton; Rodrigo G. de Azevedo. (Org.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. 1a.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014, v. 1, p. 35-50.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores sociais da diferença. *Sociologia: Grandes Temas do Conhecimento* (Especial Desigualdades), v. 1, p. 14-18, ago. 2014.

ZAVERUCHA, Jorge. *Frágil democracia e a militarização da segurança pública no Brasil*. Paper apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 19-23 out. 1999.

ZENOBI, Diego. O antropólogo como “espião”: das acusações públicas à construção das perspectivas nativas. *Mana*, v. 16, n. 2, p. 471-499, 2010.

ZIBECHI, Raúl. *Guerra contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul: pedagogia da insurgência*. Entrevista publicada por Desinformémonos, 28 ago. 2024. Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/643006-guerra-contra-os-povos-indigenas-no-mato-grosso-do-sul-pedagogia-da-insurgencia>. Tradução CeP-at.

ZYLBERSZTAJN, Joana. *O princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988* [Tese (Doutorado em Direito do Estado)]. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, mar. 2012.

ANEXOS

Anexo 1.0 – Comando Geral da PMMS em Campo Grande – MS



Fonte: Acervo PMMS, disponível em: <https://www.pm.ms.gov.br/>.. Acesso em: 05/11/2024

Anexo 1.1 - Brasão de Armas - Polícia Militar do Grosso do Sul (PMMS)



Fonte: Site Oficial da PMMS. disponível em: <https://www.pm.ms.gov.br/>. Acesso em: 05/05/2024

Anexo 1.2 – Requerimento de Pesquisa ao Comandante Geral da PMMS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Estadual Paulista - Marília



REQUERIMENTO PROPONENTE DE PESQUISA EM CAMPO NA PMMS

Marília, 21 de junho de 2023

Sr. Coronel QOPM Renato dos Anjos Garnes
Comandante Geral da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul (PMMS)

Ao lhe cumprimentar, aproveito a oportunidade para apresentar-me enquanto acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), **Daniel Attianesi de Lima**, de [REDACTED], orientado pela Profa. Dr. Larissa Maués Pelúcio Silva. Compartilho da intenção de desenvolver uma pesquisa de campo para minha de tese doutoramento que tematiza as questões gerais que envolvem violência, identidade, a produção do soldado na Polícia Militar (PM) e as particularidades da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul (PMMS).

A pesquisa que pretendo realizar abordará a formação e o cotidiano dos policiais militares, com o objetivo de examinar o processo institucional pelo qual esses sujeitos passam na instituição, além de destacar questões particulares da PMMS. As ciências sociais e suas pesquisas tem dando foco aos grandes centros urbanos (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, como exemplos) faltando estudos e pesquisas de estados como Mato Grosso do Sul. Com minha pesquisa procuro trazer a atenção para a instituição da PMMS e suas especificidades. Entre elas a região fronteira com dois países, a recente formação do estado do MS, a constituição da PMMS advindo da PMMT, uma capital em crescimento atualmente e que surgiu a pouco tempo atrás, além de outras que a minha pesquisa permitiria descobrir. Os métodos que irei utilizar para pesquisa, serão os da etnografia, entrevistas com pessoas no campo pesquisado, e questionários. A etnografia moderna consiste num estudo sistemático do campo pesquisado em sua realidade do dia a dia. O tempo de a realização da pesquisa no doutoramento, se estabelece entre 9 (nove) meses até 1 (um) ano e 6 (seis) meses dedicados a pesquisa de campo. Enquanto pesquisador, acredito ser promissor uma divisão do campo em três momentos em que o PMMS pode passar em sua carreira, primeiro na sua formação básica após aprovação do concurso, o segundo focando no dia a dia dos policiais, como nas radiopatrulhas e batalhões da cidade, e pôr fim alguma das unidades do comando de policiamento especializado (CPE). Ainda assim me encontro aberto a possibilidades de mudanças, ou sugestões que se enquadrem no escopo da pesquisa. Para que consiga desenvolver esta investigação, foi pensando a realização do campo no Academia de Polícia Militar (APM), no 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM)¹, no Batalhão de Polícia Militar de Operações Especiais

¹ Um dos motivos é por ser um dos batalhões mais antigos da instituição e por estar numa região central da cidade de campo grande.

(BOPE), e por fim, no Quartel do Comando Geral da PMMS (QCG). Nesses locais estaria em contato com cadetes, os praças, bem como os oficiais. A pesquisa a ser desenvolvida consistirá em observação do cotidiano dos locais mencionados (com exceção do QCG), podendo ocorrer conversas informais com os praças e oficiais, além de entrevista gravadas com questionários abertos e fechados. Os assuntos abordados serão os supracitados, isto é, a relação entre violência, polícia, formação, o estado do MS, e identidade policial.

Seguindo os critérios de uma pesquisa de cunho científico com sujeitos e uma instituição, enquanto pesquisador comprometo-me em manter a confidencialidade dos dados primários e secundários disponibilizados pela instituição, tanto os digitais quanto os físicos, bem como com a privacidade de seus conteúdos, além dos nomes e identidades dos interlocutores durante toda a pesquisa de campo.

Gostaria de ressaltar que enquanto pesquisador, tenho experiência em pesquisas em locais de risco. Durante o mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) fui autorizado pelo então Diretor-Presidente Aud de Oliveira Chaves para realizar meu campo no Instituto Penal de Campo Grande (IPCG). No período entre 2017 e 2018, realizei pesquisa de campo com os detentos (apenas os condenados pelo artigo 121 do código penal) e, na época, agentes penitenciários da instituição que resultou na produção de minha dissertação de mestrado. Se tem consciência das implicações de fazer uma pesquisa deste porte e, em vista disso, busca-se o acesso apenas aos espaços e pessoas necessárias para condução da pesquisa. Bem como, temos o compromisso de fazer com que tal investigação temática de nosso interesse não atrapalhe ou comprometa o bom e necessário funcionamento da Instituição sob sua responsabilidade.

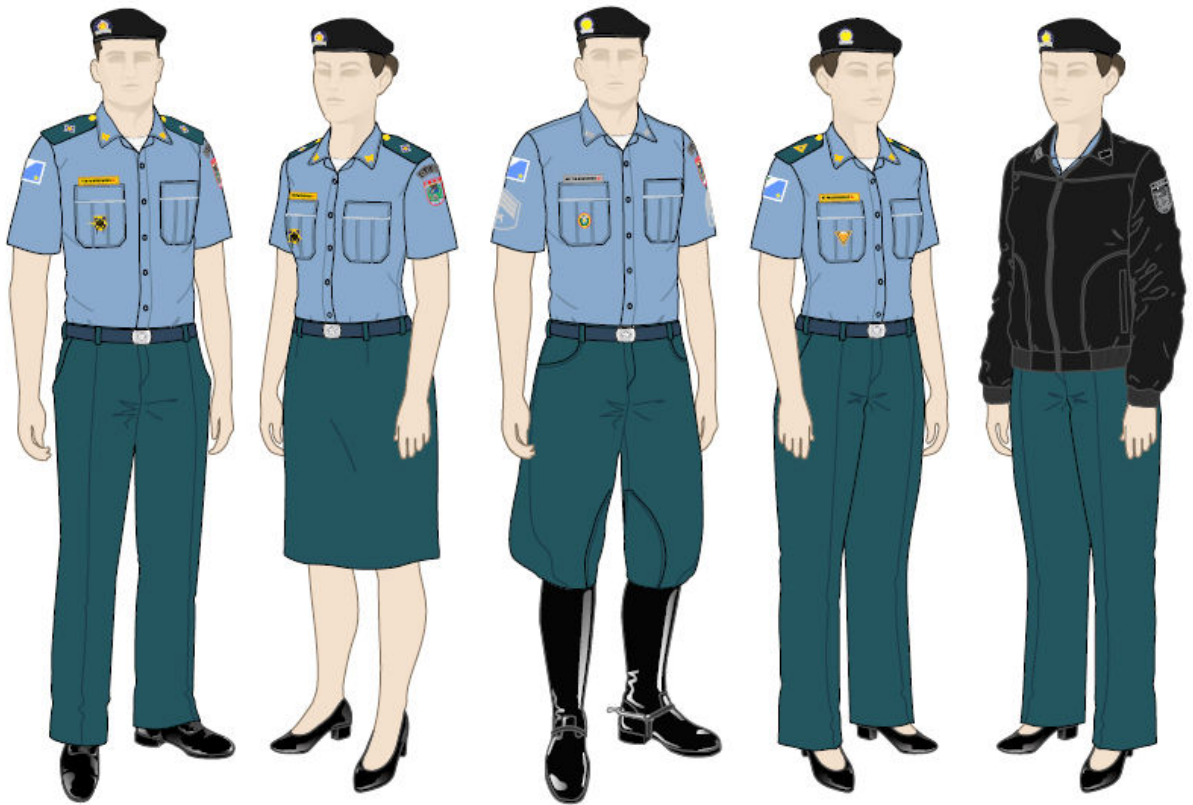
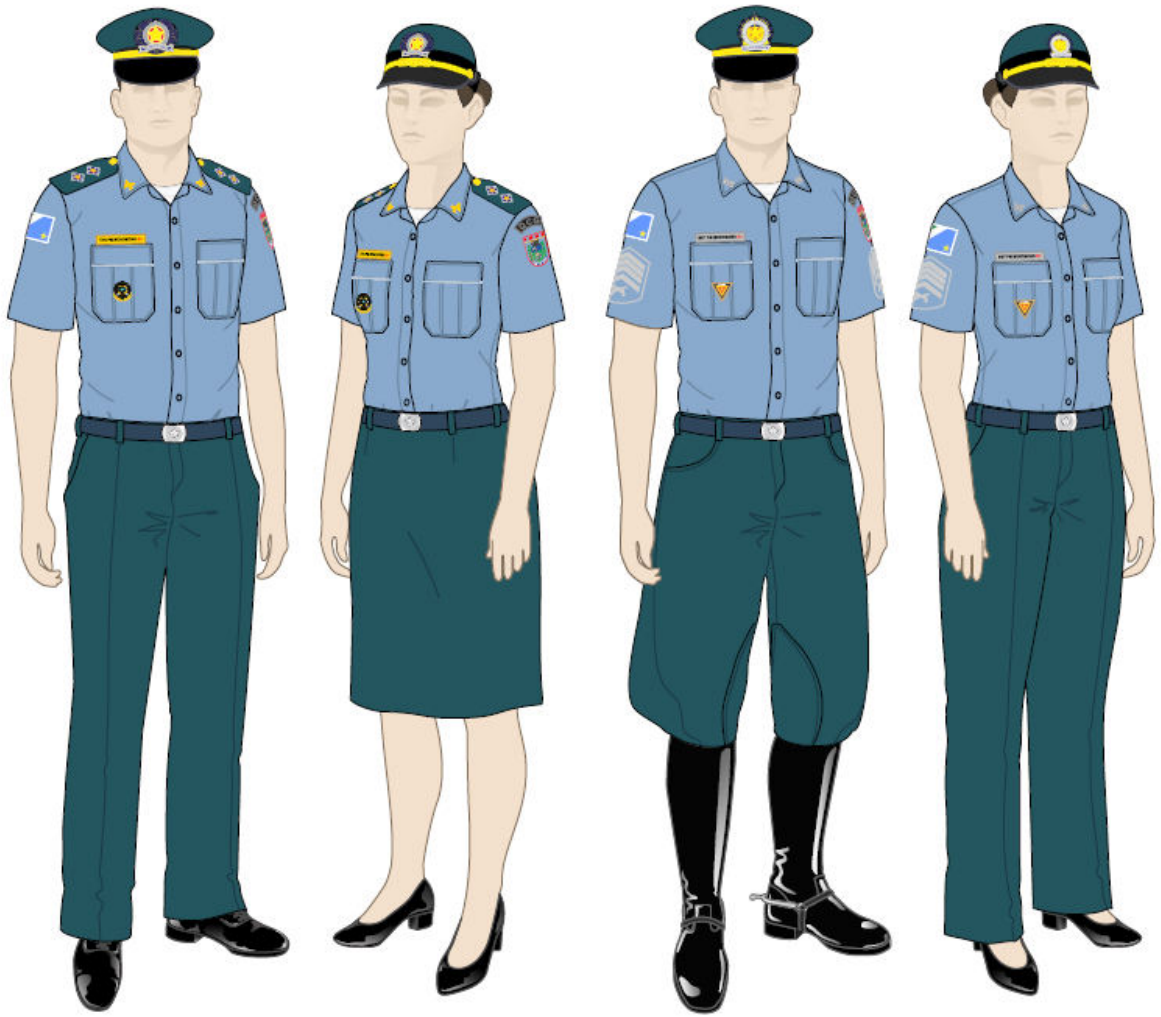
Caso o Sr. Coronel entenda ser necessária uma reunião para apresentação mais ampla do projeto e objetivos da pesquisa. Se encontram disponíveis tanto o pesquisador, assim como orientadora, para esclarecimentos de qualquer tipo de dúvidas. Desde já, conto com sua colaboração e da instituição que Sr. representa, deixo abaixo principais dados de contato e informações pessoais, do pesquisador e da orientadora.

Fonte: Acervo Pessoal.

Anexo 1.3 – Farda de Atividade Operacional - Social Completo - Social Simples - Administrativo Social







Fonte: BGS Portaria Nº 141/PM-1/EMG/PMMS, o Regulamento de Uniformes, Insignias e Distintivos da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, de 02 de agosto de 2022.

Anexo 1.4 – Diretrizes Estratégicas da PMMS

PMMS **DIRETRIZES ESTRATÉGICAS**

SÃO DIRETRIZES GERAIS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PMMS PARA O PERÍODO DE 2022 A 2026:

- 1- Fortalecimento da Segurança Pública no Estado de Mato Grosso do Sul, intensificado nas ações de prevenção e preservação da ordem pública;
- 2- Integração das Políticas de Segurança Pública, entre os entes federados, no controle das fronteiras e divisas do estado de Mato Grosso do Sul;
- 3- Aprimoramento da gestão institucional para atender as demandas da sociedade na garantia e proteção dos direitos humanos e dos direitos fundamentais;
- 4- Eficiência institucional para proteção e preservação do meio ambiente;
- 5- Fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta;
- 6- Ampliação das ações de polícia administrativa de preservação de direitos em estado de ordem pública e de controle social em caso de perturbação e quebra dessa ordem;
- 7- Aproximação entre a instituição e a sociedade, fortalecendo o conceito de corresponsabilidade na construção e execução de medidas preventivas;
- 8- Aperfeiçoamento nas rotinas administrativas e operacionais, reduzindo os custos e o tempo reposta no atendimento de ocorrências;
- 9- Melhoramento das infraestruturas físicas, tecnológicas e de comunicação, às necessidades institucionais;
- 10- Correição de comportamento com o aperfeiçoamento da investigação e dos julgamentos de crimes militares com ênfase na prevenção de desvios de conduta;
- 11- Ampliação e aprimoramento das ações de inteligência de Segurança Pública;
- 12- Comunicação social voltada à melhoria da imagem institucional da PMMS;
- 13- Consolidação da gestão estratégica e da governança na PMMS;
- 14- Adequação numérica do efetivo e sua distribuição de acordo com critérios técnicos;
- 15- Promoção da saúde biopsicossocial, da valorização social e do bem-estar dos Policiais Militares;
- 16- Maximização das ferramentas de gestão no ensino, instrução e pesquisa de forma continuada, contribuindo para a melhoria constante da prestação dos serviços de segurança pública no estado de Mato Grosso do Sul;
- 17- Fomento da gestão do conhecimento em parceria com instituições de ensino superior;
- 18- Estruturação do sistema de gestão orçamentária e financeira da PMMS; e
- 19- Padronização da gestão dos recursos orçamentários, financeiros, contábeis e convênios, sistematizando os mecanismos de captação de recursos governamentais e não governamentais.

Fonte: Site Oficial da PMMS. disponível em: <https://www.pm.ms.gov.br/>. Acesso em: 05/05/2024

Anexo 1.5 – Rendimento dos PMs da PMMS e Cargos da Confiança

TABELA B: Revisão geral anual + reajuste setorial (Correção de distorções)
CARREIRAS POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
Vigência: 1º/1/2022 (com acordo)

Posto / Graduação	Nível			
	I	II	III	IV
Coronel		30.078,12	32.183,58	34.436,43
Tenente Coronel		25.929,42	27.744,47	29.686,58
Major		22.547,33	24.125,64	25.814,43
Capitão	16.869,49	17.966,00	19.223,62	20.569,27
1º Tenente	14.057,91	14.971,67	16.019,68	17.141,05
2º Tenente	12.066,88	12.851,22	13.750,80	14.713,35
Sub-Tenente	11.437,81	12.181,26	13.033,94	13.946,31
1º Sargento	9.945,93	10.592,41	11.333,87	12.127,24
2º Sargento	8.288,28	8.827,01	9.444,90	10.106,04
3º Sargento	7.207,20	7.675,66	8.212,95	8.787,85
Cabo	6.006,00	6.396,39	6.844,13	7.323,21
Soldado	5.005,00	5.330,32	5.703,44	6.102,68

ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 291, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

TABELA A: Revisão geral + reajuste setorial (Correção de distorções)
Ajuda de custo
Vigência: 1º/1/2022

Posto / Graduação	Valor
Coronel	3.827,36
Tenente Coronel	3.316,63
Major	3.150,80
Capitão	2.467,55
1º Tenente	1.956,81
2º Tenente	1.704,75
Sub-Tenente	1.452,67
1º Sargento	1.306,73
2º Sargento	1.107,76
3º Sargento	981,72
Cabo	862,33
Soldado	729,67

TABELA A: Revisão geral + reajuste setorial (Cor
Alunos PM e BM
Vigência: 1º/1/2022

Alunos	Valor
Aspirante-a-Oficial	9.050,16
Aluno-Oficial (Cadete) II	5.430,10
Aluno-Oficial (Cadete) I	4.826,75
Aluno-Sargento	4.684,68
Aluno-Cabo	3.603,60
Aluno-Soldado	2.252,25

ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº-291, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

Tabela de Quantitativo de Função de Confiança Privativas das Carreiras da PMMS/BMMS

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	Incisos/ %	Quantitativo	
		PM	BM
Comandante-Geral	I - 25	1	1
Subcomandante Geral		1	1
Chefe do Estado-Maior	I-A 20	1	1
Corregedor		1	1
Ajudante-Geral		1	1
Assistente do Comandante-Geral		2	11
Comandante da Academia PM/BM		1	1
Comandante do Policiamento Metropolitano e Metropolitano de Bombeiro, Comandante do Policiamento de Área e de Bombeiros do Interior	II - 18	1	2
Diretor de Diretoria		10	7
Chefe de Seção do Estado-Maior Geral		5	6
Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP	III - 15	1	0
Diretor da Policlínica		2	0
Ajudante-de-Ordens do Comandante-Geral e do Chefe do Estado-Maior Geral		1	0
Comandante de OPM / OBM		33	6
Comandante de OPM/OBM destacada de nível Companhia ou Subgrupamento e Comandante de Pelotão ou Seção destacado ou orgânico	IV - 13	62	25
Corregedor-Adjunto		1	0
Subcomandante OPM/OBM, Subcomandantes Policiamento Metropolitano e Metropolitano de Bombeiro e de Policiamento do Interior e de Bombeiros do Interior		16	9
Subdiretores de Diretorias e Adjuntos das Chefias do Estado-Maior		8	1
Subcomandante do CFAP/da ABM		1	1
Assessor Militar		3	0
Chefe de Seção do Comando Policiamento Metropolitano e do interior e Comando Metropolitano do Bombeiro e do interior	V - 10	5	1
Chefe de Seção da Corregedoria e de Cartório da Corregedoria		4	0
Comandante de Destacamento		44	0
Comandante de Equipe Serviço	VI - 5	1200	75
TOTAL		1.405	150

Fonte: Diário Oficial Eletrônico n.10.710 de 17 de dezembro de 2021.

Anexo 1.6 – Divulgação de palestra sobre o “homem velho” no BOPE da PMMS



Fonte: Instagram - @pmms.bope

Anexo 1.7 – “Semana Zero” - Pfems se apoiando (Em campo) – PM em formação (CEFAP) - Mochilas numeradas dos alunos soldados (CEFAP)



Fonte: Instagram - @cefap.pmms



Fonte: Instagram - @cefap.pmms



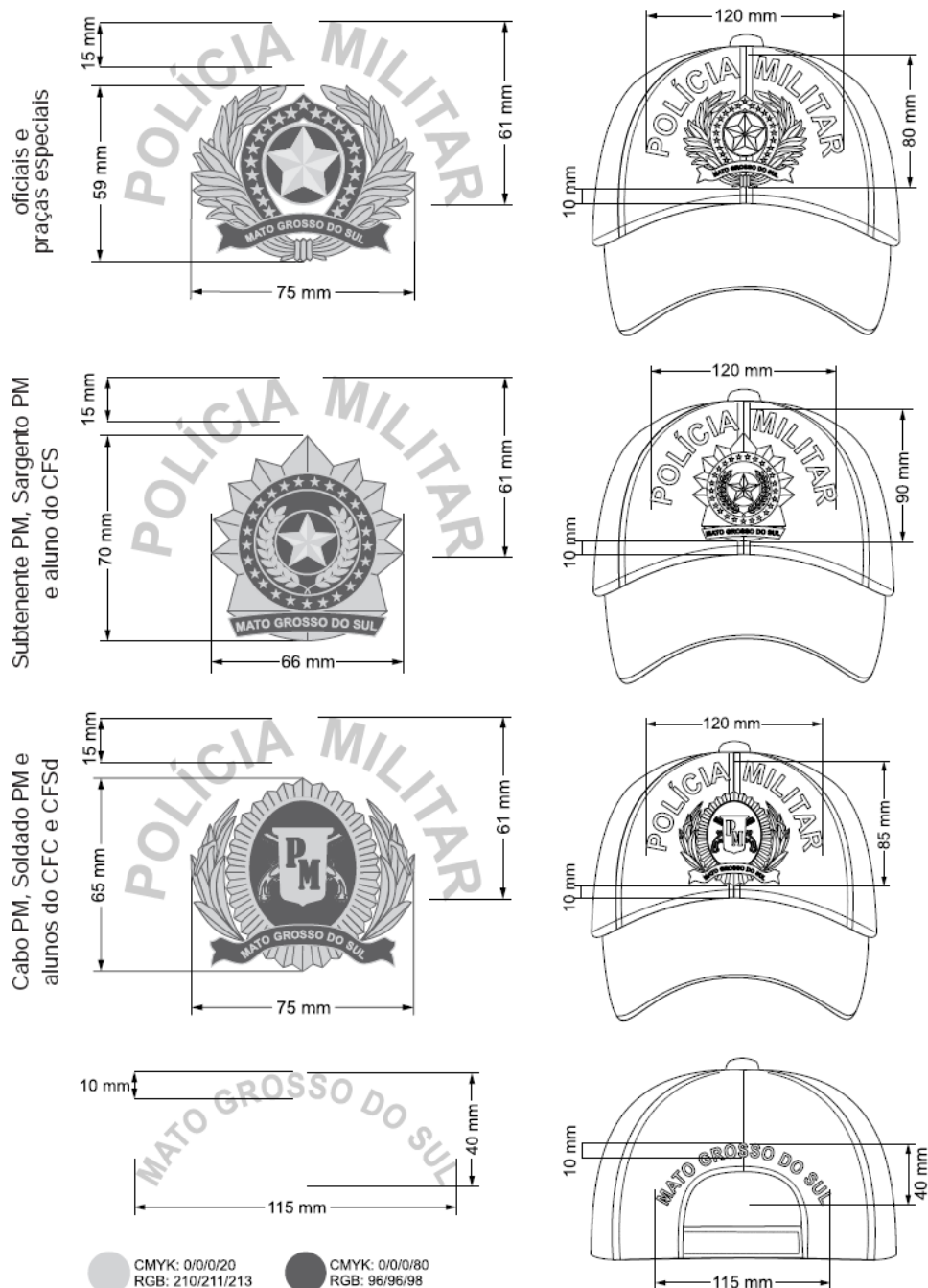
Fonte: Instagram - @cefap.pmms

Anexo 1.8 – “Semana Zero” – Demanda Física e Emocional (Vídeo)



Fonte: Instagram - @cefap.pmms

Anexo 1.9 – Três tipos de Gorro com Pala



Fonte: BGS Portaria N° 141/PM-1/EMG/PMMS, o Regulamento de Uniformes, Insígnias e Distintivos da Polícia Militar do Estado de Mato, de 02 de agosto de 2022.

Anexo 2.0 – Ementa 37° CFSD – Carga Horária

9.1. MALHA CURRICULAR						
Ord.	Área Temática	Modalidade	Disciplina	Qtd. Instrutores	Carga Horária	Instr. X Carga Horária
1	I - Violência, Crime e Controle Social	Teórica	Criminologia Aplicada à Segurança Pública	1	20	20
2	II - Cultura e Conhecimentos Jurídicos	Teórica	Direito Administrativo	1	28	28
3		Teórica	Direito Constitucional	1	28	28
4		Teórica	Direito Penal	1	48	48
5		Teórica	Direito Penal Militar e Processual Penal Militar	1	30	30
6		Teórica	Direito Processual Penal	1	28	28
7		Palestra	Direitos Humanos, Ética e Cidadania	1	4	4
8		Palestra	História, Identidade e Cultura da PMMS	1	4	4
9		Teórica	Introdução ao Estudo do Direito	1	24	24
10		Teórica	Legislação e Policiamento Ambiental	1	24	24
11		Teórica	Legislação Policial Militar	1	32	32
12		Teórica	Leis Penais Extravagantes	1	40	40
13		Teórica	Processos e Procedimentos Administrativos	1	28	28
14	III - Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Prática	Educação Física Militar	1	80	80
15		Teórica	Psicologia: Prevenção e Promoção da Saúde Mental	1	12	12
16		Palestra	Educação Financeira	1	4	4
17	IV - Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Teórica	Linguagem, Comunicação e Documentação Técnica	1	20	20
18		Teórica	Tecnologias e Sistemas Informatizados da PMMS	1	20	20
19		Teórica/Prática	Telecomunicações e Sistemas Operacionais da PMMS	1	20	20
20	V - Cotidiano e Prática Policial Reflexiva	Palestra	Conduta em Ocorrências com Vulneráveis	1	8	8
21		Palestra	Atendimento de Ocorrência envolvendo pessoa com transtorno do espectro autista	1	4	4
22		Palestra	Diversidade Étnico-sociocultural, Relações de Gênero e Combate à	1	4	4

9.1. MALHA CURRICULAR						
Ord.	Área Temática	Modalidade	Disciplina	Qtd. Instrutores	Carga Horária	Instr. X Carga Horária
			Homofobia e à Discriminação Racial			
23	VI - Funções Técnicas e Procedimentos em Segurança Preventiva do Cidadão	Teórica	Armamento e Munição I	1	26	26
24		Prática	Armamento e Munição II	2	24	48
25		Prática	Tiro Policial	2	40	80
26		Teórica/Prática	Atendimento Pré-hospitalar	2	20	40
27		Teórica	Local de Crime: Isolamento e Preservação	1	24	24
28		Prática	Defesa Pessoal Policial	2	60	120
29		Teórica/Prática	Direção Tático Operacional	2	24	48
30		Teórica	Inteligência de Segurança Pública	1	20	20
31		Palestra	Polícia Comunitária	1	4	4
32		Teórica/Prática	Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo	2	20	40
33		Teórica/Prática	Policimento de Eventos	3	20	60
34		Teórica/Prática	Policimento de Choque	3	20	60
35		Teórica	Policimento de Trânsito Urbano e Rodoviário	1	20	20
36		Palestra	Policimento Rural	1	4	4
37		Teórica/Prática	Primeiro Interventor	1	28	28
38		Teórica	Técnicas de Polícia Ostensiva I	1	20	20
39		Prática	Técnicas de Polícia Ostensiva II	3	32	96
40		Palestra	Sobrevivência Policial	1	4	4
41		Teórica/Prática	Enfrentamento à Fraude Veicular	1	20	20
42		Teórica	Uso Diferenciado da Força	1	20	20
43	VII - Estética Policial-militar	Teórica/Prática	Ordem Unida	1	60	60

9.1. MALHA CURRICULAR						
Ord.	Área Temática	Modalidade	Disciplina	Qtd. Instrutores	Carga Horária	Instr. X Carga Horária
44	Atividades Complementares	Teórica	Regulamento Interno de Serviços Gerais e Regulamento de Continências	1	28	28
45		Prática	APH de Combate	3	16	48
46		Prática	Planejamento, Execução e Finalização das Atividades de Ensino e Aprendizagem	1	90	90
47		Prática	Avaliação	1	90	90
48		Prática	Educação Institucional e Integração ao Ambiente Profissional	1	90	90
49		Prática	Adaptação à Atividade Policial Militar	1	180	180
50		Prática	Palestra	1	4	4
51		Prática	Estágio Supervisionado	1	90	90
TOTAL					1608	1972

9.2. MALHA CURRICULAR EAD	
Cursos	Carga Horária
Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial (SENASP)	60
Libras para Profissionais de Segurança Pública (SENASP)	40
Polícia Comunitária (SENASP)	60
Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis (SENASP)	60
TOTAL	220

Em razão da Portaria nº 966/DENATRAN, de 25 de julho de 2022, em consonância com a DELIBERAÇÃO CETRAN/MS Nº 547, de 21 de novembro de 2022, os módulos do Curso de Agente de Fiscalização de Trânsito que compõem a malha curricular (Portaria nº 10/2019/DEIP/PMMS, de 8 de agosto de 2019, publicada no BCG nº 152, de 13 de agosto de 2019), serão cursados conforme descrição abaixo:

Fonte: BGS Portaria Nº 005/DEIP PMMS, Plano de Curso do Curso de Formação de Soldados PMMS - Turma 37 – 2024.

Anexo 2.1 – Canção TFM – “Playstation por um Fuzil” (Áudio)



TROQUEI MEU PLAYSTATION POR UM FUZIL _ CANÇÃO TFM _ BRASIL.mp4

Fonte: Youtube.

Anexo 2.2 – Aluno do CFSD pulando no *Tchof*

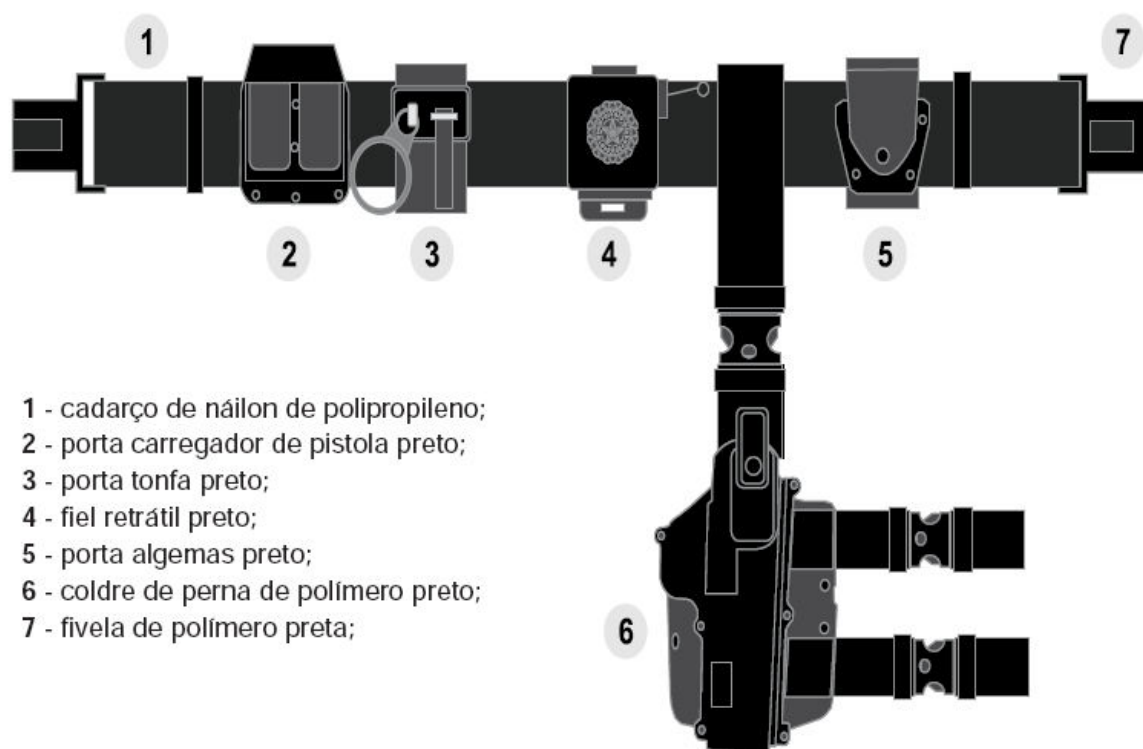


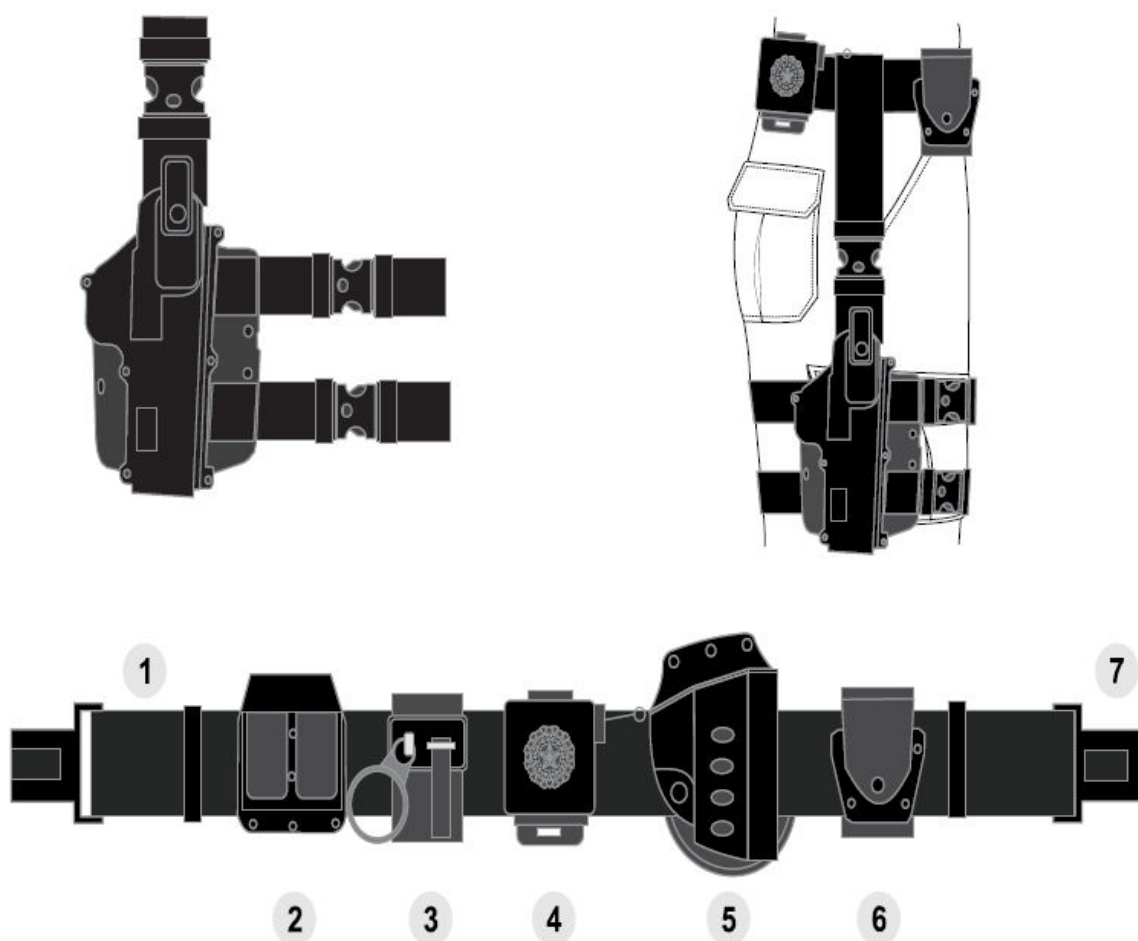
Fonte: Instagram - @cefap.pmms

Anexo 2.3 – Formatura Matinal sendo realizada na APM

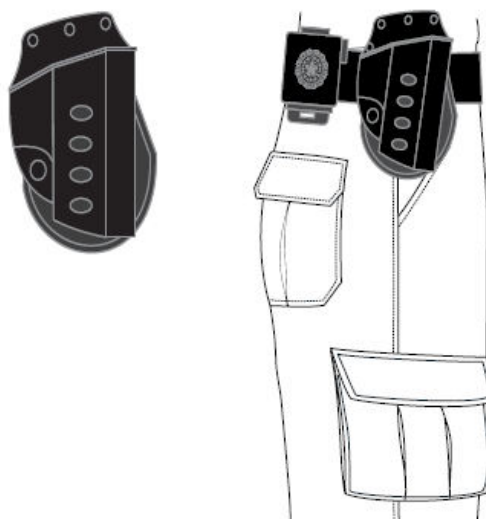


Fonte: Acervo Pessoal.

Anexo 2.4 – Cinto de Guarnição e suas partes



- 1 - cadarço de náilon de polipropileno;
- 2 - porta carregador de pistola preto;
- 3 - porta tonfa preto;
- 4 - fiel retrátil preto;
- 5 - coldre de cintura de polímero preto;
- 6 - porta algemas preto;
- 7 - fivela de polímero preta;



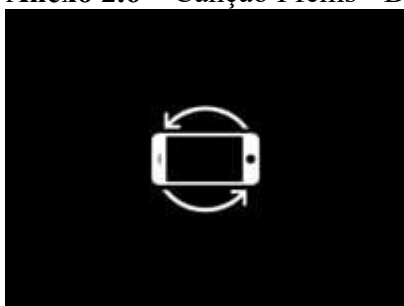
Fonte: BGS Portaria Nº 141/PM-1/EMG/PMMS, o Regulamento de Uniformes, Insígnias e Distintivos da Polícia Militar do Estado de Mato, de 02 de agosto de 2022.

Anexo 2.5 – Formatura do 37º CFSD (Vídeo)



Fonte: Instagram - @cefap.pmms

Anexo 2.6 – Canção Pfems - Dia das Mulheres - 8 de março 2024 (Vídeo e Áudio)



Canção Pfems - 8 de Março - 2024 - CEFAP.mp4

Fonte: Instagram - @cefap.pmms

Anexo 2.7 – Balanço Operacional





Fonte: Instagram - @pmms e @dofpmms

Anexo 2.8 – Fardamento do CHOQUE – Masculino e Feminino



Fonte: BGS Portaria Nº 141/PM-1/EMG/PMMS, o Regulamento de Uniformes, Insígnias e Distintivos da Polícia Militar do Estado de Mato, de 02 de agosto de 2022.

Anexo 2.9 – Aula Magna com o Comandante da ROTA





Fonte: Acervo PMMS, disponível em: <https://www.pm.ms.gov.br/galeria/>. Acesso em: 05/03/2025.

Anexo 3.0 – Certificado de Instrutor pela disciplina de “Combate à Homofobia”



Fonte: Acervo Pessoal.

Anexo 3.1 – Ementa disciplina de “Combate à Homofobia”



PMMS
POLÍCIA MILITAR
MATO GROSSO DO SUL

SEJUSP
Secretaria de Estado de Justiça
e Segurança Pública



ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR – CORONEL PM GERALDO GARCIA ORTI

**3º CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS
PROGRAMA DA DISCIPLINA**

1. IDENTIFICAÇÃO:

CURSO	3º Curso de Formação de Oficiais
DISCIPLINA	Combate à Homofobia
MODALIDADE	Presencial
CICLO/ANO	I Ciclo / 2024
CARGA HORÁRIA	20 h/a
PROFESSOR (ES)	Daniel Attianesi de Lima
E-MAIL	danielattianesi@gmail.com

2. EMENTA:

Unidade I – Conceituação e Aspectos Históricos

1. Tipos e sentidos da Homofobia, pensar a Sexualidade
2. Origens e elementos percursos das questões de sexualidade
3. Doutrinas heterossexistas

Unidade II – Legislação, Declarações e Princípios Constitucionais

1. Princípios Políticos e bases do Liberalismo Histórico
2. Legislação e Acordo Internacionais
3. Legislação Nacional, Políticas e Jurisdição
4. Legislação Estadual, Questões e Projetos no Estado

Unidade III – Causas Práticas, Questões Particulares e Pontos Específicos

1. As Causas da Homofobia
2. Homofobia e Polícia
3. Homofobia em Outros Contextos
4. Recursos para a Luta Contra à Homofobia

3. OBJETIVO GERAL:

O objetivo da disciplina é apresentar as principais discussões no campo dos direitos humanos e da cidadania a respeito de gênero e sexualidade. Com enfoque nas questões particulares e históricas do conceito de homofobia. Buscando se contribuir com uma formação humana, teórica e cidadã pautada na equidade, no enfrentamento desigualdades e na garantia dos direitos para os Policiais Militares do Mato Grosso do Sul (PMMS). Refletindo assim sobre a reconfiguração contemporânea dos direitos humanos, partindo das legislações, declarações e princípios constitucionais em voga. Assim como trazer questões da realidade práticas sobre a luta e combate contra a homofobia no Mato Grosso do Sul (MS).

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Academia de Polícia Militar – Coronel PM Geraldo Garcia Orti
Av. Duque de Caxias, 8423 - Vila Nova Campo Grande, Campo Grande - MS, 79105-000
Fone: 3368-9303 (recepção) E-mail: academiamms@gmail.com



PMMS
POLÍCIA MILITAR
MATO GROSSO DO SUL

SEJUSP
Secretaria de Estado de Justiça
e Segurança Pública



ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR – CORONEL PM GERALDO GARCIA ORTI

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e Crítica de um Preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BORRILLO, Daniel. **A Homofobia**. Homofobia e Educação, LetrasLivres, 2009.

OAB, Seção São Paulo. **Direitos da Diversidade Sexual**. São Paulo: Editora OAB-SP, 2011.

ANJOS, L. A.; MENDES, B. G. **Homofobia no futebol masculino: algumas reflexões**. In: Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero, 2014, Belo Horizonte. Anais do Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero, 2014. v. 1. p. 1-16.

POMPEU, S. L. E. ; SOUZA, Eloisio Moulin . **A discriminação homofóbica por meio do humor**: naturalização e manutenção da heteronormatividade no contexto organizacional. ORGANIZAÇÕES & SOCIEDADE (ONLINE) , v. 26, p. 645-664, 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Princípios de Yogyakarta**. 2006.

CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CONSTITUIÇÃO (1989). **Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul de 1989**. Campo Grande, MS: Assembleia Legislativa, 1989.

COSTA, Ronaldo Pamplona. **Os Onze Sexos: As Múltiplas Faces da Sexualidade Humana**. São Paulo: Editora Gente, 1994.

LÁZARO, André Luiz de Figueiredo; SILVA, Cláudio Nascimento; SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**; Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

AULAS	DATAS	CONTEÚDOS/TEMAS	RECURSOS UTILIZADOS
1ª	05/02/2024 2 h/a Tarde	Apresentação Pessoal e Introdução da Disciplina Unidade I – Tipos e sentidos da Homofobia, pensar a Sexualidade	Plano da Disciplina. Slides de Aula.

Academia de Polícia Militar – Coronel PM Geraldo Garcia Orti
Av. Duque de Caxias, 8423 - Vila Nova Campo Grande, Campo Grande - MS, 79105-000
Fone: 3368-9303 (recepção) E-mail: academiapmms@gmail.com

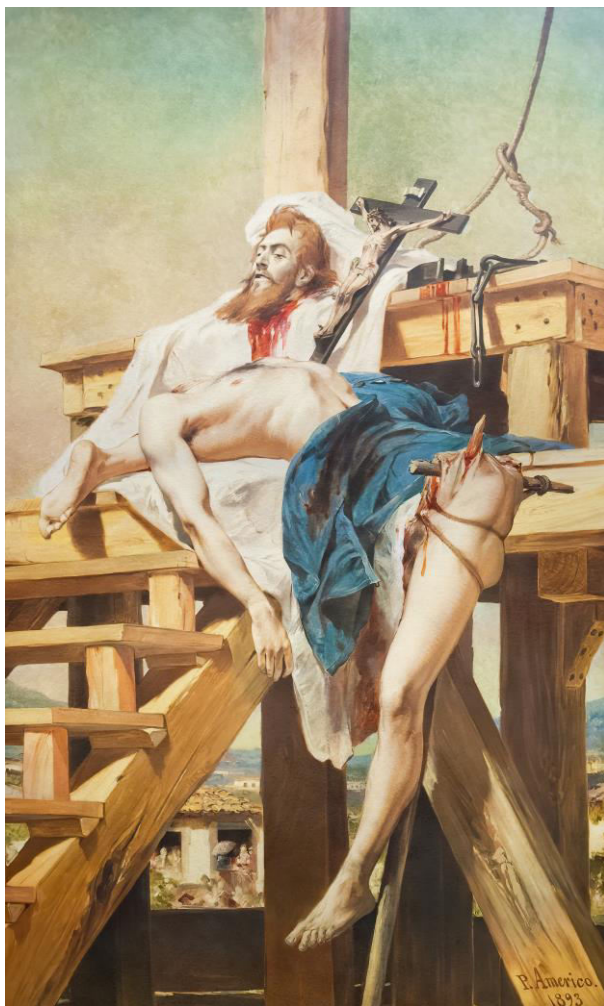
Fonte: Acervo Pessoal.

Anexo 3.2 – Durante instrução de Tiro Policial



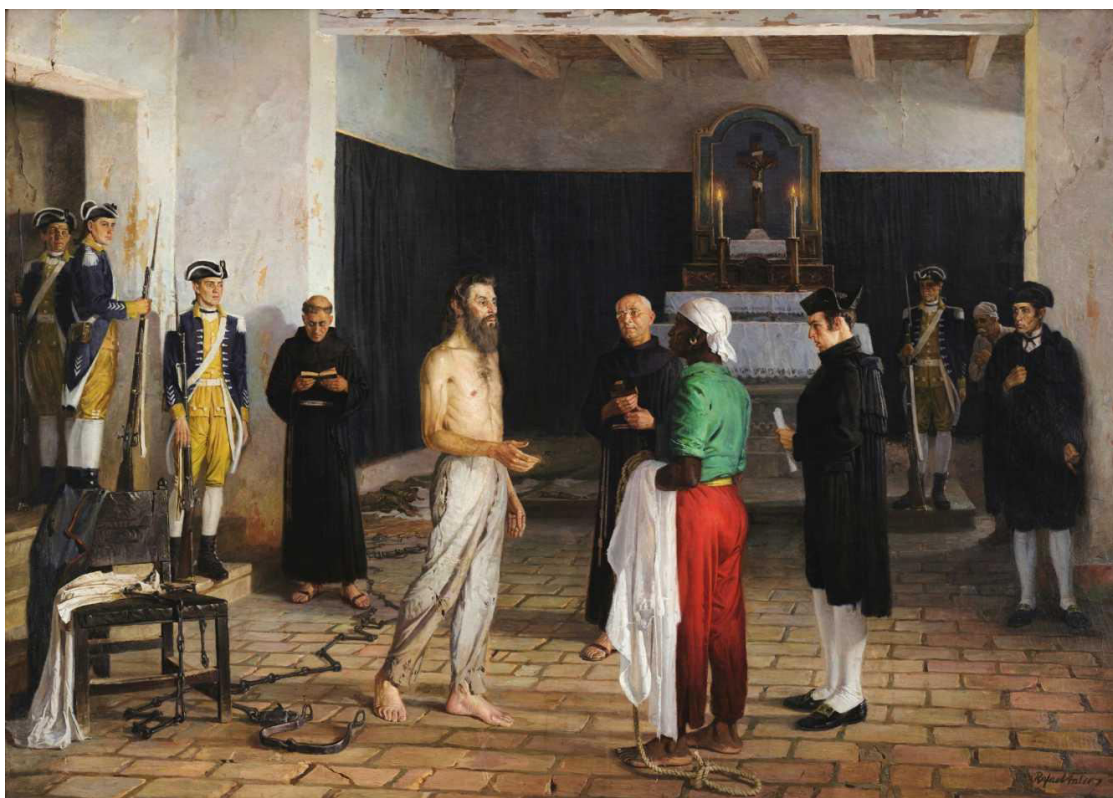
Fonte: Acervo Pessoal.

Anexo 3.3 - Tiradentes Esquartejado de Pedro Américo (1893)



Fonte: Wikimedia Commons.

Anexo 3.4 - Tiradentes ante o Carrasco por Rafael Falco (1951)



Fonte: Wikimedia Commons.

Anexo 3.5 – Moeda de cinco centavos de real



Fonte: Wikimedia Commons.

Anexo 3.6 – Mudança da Simbologia de Tiradentes PMMG



Fonte: Acervo Pessoal.

Anexo 3.7 - Medalha Tiradentes da PMMS



Fonte: Acervo PMMS, disponível em: <https://www.pm.ms.gov.br/galeria/>. Acesso em: 10/01/2025.

Anexo 3.8 – Tiradentes de Rodrigues Washt



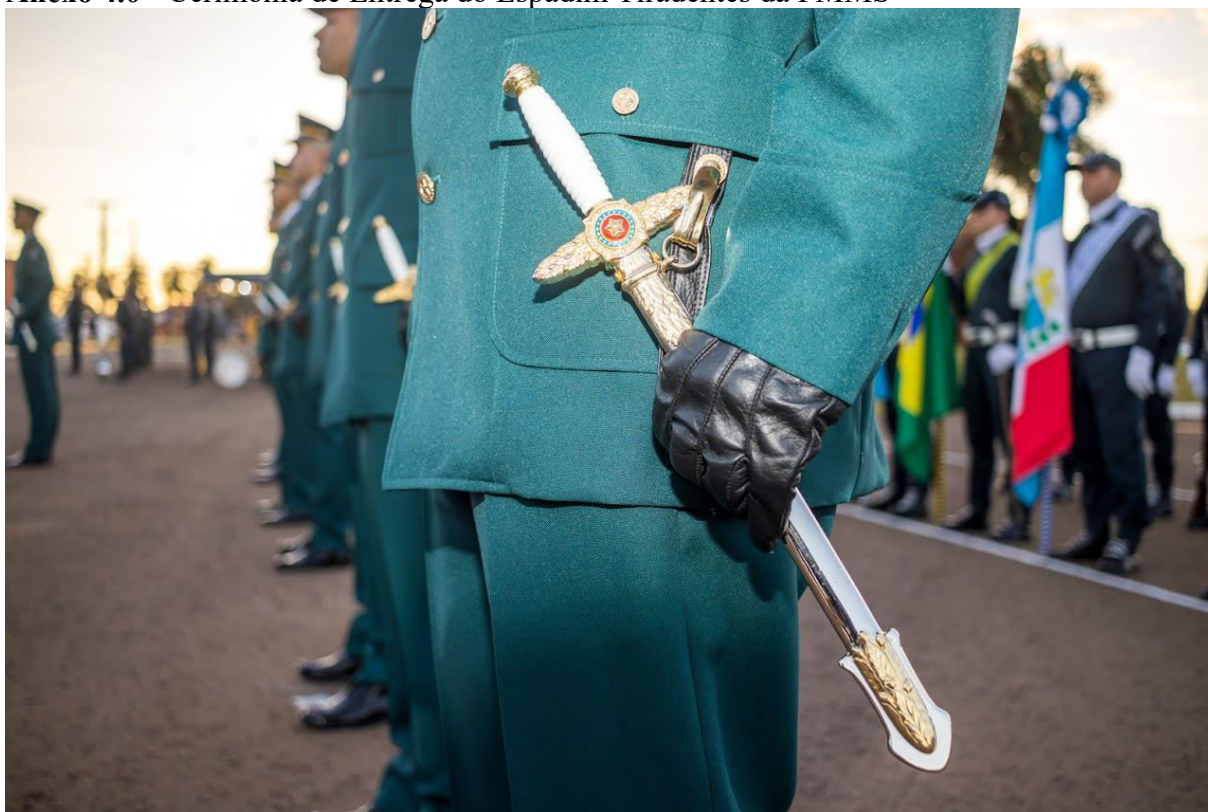
Fonte: Wikimedia Commons.

Anexo 3.9 - Busto de Tiradentes em frente ao Comando Geral da PMMS



Fonte: Acervo PMMS, disponível em: <https://www.pm.ms.gov.br/galeria/>. Acesso em: 10/01/2025.

Anexo 4.0 - Cerimônia de Entrega do Espadim Tiradentes da PMMS



Fonte: Acervo PMMS, disponível em: <https://www.pm.ms.gov.br/galeria/>. Acesso em: 10/01/2025.

Anexo 4.1 – Cel. David – Ex-Comandante Geral da PMMS



Fonte: Fonte: Livro – Polícia Militar de Mato Grosso do Sul – Uma História de Serviços Prestados à Sociedade (2012).

Anexo 4.2 – Condecoração dos Heróis – Universal – Dia do Soldado





Fonte: Instagram do @ufp_matogrossodosul.

Anexo 4.3 – Modelo Brasileiro para ser Bordado em Fardamentos com o Símbolo do “Justiceiro”



Fonte: Redes sociais.